

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

2



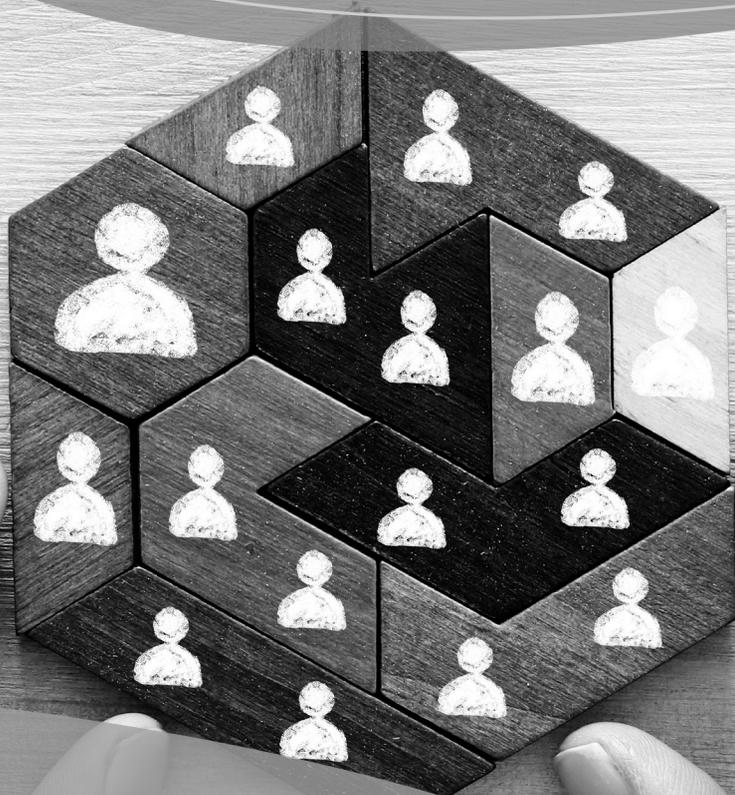
*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

Atena
Editora

Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

2



*Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)*

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] :
necessidades individuais & coletivas 2 / Organizadora
Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa,
PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-363-7

DOI 10.22533/at.ed.637200909

1. Ciências sociais aplicadas – Pesquisa – Brasil. I.
Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 300

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas”, são ao todo trinta e dois artigos organizados e apresentados em dois volumes.

As pesquisas abordam temas relevantes que visam identificar, analisar e refletir sobre as relações estabelecidas entre os fenômenos sociais, econômicos e políticos no atual contexto.

No primeiro volume apresenta-se quatorze artigos com pesquisas relacionadas a três eixos temáticos: Desenvolvimento tecnológico, inovação e sustentabilidade; Consumo, comunicação e informação e Educação e processos de formação voltados para a cidadania e práticas emancipatórias.

O segundo volume é composto por dezoito artigos que tratam sobre políticas públicas e gestão pública e os impactos no atendimento das demandas relacionadas a área de saúde, profissionalização, socioeducação, sistema judiciário e processos de institucionalização. Os artigos analisam também os aspectos políticos e coligações partidárias.

Os artigos possibilitam o reconhecimento e análise de maneira mais aprofundada dos temas abordados, bem como, podem contribuir para a realização de novos questionamentos e pesquisas, com aproximações sucessivas das relações sociais e desvelamento das necessidades individuais e coletivas existentes no atual contexto

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SUSPENSÃO DE PROCEDIMENTOS HEMODINÂMICOS: UM DESAFIO PARA A GESTÃO PÚBLICA	
Alexandre Rodrigues Inácio de Azevedo	
Jéferson Valente Vieira	
Adriana Maria Lamego Rezende	
Renato Cruz de Sousa	
Ana Luísa Carneiro Pereira Gonçalves	
Bráulio Lamego Resende	
Fernanda Cruz de Souza	
Matelane dos Anjos Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.6372009091	
CAPÍTULO 2	14
COVID 19 COMO DOENÇA OCUPACIONAL E SEUS IMPACTOS NA ESFERA PREVIDENCIÁRIA	
Letícia Vieira Mattos	
DOI 10.22533/at.ed.6372009092	
CAPÍTULO 3	25
O ROMPIMENTO DO HIATO DO GÊNERO A PARTIR DE ROTAS METABÓLICAS BIOQUÍMICAS	
Maria Betânia de Oliveira Garcia	
Carolina Helena Almeida Silva	
Ariane Ribeiro Martins	
DOI 10.22533/at.ed.6372009093	
CAPÍTULO 4	41
AGLOMERADOS DE ALTO RISCO DE MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE NO BRASIL	
Érika Carvalho de Aquino	
Vinícius da Silva Oliveira	
Marli de Mesquita Silva Montenegro	
José Maurício Botto de Barros Garcia	
João Bosco Siqueira Júnior	
Marta Roverly de Souza	
Otaliba Libânio de Moraes Neto	
DOI 10.22533/at.ed.6372009094	
CAPÍTULO 5	58
BREVE REFLEXÃO SOBRE ADOÇÃO E A CULTURA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO	
Izabel Tereza Sousa Silva	
Wnágylly Jéssica da Silva Pinheiro	
Juliana Lara Borges Soares	
Anna Gabriella Barbosa de Carvalho Silva	
Cidianna Emanuely Melo do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.6372009095	

CAPÍTULO 6	66
TURISMO E CULTURA: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS GRUPOS DE CARIMBÓ DE BELÉM-PA	
Victor Barbosa Campos Maria Augusta Freitas Costa Canal	
DOI 10.22533/at.ed.6372009096	
CAPÍTULO 7	78
AFETOS EM MOVIMENTO: TRAJETÓRIAS DE MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E NO MST	
Flávia Cunha Pacheco Carolina de Andrade Guarnieri Luna Carulina Mendes Filgueiras Maria Therezinha Loddi Liboni	
DOI 10.22533/at.ed.6372009097	
CAPÍTULO 8	90
ESTRATÉGIAS DE <i>COPING</i> ADOTADAS POR FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	
Ana Naysa Albuquerque Teixeira Cibelly Aliny Siqueira Lima Freitas Verônica de Azevedo Mazza Maria Adelane Alves Monteiro da Silva Etelvina Sampaio Melo Benedita Shirley Carlos Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.6372009098	
CAPÍTULO 9	106
CAPITAL TRABALHO E ESTADO NA POLÍTICA PÚBLICA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO AGRONEGÓCIO: TRILHAS DE UMA PESQUISA NO ESTADO DO PIAUÍ	
Paula Maria do Nascimento Mazullo Maria Dione Carvalho de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.6372009099	
CAPÍTULO 10	119
COMO PROMOVER A REINserÇÃO DE EX-PRESIDIÁRIOS NA SOCIEDADE DE MATO GROSSO	
Hiayssa França Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.63720090910	
CAPÍTULO 11	121
A INDEPENDÊNCIA CONGOLESA COMO UM PROCESSO DE MANUTENÇÃO DO CONSERVADORISMO SOCIAL E ECONÔMICO	
Felipe Antonio Honorato Paulo Cesar de Abreu Paiva Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.63720090911	

CAPÍTULO 12.....	133
JUSTIÇA RESTAURATIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA A CULTURA DE PAZ MEDIANTE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
Débora Maria Ferreira da Silva	
Francisco Mateus Pontes Pereira	
Tânia Gabriela de Sousa de Paiva	
Maria Isabel Silva Bezerra Linhares	
DOI 10.22533/at.ed.63720090912	
CAPÍTULO 13.....	144
O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO: UMA ANÁLISE DE SUA NATUREZA JURÍDICA	
Mateus Gruber	
Sarah Francine Schreiner	
DOI 10.22533/at.ed.63720090913	
CAPÍTULO 14.....	155
“FUTEBOL-BANDIDO”: OS <i>CARTOLAS DA CBF</i> E A CORRUPÇÃO NO BRASIL	
Breno Carlos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63720090914	
CAPÍTULO 15.....	168
O DIREITO FUNDAMENTAL À PROFISSIONALIZAÇÃO DE SOCIOEDUCANDOS QUE CUMPREM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM SALVADOR: ABORDAGEM CRÍTICO-ANALÍTICA	
Evandro Luís Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.63720090915	
CAPÍTULO 16.....	179
O SOCIALISMO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	
Rodolfo Palazzo Dias	
Eric Gil Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.63720090916	
CAPÍTULO 17.....	203
COALIZAÇÕES ORGANIZACIONAIS – RESPOSTA À CONJUNTURA DE ALTA COMPETITIVIDADE	
Adelcio Machado dos Santos	
Daniel Tenconi	
DOI 10.22533/at.ed.63720090917	
CAPÍTULO 18.....	216
ANCESTRALIDADE E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DE MÃE HILDA DE JITOLU	
Ayni Estevão de Araujo	
Geander Barbosa das Mercês	
DOI 10.22533/at.ed.63720090918	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	227

ÍNDICE REMISSIVO228

CAPÍTULO 1

SUSPENSÃO DE PROCEDIMENTOS HEMODINÂMICOS: UM DESAFIO PARA A GESTÃO PÚBLICA

Data de aceite: 01/09/2020

Alexandre Rodrigues Inácio de Azevedo

<http://lattes.cnpq.br/4695400633661515>

Jéferson Valente Vieira

<http://lattes.cnpq.br/6481302617285676>

Adriana Maria Lamego Rezende

<http://lattes.cnpq.br/5080602785832930>

Renato Cruz de Sousa

<http://lattes.cnpq.br/8373867700011403>

Ana Luísa Carneiro Pereira Gonçalves

<http://lattes.cnpq.br/6119951783099042>

Bráulio Lamego Resende

<http://lattes.cnpq.br/4738316821094550>

Fernanda Cruz de Souza

<http://lattes.cnpq.br/7222209243822212>

Matelane dos Anjos Rezende

<http://lattes.cnpq.br/1088128578483492>

RESUMO: Este estudo objetivou investigar a incidência de suspensão de procedimentos eletivos, identificando as especialidades médicas envolvidas e os motivos mais frequentes em um serviço de hemodinâmica de um Hospital Público em Minas Gerais. Estudo descritivo, retrospectivo, com abordagem quantitativa, por meio de banco de dados do setor de hemodinâmica estudado e registro dos procedimentos eletivos cancelados e/ou suspensos, durante novembro de 2017 a

junho de 2018. Neste período foram atendidos 1331 usuários, 59% do sexo masculino e 47% da faixa etária de 51-70 anos. 1610 procedimentos realizados e 272 suspensos ou cancelados, índice de 14,5% de suspensão. Principais causas: falta de tempo de sala (22,4%); falta de vaga em unidade de terapia intensiva (22,4%); atendimento de urgência não prevista (13,2%); condições clínicas desfavoráveis (12,1%); mudança de conduta médica (7%). Ao término foram identificadas as causas de cancelamento e sugeridas ações para melhorar a eficiência do setor. Os benefícios trazidos com esta pesquisa estão relacionados à reflexão que os resultados dos dados proporcionaram, onde foi possível elaborar um documento para registro mais sistemático dos cancelamentos/suspensões e seus motivos, podendo assim contribuir para um aperfeiçoamento de caráter gerencial e logístico da unidade.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem, Gestão Hospitalar, Hemodinâmica, Hospital Público.

ABSTRACT: This study aimed at presenting a profile of patients seen at the hemodynamics unit of a public hospital in Minas Gerais, investigating the existence of suspension of elective procedures, identifying the medical specialties involved and the most frequent reasons. Descriptive, retrospective, quantitative and qualitative study, using database data and record of canceled and / or suspended procedures, for a year of 2018. In the latter, 1331 users were invited, 59% male and 47% age of 51-70 years. 1610 procedures performed and 272 suspended or canceled, index of 14.5% suspension. Main

causes: lack of room time (22.4%); lack of intensive therapy therapy (22.4%); emergency care not provided (13.2%); unfavorable medical records (12.1%); Medical survey (7%).

At the end of the set were identified as cancellation actions and deliberate actions to improve the performance of the sector. The benefits brought with this research are related to the reflection that the data results provided, where it was possible to elaborate a document for a more systematic record of cancellations / suspensions and their reasons, thus contributing to an improvement of the managerial and logistic character of the unit.

KEYWORDS: Nursing, Hospital Management, Hemodynamics, Public Hospital.

1 | INTRODUÇÃO

Com os avanços da ciência e da tecnologia, a área da saúde sofreu grandes modificações e inovações. Em um de seus progressos podemos aludir a história do cateterismo cardiovascular, onde poucas descobertas realizadas na medicina proporcionaram tanta repercussão diagnóstica e terapêutica quanto o seu advento, conforme Linchet al. (2009, pp. 742-749) e Gottschall (2009, pp. 246-268). É por meio deste que se pode estudar a dinâmica cardiovascular, a fim de definir diagnósticos e realizar intervenções terapêuticas. Os ditos procedimentos minimamente invasivos (PMI), que de acordo com Costa et al. (2014, pp.157-164) se dão pela inserção transcutânea de cateteres radiopacos em vasos periféricos, guiados por fluoroscopia, até grandes vasos e cavidades cardíacas, cujas imagens são mostradas em monitores dentro e fora da sala.

Nas Unidades de Hemodinâmica (UDHs) que estas intervenções são realizadas, e com o passar dos anos, segundo Linch (2010, pp. 488-495), estes setores que antes eram utilizados apenas pela cardiologia, passaram a servir de apoio também para outras áreas da medicina, como a Neurrorradiologia, Cirurgia Vascular Intervencionista (CVI), Eletrofisiologia Invasiva (EI), que também utilizam dos PMI para obtenção diagnóstica e/ou terapêutica, Vieira et al. (2009, p. 21-5). Devida a alta demanda, segundo Mattos et al. (2016, p. 24:2-3), os serviços de hemodinâmica antes habituados a funcionar apenas em horário comercial, passaram a atender 24 horas durante os 7 dias da semana, sem nunca fechar suas portas. Estudos realizados contabilizam um total de aproximadamente 4.000.000 atendimentos anuais por dor torácica no Brasil (RIBEIRO, 2016, p .63-8), de extrema relevância para o sistema de saúde.

Porém, a área da Cardiologia Intervencionista é a que mais sofre avanços, segundo Feres et al. (2017, pp.1-81) sendo atualmente o método denominado de intervenção coronariana percutânea (ICP), padrão ouro no tratamento do infarto agudo do miocárdio (IAM). Situação esta corroborada por dados epidemiológicos, uma vez que as doenças do aparelho cardiovascular vêm aumentando em todo mundo, sendo as principais causas de morte no Brasil (HUGUENIN, 2017, pp.229-242).

De acordo com Feres et al. (2017,pp.1-81) em 2011, 12 milhões de pessoas foram vítimas fatais do IAM em todo mundo, em contrapartida, observa-se uma progressiva

queda nas taxas de mortalidade relacionada, fato devido a ICP ser o método de escolha para enfrentamento do infarto com supradesnivelamento do ST, segundo Mattos et al. (2016,p.24:2-3), fato este justificado pela melhoria tecnológica dos dispositivos percutâneos, das técnicas de tratamento e, sobretudo, das indicações devidamente fundamentadas por evidências científicas atuais. Para este mesmo autor diante do quantitativo, da gravidade e variedade das doenças que se apresentam nas UHDs.

Os cancelamentos de cirurgias eletivas têm sido descritos em vários estudos científicos como sendo um sinalizador de uma falha do planejamento administrativo da unidade. Segundo Carvalho et al. (2016, pp.186-191), pode-se avaliar a eficiência de um serviço utilizando o índice de suspensão de procedimentos, considerando todos os seus motivos, tanto referente ao usuário quanto ao serviço. Análogo a este revés, observou-se na prática das atividades do setor de hemodinâmica do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais (HC-UFGM), a relevância social e científica do estudo em abordar esta temática, tendo como objetivo principal a identificação das ocorrências de suspensão/cancelamentos dos procedimentos marcados eletivamente neste setor, uma vez que se tem mostrado empiricamente frequentes nesta unidade, e por não serem mensurados no momento.

Desta forma, desperta-se o questionamento sobre as principais causas de cancelamentos de procedimentos e o que pode ser feito reduzir essas taxas?

Para responder a estes questionamentos, foram traçados como objetivo principal identificar as principais causas de cancelamento de procedimentos e como objetivos secundários conhecer as clínicas que mais cancelam exames para refletir a respeito das possíveis implicações geradas para a instituição e aos usuários, contribuindo para análise e remanejamento administrativo/logístico da unidade, objetivando a otimização de suas atividades, tendo assim relevância gerencial para a instituição a realização deste estudo.

2 | MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo retrospectivo, de natureza exploratória, com abordagem quantitativa e qualitativa, através da análise documental dos registros arquivados na unidade de Hemodinâmica do HC-UFGM.

Este estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, pela função de escrever as características de um determinado grupo ou população. A pesquisa descritiva para Gil (1999), tem como propósito estudar as características de um determinado grupo de indivíduos, e com isso as atitudes, crenças e opiniões destes poderão ser abordadas. Também concordando com Gil (1999), Triviños (1987) salienta que o estudo descritivo objetiva “descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Vergara (2013) aponta que a pesquisa descritiva tem a função de expor algumas características de um grupo determinado ou algum fenômeno.

De acordo com Fuchs (1995), citado por Bordalo (2006), na pesquisa retrospectiva estudam-se casos e controles, o processo a ser pesquisado já ocorreu em relação à exposição prévia a um fator em estudo, isto é, o estudo é realizado a partir de registros do passado, e é seguido adiante a partir daquele momento até o presente.

Pesquisa documental, para Pádua (1997, p.62):

é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências além das fontes primárias, os documentos propriamente ditos, utilizam-se as fontes chamadas secundárias, como dados estatísticos, elaborados por Institutos especializados e considerados confiáveis para a realização da pesquisa. [...]

O setor de hemodinâmica localizado no andar térreo do HC-UFMG, que atende usuários internados no próprio hospital, internados em outras instituições e usuários que vieram de seu domicílio para realização de procedimentos agendados. Apesar de sua importância e alto fluxo de procedimentos, a unidade é constituída por apenas 2 salas de procedimentos utilizadas por diversas especialidades médicas, que atendem durante a semana em períodos pré-determinados.

A programação e agendamento dos procedimentos é desenvolvida a critério médico e repassado à secretaria do setor, que efetua os agendamentos diariamente. Esta é desenvolvida para atender casos eletivos e de urgência no período das 7h às 19h. O período noturno, domingos e feriados são destinados para casos de caráter emergencial. O estudo é constituído por todos os procedimentos realizados e todos os de caráter eletivo que foram suspensos/cancelados no período de 01 de novembro de 2017 a 31 de junho de 2018.

Primeiramente apresentamos o perfil de atendimentos do setor no período descrito. Para tal, foi utilizado o livro de registro de procedimentos realizados no setor, este documento contém dados referentes a data da realização do mesmo, o registro do usuário atendido, nome, sexo, idade, procedimento realizado, início e fim do mesmo, o horário de retirada do introdutor, reações adversas ocorridas, destino do usuário após a intervenção e se o *checklist* de cirurgia segura foi aplicado. Para a realização do perfil da unidade utilizamos os seguintes dados: sexo, idade, procedimentos realizados e sua quantidade a cada mês. Não abordamos o nome e registro visando a proteção da identidade do usuário.

A coleta dos dados referentes ao número de procedimentos suspensos e/ou cancelados foi realizada a partir do documento em formato de planilha formulado pela própria unidade e preenchido diariamente pela secretaria do setor. Esta contém: a procedência do usuário; Número de procedimentos eletivos suspensos/cancelados por dia; Os motivos que geraram esta suspensão e a especialidade médica responsável pela suspensão de cada procedimento.

A análise dos dados contidos no livro de registros foi realizada por meio da frequência e porcentagem das variáveis de sexo, idade e procedimentos realizados durante o período estudado. Em relação às informações contidas na planilha, primeiramente foi apresentado o índice de procedimentos eletivos suspenso/cancelado e posteriormente a estratificação por clínica médica, levando em conta o período total. Por fim, foram analisados os motivos que levaram as suspensões/cancelamentos dos procedimentos e compilados conforme significado semelhante do motivo (exemplo: “paciente comeu”, “quebra do jejum”). Os dados encontrados foram analisados por meio da estatística descritiva, apresentados em frequência e porcentagem das variáveis. Tais informações contidas no estudo foram apresentadas em formas de tabelas e figuras. O programa utilizado foi o Excel for Windows versão 2010.

A pesquisa cumpriu todos os pareceres éticos, garantido a privacidade dos dados coletados, não havendo riscos aos profissionais, pacientes e à instituição. O estudo teve seu início determinado imediatamente após a aprovação e parecer favorável no referido Comitê de Ética da instituição/COEP.

3 I ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para verificar a ocorrência de cancelamentos de procedimentos no setor de Hemodinâmica no hospital supracitado, no período 01 de novembro de 2017 a 31 de junho de 2018, foi realizado o cálculo de frequência relativa (%), e os dados foram representados por meio de tabelas e figuras. Os resultados foram digitados em planilha eletrônica do software Excel e posteriormente realizada análise quantitativa e qualitativa dos dados através de análise de conteúdo. Os resultados foram descritos em valores absoluto e percentuais.

Durante o período consecutivo de oito meses um total de 1331 usuários foram atendidos na UDH, 50% (n=665) internados no próprio hospital, 17% (n=225) de outras instituições e 33% (n=441) do domicílio. Em relação ao sexo, 59% (n=786) sexo masculino e 41% (n=545) sexo feminino. À faixa etária, 6,9% 0-30 anos (n=92), 26,1% 31-50 anos (n=348), 47% 51-70 anos (n=625), 16,4% 71->80 (n=218) e 3,6% não especificados (n=48). Em referência aos procedimentos, 1882 foram programados, 14,5% (n=272) foram suspensos/cancelados e 85,5% (n=1610) realizados, conforme compilado por mês na Tabela 1. No tocante às especialidades, dos 1610 procedimentos realizado no período, 59,1% (n=951) foram da Cardiologia, 30,4% (n=490) Cirurgia Vascular, 6,9% (n=111) Neurrorradiologia e 3,6%(n=58) Eletrofisiologia.

Na figura 1 abaixo, pode-se evidenciar a taxa de suspensão por especialidade no período total. Desta forma, identificou-se que das 272 suspensões/cancelamentos a Cardiologia foi responsável por 62,8% (172), a Cirurgia Vascular por 22,4% (n=61), a Eletrofisiologia por 7% (n=19), a Neurrorradiologia por 7,4% (n=20).

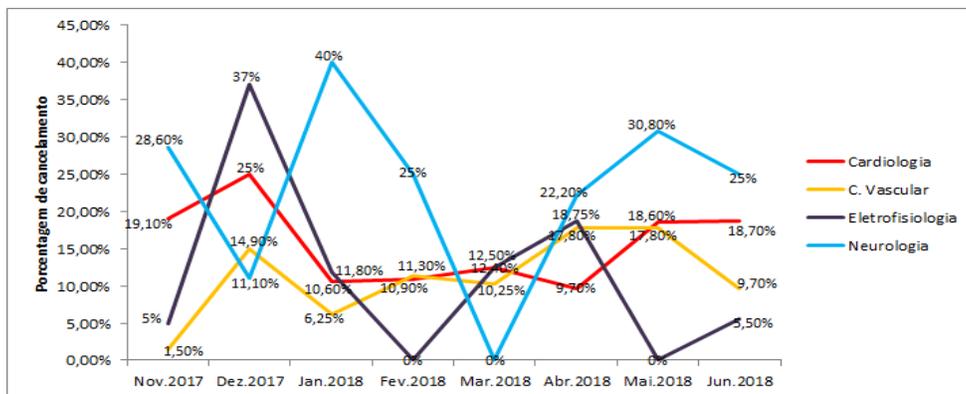


Figura 1: Taxa de suspensão/cancelamento de procedimento por especialidade médica no período de novembro de 2017 a junho de 2018.

Fonte: Unidade de Hemodinâmica do Hospital das Clínicas da UFMG

Porém, ao se realizar o cálculo da taxa de suspensão por especialidade médica (número de suspensões/cancelamentos dividido pelo total de procedimentos programados multiplicado por 100), constatou-se que Neurologia Intervencionista apresentou taxa de 25% de suspensão, a maior encontrada, seguida pela Cardiologia com 15,3%, Eletrofisiologia com 14% e por último a Cirurgia Vascular com 11%. Os resultados também mostraram que as taxas de suspensões por especialidade ao longo dos meses não se mantiveram constantes/lineares, apresentando grandes variações como apresentado na figura 1.

Por fim, a respeito dos motivos das suspensões/cancelamentos, os 5 principais foram: Falta de tempo de uso de Sala (22,4%); Falta de leito em Centro de Terapia Intensiva e /ou em Unidade Coronária (CTI/UCO) (22,4%); Atendimento de urgência não prevista (13,2%); Usuário com condições clínicas desfavoráveis (12,1%); Mudança da conduta médica (7%). Ao se analisar todos os motivos relacionados a suspensão, percebeu-se que 20,9% (n=57) foram fatores intrínsecos ao paciente e 79,1% (n=215) fatores extrínsecos ao paciente, totalizando os 272 cancelamentos no período.

No período estudado, dos 1331 usuários atendidos, com prevalência dos internados no próprio hospital de 50% (n=665), do sexo masculino 59% (n=786) e da faixa etária de 51-70 anos 47% (n=625). Sousa et al. (2014, p. 304-8), em estudo com o objetivo de identificar o perfil dos pacientes submetidos ao cateterismo cardíaco em serviço de hemodinâmica de um hospital de ensino, evidencia a tendência relacionada aos dados encontrados neste estudo. Numa amostra de n=214 usuários, 53% eram do sexo masculino, 57% internados na própria instituição e 29,4% com faixa etária de 62-69 anos.

Estudos como os de Kuhn et al. (2015) e de Mendonça *et.al*(2011) revelaram que os homens são submetidos com maior frequência a procedimentos cardíacos. O sexo masculino é mais propenso a desenvolver patologias cardiovasculares uma vez que não

há uma preocupação em buscar serviços preventivos, o que difere do sexo feminino que busca cuidar da sua saúde em toda fase da vida. Além disso, ainda de acordo com os autores, ambos os estudos evidenciaram também que a faixa etária de 50 a 70 anos é a mais prevalente nos serviços de hemodinâmica, similarmente encontrada neste estudo. Este evento pode ser justificado pelos avanços tecnológicos que possibilitaram uma maior longevidade populacional e a maior susceptibilidade às doenças cardiovasculares devido ao próprio processo fisiológico do envelhecimento.

Para Linch et al. (2009, pp. 488-95) o serviço de Hemodinâmica tem como principal ofício o diagnóstico e/ou tratamento rápido e preciso de doenças vasculares, visando menores riscos ao paciente. Na UDH do HC-UFMG, operam quatro especialidades médicas, que atuam em horário pré-definidos pelo setor. São elas as especialidades: Cardiologia, Neurorradiologia, a Cirurgia Vascular e a Eletrofisiologia.

Durante os meses estudados, essas especialidades realizaram um total de 1610 intervenções eletivas e suspenderam/cancelaram 272 destes, exibindo um índice de suspensão de 14,5% neste período. O Ministério da Saúde do Brasil define a taxa de suspensão de cirurgias pelo número de cirurgias suspensas dividido pelo total de cirurgias programadas em determinado período e multiplicado por 100. Não foi encontrado na literatura índices de suspensões/cancelamentos de procedimentos em unidades de hemodinâmica. Porém em estudos relacionados a cancelamentos de cirurgias eletivas em centros cirúrgicos, como descrito por Moraes et. al (2017, p.2645-53) acusam taxas entre 14,14% - 27,4% como elevadas. Ainda, este estudo aponta que as taxas de cancelamento merecem ser analisadas e utilizadas como indicadores de qualidade de assistência. Em relação aos índices mensais de suspensão de procedimentos, observa-se que estes se mantiveram entre valores de 10,5% a 23,4%, conforme exposto na Tabela 1.

Procedimentos	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	Período Total
Programados	237	175	248	223	250	241	235	273	1882
Realizados	204	134	222	198	221	209	192	230	1610
Cancelados	33	41	26	25	29	32	43	43	272
% Cancelamentos	13,9%	23,4%	10,5%	11,2%	11,6%	13,3%	18,3%	15,8%	14,5%

Tabela1. Número total de procedimentos programados, realizados, suspensos e taxa de cancelamento no período.

Fonte: Unidade de Hemodinâmica do Hospital das Clínicas da UFMG

A exemplo dessas divergências mensais, a especialidade da Neurorradiologia no mês de janeiro suspendeu 40% dos procedimentos programados, enquanto em março esta mesma realizou todos os procedimentos agendados apontando taxa de 0% de cancelamento. Botazini et al. (2015, pp.210-219) afirma que o cancelamento de cirurgias eletivas, como os ocorridos nas UDH, provoca diversos prejuízos tanto envolvendo o usuário quanto para a instituição de saúde. Para o serviço, estas perdas podem estar associadas a subutilização das salas de procedimentos, aumento da taxa de permanência do paciente internado que depende do procedimento, com conseqüente encarecimento do leito-dia e entre outros. Para o paciente relaciona-se ao estresse emocional além do aumento do risco de infecção hospitalar ou de outras complicações referentes a internação.

Sodrée Fahl(2014), em seu estudo a respeito de cancelamento de cirurgias em um hospital público de São Paulo, afirmam que existem na literatura trabalhos que analisam os motivos de cancelamentos de cirurgias. Com isso, é utilizado a análise retrospectiva dos registros hospitalares como estratégias para reduzir as suspensões. Paralelamente ao mencionado, foi realizado a análise dos motivos pelos quais os procedimentos eletivos marcados na UDH HC-UFMG foram suspensos/cancelados, e percebeu-se que a maior parte dos cancelamentos relacionavam-se a questões institucionais/gerenciais e não dependentes do usuário.

Foram encontrados 14 motivos para os cancelamentos no período conforme apresentado na Tabela 2. Com taxas iguais de 22,4%, os dois primeiros motivos foram a “Falta de tempo de sala” e “Falta de vaga no CTI/UCO”. Os cancelamentos gerados pelo motivo falta de tempo de sala na UDH do HC-UFMG ocorrem em detrimento de um procedimento anterior ultrapassar o tempo programado para utilização da sala e conseqüentemente acarretou no cancelamento, por não haver mais tempo de sala disponível para a clínica. Já os devidos a falta de vaga em CTI/UCO, ocorrem pois espera-se que haja uma vaga de terapia intensiva para o usuário que irá se submeter a um procedimento delicado, mas por motivos internos esta não é fornecida.

Motivos das suspensões/cancelamentos	Novembro de 2017 a Junho de 2018
1. Falta de tempo de uso da sala	22,4%
2. Falta de vaga no centro de terapia intensiva (CTI)	22,4%
3. Atendimento de urgência não prevista	13,2%
4. Usuário com condições clínicas desfavoráveis	12,1%
5. Mudança da conduta médica	7%
6. Falta de leito em enfermaria	4,8%
7. Falta de material e/ou equipamento para realização do procedimento	4,8%
8. Quebra do Jejum	3,3%
9. Não comparecimento ou desistência do usuário	2,9%

10. Exame de RNI alterado	2,6%
11. Motivo não relatado na planilha	1,5%
12. Falta de médico anestesista para o procedimento	1,5%
13. Por motivo de greve do setor	1,1%
14. Falta de médico intervencionista	0,4%

Tabela 2. Motivos de suspensão/cancelamento de procedimentos eletivos programados na unidade de hemodinâmica do Hospital das Clínicas da UFMG

Fonte: Unidade de Hemodinâmica do Hospital das Clínicas da UFMG

Resultados semelhantes ao desta pesquisa foram encontrados em um estudo realizado na Austrália por Schofield et al. (2005, p. 621-15). Neste, os dois principais motivos de cancelamento no dia do procedimento foram: Devido procedimento anterior ter ultrapassado o tempo de utilização da sala (18,7%); Sem leito pós-operatório (18,1%). O cancelamento dos procedimentos no dia da programação, segundo Sodrée Fahl (2014), é uma das principais causas do uso inadequado do tempo da sala e reflete um mal proveito dos recursos.

Ainda, Moraes et al. (2017, pp.2645-53) em estudo que aborda fatores clínicos e organizacionais relacionados a suspensão de procedimentos cirúrgicos, refere que ultrapassar o horário da rotina de utilização da sala demonstra falta de organização no planejamento do agendamento, isto devido ao excesso de marcações que não condiz com a realidade e que não permite a realização de todos os procedimentos programados.

De forma utópica, todas as programações deveriam ser realizadas, mas várias situações fogem ao controle da equipe multiprofissional, como é o caso de usuários que se apresentam sem condições clínicas para se submeter a um procedimento, Souza et al. (2010, pp.82-87). No entanto, deve-se ter como meta gerencial a restrição máxima das situações imprevisíveis, contribuindo, assim, para a diminuição das taxas de suspensão.

Conforme exposto na tabela 2, os motivos relacionados diretamente com os usuários são: Usuário com condições clínicas desfavoráveis (12,1%); Quebra do jejum (3,3%); Não comparecimento ou desistência do usuário (2,9%); Exame de RNI alterado (2,6%). Todos esses motivos somados refletem 20,9% do total de suspensões. Em contrapartida, o restante dos motivos e a grande maioria (79,1%) estão relacionados a fatores institucionais, não dependentes do paciente, como fatores organizacionais/gerenciais e de recursos humanos e materiais. Vale ressaltar, conforme apontado por Schofield et al. (2005, p. 612-5), as causas administrativas e organizacionais são falhas potencialmente evitáveis, porém foram os motivos que mais prevaleceram neste estudo realizado no UDH HC-UFMG.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi atingida uma taxa de 14,5% de suspensões/cancelamentos de procedimentos na UDH HC-UFG, no período analisado. Apesar de não existir na literatura trabalhos em unidade de hemodinâmica com esta temática, realizado uma reflexão utilizando-se de estudos que abordam a incidência de cancelamentos e suas implicações em centros cirúrgicos, podem assim contextualizar no âmbito da hemodinâmica. Sabe-se que os setores de um hospital apresentam características e peculiaridades próprias. Entretanto, os motivos que ocasionaram os cancelamentos na Unidade de Hemodinâmica HC-UFG são similares aos encontrados na literatura a respeito de cancelamento em centro cirúrgicos, bem como as implicações trazidas com estas ocorrências.

Nepote (2009, pp.529-534) e Chaves et al. (2011, pp.190-199) consideram apropriada a busca frequente desta temática também em unidades de hemodinâmica, uma vez que considerando as limitações orçamentárias e os custos elevados na área da saúde vê-se necessário a implementação de estratégias capazes de evitar desperdícios e aperfeiçoar os serviços prestados em todos os setores da saúde. Desta forma, o enfermeiro que atualmente está cada vez mais envolvido nas decisões financeiras e no planejamento, necessita saber gerir os recursos cada vez mais escassos em seu campo de atuação.

O gerente da unidade deve buscar averiguar as razões dos cancelamentos, podendo assim tomar medidas que minimizem suas ocorrências. Sendo assim, de acordo com Souza et al. (2010), os cancelamentos/suspensões devem ser vistos como eventos adversos, monitorados sistematicamente e analisando criticamente suas ocorrências, pois suas principais causas giram em torno de fatores potencialmente evitáveis.

Os benefícios trazidos com esta pesquisa estão relacionados à reflexão que os resultados dos dados proporcionaram, onde foi possível elaborar um documento para registro mais sistemático dos cancelamentos/suspensões e seus motivos, podendo assim contribuir para um aperfeiçoamento de caráter gerencial e logístico da unidade.

Ressalta-se a necessidade de uma infraestrutura de apoio para obtenção de dados confiáveis que possam ser utilizados com objetivo de melhorar o gerenciamento de processos. Como por exemplo, a informatização dos agendamentos e cancelamentos no sistema da instituição, assim como já realizado no bloco cirúrgico. E desta forma, o estudo poderá servir de subsídios para elaboração de uma rotina de registro/controle das suspensões/cancelamentos dos procedimentos hemodinâmicos e os seus motivos. A mesma foi construída de modo a sistematizar e incluir novas informações, com as quais seja possível fazer outras comparações com os resultados mais confiáveis e completos obtidos em outros trabalhos. Além de poder contribuir para a instituição, e especificamente ao setor de hemodinâmica, na elaboração de um mapa cirúrgico que atenda a sua realidade, melhorando a eficiência na gestão do mesmo, sendo muito contribuinte a pesquisa realizada.

É preciso salientar que as limitações encontradas neste estudo foram relacionadas a incompletude das informações nas planilhas, como não declarar o motivo do cancelamento de procedimentos em alguns casos (1,5%), bem como a falta de uma padronização para as anotações no livro de registro e nas planilhas. Sugere-se que sejam realizadas capacitações e conscientização dos profissionais envolvidos no processo de registro dos dados da unidade, para que o preenchimento seja completo e fidedigno.

Para estudos futuros, sugere-se que sejam empreendidas pesquisas sobre o tema em outros hospitais públicos e privados para um comparativo dos dois modelos de gestão. Uma vez que a qualidade e a eficiência dos serviços públicos de saúde são fundamentais para a melhoria da gestão pública. E o aprofundamento de estudos a partir dos resultados apresentados neste artigo, especialmente com aplicação de técnicas de gestão por processos e para resultados, baseados em teorias apropriadas, poderá contribuir teoricamente para o tema.

REFERÊNCIAS

BORDALO, A. A. (2006). **Estudo transversal e/ou longitudinal. Revista Paranaense de Psicologia**, 20 (4), 5. Recuperado em 2, 2009, disponível em <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/rpm/v20n4/v20n4a01.pdf>>

BOTAZINI, N. O., Toledo L. D., Souza D. M. S. T. **Cirurgias eletivas: cancelamentos e causas.** Revista. SOBECC, SÃO PAULO. OUT./DEZ. 2015; 20(4): 210-219;

BRASIL. **Normas e padrões de construções e instalações de serviço de saúde.** 2. ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 1978.

CARVALHO, T. A., Sobral C.B.M., Pablíane M. L, Llapa-Rodriguez E. O., Campos M. P. **Suspensão de cirurgias em um hospital universitário.** Revista. SOBECC, São Paulo. OUT./DEZ. 2016; 21(4): 186-191

CHAVES, S. S.P., Gomes C.T., Secchin C. **Evaluando el indicador de desempeño suspensión quirúrgica, como factor de calidad en la asistencia al paciente quirúrgico.** Enferm. glob. [Internet]. 2011 Jul [citado 2018 Nov 29]; 10(23): 190-199. Disponible en: http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412011000300014&lng=es. <http://dx.doi.org/10.4321/S1695-61412011000300014>.

COSTA, G. R. et al.. **Atuação do enfermeiro no serviço de hemodinâmica: uma revisão integrativa.** Revista Interd. v. 7, n. 3, p. 157-164, jul.ago. set. 2014

FERES, Fausto et al.. **Diretriz da sociedade brasileira de cardiologia e da sociedade brasileira de hemodinâmica e cardiologia intervencionista sobre intervenção coronária percutânea.** Arquivo Brasileiro de Cardiologia, São Paulo, v. 109, n. 1, supl. 1, p.1-81, July 2017. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2017001000001&lng=en&nrm=iso

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

GOTTSCHALL, Carlos A. M. 1929-2009: **80 Anos de Cateterismo Cardíaco – uma História Dentro da História**. Revista Brasileira Cardiologia Invasiva. 2009;17(2):246-68

HUGUENIN, F. M., Pinheiro R. S., Almeida R. M., Varnier R., Infantosi A. F. C. **Caracterização dos padrões de variação dos cuidados de saúde a partir dos gastos com internações por infarto agudo do miocárdio no Sistema Único de Saúde**. Revista Brasileira de Epidemiologia. [Internet]. 2016 June [cited 2018 Nov 29]; 19(2): 229-242. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2016000200229&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-5497201600020002>.

KUHN, O. T., Bueno, J. F. B, Loro M. M., Kolankiewicz A. C. B., Rosanelli, C. L. S. P, Winkelmann E. R. **Perfil de pacientes submetidos a cateterismo cardíaco e angioplastia em um hospital geral**. Revista Contexto & Saúde, Ijuí v. 15 • n. 29 • Jul./Dez. 2015

LINCH, G. F. C. et al. **Unidades de hemodinâmica: a produção do conhecimento**. Rev. Gaúcha Enferm. (Online), Porto Alegre, v. 30, n. 4, p. 742-749, Dec. 2009 . Available from <<http://www.scielo.br/scielo.php?>

LINCH, G. F. C. et al.. **Enfermeiros de unidades de hemodinâmica do Rio Grande do Sul: Perfil e satisfação profissional**. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, 2010 Jul-Set; 19(3): 488-95.

MATTOS, L. A. P. **Infarto agudo do miocárdio no Sistema Único de Saúde: uma ponte longe demais para a reperfusão?** Revista Brasileira de Cardiologia Invasiva 2016;24:2-3 - Vol. 24 Núm.1

MENDONÇA, A. E. O., Dantas R. A. N., Costa, J. E, Medeiros, R. A., Paiva L. C. **Perfil Epidemiológico de pacientes submetidos a cateterismo cardíaco em uma unidade de hemodinâmica em Natal/RN**. FIEP BULLETIN -Volume 81 -Special Edition -ARTICLE II -2011

MORAES, P. G. S., Pachêco, N. M. D., Silva, R. G. S., Silva, P. C. V. **Fatores clínicos e organizacionais relacionado à suspensão de procedimentos cirúrgicos**. Revista de Enfermagem UFPE online, Recife, 11(7):2645-53, jul., 2017

NEPOTE, M. H., Aoki, M. I. U., Hardy, E. **Associação entre os índices operacionais e a taxa de ocupação de um centro cirúrgico geral**. Revista Latino-Americana de Enfermagem [Internet]. 2009 Aug [cited 2018 Nov 29]; 17(4): 529-534. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692009000400015&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692009000400015>.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico- prática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

RIBEIRO, K. R. A, Silva L. P, Lima M. L. S. **Conhecimento do Infarto agudo do miocárdio: implicações para assistência de enfermagem**. Revista Enfermagem UFPI. 2016 Oct-Dec; 5(4):63-8

SCHOFIELD, W. N, Rubin GL, Piza M, Lai YY, Sindhusake D, Fearnside MR, et al.. *Cancellation of operations on the day of intended surgery at a major Australian referral hospital*. MedJ Aust. 2005;182(12):612-5

SODRÉ, R. L., Fahl, M. A., Félix E. **Cancelamento de cirurgias em um hospital público na cidade de São Paulo**. RAS _ Vol. 16, No 63 – Abr-Jun, 2014

SOUSA, S. M., Bernardino, E., Vicelli R. M. M., Kalinowski, C. E.. **Perfil de pacientes submetidos ao cateterismo cardíaco: subsídio para prevenção de fatores de risco cardiovascular**. Cogitare Enfermagem. 2014 Abr/Jun; 19(2):304-8

SOUZA, V. D. O., Mauricio, V. C., Marques, L. G., M. C. V., Leite, G. F. P.. **Determinantes para suspensões cirúrgicas em um hospital universitário**. Reme – Revista Mineira de Enfermagem .14(1): 82-87, jan./mar., 2010. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692009000400015>.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico- prática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CAPÍTULO 2

COVID 19 COMO DOENÇA OCUPACIONAL E SEUS IMPACTOS NA ESFERA PREVIDENCIÁRIA

Data de aceite: 01/09/2020

data de submissão: 24/07/2020

Letícia Vieira Mattos

Universidade Estadual de Londrina. Marília
https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=26B283D27BC89E47E072BD5FCE881490

RESUMO: A pandemia do covid-19 obrigou os países a buscarem adaptações e modificações em seus ordenamentos jurídicos com o escopo de dirimir os graves impactos trabalhistas-econômicos assistidos pela sociedade mundial. No Brasil, a Medida Provisória 927 foi um dos primeiros instrumentos criados pelo governo para possibilitar a garantia de emprego e renda. A maior polêmica envolvendo a MP indubitavelmente reside no artigo 29, o qual trata acerca da covid-19 e sua relação com doença ocupacional. O debate envolvendo a covid-19 e o seu enquadramento como “patologia ocupacional”, resulta em consequências jurídicas nas esferas trabalhista e previdenciária. Deste modo, a escolha do tema se justifica pela necessidade de se antecipar aos reflexos decorrentes da posição assumida pelo STF, produzindo conteúdo voltado a solucionar os impasses previdenciários que ainda não foram abrangidos pela legislação pátria. Para alcançar o resultado almejado no presente estudo, será utilizado, o método hipotético dedutivo formulando hipóteses a partir da decisão do STF, sobre as quais procura-se na legislação e doutrina elementos que possam confirmá-las, fazendo uso de recursos voltados a pesquisa bibliográfica e documental.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19, Doença Ocupacional, Trabalho.

COVID 19 AS AN OCCUPATIONAL DISEASE AND ITS IMPACTS ON THE SOCIAL SECURITY SPHERE

ABSTRACT: A covid-19 pandemic requires countries to obtain adaptations and modifications in their legal systems with or within the scope of the grave directive for labor-economic workers assisted by world society. In Brazil, a 937 measure was one of the first instruments created by the government to make it possible to guarantee employment and income. Surrounded by political issues, the main one being perhaps listed in article 29, which deals with covid-19 and its relationship with occupational disease. The controversy involving covid-19 and its classification as “occupational pathology”, results in legal consequences in the labor and social security spheres. In this way, the choice of the theme justifies the need to anticipate the reflexes and guarantee the position assumed by the STF, producing content aimed at the solution of social security impasses that have not yet been covered by the regulation. To achieve or obtain desired results in the present study, a hypothetical deductive method will be used, formulating hypotheses based on the STF’s decision, on the questions requested in the legislation and in the doctrine of items that confirm, making use of resources aimed at bibliographic research and documentary.

KEYWORDS: Covid-19. Disease Occupational. Labor

1 | INTRODUÇÃO

Em pouco tempo, a COVID 19 alçada ao patamar de pandemia pela OMS se disseminou por todos os continentes, alterando a vida cotidiana e os costumes da civilização moderna. A crise de saúde pública – mesmo com todas as normas protetivas - avança exponencialmente pelo mundo, contabilizando atualmente 12 (doze) milhões de infectados e, causando, lamentavelmente, a morte de 550.384 pessoas, de acordo com os dados divulgados pelo no site da OMS (<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>) obtidos até a entrega deste artigo.

Em combate ao surto da pandemia, as autoridades sanitárias implementaram as medidas de proteção, amplamente divulgadas nos meios de comunicação, no intento de retardar a proliferação do coronavírus, determinando, dentre as recomendações usuais: o isolamento social, quarentena e o fechamento parcial das atividades empresariais, permanecendo em operação apenas aquelas consideradas essenciais.

Nesse cenário, com a paralisação da maioria atividades econômicas por força dos protocolos internacionais, as organizações empresariais ao redor do mundo foram compelidas a buscar alternativas viáveis que minimizassem os reflexos nefastos da retração economia, a exemplo do *e-commerce* e *delivery*.

Entretanto, a reinvenção dos negócios em consonância aos novos hábitos de consumo não foi a única providência adotada para enfrentar o agravamento da crise econômica. Para alcançar a melhor eficiência operacional, muitas empresas se viram obrigadas a reduzir as despesas, iniciando a reestruturação dos procedimentos internos, por meio da diminuição do custo inerente de folha de pagamento dos funcionários.

Diante da ameaça de aumento da taxa desemprego, os países situados no epicentro da pandemia criaram maneiras de aportar capital e auxiliar na manutenção no quadro funcional, trazendo alívio à classe empresarial para fazer frente aos custos da pandemia e, simultaneamente, garantir a renda dos trabalhadores formais e informais, bem como, de micro empresários a beira da insolvência em razão da queda do faturamento no período de quarentena.

O governo brasileiro, com o propósito de amenizar os impactos sociais e econômicos, decretou 2 (duas) medidas provisórias (MP 927 e 936/20), ambas se destinaram a flexibilizar as normas atinentes a relação de trabalho, concedendo aos empresários subsídios para suportar os ônus da pandemia e manter os empregos. Entretanto, como todo diploma de natureza reformista, as MP's sofreram forte oposição de entidades sindicais e de proteção ao trabalhador, as quais arguiram a inconstitucionalidade das medidas provisórias editadas pelo Presidente da República, invocando ao STF a revisão dos atos normativos.

O STF, promovendo o controle concentrado de constitucionalidade, entendeu que o Art. 29 da MP 927/20 traz prejuízos aos trabalhadores que estão suscetíveis a contaminação pelo coronavírus, levantando a possibilidade de a patologia ser considerada doença do trabalho.

A polêmica envolvendo a COVID 19 e o seu enquadramento como “patologia ocupacional”, resulta em consequências jurídicas nas esferas trabalhista e previdenciária. Deste modo, a escolha do tema se justifica pela necessidade de se antecipar aos reflexos decorrentes da posição assumida pelo STF, produzindo conteúdo voltado a solucionar os impasses previdenciários que ainda não foram abrangidos pela legislação pátria.

21 DECISÃO DO STF E A DOENÇA OCUPACIONAL – MODIFICAÇÃO DO ÔNUS DA PROVA PARA A EMPRESA – CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE O POSICIONAMENTO DA CORTE SUPREMA

A MP 927/20 tem como objetivo estabelecer medidas trabalhistas, flexibilizando a legislação laboral, de modo que o empresariado tenha autonomia de celebrar acordos individuais com seus empregados, com o fito de excluí-los do ambiente de risco e adequar as condições do pacto laboral, especialmente, as remunerações e a carga horária, ao devastador cenário de prejuízos financeiros que assolam as empresas.

Desse modo, a MP 927/2020, permite que os empregadores façam uso do poder diretivo e possam conceder férias antecipadas ou coletivas, dispensa do trabalho incluindo as horas não laboradas no regime de banco de horas, autorização para teletrabalho, antecipação de feriados e, até mesmo, a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho, como também, a isenção do recolhimento do FGTS no período da pandemia.

Não obstante as manifestações contrárias ao conteúdo preceituado pela MP 927, o ponto de maior repercussão da citada Medida Provisória, submetido à apreciação do Supremo Tribunal Federal, consiste na pretensão do Poder Executivo em afastar o liame de causalidade entre a COVID 19 e as atividades laborais, conforme disposto no Art. 29 da MP 927: “Os casos de contaminação pelo coronavírus (covid-19) não serão considerados ocupacionais, exceto mediante comprovação do nexo causal”.

A respeito da finalidade do Art. 29 da MP 927, as advogadas Priscila Mathias Fichtner e Elaine Maria de Jesus (FICHTNER; JESUS, 2020, p. 02) teceram os seguintes comentários:

[...] buscou a MP 927 consolidar regra já existente na legislação pátria e afastar a imputação objetiva e imediata ao empregador, que já enfrenta grave crise econômica, trazendo — de certo modo — segurança jurídica de que o simples fato de o trabalho presencial continuar não irá gerar eventual enxurradas de demandas, administrativas ou processuais, caso alguns dos seus empregados sejam contaminados pelo coronavírus.

Entretanto, diversos partidos políticos e entidades representativas dos trabalhadores, apresentaram Ações de Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN's) ao STF, sob alegação de que as medidas preceituadas na MP 927 violavam o princípio do valor social do trabalho, ocasionando retrocesso social, visto que a flexibilização das regras trabalhistas, suprimiam

direitos conquistados pela classe obreira e assegurados na Carta Magna.

Em cognição sumária, o ministro relator Marco Aurélio indeferiu a liminar formulada nas ADIN'S, amparado pela necessidade de manter o vínculo empregatício e a renda dos empregados no período de combate a pandemia, rejeitando, assim, o pedido cautelar de suspensão do ato presidencial.

No final de abril de 2020, em votação no plenário do STF, o Ministro Alexandre de Moraes, divergiu do relator da ADIN, recebendo apoio de outros cinco julgadores da corte suprema, para suspender a eficácia dos Arts. 29 e 31 da MP 927.

A decisão do STF trouxe um enorme dilema a classe empresarial: com a suspensão da aplicabilidade do texto do Art. 29 da MP 927, a simples confirmação de que o trabalhador está infectado com a COVID 19, por si só, presume a caracterização da doença ocupacional? Em outras palavras, os Ministros transferiram aos empresários o ônus de comprovar que inexistente nexos causal entre o coronavírus e o trabalho?

O tema merece maior reflexão, tendo em vista que a interpretação consagrada pelo Plenário do STF, poderá trazer consequências nas searas trabalhista e previdenciária, muitas delas desfavoráveis aos interesses dos empresários.

O primeiro aspecto a ser ponderado em relação ao entendimento do STF é a delimitação dos efeitos da suspensão de eficácia do Art. 29 da MP 927. A fundamentação declinada pelo Ministro Alexandre Moraes demonstra que a exclusão da COVID 19 do âmbito de patologias relacionadas ao trabalho acarreta prejuízos imensuráveis aos profissionais que atuam diretamente em locais sujeitos a contaminação do vírus, a exemplo dos trabalhadores da área da saúde e motoboys.

De fato, os profissionais alocados em ambiente com proliferação do coronavírus apresentam maior possibilidade de contaminação do que os trabalhadores que se dedicam nos demais segmentos da economia. Porém, a simples exposição ao risco de contágio pela COVID 19 é suficiente para considerar a patologia ocupacional? Posto de outra forma, teria o STF fixado o nexos de causalidade do coronavírus pautado nos critérios do NTEP (Nexo Técnico Epidemiológico de Previdenciário) configurando a doença de natureza laboral atrelada diretamente ao CNAE das empresas dos ramos da saúde?

Como se vislumbra das reflexões acima, a decisão exarada pelo STF trouxe incertezas no que se refere ao nexos de causalidade, visto que a inaplicabilidade do Art. 29 da MP 927 possibilita interpretações dos mais diversos tipos, tanto no âmbito da justiça especializada como na conclusão das perícias médicas eventualmente designadas pelo INSS para verificar se a COVID 19 tem natureza ocupacional.

A única certeza que se extrai do julgamento prolatado pelo Pleno do STF é de que o coronavírus se for deflagrado no ambiente laboral ou contraído por conta da natureza do trabalho assume a condição de doença ocupacional, deixando aos empresários a incumbência de afastar o nexos de causalidade, o que se mostra coerente ao fazer um paralelo com o princípio da distribuição dinâmica do ônus da prova, incorporado às normas de direito processual.

Em razão disso, agindo preventivamente ao objeto dos dissídios que possam surgir em decorrência da posição do STF, algumas empresas instituíram comitês de crise formados por profissionais multidisciplinares que tem a legitimidade para definir os procedimentos a serem adotados e estabelecer as medidas de segurança a fim de evitar a contaminação dos funcionários dentro das dependências da empresa.

De tal sorte, os empresários conscientes do seu papel de proteção da classe trabalhadora e com receio sofrer as consequências advindas do reconhecimento da COVID 19 como doença ocupacional, estão buscando meios de reunir provas que demonstrem que a contaminação não ocorreu no ambiente laboral. A principal providência dos empregadores mais cautelosos tem sido documentar a entrega dos itens de proteção, como, máscara, álcool gel, luvas e outros produtos de higiene e limpeza, demonstrando por meio desse conjunto probatório que a contaminação do colaborador não guarda relação com o trabalho, consoante preceitua o §1º, Art. 21-A da Lei 8213/1991: “A perícia médica do INSS deixará de aplicar o disposto neste artigo quando demonstrada a inexistência do nexo de que trata o caput deste artigo”.

Insta salientar, ademais, que o coronavírus é altamente contagioso, de maneira que a transmissão do vírus pode ocorrer em qualquer lugar: dentro de casa, no transporte público, em supermercados e farmácias. Assim, o maior desafio dos peritos designados para avaliar o nexo causal será a identificação do local exato em que a pessoa manteve o contato com o vírus, salvo nas atividades com risco de contaminação mais alto, como, hospitais, funerárias, entregadores de mercadorias, cuja exposição ao agente insalubre é inevitável. Nesses casos, caberá ao empregador, por meio de sua equipe de medicina e segurança do trabalho, apurar as circunstâncias que ensejaram a contaminação e verificar se o funcionário contribuiu diretamente para adquirir a doença, deixando de tomar as cautelas que lhe cabia ou se a contaminação adveio do contato próximo com parentes e amigos.

Feitas as considerações a respeito das discussões geradas a partir da suspensão da aplicabilidade do Art. 29 da MP 927/20 por força do julgamento do STF, passa-se a discorrer no próximo tópico sobre a possibilidade de comprovação do nexo causal e a equiparação da COVID 19 as demais patologias consideradas pelo ordenamento jurídico como acidente de trabalho.

3 | COVID 19 COMO DOENÇA OCUPACIONAL – ACIDENTE DE TRABALHO POR EQUIPARAÇÃO

Seguindo a linha de entendimento do STF, nas atividades classificadas como essenciais, os funcionários tem maior propensão a serem contaminados pela COVID 19, incidindo a responsabilidade objetiva do empregador. Contudo, é correto afirmar que o contágio do empregado pelo Coronavírus é presumida e se amolda aos conceitos de doença ocupacional?

A legislação previdenciária estabelece no Art. 20 da Lei nº 8.213/1991, que as enfermidades de cunho laboral se dividem em duas espécies: doença profissional e doença do trabalho, segundo se infere dos incisos I e II abaixo:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

Para diferenciação das doenças definidas na lei, em primeiro plano, deve-se verificar o risco, isto é, se o trabalhador está em exposição direta ou indireta ao agente patogênico. Anota-se, a título de elucidação, que a contaminação pelo coronavírus em funcionários alocados em atividades com elevada exposição ao COVID 19, em virtude da profissão exercida, como médicos e enfermeiros, cuida-se de “doença profissional típica”. Já o empregado infectado por desídia da empresa que descumpriu as orientações do Ministério da Saúde e OMS, deixando o trabalhador em situação de risco, mesmo que ele não exerça uma atividade profissional vinculada ao vírus, tal situação amolda-se ao conceito de “doença do trabalho” atípica.

A legislação previdenciária estabelece ainda uma terceira espécie de doença ocupacional, preceituada no Art. 20 §2º da Lei nº 8.213/1991:

§ 2º Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho.

Nesse diapasão, Garcia (2013, p. 19) faz apropriada complementação acerca dos tipos de doença ocupacional:

Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II do Art. 20 (acima transcrito) resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ela se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente de trabalho (§2º do Art. 20 da lei 8.213/1991). Tem-se, assim, as doenças do trabalho denominadas ‘mesopatias’.

No entanto, independentemente da espécie da doença que melhor se harmoniza ao texto legal, esta somente será considerada de natureza ocupacional se houver comprovação do nexa causalidade que ficará a cargo do perito médico do INSS, como se infere do Art. 21-A, §1º, da Lei nº 8.213/1991: “A perícia médica do INSS deixará de aplicar o disposto neste artigo quando demonstrada a inexistência do nexa de que trata o caput deste artigo”.

Como exposto alhures, caberá ao perito examinar no caso concreto o grau de exposição do trabalhador ao agente biológico, bem como a natureza do trabalho desempenhado, cujo preenchimento desses 2 requisitos é fundamental para caracterizar onexo causal entre patologia e o trabalho, adotando-se, para tanto, o critério da responsabilidade subjetiva da empresa, diferentemente do entendimento manifestado pela Corte Suprema.

Deste modo, em dissonância com o julgamento do STF, ainda que a COVID 19 possa ser contraída pelo trabalhador em qualquer local, bastando um pequeno descuido nas regras de proteção e higiene, incumbe ao empregador demonstrar a inexistência da liame de causalidade, fazendo prova de que tomou todas as “medidas e cautelas recomendáveis no ambiente de trabalho, na linha das diversas orientações e recomendações proferidas pelo MPT, pela Secretaria do Trabalho e outros milhares de decretos municipais baixados no período”. (FICHTNER; JESUS, 2020, p. 02)

Portanto, o empregador deve se desincumbir do ônus da prova, ratificando a inexistência de nexode causalidade, de maneira que o perito se convença de que o contágio da COVID 19 ocorreu por fatores alheios e totalmente desconexos ao trabalho. Deste modo, a moléstia passa a se enquadrar nas hipóteses de exclusão da doença do trabalho prevista no Art. 20, §1º, alínea “d” da Lei 8.213/1991: “a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho”.

Não obstante o coronavirus pertença ao grupo de doenças “epidêmicas” e não “endêmicas” como disciplina a lei, uma vez que possui caráter transitório e que afeta um número indeterminado de indivíduos, do mesmo jeito que a endemia pode ser considerada “ocupacional” se a infecção ocorreu em virtude do trabalho, a causa de exclusão também pode ser atribuída por analogia - em regime de exceção - ao COVID 19, rechaçando a responsabilidade do empregador diligente capaz de demonstrar que o contágio se efetivou fora do ambiente laboral.

Do mesmo sentir, Fichtner e Jesus (2020, p. 03) sustentam a aplicação por analogia do Art. 20, §1º, alínea “d” da Lei 8.213/1991: “a norma em comento se aplica, sem maiores questionamentos às endemias, com maior razão de ser - pela potencialidade de alastramento da doença - deveria ser também utilizada como solução em questões envolvendo a pandemia”.

Importante salientar, em sede de “causalidade indireta” pautada na Teoria do Risco Empresarial, não pode descartar a possibilidade de o funcionário testar positivo para a COVID 19, ficando comprovada que a contaminação teve origem no ambiente de trabalho, mesmo com todos os cuidados adotados pelo empregador, conforme estatui o Art. 21, inciso III, da Lei nº 8.213/91: “a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade”.

Neste caso, a patologia se amolda ao conceito de acidente de trabalho por equiparação que - apesar da inexistência de culpa da empresa - o infortúnio ocorreu pelo fato de o colaborador não ter sido excluído totalmente do ambiente de contágio, uma vez que o trabalho desenvolvido ao longo da pandemia faz parte do risco do negócio, assumido e calculado pelo empregador.

Facilitando a compreensão do assunto, Monteiro e Bertagni (2016, p. 50) asseveram que o acidente de trabalho por equiparação ocorre:

[...] quando o empregado estiver à disposição do empregador, independentemente do local e dia, em horário de trabalho e no ambiente da empresa, mesmo sem estar efetivamente trabalhando (períodos destinados às refeições e a outras necessidades fisiológicas), verificando-se o acidente, este assume a natureza do acidente de trabalho.

A propósito do tema, Garcia (2013, p. 77) entende que nas hipóteses de “causalidade indireta” para fins de responsabilidade civil a comprovação do nexos causal demanda menor esforço do que na esfera previdenciária:

Cabe ressaltar que para a incidência da responsabilidade civil decorrente de acidente de trabalho, e respectiva indenização por danos morais e materiais, o nexos causal exigido é mais restrito do que aquele amplo e elástico, previsto na Lei 8.213/1991, para a simples existência do acidente de trabalho para fins previdenciários, relacionados ao seguro acidentário, de caráter social e fundado na teoria do risco integral.

Destarte, não há dúvidas de que a COVID-19 pode se tornar uma doença do trabalho, uma vez que encontra respaldo na Lei 8.213/1991 mas, diferentemente, da decisão prolatada pelo Colendo STF, o nexos de causalidade deve ser comprovado pelo empregador, ao qual a legislação em vigor confere a responsabilidade subjetiva que se desempenhada com êxito, certamente, a contaminação do trabalhador pelo coronavírus não se sujeitará aos efeitos previdenciários atinentes ao acidente de trabalho.

4 | REFLEXOS PREVIDENCIÁRIOS

A decisão do Supremo vem impactar diretamente o cotidiano da empresa e empregado, exigindo mais cuidados com segurança, saúde e higiene do empregador para evitar futuras responsabilizações oriundas da configuração da COVID 19 como doença ocupacional e igualmente vem trazer modificações previdenciárias substantivas consequentes da espécie de benefício por incapacidade recebido pelo trabalhador.

4.1 Auxílio doença acidentário

O auxílio-doença acidentário (código B-91 no INSS) é devido ao trabalhador que sofre acidente ou está acometido de doença ocupacional, ficando assim incapacitado de realizar suas atividades laborais por um período de tempo.

O empregador de um hospital, por exemplo, enfermeiro que se contaminou com a COVID 19 por meio de suas atividades laborais atendendo os pacientes, terá o direito à percepção do auxílio doença acidentário até sua recuperação e retorno ao trabalho.

Obviamente que o trabalhador para fazer *jus* ao benefício previdenciário deverá preencher os requisitos que a lei de benefícios estipula, a saber, carência de 12 meses, qualidade de segurado e estar temporariamente incapacitado para o trabalho por conta da COVID 19, tendo a documentação médica que comprove a situação.

4.2 Estabilidade provisória acidentária

Ao se caracterizar uma doença ocupacional no caso concreto, será igualmente considerado acidente de trabalho por equiparação e conseqüentemente haverá as implicações comuns aplicáveis nestas situações.

A estabilidade provisória de doze meses conferida ao trabalhador acidentado é um direito previsto no artigo 118 lei 8.213/91. Embora seja um direito do trabalhador que esteja umbilicalmente ligado às normas previdenciárias e inclusive previsto em uma lei desta natureza, é um direito que impõe um dever direto na atividade do empregador, o qual se vê proibido de dispensar o trabalhador sem justa causa que fora acometido pela COVID 19, tendo sido comprovada sua natureza ocupacional.

Nos dizeres de Leite (2018, p. 567)

a doença profissional que tenha nexos de causalidade com a atividade exercida pelo trabalhador na empresa, a garantia provisória do emprego prevista no art. 118 da Lei 8.213/91 será assegurada, independentemente de ter havido afastamento do trabalhador ou a percepção de auxílio doença comum ou acidentário.

Mais vez aqui se mostra de extrema importância a questão da relação causal, que culminará em várias implicações nos direitos do trabalhador e deveres do empregador, trazendo à baila novamente a presunção relativa da lei, cabendo por meio da inversão do ônus, a empresa fazer prova contra a alegação de existência de nexos causal, descaracterizando deste modo a doença ocupacional.

No que tange ao tempo da estabilidade provisória do trabalhador, insta consignar que o período de doze meses se inicia a partir do momento que seu benefício do auxílio doença acidentário é cessado pelo INSS, podendo assim retornar às atividades na empresa.

Leciona o professor Lazzari (2020, p. 941):

a obtenção do direito à estabilidade ocorre no dia seguinte ao final da incapacidade proveniente de acidente do trabalho ou doença ocupacional. Dessa data pode-se dizer que o empregado tem direito adquirido à estabilidade; no entanto, enquanto estiver em gozo de benefício, seu contrato de trabalho estará suspenso e, com isso, não há como ser dispensado.

Nos casos que o empregador insistir em não observar tal estabilidade, dispensando o trabalhador que tenha contraído a COVID 19, caberá uma ação indenizatória de natureza trabalhista para reconhecimento deste período de doze meses que a empresa não poderia ter feito a dispensa.

Observe-se, portanto, que não se trata de mera indenização, pois o período deve ser reconhecido como tempo de contribuição, visto que é nula a dispensa e o trabalhador tem o emprego garantido pelos 12 meses seguintes à cessação do benefício, anulando-se a anotação de cessação do vínculo na CTPS, e mais, a natureza jurídica do pagamento é salarial, incidindo contribuições previdenciárias. (LAZZARI, p..569, 2020).

4.3 MAJORAÇÃO DO FAP (FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO) E RAT (RISCO AMBIENTAL DO TRABALHO)

Dentre as consequências práticas jurídicas decorrentes da decisão do Supremo, acredita-se que a majoração do FAP (fator acidentário de prevenção) seja a mais preocupante para a empresa.

O FAP varia de 0,5 a 2,0 e é um fator multiplicador, a depender do risco de acidente da empresa e da contribuição previdenciária paga ao Risco Ambiental do Trabalho (RAT), que varia de 1% a 3%. Pela metodologia do FAP, as empresas que registrarem maior número de acidentes ou doenças ocupacionais pagam mais o RAT.

Para os casos em que a empresa não conseguir afastar a configuração da doença ocupacional, o trabalhador terá acesso ao benefício previdenciário e certamente haverá impacto no FAP. O impacto negativo do FAP dependerá dos índices de afastamento em cada tipo de atividade. Em um hospital, por exemplo, em que os profissionais atuam na linha de frente e estão sendo contaminados exponencialmente, o valor do FAP para a empresa é capaz inclusive de levá-la à falência, devendo tal questão ser discutida posteriormente em sede de mérito pelo STF.

5 | CONCLUSÃO

O Supremo ao decidir pela inconstitucionalidade do artigo 29 da MP 927/20, suspendendo a eficácia do referido dispositivo, trouxe a possibilidade de configuração da COVID 19 como doença ocupacional estabelecendo a presunção relativa em detrimento da presunção absoluta de não caracterização de doença desta natureza, como pretendia o dispositivo da MP, cabendo hodiernamente à empresa a comprovação da inexistência de vínculo causal entre o labor e a doença.

Mister aduzir aqui que a referida decisão do STF não implica na caracterização direta da doença ocupacional ou em sua generalização para todos os casos, bastando o trabalhador ter sido contaminado pela doença para alegar a responsabilização do empregador, tal interpretação se mostra por bastante equivocada e deve ser evitada. A

modificação da presunção absoluta, ou seja, de que a COVID 19 não configura em doença ocupacional, se transformou em presunção relativa permitindo a relação causal entre o coronavírus e o trabalho, devendo desta feita, a empresa desconstituir o nexos causal, sendo matéria de sua defesa a ser arguida perante o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS.

Deste modo, o STF vem aduzir o óbvio por meio de sua decisão, um óbvio que fora extremamente necessário para elucidar a aplicação do dispositivo no ordenamento jurídico brasileiro, deixando evidente a ausência de tecnicidade jurídica na produção da medida provisória, pois a própria legislação previdenciária, em especial a norma que estabelece os benefícios previdenciários, vale dizer, a Lei nº 8.213/91 já assevera acerca da presunção relativa de doença ocupacional em seus artigos 19, 20 e 21 do citado diploma, sendo que a decisão em sede de liminar ainda não resolveu todas as problemáticas deste assunto, devendo o Supremo minimizar toda e qualquer lacuna ou obscuridade trazida pela legislação emergencial decorrente da COVID 19, concedendo segurança jurídica e proteção aos trabalhadores e empresas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 8.213, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm>. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927.htm>. Acesso em: 11 jul. 2020.

FICHTNER, Priscila Mathias; JESUS, Elaine Maria de. **A Covid-19, afinal, é uma doença ocupacional?**. Revista Consultor Jurídico, 2020, Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jun-03/opiniao-covid-19-afinal-doenca-ocupacional>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Acidentes do Trabalho: doenças ocupacionais e nexos técnico epidemiológico**. 5. Ed. São Paulo: Método, 2013.

JÚNIOR, Antonio Humberto de Souza et al. **Medida Provisória 927/2020: comentada artigo por artigo**. E-book. Revista dos Tribunais, 2020.

LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 23.ed. Rio de Janeiro: Gen, 2020.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais**. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

O ROMPIMENTO DO HIATO DO GÊNERO A PARTIR DE ROTAS METABÓLICAS BIOQUÍMICAS

Data de aceite: 01/09/2020

Maria Betânia de Oliveira Garcia

Universidade São Francisco, Bragança Paulista, São Paulo, Brasil.

Carolina Helena Almeida Silva

Universidade São Francisco, Bragança Paulista, São Paulo, Brasil.

Ariane Ribeiro Martins

Universidade São Francisco, Bragança Paulista, São Paulo, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0003-1339-614X>

RESUMO: Introdução: A medicina, desde a entrada da primeira mulher, vem rompendo paradigmas acerca da inferioridade feminina. Essa situação é evidenciada pela feminização dessa profissão e também por descobertas significativas, com as quais mulheres contribuíram para o avanço médico. Apesar do crescimento numérico, vale ressaltar que essa trajetória ainda é cerceada por pensamentos machistas. Diante disso, a Metodologia Ativa de Aprendizado, através de discussões, ao ser voltada para análise, por exemplo, de vias metabólicas bioquímicas e de aspectos da saúde, juntamente a questões do contexto social, permite a abordagem da situação da mulher na sociedade. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e analítica, com abordagens quantitativas e qualitativas. A partir de solicitação à Universidade São Francisco (USF), após aprovação pelo Comitê de Ética

em Pesquisa, CAAE 17683219.6.0000.5514, realizou-se análise dos dados da USF e entrevista com uma médica, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ademais, realizou-se a promoção da discussão sobre a equidade de gênero no Curso de Medicina, conteúdo curricular Bioquímica, a partir de 3 Casos Clínicos Interdisciplinares (Metodologias Ativas) - referentes a descobertas de cientistas importantes e ao hiato de gênero ainda existente - aplicados em alunos da USF. **Resultados:** Diante dos dados obtidos, verifica-se a crescente e significativa feminização da medicina na USF, do ano de 2003 até 2018, e que a entrevista conseguiu, de maneira efetiva, ilustrar essa feminização, como também as barreiras ainda enfrentadas. Observa-se, também, a efetividade da aplicação dos casos clínicos, tanto para evidenciar descobertas femininas e hiato de gênero no âmbito médico, quanto para o aprendizado bioquímico. Salienta-se a conclusão dos alunos, com 100% de respostas afirmativas, de que a Metodologia Ativa favoreceu a aprendizagem. **Conclusão:** O crescimento da participação feminina na profissão médica elucida-se pela evolução do número de mulheres formadas, entretanto, essa trajetória ainda apresenta empecilhos para ampliar sua atuação e aceitação no âmbito médico. Nesse cenário, a Metodologia Ativa é efetiva na discussão de questões do contexto social, as quais fortalecem os princípios da ética e da moral, bem como na resolução de problemas, a exemplo de vias metabólicas.

PALAVRAS-CHAVE: Medicina, Feminização, Educação Médica, Sexismo, Mulheres.

ABSTRACT: Introduction: The Medicine, since the first woman's entry, has been breaking paradigms about feminine inferiority. This situation shows itself by the feminization of this career and also by significant achievements, which had female contribution to medical breakthrough. Although the numerical growth, it's worth mentioning that this trajectory is still surrounded by sexist thoughts. Therefore, the active methodology through discussions, when being focused to analysis, for example, biochemical metabolic pathways and healthy aspects, jointly with social context questions, allows the approach of women's society situation. **Method:** it's an exploratory research, analytical and descriptive, with quantitative and qualitative approaches. Since the application to the São Francisco University (USF), afterwards the approval by the Research Ethics Committee, CAAE 17683219.6.0000.5514, an analysis of USF's data has been made, as well as an interview with a doctor, after the signature of the Enlightened and Free Consent Term. Furthermore, the promotion of the discussion about gender equality on Medical School was made, on Biochemistry curriculum, from three Interdisciplinary Clinical Cases (Active Methodology) - which refers to important scientist's achievements and to the gender gap still existent - applied to USF students. **Results:** Due to the obtained data, ensures a crescent and meaningful feminization of medicine at USF from 2003 to 2018 and the interview was able to illustrate that picture effectively, as well to show the barriers still faced. Verifies, likewise, the effectiveness of the clinical cases application, for evidentiate womanish discoveries and promote do biochemical learning. It's important to point that the students concluded, with 100% of affirmative answers, that the Active Learning Methodology favored their schooling. **Conclusion:** The growth of womanly participation in medical is evidenced with the evolution on female graduation number, however, this pathway still represents obstacles to enlarge their actuation and acceptance on medical environment. In this scenario, the active methodology is effective in talking about social context matters, which strengthen the ethical e morality , as well as the resolution of problemas, like the metabolic ways. **KEYWORDS:** Medicine, Feminization, Medical Education, Sexism, Women.

1 | INTRODUÇÃO

Desde o surgimento da sociedade a medicina, por ser uma área científica de alta exigência intelectual, era em sua totalidade uma profissão exclusivamente masculina, de acordo com os pensamentos sexistas existentes. Sendo assim, inspirada na história grega de Agnodice¹, a qual narra a trajetória da primeira mulher a conseguir estudar a área médica, Margaret Ann Bulkley ingressou na Universidade de Edimburgo da mesma maneira: disfarçada de homem².

A partir da visão machista da sociedade, que perdura por muito tempo, a mulher é vista como inferior ao homem, sendo obrigada a ficar restrita ao cuidado doméstico e familiar e a atividades de caráter mais afetivo do que científico. Perspectiva, essa, sustentada pelo pensamento do filósofo Hegel³:

“As mulheres são passíveis de educação, mas não são feitas para atividades que demandam uma faculdade universal, tais como as ciências mais avançadas, a filosofia e certas formas de produção artística. As mulheres podem ter ideias felizes, gosto e elegância, mas não podem atingir o ideal”.

Desse modo, evidencia-se o hiato de gênero que sustentou barreiras para o ingresso das mulheres na medicina e o preconceito em relação à atuação dessas.

Quebrando esse paradigma, Rita Lobato foi a primeira mulher a conquistar o diploma médico no Brasil, após a Reforma Leôncio de Carvalho de 1879. Desde esse fato, iniciou-se um ingresso lento e gradual das mulheres nessa área, que foi marcado pela resistência diante da hostilidade masculina. Em 1910, a porcentagem de médicas no Brasil era de 22,28%, em 1960 de 12,99%, em 2010 de 39,91% e em 2020 de 46%, segundo dados do Conselho Federal de Medicina (CFM)^{4,5}.

Além do número crescente, outro fator chama a atenção dentro desse cenário: é evidente que as mulheres diferem dos homens na escolha das especializações. A partir da análise de dados dos Conselhos Regionais de Medicina do Brasil de 2011, evidencia-se que as mulheres estão presentes majoritariamente em 13 áreas, como pediatria e ginecologia e obstetrícia, enquanto os homens predominam nas 40 das 53 oficialmente reconhecidas, como áreas cirúrgicas e ortopedia⁴.

Essas escolhas refletem o pensamento que foi construído em torno da imagem feminina ao longo de séculos, o qual impõe que a mulher deve ser atenciosa, carinhosa e delicada, sempre acentuando seu lado afetivo. Com isso, as mulheres acabam por optar por especialidades que tenham mais contato com o paciente e de caráter preventivo, além daquelas relacionadas ao corpo feminino. Em contrapartida, nas especialidades em que os homens estão em maior quantidade, exige-se menos das características supracitadas, prevalecendo o estereótipo de força física e racionalidade.

Nesse âmbito, é de relevância, também, observar que as mulheres ocupam menos cargos de liderança. De acordo com os dados do CFM, atualmente cerca de um quarto do sistema é composto por mulheres e das 265 conselheiras federais e regionais, 25% ocupam cargos de diretoria e presidência, sendo em 2020 3 diretoras - número superior a todas as gestões anteriores⁵. Essa situação aponta o fato de que as mulheres, rodeadas pelo preconceito, ainda têm dificuldade para alcançar papéis de elevada visibilidade social. E aquelas que conseguem, necessitam de um longo período de esforço e dedicação para que possam comprovar a sua competência.

A partir dos fatos apresentados, é perceptível a crescente feminização da medicina e do ingresso no curso de Medicina, que demonstra o rompimento gradativo do hiato de gênero que cerceou, durante séculos, essa questão. Assim, evidencia-se a importância da análise de novos dados e coleta de depoimentos para auxiliar na compreensão, direcionamento e educação em relação à conquista das mulheres, a qual ainda apresenta empecilhos para ampliar sua atuação e aceitação no âmbito médico.

Diante disso, é necessária a abordagem da situação da mulher na sociedade. Nesse sentido, a educação pode contribuir para uma análise crítica dessa questão e as Metodologias Ativas de Aprendizagem surgem, portanto, como caminhos inovadores. Essas, através de discussões, para estudo, por exemplo, de vias metabólicas bioquímicas

e de aspectos da saúde, conjuntamente com questões do contexto social são capazes de fortalecer os princípios da ética e dos valores morais.

Conforme as pesquisas em educação avançaram, a abordagem tradicional de ensino, criada na Europa do século XVIII, começou a ser contestada e, assim, surgiram as metodologias ativas de aprendizado⁶. Essas são centradas nos princípios de Paulo Freire: observação da realidade, identificação dos pontos-chave, teorização, hipótese de solução e aplicação na realidade⁷, que permitem que o aluno construa o conhecimento em grupo, através de atividades integradas a outras disciplinas. Além disso, destaca-se a estimulação do estudante para buscar soluções e desenvolver a autonomia, a fim de formar um ser criativo, reflexivo e independente.

Dentro desse contexto, verifica-se que nos Cursos de Medicina ocorreu um incremento na aplicação e desenvolvimento de Metodologias Ativas de Aprendizagem no âmbito de criar uma situação reflexiva em relação a temas variados do ensino médico, no qual se destaca a Instrução por colegas (IpC)⁸. A metodologia da IpC no ensino é baseada na apresentação de questões conceituais, em sala de aula, para os alunos discutirem entre si, após um estudo antecipado de materiais disponibilizados pelo professor⁹. Essa interação entre os estudantes, intermediada pela tecnologia, contribui no processo de aprendizagem dos conceitos fundamentais dos assuntos debatidos.

Esse processo de reformulação embasado em Metodologias Ativas de Aprendizagem é orientado pela resolução n. 03 de 20/06/2014 do Ministério da Educação que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a graduação em medicina. Destaca-se aqui o capítulo III dessa resolução que institui recomendações sobre os Conteúdos Curriculares e o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Medicina. No artigo 26, a resolução estabelece que o curso deve ser “centrado no aluno como sujeito da aprendizagem e apoiado no professor como facilitador e mediador do processo, com vistas à formação integral e adequada do estudante”. Ao buscar garantir essa postura na relação professor-aluno, no art. 29, item II e IV, orienta-se que o curso deve “utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e na integração entre os conteúdos, assegurando a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão”, bem como “promover a integração e a interdisciplinaridade em coerência com o eixo de desenvolvimento curricular”⁹.

Portanto, juntamente com os diferentes tipos de informações a serem adquiridas, pode-se compreender, pelos textos da Lei, que a escola tem a incumbência de atuar para promover o desenvolvimento humano, a conquista de níveis complexos de pensamento e de comprometimento em suas ações. Dentro desse contexto, pressupõe-se o desenvolvimento e aplicação das Metodologias Ativas de Aprendizagem como forma de rompimento do hiato de gênero, a partir da abordagem de questões relacionadas às conquistas de mulheres no campo da pesquisa, como as de Gerty Cori¹⁰, Gertrude Elion¹⁰ e Dorothy Crowfoot Hodgkin¹¹. Apesar dos grandes feitos, essas e muitas outras mulheres ao longo da história demoraram a ter seu reconhecimento apenas por serem mulheres.

Com isso, as discussões podem evidenciar as barreiras por elas ainda enfrentadas, por exemplo, para exercer sua profissão. Bem como, colocar em questão as capacidades das mulheres e sua situação na sociedade, a qual ainda é rodeada por preconceitos, mostrando a necessidade de estimular o rompimento do hiato de gênero existente.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva e analítica, com abordagens quantitativa e qualitativa realizada no período de agosto de 2019 a março de 2020. Essa foi dividida em 3 etapas (figura 1), sendo elas: análise da feminização do Curso de Medicina da Universidade São Francisco (USF), contextualização a partir de relato de trajetória acadêmico/profissional de mulher médica e promoção da discussão sobre a equidade de gênero no Curso de Medicina, conteúdo curricular Bioquímica, a partir de Casos Clínicos Interdisciplinares (Metodologias Ativas - IpC).

A etapa 1 constituiu na análise da feminização do Curso de Medicina da USF entre os anos de 2003 e 2018 e elaboração de gráfico, após solicitação de dados ao setor institucional específico, aprovação da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa e Declaração de Autorização de realização da Pesquisa, com o CAAE: 17683219.6.0000.5514.

A etapa 2 se baseou na contextualização a partir de relato de trajetória acadêmico/profissional de uma mulher médica docente do Curso de Medicina com faixa etária entre 30 e 55 anos de idade e após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Sendo assim, foi realizada uma reflexão sobre a experiência, tendo como aspecto fundamental a equidade de gênero e dificuldades relacionadas ao tema. Os dados da entrevista foram anotados e o tempo máximo de duração foi de 1 hora e 30 minutos. Não foi realizada gravação ou filmagem durante a execução da entrevista e os dados foram mantidos sob sigilo.

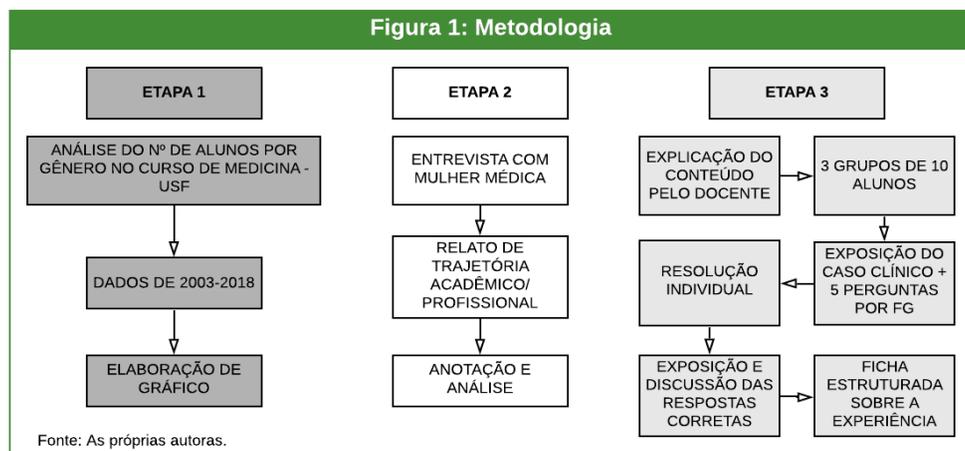
Foi utilizada a pesquisa qualitativa, que é um dos principais métodos de investigação utilizados nas ciências sociais e humanas, com caráter exploratório, pois pressupõe a obtenção de generalidades, ideias, opiniões e tendências evidenciadas que emergiram de entrevistas realizadas¹². Aliado a isso, foi pautada em um estudo de caso único, utilizado por propiciar um “entendimento aprofundado da situação e do significado para aqueles envolvidos” e um relato aprofundado sobre o fenômeno estudado e por envolver múltiplas variáveis¹³.

A etapa 3 foi pautada na promoção da discussão sobre a equidade de gênero no Curso de Medicina, conteúdo curricular Bioquímica, a partir de 3 Casos Clínicos Interdisciplinares (Metodologias Ativas - IpC) associados a Cientistas/Médicas que foram importantes historicamente no campo de descoberta clínica após levantamento em artigos científicos. Os Casos Clínicos foram desenvolvidos em sala de aula com uma duração máxima de 120 minutos e utilização de prática pedagógica envolvendo Metodologias Ativas

de Aprendizagem e Tecnologia de Informação e Comunicação, o Peer Instruction⁸.

Os estudantes estavam divididos em 3 grupos de 10 alunos para discussão do Caso Clínico e resolução dos 5 testes referentes - 3 sobre a via bioquímica abordada e 2 sobre a questão de hiato de gênero apresentada -, baseados em livros disponíveis na biblioteca física e virtual da universidade e em artigos sobre os temas citados através da plataforma do Formulário Google (FG); que facilita o controle de perguntas e respostas, além de sua facilidade de acesso, sem necessidade de cadastro anterior, após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A aplicação da metodologia seguiu algumas etapas: apresentação breve do conteúdo pelo docente; exposição do caso clínico e das perguntas aos alunos; resolução individual; discussão das respostas em grupo; disponibilização e discussão das respostas corretas. Posteriormente, os alunos responderam a uma ficha estruturada sobre a experiência, que avaliava 8 tópicos em suficiente, insuficiente ou não se aplica – tempo 10 minutos. A pesquisa apresentou caráter anônimo, não estando os nomes dos respondentes vinculados aos resultados de pontuação do questionário, nem de sua avaliação.

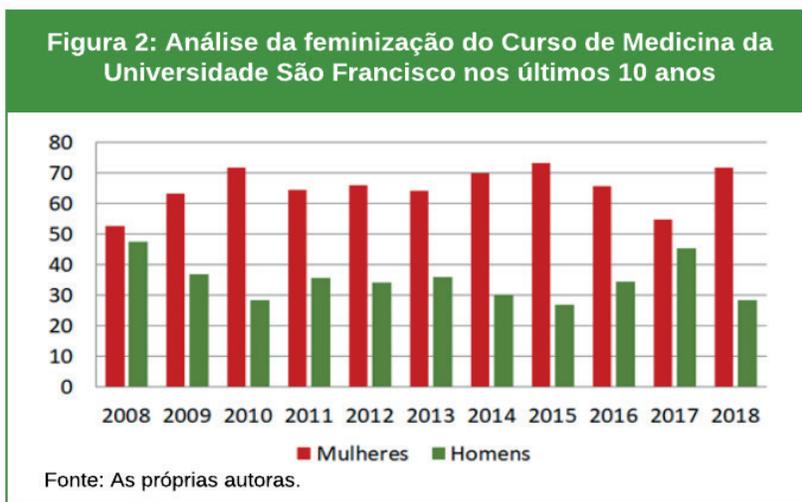


3 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mudanças das últimas décadas refletem na presença cada vez maior de mulheres na medicina brasileira. A feminização da Medicina tem sido apontada por diversas pesquisas como uma das mudanças de maior impacto sobre a profissão médica, visto que foi, por muito tempo, cerceada por estereótipos machistas e de discriminação de gênero.

Tendo por base essa premissa, o presente estudo compreendeu o contexto educacional do curso de Medicina da USF, Campus de Bragança Paulista. Foram analisados os dados referentes aos alunos ingressantes nesse curso, separados por gênero, entre os anos de 2003 e 2018, com exceção de 2006, por meio do Statistical Package for the Social

Sciences, versão 21.0, sendo adotado o nível de significância 5%. A partir dessa análise, foi elaborado um gráfico (figura 2) para melhor exemplificar a feminização da medicina que foi constatada.



Entre os anos evidenciados no gráfico é possível perceber que desde o ano de 2003 até o ano de 2018 os alunos são predominantemente mulheres. Destacam-se os anos de 2011 a 2015 em que as mulheres são, aproximadamente, o dobro do número de ingressantes no curso quando comparadas aos homens. Sendo que em 2015 o sexo feminino representa 73,27% dos estudantes. Em um contexto mais amplo, ao analisar de 5 em 5 anos, observou-se que entre 2003-2008 (exceção 2006) as mulheres representavam 58,18%, entre 2009-2012 representavam 65,54%, enquanto de 2013-2018 representavam 67,63%, expressando um incremento.

Verifica-se, portanto, a tendência consistente de feminização da medicina no Brasil, primeiro curso a ter uma mulher graduada. O acesso das mulheres ao ensino superior é uma conquista recente, observada ao longo das últimas décadas e que tem se acentuado, demonstrando o rompimento gradativo do hiato de gênero que cerceou, durante séculos, essa questão. Os Números do Censo da Educação Superior de 2016, levantamento mais atual, mostram que as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em universidades e faculdades, porcentagem que vem crescendo desde o final do século XIX⁵.

Nesse cenário, a análise da trajetória feminina nos cursos de graduação é essencial, visto que o acesso é um dos pilares para o triunfo das mulheres na sociedade. Como sintetiza Michelle Perrot, uma das mais célebres historiadoras da causa feminista¹⁴:

“O direito ao saber, não somente à educação, mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações [do movimento feminista]. Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer”.

Apesar do avanço numérico feminino em relação à entrada nas escolas de Medicina, as mulheres continuam a sofrer significativo impacto negativo, como ausência de equidade no mercado de trabalho ou em termos de remuneração, provocado por estereótipos sexistas. Tamara Yakaboski apontou que os ambientes universitários ainda têm uma cultura altamente masculina, ao constituírem as mulheres uma maioria invisível¹⁵, ressaltando que o brilho da virada não deve esconder a fragilidade das conquistas e a persistência das desigualdades¹⁶. A presença da exclusão horizontal das mulheres, caracterizada pela sub-representatividade feminina em algumas áreas médicas, faz com que mulheres e homens não escolham suas carreiras apenas por vocação ou preferências¹⁷.

Nesse sentido, vale ressaltar que a escolha da especialização está carregada de significados, seja por razões sociais ou pelos símbolos que permeiam o exercício de cada tipo de atividade¹⁷. Dentro desse contexto é importante destacar os dois princípios da Divisão Sexual do Trabalho: separação e hierarquização. Eles evidenciam que há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e que os trabalhos dos homens valem mais que os trabalhos das mulheres, respectivamente¹⁸.

No âmbito médico, isso resulta em especialidades predominantemente femininas e outras predominantemente masculinas. Assim, as mulheres acabam por atuar mais em especialidade ligadas ao cuidado, relações humanas e, de alguma forma, com o universo das emoções e menos nas tradicionalmente ligadas à figura masculina, como a ortopedia, urologia e cirurgia¹⁹.

Segundo dados do CFM de 2018, os homens são maior número em 36 das 54 especialidades, representando mais de 70% em 16 delas e mais de 80% em 11. Em um extremo encontra-se a Urologia, na qual os homens são 97,8% e as mulheres apenas 2,2% e na outra ponta a Dermatologia, sendo as mulheres 77,1% e os homens 22,9%²⁰.

Contudo, já existem mulheres que tem conquistado seu espaço nas especialidades nas quais são minoria e, assim, torna-se importante a coleta de depoimentos de médicas para auxiliar na compreensão da conquista das mulheres, a qual ainda apresenta empecilhos para ampliar sua atuação e aceitação no âmbito médico. Diante disso, entrevista realizada com uma neurocirurgiã de Bragança Paulista contribuiu para evidenciar a realidade de mulheres médicas que escolheram áreas de atuação tidas como masculinas.

A entrevistada relatou que, durante seu período de graduação (2005-2011) na USF, sua turma era composta proporcionalmente por homens e mulheres, mas enfatizou que em turmas anteriores, como a de seu marido, prevaleciam os homens. Já em relação a sua residência de neurocirurgia, realizada no hospital da mesma universidade no período de 2012-2016, informou que possuía apenas uma vaga, a qual foi preenchida por ela,

tornando-se a 4ª mulher do programa. Ao analisar sua posição, considerou que esse número é alto quando comparado a outros lugares e que apesar de cada vez estar entrando mais mulheres nessa especialidade, continua sendo pouco, como mostra a distribuição dos médicos neurocirurgiões de acordo com o sexo no Brasil em 2019, na qual se tem apenas 8,64% de mulheres na neurocirurgia²¹.

Ainda acerca do seu período como residente, mencionou que sentia um machismo por parte dos pacientes que sempre perguntavam pelo médico, não enxergando com uma profissional capacitada. Situação semelhante ocorre com residentes de outros lugares do Brasil, como citou no caso de uma médica em Curitiba, que apesar de ter a melhor nota nas provas nacionais que avaliam o serviço, foi induzida pelo preceptor a abandonar a residência devido ao excesso de comentários machistas como “isso não é para mulher”.

Além disso, destacou dois pontos importantes. Relata já não sentir tanto o machismo por parte dos pacientes, pois é uma neurocirurgiã formada e preceptora do serviço e também percebe uma preferência das pacientes mulheres pelo atendimento realizado por médicas, vez que se sentem mais compreendidas, ficando, assim, mais confortáveis durante a consulta.

Outro relato feito por ela foi o da realização de um *fellw* em dor em São Paulo, onde presenciou parte do rompimento do hiato de gênero, uma vez que o professor se mostrava orgulhoso da presença exclusiva de mulheres no serviço. Todavia, nessa esfera, salientou que hoje em dia as Sociedades Brasileiras de Especialidades ainda são compostas predominantemente por homens, normalmente mais velhos, que apresentam pensamentos machistas, fazendo perpetuar empecilhos para a conquista das mulheres nessa área.

Outrossim, sobre a feminização da medicina como um todo, declarou que alguns hospitais ainda têm preferência por homens, pois, muitas vezes, levam em consideração a vida familiar, em especial a gravidez, que supostamente desfalca o serviço. Já em relação ao salário na medicina, considera que as mulheres acabam recebendo menos, devido ao estereótipo e imposição de que deve dividir seu tempo entre o trabalho e tarefas domésticas. Por fim, sobre o hiato de gênero na medicina, a médica acredita que se trata de uma questão cultural, ainda cerceada de barreiras.

Como citado pela entrevistada, um dos empecilhos faz referência a vida familiar. O número de filhos influencia diretamente na vida profissional, como mostra a Pesquisa de campo Carreira Profissional e Gênero na Medicina, no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, em 2001. O estudo evidencia que 35% das mulheres sem filhos exercem mais de duas atividades, porcentagem que reduz para 18% nas que possuem um filho. Em relação às médicas com três filhos ou mais, foi evidenciado que nenhuma exerce mais de duas atividades, enquanto os homens nessa situação são 75%²².

Esses dados revelam a desigualdade de gênero que se estabelece quando as mulheres têm filhos, pois a maternidade leva as médicas a reduzirem sua carga horária, enquanto a paternidade não parece afetar a vida profissional dos homens. Verifica-se,

portanto, que os homens apresentam uma situação mais favorável, pois, devido à visão machista da sociedade, o cuidado dos filhos e da casa ainda é majoritariamente feminino.

Ainda em relação à vida familiar, os dados da Fiocruz de 1995, sugerem que o contingente feminino está mais inserido no mercado de trabalho por meio do emprego público, pois a inserção se dá por vínculo formal, assegurando à mulher direitos trabalhistas, como licença maternidade¹⁹. Isso reafirma o que foi dito pela entrevistada, referente ao fato de algumas instituições priorizam homens devido à ausência de inatividade profissional por esse motivo.

A distribuição de poder na Medicina é outro parâmetro influenciado pela discriminação de gênero, uma vez que os cargos mais importantes na hierarquia profissional são ocupados, principalmente, por homens, constatando-se maior dificuldade de acesso para as mulheres. Fonseca afirma que o gênero determina posições diferenciadas²⁰:

“(...) as posições dos agentes institucionais na organização hospitalar parecem se estruturar e hierarquizar desde suas posições enquanto sujeitos sexuais, condição que, embora não de forma exclusiva, determina sua inscrição em determinados sistemas de privilégios e hierarquias”.

Uma consequência do persistente hiato é a dificuldade do reconhecimento feminino no âmbito científico. Esse fenômeno, que se refere às chances remotas que as mulheres têm de ascender profissionalmente e serem reconhecidas, foi denominado, por Margaret Rossiter, na década de 1980, de segregação hierárquica²³. Diante disso, ao contrário dos homens, as mulheres precisam comprovar sua competência para conquistar reconhecimentos.

Nesse contexto, foram elaborados 3 casos clínicos com o intuito de destacar mulheres que realizaram significativas descobertas na área da bioquímica e de analisar a percepção dos discentes em relação ao hiato de gênero que muitas vezes é despercebido. Para essa análise foi utilizada a Metodologia Ativa que se enquadra na categoria pedagógica da conscientização de Paulo Freire, que visa, por meio da educação, à formação da autonomia intelectual para interferir nos aspectos da realidade²⁴. Com isso, a utilização das metodologias, ao problematizar como estratégia de ensino/aprendizagem, motiva o discente a refletir, passando a ressignificar suas descobertas²⁵.

O primeiro caso (figura 3) teve como tema o Diabetes *Mellitus* e a insulina, cuja estrutura foi descoberta por Dorothy Crowfoot Hodgkin. A determinação estrutural desse hormônio, para qual foram necessários 35 anos de dedicação da sua vida científica, tem grande importância, vez que forneceu indícios sobre o seu funcionamento no organismo e permitiu sua produção por companhias farmacêuticas e, assim, melhorou a vida dos diabéticos. Além disso, por essa e outras conquistas, Dorothy foi a segunda mulher a se tornar Membro da Ordem do Mérito - condecoração britânica por serviços extraordinários¹¹.

Figura 3: Exemplo de Caso Clínico

Módulo: Metabolismo da Glicose e Hiato de Gênero.

J. N. C., 12 anos, sexo feminino, natural e procedente de Bragança Paulista chegou ao hospital apresentando quadro agudo de polidipsia, poliúria e polifagia sendo indicada internação hospitalar. No entanto, enquanto aguardava para dar entrada no quarto, sua mãe demonstrava muita preocupação e parava todos os médicos que passavam pelo corredor para buscar informações para sua filha. Foi então que ouviu um dos atendentes comentar que ela estava exagerando e que essa reação era típica de mulher. Ao ser internada, logo foi realizado exame de sangue que constatou glicemia em jejum de 150mg/dL (valor de referência <100) e hemoglobina glicada de 7,3% (valor de referência <6,5%) que diagnosticou a paciente com DM1. Para esclarecer a situação, sua mãe foi encaminhada para o setor do hospital responsável pela orientação de familiares a entenderem melhor a doença e o seu tratamento. Durante a palestra, a médica plantonista explicou o que é a insulino terapia convencional e como deve ser administrada, ressaltando que a estrutura mais recente da insulina foi descoberta por Dorothy Crowfoot Hodgkin.

Fonte: As próprias autoras.

O caso também retratou pensamentos pejorativos que estereotipam atitudes, tomando algumas como tipicamente femininas, por exemplo, o excesso de emoções. A palavra histeria, do grego *histerus* que significa útero, é muitas vezes utilizada nesse sentido, evidenciando o pensamento machista enraizado de que as mulheres são seres naturalmente desequilibrados e irracionais.

Em relação as 5 perguntas referentes ao caso, duas delas exemplificadas na figura 4, foi obtido um percentual de acerto de 100% em todas elas. Isso demonstra a efetividade do método de Instrução por Colegas (IpC) tanto para o aprendizado bioquímico, quanto para fomentar o pensamento crítico, nessa situação, sobre o hiato de gênero.

Figura 4: Exemplo de questões do Caso Clínico

Módulo: Metabolismo da Glicose

Questão: Marque a alternativa onde é descrita, corretamente, a função da insulina:

- a) Facilita o transporte de glicose pelas células
- b) Aumenta a quantidade de glicose disponível no sangue
- c) Diminui a taxa de respiração celular
- d) Dificulta o transporte de glicose pelas células

Resposta A. No músculo e no tecido adiposo, a insulina eleva a captação de glicose por aumentar o número de transportadores de glicose (GLUT- 4) na membrana da célula.

Ferrier, DR. Bioquímica Ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2019. p311

Módulo: Hiato de Gênero

Questão: Após a leitura do caso 2, é **correto** afirmar que:

- a) O comentário da plantonista durante a palestra foi irrelevante, visto que não é necessário o reconhecimento de descobertas realizadas por mulheres.
- b) O reconhecimento da descoberta da estrutura mais recente da insulina feita por uma mulher é importante, auxiliando no rompimento do hiato de gênero ainda existente.
- c) O hiato de gênero não está presente no caso relatado.
- d) O comentário da plantonista durante a palestra não é verídico, pois mulheres não são capazes de realizar descobertas científicas.

Resposta B. No âmbito científico, as mulheres ainda têm dificuldade para que sejam reconhecidas, apesar de descobertas significativas nas mais diversas áreas, como a bioquímica.

A presença feminina na medicina é um avanço histórico e recente no Brasil, que vem crescendo a cada ano. *Jornal Conselho Federal de Medicina* 2020 fev 300; 12.

Fonte: As próprias autoras.

O segundo teve como tema o Ciclo de Cori, descoberto por Gerty Cori, e sua relação com acidose metabólica. Essa descoberta tem grande importância, pois possibilitou o entendimento de um dos mecanismos do metabolismo do carboidrato, macromolécula fundamental no organismo humano. Gerty Cori e seu marido receberam o prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina, sendo ela a primeira mulher premiada. Após esse reconhecimento, ambos receberam uma oferta para um mesmo cargo, mas o salário de Gerty seria infinitamente inferior ao do marido¹⁰.

Situação semelhante foi contextualizada no caso, evidenciando a necessidade de uma maior carga horária de trabalho por parte das mulheres para que seus salários se equiparem aos dos homens. A Pesquisa Demografia Médica no Brasil 2018, realizada pela Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) com apoio do CFM e do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) destacou essa diferença salarial, ao mostrar que em três categorias salariais mais baixas o percentual de mulheres é de quase 80%, já nas três categorias mais bem remuneradas a prevalência masculina é de 51%²⁰.

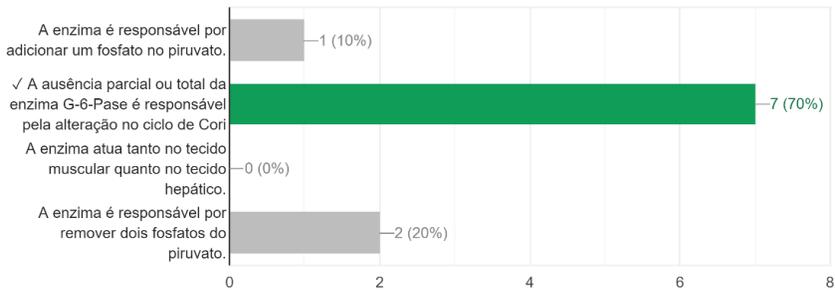
Ao serem respondidas as perguntas, obteve-se um acerto de 100% nas que tinham como tema a discrepância salarial e uma variância na porcentagem de acertos (60, 70 ou 80%) naquelas perguntas sobre o Ciclo (figura 5).

Figura 5: Exemplos de gráficos do padrão de análise de respostas / porcentagem de acertos

Tema: ciclo de Cori

Em relação a enzima glicose-6-fosfatase é correto afirmar que:

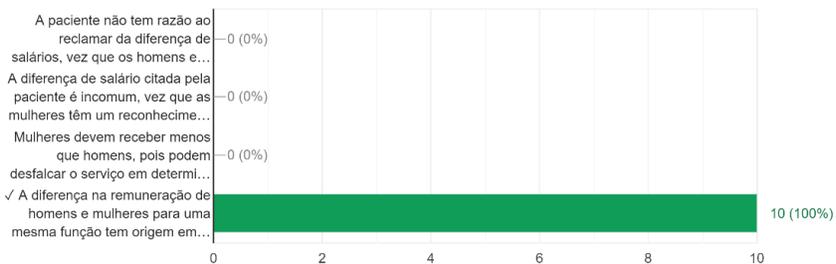
7 / 10 respostas corretas



Tema: hiato de gênero - diferença salarial

A partir da análise do caso é correto afirmar que:

10 / 10 respostas corretas



Fonte: As próprias autoras.

O terceiro teve como tema o catabolismo das purinas, cuja alteração acarreta no desenvolvimento da doença denominada gota. Gertrude Belle Elion foi a responsável pela criação do Alopurinol, principal fármaco no tratamento dessa. Em conjunto com outras importantes descobertas, como o primeiro medicamento para tratar AIDS, recebeu o Nobel de Fisiologia ou Medicina¹⁰.

Além disso, o caso também retratou o questionamento recorrente em relação às decisões femininas frente a situações com alta exigência intelectual, como um diagnóstico médico. Essa situação reafirma o pensamento do filósofo Hegel e de tantos outros homens da sociedade atual, que intitulam as mulheres como seres inaptos para desenvolver elevada capacidade cognitiva.

Em relação à análise das respostas, obteve-se um padrão distinto naquelas referentes ao hiato de gênero, uma vez que a porcentagem de acertos variou de 70 a 90%. A questão que apresentou a menor porcentagem diz respeito à hierarquia na Medicina,

diante da qual é visto como normal a atitude de inferiorização por parte daqueles que detêm os cargos mais altos. Já nas questões com conteúdo bioquímico, o padrão se manteve semelhante ao caso 2.

Por fim, as respostas dos alunos referente às Fichas de Estrutura Discente foram assinaladas como suficiente em todos os 8 tópicos abordados. Entre eles, vale ressaltar “O uso da Metodologia Ativa de Aprendizado favoreceu a sua aprendizagem”, uma vez que foi importante para avaliar a eficiência das Metodologias Ativas de Aprendizado tanto para a aprendizagem no ensino médico, ao abordar rotas metabólicas bioquímicas através de casos clínicos, quanto na evidência do hiato de gênero presente nas mais diversas situações.

4 | CONCLUSÃO

Assim, com o aumento gradual da inserção das mulheres nas Faculdades de Medicina suscita uma reflexão sobre o assunto, vez que ainda é possível observar a existência de barreiras a serem ultrapassadas. Essa reflexão é possível a partir da aplicação de metodologias ativas, que têm como princípio a formação de um estudante mais reflexivo e independente, o que reflete em um profissional mais capacitado. Assim, ao serem capazes de correlacionar, por meio de casos clínicos, a bioquímica com discussões éticas e morais, as metodologias podem ser usadas a fim de buscar o rompimento do hiato de gênero ainda existente na sociedade.

Vale salientar que apenas a feminização do curso não é suficiente, pois como já discutido anteriormente, ainda tem-se a persistência de inúmeros empecilhos, como na escolha da especialidade, na ascensão profissional e na igualdade salarial, os quais sofrem significativa influência da vida familiar e de estereótipos femininos.

Dentro desse contexto, deve-se lembrar da importância da criação de programas de apoio e orientação educacional, pelas universidades, que promovam espaços de aconselhamento e orientação de carreira para as mulheres desde o início do processo de formação e, principalmente, na transição para a residência. Essas e outras medidas podem ser utilizadas, portanto, como ferramentas para modificar condutas e valores das representações relativas ao papel da mulher na sociedade.

As diferenças de trajetórias podem ser o reflexo da maneira como homens e mulheres foram socializados e da reprodução de práticas discriminatórias, mas não se trata de determinações naturais, biologizadas. Isso significa que, à medida que a educação e os padrões comportamentais de homens e mulheres se transformam, a divisão sexual do trabalho e as relações entre os gêneros podem operar uma mudança de rumo, no sentido de uma maior equidade.

REFERÊNCIAS

1. Prates PR. Mulheres médicas. Revista da Sociedade de Cardiologia do Rio Grande do Sul 2008;(15)1-4.
2. Rizzi M. Doctor James Barry (1795-1865): Inspector General de Hospitales de su Majestad Británica. Revista Médica Uruguia 2018;28(1)66-74.
3. Lazzarini AB, Sampaio CP, Gonçalves VS, Nascimento ERF, Pereira FMV, França VV. Mulheres na Ciência: papel da educação sem desigualdade de gênero. Revista Ciência em Extensão 2018;14(2)188-194.
4. Scheffer MC, Cassenote AJF. A feminização da medicina no Brasil. Revista Bioética 2013;21(2)268-77.
5. A presença feminina na medicina é um avanço histórico e recente no Brasil, que vem crescendo a cada ano. Jornal Conselho Federal de Medicina 2020 fev 300;12.
6. Leão DMM. Paradigmas contemporâneos da educação: Escola tradicional e escola construtivista. Cadernos de Pesquisa 1999;(107)187-206.
7. Marin MJS, Lima EFG, Paviotti AB, Matsuyama DT, Silva LKDD, Gonzalez C, *et al.* Aspectos das fortalezas e fragilidades no uso das metodologias ativas de aprendizagem. Revista brasileira de educação médica 2010;34(1)13-20.
8. Garcia MBO, De Oliveira MM, Plantier AP. Interatividade e Mediação na Prática de Metodologia Ativa: o Uso da Instrução por Colegas e da Tecnologia na Educação Médica. Revista Brasileira de Educação Médica 2019;43(1)87-96.
9. Brasil. Ministério da Educação. Resolução nº3, de 20 de junho de 2014. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Diário Oficial da União. Brasília, 23 jun. 2014; Seção 1.
10. Minella LS. No trono da ciência I: Mulheres no nobel da fisiologia ou medicina (1947-1988). Cadernos de Pesquisa 2017;47(163)70-93.
11. Vargas MD. Dorothy Crowfoot Hodgkin: Uma Vida Dedicada à Ciência. Revista Virtual de Química 2012;4(1)85-100.
12. Gibbs G. Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman Editora, 2009.
13. Merriam SB. Qualitative research and case study applications in education. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
14. Perrot M. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.
15. Yakoboski T. Quietly stripping the pastels: the undergraduate gender gap. The Review of Higher Education 2011;34(4)555-580.

16. Poppas A, Cummings J, Dorbala S, Douglas PS, Foster E, Limacher MC. Survey results: a decade of change in professional life in cardiology: a 2008 report of the ACC women in cardiology council. *Journal of the American College of Cardiology* 2008;52(25)2215-2226.
17. Barros SCV, Mourão L. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. *Psicologia & Sociedade* [on line]. 2018. 30 [capturado em 01 mai. 2020; 1-11. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174090>
18. Hirata H, Kergoat D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa* 2007;37(132)595-609.
19. Machado MH. As médicas no Brasil. *Os Médicos no Brasil-Um Retrato da Realidade* 1997;2:147-161.
20. Scheffer M. *Demografia Médica no Brasil*. São Paulo, SP: FMUSP, CFM, Cremesp, 2018.
21. Scheffer M. *A neurocirurgia no Brasil: perfil dos profissionais e os serviços de saúde*, 2019.
22. dos Santos TS. *Gênero e Carreira Profissional na Medicina. Mulher e trabalho* 2011;4.
23. Schienbinger L. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001.
24. Berbel NAV. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. *Semina: Ciências Sociais e Humanas* 2011;32(1)25-40.
25. Mitre SM, Siqueira-Batista R, Girardi-de-Mendonça JM, Morais-Pinto NMD, Meirelles CDAB, Pinto-Porto C, *et al.* Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Ciência & saúde coletiva* 2008;13(2)2133-2144.

CAPÍTULO 4

AGLOMERADOS DE ALTO RISCO DE MORTALIDADE POR ACIDENTES DE TRANSPORTE TERRESTRE NO BRASIL

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Otaliba Libânio de Moraes Neto

Universidade Federal de Goiás, Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública

Goiânia-GO

<http://lattes.cnpq.br/4030124246791320>

Érika Carvalho de Aquino

Universidade Federal de Goiás, Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública

Goiânia-GO

<http://lattes.cnpq.br/7538403756842707>

Vinícius da Silva Oliveira

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Medicina

Goiânia-GO

<http://lattes.cnpq.br/4153157844415893>

Marli de Mesquita Silva Montenegro

Ministério da Saúde, Coordenação Geral de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis

Brasília-DF

<http://lattes.cnpq.br/1372517972901040>

José Maurício Botto de Barros Garcia

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Medicina

Goiânia-GO

<http://lattes.cnpq.br/5589344553278040>

João Bosco Siqueira Júnior

Universidade Federal de Goiás, Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública

Goiânia-GO

<http://lattes.cnpq.br/3644529827602550>

Marta Rovey de Souza

Universidade Federal de Goiás, Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública

Goiânia-GO

<http://lattes.cnpq.br/1155042579123151>

RESUMO: Introdução: Os acidentes de trânsito são causa de 20 a 50 milhões de feridos e 1,24 milhão de mortes no mundo. Lesões no trânsito (LT) são um grave problema nos países de baixa e média renda. Identificar o padrão espacial das LT para os diferentes usuários do trânsito possibilita orientar as ações de redução das lesões e mortes no Brasil. **Objetivos:** Identificar aglomerados de municípios com alto risco de mortalidade por LT em três triênios - 1996/1997/1998, 2005/2006/2007 e 2014/2015/2016. **Métodos:** realizou-se uma análise de identificação de *clusters* de lesões causadas por acidentes de trânsito desenvolvidos por Kulddorff nos três períodos. Utilizamos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e estimativas da população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os softwares SaTScanTM 9.1.111-12 foi utilizado para realizar a análise espacial.

Resultados: Houve um aumento no número de *clusters* de alto risco de mortalidade por LT (de 17 em 1996/1997/1998 para 35 em 2005/2006/2007), redução (33 em 2015 / 2016/2017). Aumento nos *clusters* de motociclistas (11 em 1996/1997/1998 para 30 em 2005/2006/2007) e pedestres (14 em 1996/1997/1998, 18 em 2005 / 2006/2007). No terceiro período (2015/2016/2017), houve redução no número de *clusters*: 27 para

motociclistas e 13 para pedestres. O número de clusters para ocupantes de carros e caminhões aumentou nos três períodos (20, 26 e 27 em 1996/1997/1998, 2005/2006/2007 e 2015/2016/2017, respectivamente).

Conclusões: Os resultados do estudo mostram a necessidade de políticas públicas focadas nas desigualdades regionais e nas diferenças entre tipos de ocupantes de veículos. Nas últimas décadas, houve uma melhoria na legislação de trânsito no Brasil e a implementação do Sistema Nacional de Trânsito. No entanto, os resultados mostram a necessidade de fortalecer as intervenções de segurança no trânsito, principalmente para ocupantes de automóveis e motociclistas.

PALAVRAS-CHAVE: Acidentes de trânsito, Mortalidade, Análise Espacial, Epidemiologia.

HIGH RISK CLUSTERS OF MORTALITY DUE TO ROAD TRAFFIC INJURY IN BRAZIL

ABSTRACT: Introduction: Road traffic accidents cause 20 to 50 million injuries and 1.24 million deaths worldwide. Road Traffic Injuries (RTI) are a serious problem in low and middle income countries. Identifying the spatial pattern of LT for different traffic users makes it possible to guide actions to reduce injuries and deaths in Brazil. **Objectives:** To identify clusters of municipalities with high risk of mortality due to RTI in three trienniums – 1996/1997/1998, 2005/2006/2007 and 2014/2015/2016. **Methods:** We conducted an analysis of clusters of RTI mortality developed by Kulddorff in three periods. We used data from the Ministry of Health's Mortality Information System (SIM) and population estimates from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). SaTScan™ software 9.1.111-12 was used to perform the analysis. Results: In Brazil, there was an increase in the number of high-risk clusters of mortality due to RTI (from 17 in 1996/1997/1998, to 35 in 2005/2006/2007), decrease (33 in 2015/2016 / 2017). There was an increase in the clusters of motorcyclists (11 in 1996/1997/1998 to 30 in 2005/2006/2007) and pedestrians (14 in 1996/1997/1998, 18 in 2005 / 2006/2007). For the third period (2015/2016/2017), there was reduction in the number of clusters: 27 for motorcyclists and 13 for pedestrians. The number of clusters for car and truck occupants increased throughout the period (20, 26 and 27 in 1996/1997/1998, 2005/2006/2007 and 2015/2016/2017, respectively).

Conclusions: The results of the study show the need of public policies that address both regional inequalities and differences among road users. In recent decades, there was an improvement in road traffic laws and in the implementation of the national traffic system in Brazil. However, the results show the need to strengthen interventions of road safety, mainly for cars drivers and motorcyclists, as well in vehicle safety and improvement of safety in the streets and roads.

KEYWORDS: Road Traffic Accidents, Mortality, Spatial Analysis, Epidemiology.

1 | INTRODUÇÃO

O relatório mundial sobre prevenção de lesões causadas pelo trânsito, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), aponta que, anualmente, ocorrem cerca 1.24 milhões de mortes por acidentes de transporte terrestre (ATT) em todo o mundo (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2012) que foram construídas para nos levar a

lugares, freqüentemente se tornam palcos de perdas e motivos de tristeza. O Friends for Life (Índia. Desde 2007, vem sendo observada a estabilização das taxas de mortalidade por esta causa, em que pese o aumento mundial tanto da população quanto das taxas de motorização. Esta constatação sugere que as intervenções implementadas nos últimos anos para a melhoria da segurança no trânsito têm sido efetivas em salvar vidas (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015).

Entretanto, a redução da mortalidade por ATT não vem ocorrendo de maneira homogênea entre os diferentes países. Os países de baixa renda apresentam taxas de mortalidade por ATT duas vezes maiores que aquelas observadas nos países de alta renda. Ademais, há uma relação inversamente proporcional entre o número de óbitos e o nível de motorização: 90% destes óbitos ocorrem em países de baixa e média renda, que detêm apenas 54% da frota de veículos mundial (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015). Essa aparente contradição é fruto da implantação, pelos países de alta renda, de medidas tais como a melhoria das vias e das condições de segurança dos veículos e do aprimoramento da legislação de trânsito, acompanhada de fiscalização e de punição efetivas (VAN BEECK; BORSBOOM; MACKENBACH, 2000).

Dez países no mundo são responsáveis por 50% do número absoluto de mortes causadas pelo trânsito: China, Índia, Nigéria, Estados Unidos da América, Paquistão, Indonésia, Federação Russa, Egito, Etiópia e o Brasil (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2009). Em 2013, entre os países que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil apresentou a segunda maior taxa de mortalidade de ATT (23,4 óbitos/100 mil habitantes), ficando atrás somente da África do Sul (31,9 óbitos/100 mil habitantes) (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2012) que foram construídas para nos levar a lugares, freqüentemente se tornam palcos de perdas e motivos de tristeza. O Friends for Life (Índia.

Embora este ainda seja um problema grave no Brasil, a implementação de diversas estratégias para o enfretamento da violência no trânsito em nível nacional, estadual e municipal levou à estacionariedade da taxa de mortalidade por ATT entre os anos de 2000 e 2015. Entretanto, analisando a condição da vítima, a tendência foi crescente para ocupantes de automóvel e motociclistas, enquanto para pedestres foi decrescente. Em 2000, os usuários com condição mais vulnerável (pedestres, ciclistas e motociclistas) representaram 41% dos óbitos por ATT no Brasil. Em 2015, este percentual subiu para 53%, com um aumento de 400% na taxa de mortalidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE., 2018).

O desenvolvimento e a implantação de políticas públicas voltadas para a prevenção dos ATT dependem diretamente do monitoramento e análise da situação relacionada a estes. Desta maneira, é importante estimar a magnitude das ocorrências, o perfil das vítimas, os principais meios de transporte envolvidos e a localização das áreas mais susceptíveis (PAIXAO *et al.*, 2014). Considerando que a redução das mortes causadas pelo trânsito é um dos maiores desafios atuais no Brasil, estudos que estimem com maior

grau de detalhamento a distribuição espacial da mortalidade por esta causa no território nacional são essenciais. Estes podem permitir a identificação de grupos populacionais de risco, fornecendo subsídios para intervenções de segurança no trânsito mais efetivas.

Indo ao encontro desta necessidade, o presente estudo teve por objetivo identificar clusters de municípios de alto risco (*clusters*) de mortalidade por ATT no Brasil nos triênios de 1996/1997/1998, 2005/2006/2007 e 2015/2016/2017, segundo condição da vítima.

2 | METODOLOGIA

Localizado na América do Sul, e com área total de 8,516,000 km², o Brasil é dividido em 5 Regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste). Estas são constituídas pelo Distrito Federal e por 26 estados federados que se subdividem em municípios. O número de municípios brasileiros variou de 5,507 em 1996 para 5,564 em 2005 e 5,570 em 2015. Nestes mesmos anos, respectivamente, a população residente variou de 159,636,413 para 184,184,264 e 204,482,459.

Foi realizada a análise puramente espacial utilizando estatísticas de varredura para identificar clusters de municípios de alto risco de mortalidade por Acidentes de Transporte Terrestre (ATT), no Brasil, nos triênios de 1996/1997/1998, 2005/2006/2007 e 2014/2015/2016. Estes triênios foram escolhidos por representarem o período sobre o qual há dados disponíveis nos sistemas de informação em saúde brasileiros (1996 a 2017). A análise de triênios ao invés de anos isolados atenua o problema ocasionado pela oscilação das taxas de mortalidade em municípios de pequeno porte.

Os dados sobre óbitos foram obtidos a partir do Sistema de Informações Sobre Mortalidade (SIM)(BRASIL, 2015). Foram considerados como óbitos por ATT aqueles cuja causa básica tenha sido assinalada na Declaração de óbito, de acordo com o Código Internacional de Doenças em sua Décima Edição (CID-10) (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1994), com os códigos V01 a V89. Com relação à condição da vítima, foram analisados os óbitos de pedestres (V01 a V09), ocupantes de motocicletas e triciclos (V20 a V39) e ocupantes de automóveis e caminhonetes (V40 a V59), além da totalidade dos óbitos por ATT.

Os dados populacionais foram obtidos a partir das estimativas anuais de população dos municípios brasileiros utilizadas pelo Tribunal de Contas da União, mensuradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim como os dados sobre óbitos, estes foram coletados através do site do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS)(“DATASUS”, [S.d.]), por meio da ferramenta de tabulação TabNet (PORTAL DA SAÚDE – DATASUS [HOMEPAGE NA INTERNET], [S.d.]).

Os dados sobre a localização geográfica das sedes dos municípios brasileiros foram coletados a partir da área de Geociências do site do IBGE(“IBGE | downloads | geociências”, [S.d.]).

Para detectar agrupamentos de municípios com risco elevado, foi aplicada estatística de varredura puramente espacial de Kulldorff (KULLDORFF, 1997), considerando a população sob risco por área. Neste método, uma janela circular é estabelecida no mapa, centrando-se de maneira consecutiva em coordenadas predefinidas (centroídes) dentro da região de estudo (HAN *et al.*, 2016). Para este trabalho, foram considerados como centroídes as sedes dos municípios brasileiros, onde foram alocados geograficamente os dados sobre óbitos por ATT e população residente. Os polígonos das fronteiras dos municípios foram utilizados apenas para apresentação dos clusters no mapa.

Sobre cada um dos centroídes, o raio da janela circular variou continuamente em tamanho a partir de zero até um limite superior previamente estabelecido, com cada janela incluindo diferentes conjuntos de municípios vizinhos. Um número infinito de círculos geográficos distintos foi criado e, posteriormente, submetido a análise estatística para verificar se constituía um cluster de alto risco (BARRETO *et al.*, 2014). Foram utilizados dois critérios, definidos pelos autores, como parâmetro para o tamanho máximo de um aglomerado: um raio de 300 quilômetros ou 50% da população sob risco de morte pela causa em estudo (MORAIS NETO *et al.*, 2012).

Para detectar a localização espacial dos clusters e avaliar sua significância estatística, foi utilizado o *log likelihood ratio test statistics* (LRTS) baseado na distribuição discreta de Poisson e definido como:

$$LRTS = \max \left(\frac{Y_{in}}{E_{in}} \right)^{Y_{in}} \left(\frac{Y_{out}}{E_{out}} \right)^{Y_{out}}$$

onde Y_{in} é o número de óbitos observados na região definida pelo círculo de interesse e E_{in} é o número esperado dentro dessa região sob a hipótese nula. Y_{out} e E_{out} são os números de casos observados e esperados ocorrendo fora da região, respectivamente (OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Para cada centroíde e tamanho da janela de varredura, a hipótese alternativa foi a de que existia um risco elevado no interior da janela em comparação ao exterior (WALLER; GOTWAY, 2004). Usando a simulação de Monte Carlo, foram gerados conjuntos de dados independentes sob a hipótese nula e foi calculada a distribuição empírica do LRTS para avaliar a significância da estatística de todos os possíveis agrupamentos (HAN *et al.*, 2016).

Clusters geograficamente sobrepostos não foram relatados. O coeficiente de Gini foi utilizado para determinar a melhor coleção de clusters estatisticamente significativos não sobrepostos a ser relatada (HAN *et al.*, 2016).

Para a análise espacial com a finalidade de identificação de clusters de risco utilizou-se o programa SaTScanTM versão 9.1.111-12. Para a confecção dos mapas temáticos foi utilizado o programa Tabwin 4.14.

Não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que se trata de um estudo que utiliza dados secundários, sem identificação dos participantes.

A Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) no 466, de 12 de dezembro de 2012, foi atendida.

3 | RESULTADOS

De 1996 a 1998 foram registrados 100,331 óbitos por ATT no Brasil (20.87 óbitos/100.000 habitantes). Entre 2005 e 2007, ocorreram 108,970 óbitos por esta causa (19.64 óbitos/100,000 habitantes). De 2015 a 2017, os ATT foram responsáveis por 110,487 (17.87 óbitos/100,000 habitantes). Foram excluídos da análise os óbitos cujo município de residência da vítima era ignorado (3,142 no total).

Entre os triênios de 1996/1997/1998 e 2005/2006/2007, houve um aumento no número de clusters de mortalidade de pedestres (de 14 para 18 clusters) e no número de municípios nestes incluídos (de 829 para 944 municípios). Entretanto, foi observada uma redução na mortalidade específica para esta condição de vítima nestes clusters (de 12.13 para 7.50 óbitos/100,000 habitantes), bem como da razão de taxas dentro/fora destes (de 2.47 para 1.78). A tendência de decréscimo destes dois indicadores se manteve em 2015/2016/2017, com a mortalidade específica atingindo 4,58 óbitos/100,000 habitantes e a razão de taxas igual a 1.66. Neste período, entretanto, também foi observada redução no número de clusters de mortalidade de pedestres (13 clusters) e de municípios nestes incluídos (760 municípios) (Quadro 1).

	Triênio	Nº de clusters de risco	Nº de municípios em clusters	Nº de óbitos em clusters	Mortalidade específica nos clusters	Nº de óbitos fora de clusters	Mortalidade específica fora dos clusters	Razão de Taxas (dentro/fora dos clusters)
Pedestres	96/97/98	14	829	20843	12.13	15155	4.91	2.47
	05/06/07	18	944	14253	7.50	15344	4.20	1.78
	15/16/17	13	760	5349	4.58	13801	2.75	1.66
Motociclistas	96/97/98	11	736	1482	2.70	1271	0.30	9.06
	05/06/07	30	1519	8639	8.42	12653	2.80	3.01
	15/16/17	27	2246	17520	12.01	18841	3.99	3.01
Ocupantes de automóveis e caminhonetes	96/97/98	20	1178	5858	7.37	5457	1.36	5.42
	05/06/07	26	2066	11630	7.79	11821	2.91	2.67
	15/16/17	27	2397	12235	9.19	14274	2.94	3.12
ATT (todas as condições de vítimas)	96/97/98	17	1962	67581	26.60	32750	14.45	1.84
	05/06/07	35	2042	40532	28.91	68438	16.50	1.75
	15/16/17	33	2880	47270	27.61	63217	14.14	1.95

Quadro 1- Mortalidade dentro e fora de clusters de alto risco para Acidentes de Transporte

Terrestre segundo condição da vítima e triênio.

O cluster principal foi detectado na Região Sudeste do país, no Estado do Rio de Janeiro em 1996/1997/1998 e 2005/2006/2007. Já em 2015/2016/2017, o cluster principal foi observado na Região Norte do país, no Estado do Pará. Houve também uma alteração na distribuição espacial dos clusters de mortalidade de pedestres. Em 1996/1997/1998, embora existissem em todas as Regiões do país, estes clusters se concentravam principalmente nas Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Em 2005/2006/2007, ainda com clusters em todas as Regiões, foi observado uma maior concentração destes principalmente nas áreas litorâneas das Regiões Sul e Sudeste. Já em 2015, os clusters de mortalidade de pedestres ocuparam predominantemente as Regiões Norte, Nordeste e Sul. Foi detectado apenas um cluster na Região Centro-Oeste neste ano (Figura 1).

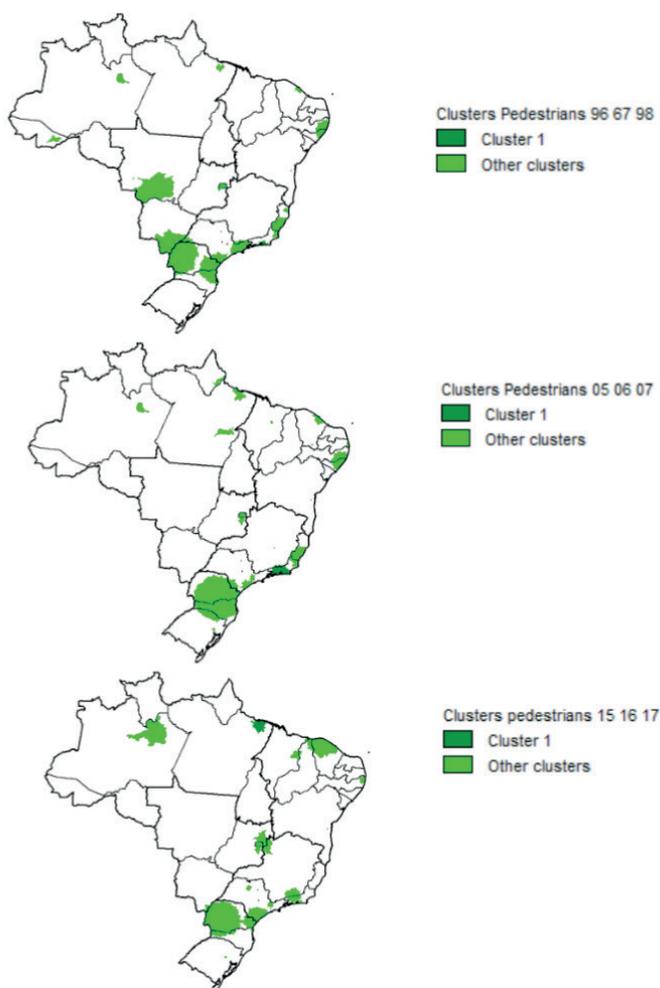
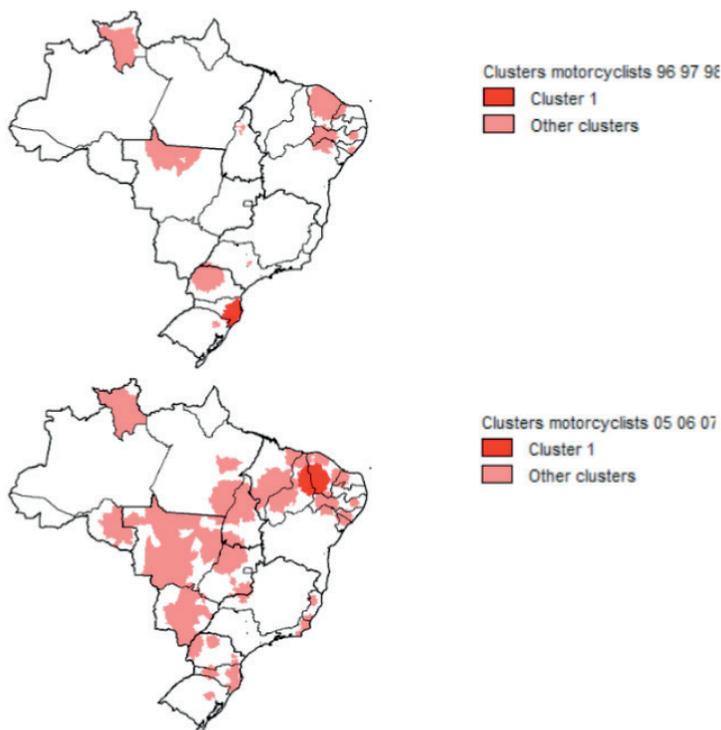


Figura 1- Clusters de municípios com alto risco de morte de pedestres, Brasil (1996/1997/1998, 2005/2006/2007 e 2015/2016/2017)

A quantidade de clusters de mortalidade de motociclistas aumentou de 11 em 1996/1997/1998 para 30 em 2005/2006/2007. Em 2015/2016/2017, este número reduziu-se para 27. Entretanto, houve um aumento progressivo no número de municípios nestes clusters: de 736 para 1,519 e 2,246 nos três triênios estudados, respectivamente. Esta tendência foi acompanhada pelo aumento da mortalidade em tais clusters: 2.70 óbitos/100,000 habitantes em 1996/1997/1998, 8.42 em 2005/2006/2007 e 12.01 em 2015/2016/2017. A razão entre as taxas de mortalidade dentro e fora dos clusters de alto risco variou de 9.06 em 1996/1997/1998 para 3.01 em 2005/2006/2007, mantendo este valor em 2015/2016/2017 (Tabela 1). Inicialmente, o principal cluster de mortalidade de motociclistas foi localizado no Estado de Santa Catarina (Região Sul). Entretanto, a partir de 2005/2006/2007, passou a ocupar predominantemente os Estados do Piauí e Ceará, ambos na Região Nordeste do Brasil. Em 1996/1997/1998, os clusters de mortalidade de motociclistas se espalhavam de maneira quase homogênea no território nacional, embora a Região Sudeste fosse visivelmente menos afetada. Em 2005/2006/2007, houve um grande aumento na abrangência espacial destes clusters, principalmente nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste do país. Em 2015/2016/2017, houve aumento desta abrangência em todas as Regiões (Figura 2).



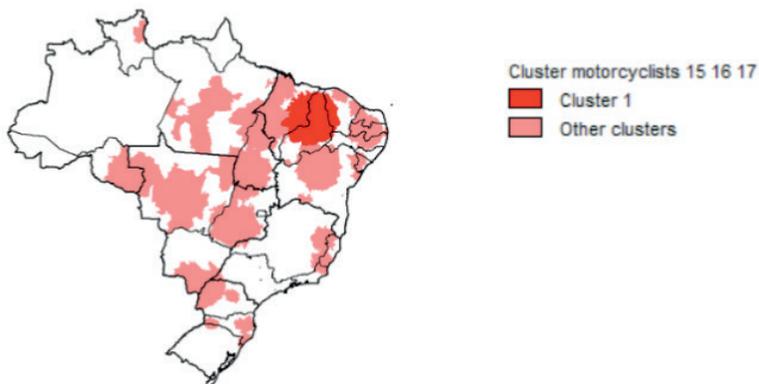
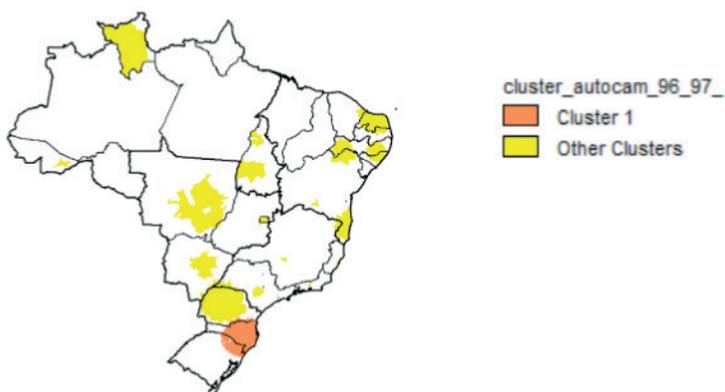


Figura 2- Clusters de municípios com alto risco de morte de ocupantes de motocicletas, Brasil (1996/1997/1998, 2005/2006/2007 e 2015/2016/2017)

Em 1996/1997/1998 foram detectados 20 clusters de risco de mortalidade de ocupantes de automóveis e caminhonetes no Brasil. Este número subiu para 26 em 2005/2006/2007 e 27 em 2015/2016/2017. Houve também um aumento progressivo tanto do número de municípios nestes clusters (de 1,178 para 2,066 e 2,397 municípios) e variação de sua mortalidade específica (7.52 em 2000, 9.38 em 2010 e 9.10 em 2015). A razão entre as taxas de mortalidade dentro e fora dos clusters apresentou redução (de 7.37 óbitos/100mil habitantes para 7.79 e 9.19) (Tabela 1). O cluster principal localizou-se de maneira preponderante na Região Sul do país em todo o período em estudo, abrangendo municípios dos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Houve, neste período, uma proliferação dos clusters de mortalidade de ocupantes de automóveis e caminhonetes nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste no período, enquanto a situação nas Regiões Norte e Nordeste permaneceu razoavelmente estável (Figura 3).



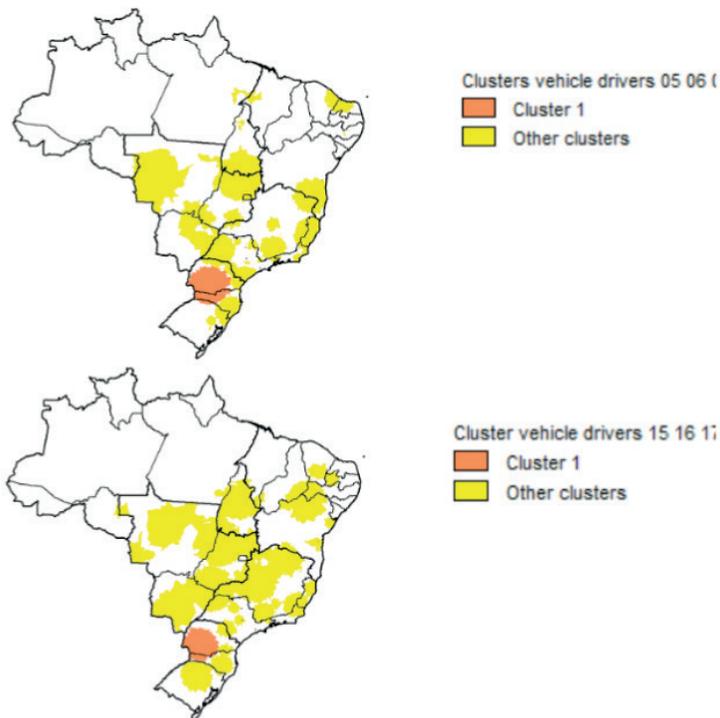


Figura 3- Clusters de municípios com alto risco de morte de ocupantes de automóveis/caminhonetes, Brasil (1996/1997/1998, 2005/2006/2007 e 2015/2016/2017)

Na análise da mortalidade por ATT, considerando todas as condições de vítimas, foi observado um aumento do número de clusters, de 17 em 1996/1997/1998 para 35 em 2005/2006/2007, e posterior redução para 33 em 2015/2016/2017. Esta tendência foi acompanhada pelo aumento do número de municípios em clusters (de 1,962 para 2,042 e 2,880 municípios). A mortalidade específica nos clusters variou de 26.60 óbitos/100mil habitantes para 28.91 e 27.61. A razão entre as taxas de mortalidade específicas dentro e fora de clusters de alto risco variou de 1.84 para 1.75 e 1.95 (Tabela 1). O cluster principal, que em 1996/1997/1998 e 2005/2006/2007 localizou-se predominantemente no Paraná e Estados vizinhos nas Regiões Sul e Sudeste, em 2015/2016/2017 passou a ocupar os Estados do Piauí e Ceará (Região Nordeste). Foi observado um grande aumento tanto no número quanto na abrangência espacial destes clusters em todas as Regiões do Brasil no período em estudo (Figura 4).

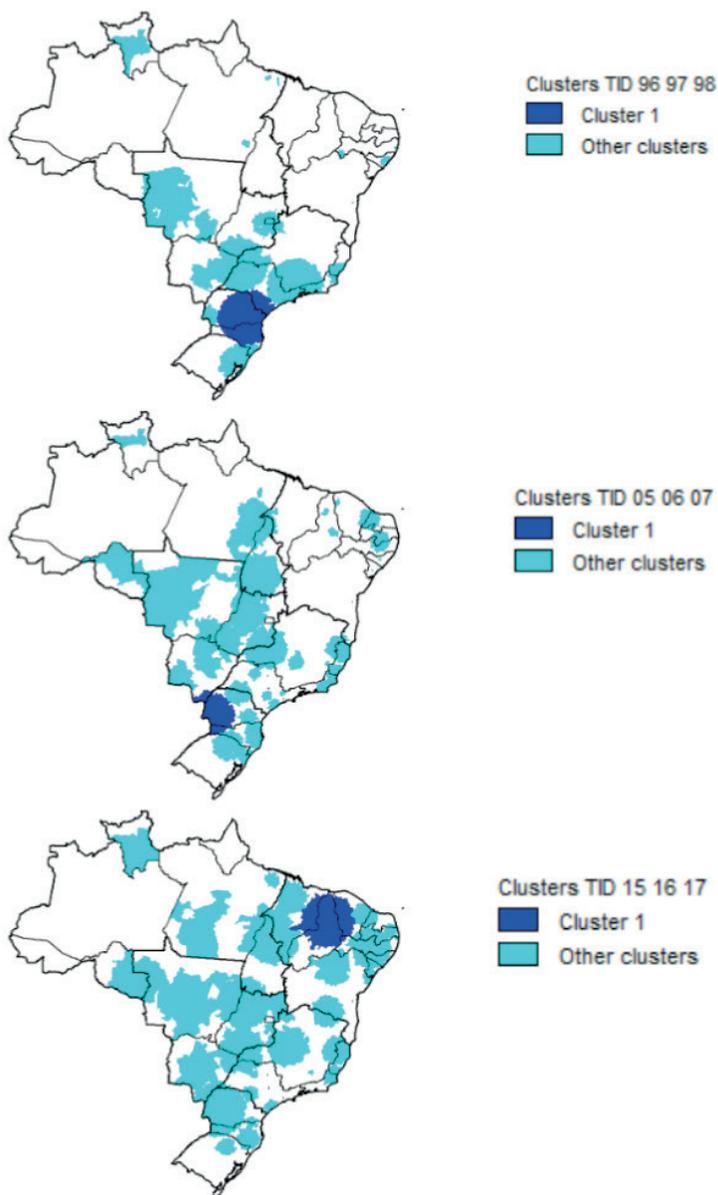


Figura 4- Clusters de municípios com alto risco de morte por Acidentes de Transporte Terrestre, Brasil (1996/1997/1998, 2005/2006/2007 e 2015/2016/2017)

4 | DISCUSSÃO

No Brasil, foi observado um aumento inicial no número de clusters de alto risco de mortalidade por ATT (de 17 clusters em 1996/1997/1998, para 35 em 2005/2006/2007), seguido de redução (33 clusters em 2015/2016/2017). Com relação à condição da vítima, houve um aumento inicial no número de clusters de mortalidade de motociclistas (11 clusters

em 1996/1997/1998, 30 em 2005/2006/2007) e pedestres (14 clusters em 1996/1997/1998, 18 em 2005/2006/2007). Posteriormente, houve redução nesta quantidade: 27 clusters de mortalidade de motociclistas e 13 de pedestres em 2015/2016/2017. O número de clusters de risco de mortalidade de ocupantes de automóveis e caminhonetes aumentou durante todo o período (20, 26 e 27 clusters em 1996/1997/1998, 2005/2006/2007 e 2015/2016/2017, respectivamente).

Entretanto, tanto nas análises em que foi considerada a totalidade de óbitos por ATT, quanto naquelas realizadas segundo a condição da vítima, houve um aumento constante no número de municípios incluídos em clusters de alto risco de mortalidade, exceto para pedestres, em que houve redução em 2015/2016/2017.

É possível supor que as melhorias observadas em 2015/2016/2017 tenham sido causadas pela diminuição do crescimento da frota de veículos (potencializada pela crise econômica a partir de 2014), acompanhada por melhorias na infraestrutura viária, redução da velocidade média (tanto pelo aumento do fluxo de veículos quanto pela implementação de medidas de controle e fiscalização da velocidade), aumento do uso de equipamentos de segurança (capacete, cinto de segurança, equipamento de controle de crianças, etc), diminuição de fatores de risco como “beber e dirigir” e também pela melhoria no atendimento pré-hospitalar e hospitalar às vítimas (ANDRADE; JORGE, 2016; CABRAL; SOUZA; LIMA, 2011) no Brasil, de 2000 a 2013, e analisar sua tendência temporal neste período. Métodos: Estudo ecológico com dados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS).

De acordo com o Anuário Estatístico do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, a partir de 2012 houve uma redução no número de indenizações pagas por óbitos em acidentes de trânsito em todo o Brasil. Souza *et al.* relataram um aumento da taxa padronizada de mortalidade por acidente de motocicleta e atropelamentos no período de 1980 a 2003 no Brasil. Neste mesmo período, os autores observaram redução da mortalidade por acidentes envolvendo outros meios de transporte terrestre (SOUZA; MINAYO; FRANCO, 2007). Morais Neto *et al.* relataram que a taxa de mortalidade por ATT no Brasil variou de 18,2 por 100.000 habitantes em 2000 para 22,54 por 100.000 habitantes em 2010, representando um aumento de 22,54% (MORAIS NETO *et al.*, 2012). Scolari *et al.* observaram redução na taxa de mortalidade por ATT no Brasil entre os anos de 2006 e 2008, tanto quando foi considerado como denominador o número de habitantes, quanto quando foi considerada a frota de veículos (SCOLARI *et al.*, 2017).

Os óbitos de usuários mais vulneráveis no trânsito (pedestres e motociclistas), representaram 41% e 53% dos óbitos por ATT no Brasil, nos anos 2000 e 2015, respectivamente (SAÚDE, 2017). A mortalidade para este grupo foi quatro vezes maior em 2015 que em 2000. Segundo dados apresentados pela OMS no Relatório Mundial Sobre Segurança no Trânsito de 2013, cerca de metade de todas as mortes no trânsito do mundo ocorreram nesses grupos (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013) que

foram construídas para nos levar a lugares, freqüentemente se tornam palcos de perdas e motivos de tristeza. O Friends for Life (Índia).

A redução da importância dos clusters de mortalidade de pedestres segue uma tendência mundial. Pode estar relacionada ao impacto positivo de políticas públicas e intervenções voltadas para a segurança no trânsito, principalmente a municipalização do trânsito nas grandes cidades e ao aumento de fiscalização eletrônica de velocidade (FERNANDES; BOING, 2019). A redução da velocidade média dos veículos nas cidades, que contribui para a redução da mortalidade de pedestres, é resultado, também, do aumento da frota e dos congestionamentos de trânsito (STOKER *et al.*, 2015). Além disso, duas intervenções recentes podem ter influenciado na redução dos clusters de mortalidade de pedestres no Brasil: a primeira foi a Lei Seca, de junho de 2008 e sua revisão em dezembro de 2012 (ABREU; SOUZA; MATHIAS, 2018; NUNES; NASCIMENTO, 2012). A segunda pode ter sido o Programa Vida no Trânsito, iniciado em cinco capitais e depois expandido para as demais capitais do País (SILVA *et al.*, 2013).

O aumento marcante tanto da quantidade quanto da abrangência espacial dos clusters de mortalidade de motociclistas, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pode estar relacionado ao rápido crescimento da frota deste tipo de veículo. Embora este aumento tenha ocorrido em todo o país, ele foi mais marcante nas três Regiões citadas (MORAIS NETO *et al.*, 2012; SILVA *et al.*, 2013). Os incentivos fiscais concedidos à produção por meio da isenção de IOF e a piora da qualidade do transporte coletivo foram fortes indutores deste aumento na frota de motocicletas (KILSZTAJN; ROBERTO; FRANCISCO, 2015). A utilização deste veículo é uma opção de transporte individual com baixo consumo e custo de manutenção, inclusive em comparação ao transporte público. Além disso, no Brasil, este meio de transporte é utilizado como uma alternativa para driblar congestionamentos, e, em muitos casos, como instrumento de trabalho. Principalmente em municípios do interior, a motocicleta vem sendo utilizada em substituição a veículos não motorizado, como a bicicleta e animais (OLSEN *et al.*, 2017; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Este aumento da frota, entretanto, não vem sendo acompanhado por medidas de segurança no trânsito, tanto em nível individual quanto em nível coletivo (BACCHIERI; BARROS, 2011). À vulnerabilidade da exposição corporal dos motociclistas, soma-se o comportamento de risco adotado pelos mesmos, o que aumenta consideravelmente os riscos de lesões e mortes (SEERIG *et al.*, 2016). A Pesquisa Nacional de Saúde (2016) mostrou que, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o uso de capacete é menos frequente que nas demais Regiões. O uso do capacete reduz o risco de morte em 40% e o risco de lesão em 70%. Além disso, as Regiões Norte e Nordeste apresentam o menor percentual de municípios inseridos no Sistema Nacional de Trânsito. Como consequência, possuem menor capacidade de fiscalização e investimento na sinalização e manutenção da infraestrutura viária (SIMOB/ANTP, 2018).

A propagação dos clusters de mortalidade de ocupantes de automóveis e caminhonetes nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste também pode ser um resultado direto do aumento da frota (KILSZTAJN; ROBERTO; FRANCISCO, 2015). Ao contrário do que ocorreu nas Regiões Nordeste e Norte, a política de isenção fiscal resultou em um aumento proporcionalmente mais acentuado na frota de automóveis do que aquele observado na frota de motocicletas. Por se tratarem de Regiões de nível socioeconômico mais elevado, a possibilidade de aquisição de veículos de quatro rodas é mais palpável.

Uma limitação importante deste estudo encontra-se na variabilidade da cobertura e qualidade das informações sobre mortalidade no Brasil. A subinformação e o subregistro podem afetar quaisquer análises feitas a partir dos dados disponíveis nos sistemas governamentais. A análise de clusters de risco, entretanto, soluciona esta questão em parte. Caso um município tenha déficit de informação, este pode ser compensado quando se analisa o aglomerado como um todo por meio das estatísticas de varredura espacial. Outra limitação reside no fato de que a estatística de varredura espacial circular pode não delinear com exatidão as bordas de clusters de formato irregular. Entretanto, Han *et al.* (2016) afirmaram que esta permanece sendo a melhor opção para a detecção de clusters compactos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo mostram a necessidade de elaboração de políticas públicas que contemplem tanto as particularidades regionais quanto aquelas que dizem respeito à condição das vítimas de ATT no Brasil. Nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, é preocupante o aumento da mortalidade de ocupantes de automóveis. Enquanto isso, nas Regiões Norte e Nordeste, a situação relacionada aos motociclistas urge, embora este seja um problema em nível nacional. Embora medidas preventivas adotadas no período tenham sido eficazes em alguns pontos, é necessário que estas sejam tanto mais severas quanto contínuas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Débora Regina de Oliveira Moura; SOUZA, Eniuce Menezes De; MATHIAS, Thais Aidar de Freitas. Impacto do Código de Trânsito Brasileiro e da Lei Seca na mortalidade por acidentes de trânsito. **Cadernos de Saúde Pública** v. 34, n. 8, 2018.

ANDRADE, Silvânia Suely Caribé de Araújo; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Estimativa de sequelas físicas em vítimas de acidentes de transporte terrestre internadas em hospitais do Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia** v. 19, n. 1, p. 100–111, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2016000100100&lng=pt&tlng=pt>.

BACCHIERI, Giancarlo; BARROS, Aluísio J.D. Acidentes de trânsito no Brasil de 1998 a 2010: Muitas mudanças e poucos resultados. **Revista de Saude Publica** v. 45, n. 5, p. 949–963, 2011.0034-8910.

BARRETO, Josafá Gonçalves *et al.* Spatial analysis spotlighting early childhood leprosy transmission in a hyperendemic municipality of the Brazilian Amazon region. **PLoS neglected tropical diseases** v. 8, n. 2, p. e2665, 2014.

BRASIL, M da S. *Sistema de informações sobre mortalidade (SIM)*.

CABRAL, Amanda Priscila de Santana; SOUZA, Wayner Vieira De; LIMA, Maria Luiza Carvalho De. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: um observatório dos acidentes de transportes terrestre em nível local. **Revista Brasileira de Epidemiologia** v. 14, n. 1, p. 03–14, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2011000100001&lng=pt&tlng=pt>.

FERNANDES, Camila Mariano; BOING, Alexandra Crispim. Mortalidade de pedestres em acidentes de trânsito no Brasil: análise de tendência temporal, 1996-2015. **Epidemiologia e Serviços de Saúde** v. 28, p. e2018079, 2019.

HAN, Junhee *et al.* Using Gini coefficient to determining optimal cluster reporting sizes for spatial scan statistics. **International Journal of Health Geographics** v. 15, n. 1, p. 27, 2016. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4971627/>>.

IBGE | downloads | geociências. Disponível em: <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 10 set. 2018.

KILSZTAJN, Samuel; ROBERTO, César; FRANCISCO, Dorivaldo. Óbitos por acidentes de trânsito e frota de veículos Death by traffic accidents and motor vehicles in use. n. May, 2015.

KULLDORFF, Martin. A spatial scan statistic. **Communications in Statistics-Theory and methods** v. 26, n. 6, p. 1481–1496, 1997.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Saúde Brasil 2017 Uma análise da situação de saúde e os desafios para o alcance dos objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. [S.l.: s.n.], 2018. 446 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2017_analise_situacao_saude_desafios_objetivos_desenvolvimento_sustentavel.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2018. .9788533419629.

MORAIS NETO, Otaliba Libânio De *et al.* Mortalidade por acidentes de transporte terrestre no Brasil na última década: tendência e clusters de risco. **Ciência & saúde coletiva** v. 17, p. 2223–2236, 2012.

NUNES, Marcela Neves; NASCIMENTO, Luiz Fernando Costa. Análise espacial de óbitos por acidentes de trânsito, antes e após a Lei Seca, nas microrregiões do estado de São Paulo. **Rev Assoc Med Bras** v. 58, p. 685–690, 2012.

OLIVEIRA, Fernando L P *et al.* Border analysis for spatial clusters. **International Journal of Health Geographics** v. 17, p. 5, 2018. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5816564/>>.

OLSEN, Jonathan R *et al.* Effect of a new motorway on social-spatial patterning of road traffic accidents: A retrospective longitudinal natural experimental study. **PLoS ONE** v. 12, n. 9, p. e0184047, 2017. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5589166/>>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças com disquete Vol. 1 - Organização Mundial da Saúde - Google Livros*. Disponível em: <[Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas 2](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PQhs3Rx4b-8C&oi=fnd&pg=PA1&dq=7.%09Org+aniza%C3%A7%C3%A3o+Mundial+de+Sa%C3%BAE.+Classifica%C3%A7%C3%A3o+Internacional+de+Doen%C3%A7as:+d%C3%A9cima+revis%C3%A3o+(CI-D-10).+4%C3%A9d.+v.2.+S%C3%A3o+Paulo:+Ed.>https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PQhs3Rx4b-8C&oi=fnd&pg=PA1&dq=7.%09Org+aniza%C3%A7%C3%A3o+Mundial+de+Sa%C3%BAE.+Classifica%C3%A7%C3%A3o+Internacional+de+Doen%C3%A7as:+d%C3%A9cima+revis%C3%A3o+(CI-D-10).+4%C3%A9d.+v.2.+S%C3%A3o+Paulo:+Ed.>>.</p></div><div data-bbox=)

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre prevenção de lesões causadas pelo trânsito**. [S.l.: s.n.], 2012. 2 p. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1490-relatorio-mundial-sobre-a-prevencao-das-lesoes-causadas-pelo-transito-sumario-0&category_slug=acidentes-e-violencias-086&Itemid=965>. Acesso em: 7 maio 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Global Sobre O Estado Da Segurança Viária 2015. Relatório Global Sobre O Estado Da Segurança Viária 2015** [S.l.: s.n.], 2015.

ORGANIZATION. World Health. **GLOBAL STATUS REPORT ON ROAD SAFETY TIME FOR ACTION**. [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <www.who.int/violence_injury_prevention>. Acesso em: 9 set. 2018.

PAIXAO, Lucia Maria Miana Mattos *et al.* Urban road traffic deaths : data linkage and identification of high-risk population Óbitos no trânsito urbano : qualificação da informação e caracterização de grupos vulneráveis Óbitos en el tráfico urbano : evaluación de la información y caracterización. **Cad.Saude Publica** v. 30, n. x, p. 1–15 , 2014.

PORTAL DA SAÚDE – DATASUS [HOMEPAGE NA INTERNET]. **TABNET – Inquéritos e pesquisas**. SAÚDE, Ministério Da. **Saúde brasil 2017**. [S.l.: s.n.], 2017. 426 p. .9788533425859.

SCOLARI, Giovana Aparecida de Souza *et al.* Tendência Da Mortalidade Por Acidentes De Transporte Terrestre Em Idosos No Brasil. **Cogitare Enfermagem** v. 22, n. 3 , 2017. Disponível em: <<http://revistas.ufrpr.br/cogitare/article/view/50170>>.

SEERIG, Lenise Menezes *et al.* Use of motorcycle in Brazil: users profile, prevalence of use and traffic accidents occurrence — a population-based study. **Ciência & Saúde Coletiva** v. 21, n. 12, p. 3703–3710 , 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001203703&lng=en&tlng=en>.

SILVA, Marta Maria Alves *et al.* Projeto Vida no Trânsito - 2010 a 2012: uma contribuição para a Década de Ações para a Segurança no Trânsito 2011-2020 no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde** v. 22, n. 3, p. 531–536 , 2013. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000300019&lng=en&nrm=iso&tlng=en>.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA MOBILIDADE URBANA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICO - SIMOB/ANTP. **Relatório geral 2016**. São Paulo (SP): [s.n.], 2018.

SOUZA, Edinilsa Ramos De; MINAYO, Maria Cecília De Souza; FRANCO, Leticia Gastão. Avaliação do processo de implantação e implementação do Programa de Redução da Morbimortalidade por Acidentes de Trânsito. **Epidemiologia e Serviços de Saúde** v. 16, n. 1, p. 19–31 , 2007. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742007000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=en>.1679-4974.

STOKER, Philip *et al.* Pedestrian Safety and the Built Environment: A Review of the Risk Factors. **Journal of Planning Literature** v. 30, n. 4, p. 377–392 , 2015.0885-4122.

VAN BEECK, Eduard F.; BORSBOOM, Gerard J.J.; MACKENBACH, Johan P. Economic development and traffic accident mortality in the industrialized world, 1962-1990. **International Journal of Epidemiology** v. 29, n. 3, p. 503–509 , 2000.0300-5771 (Print)0300-5771 (Linking).

WALLER, Lance A; GOTWAY, Carol A. **Applied spatial statistics for public health data**. [S.l.]: John Wiley & Sons, 2004. 368 v. .0471662674.

BREVE REFLEXÃO SOBRE ADOÇÃO E A CULTURA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Izabel Tereza Sousa Silva

Bacharel em Serviço Social - Faculdade
Uninassau – Teresina, Piauí

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5311274515091718>

Wnágylia Jéssica da Silva Pinheiro

Bacharel em Serviço Social - Faculdade
Uninassau – Teresina, Piauí

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3959700986145594>

Juliana Lara Borges Soares

Bacharel em Serviço Social - Faculdade
Uninassau

Pós-graduação em Saúde da Família, Saúde
Pública e Docência do ensino superior da
Faculdade Ademar Rosado – Teresina, Piauí
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2119832949798202>

Anna Gabriella Barbosa de Carvalho Silva

Bacharel em Serviço Social - Faculdade
Uninassau – Teresina, Piauí

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3865449035185632>

Cidianna Emanuely Melo do Nascimento

Programa de Pós-graduação em Saúde
Coletiva da Universidade Estadual do Ceará
(UECE) – Fortaleza, Ceará

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2435707924510627>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5477-4413>

RESUMO: O trabalho em questão intitulado “Breve reflexão sobre Adoção e a cultura da institucionalização”, trata-se de uma pesquisa

bibliográfica, com abordagem qualitativa, de caráter descritivo. Quanto ao método, a pesquisa foi fundamentada no método hipotético-dedutivo. O trabalho teve como objetivo demonstrar por meio de bases teóricas a realidade da adoção no Brasil e a cultura da Institucionalização frente à importância da convivência familiar no processo de adoção. O conteúdo desta produção está subdividido em dois capítulos: o processo histórico da institucionalização e o segundo tratando da institucionalização à adoção. Assim, foram trabalhados autores como: Gina Levinzon (2005); Ana Maux (2010); Bittencourt (2010) e Marina (2003). Percebeu-se que com base nas teorias, a adoção é permeada por uma herança cultural de preconceito e uma forte institucionalização que prejudica os jovens e crianças que permanecem em abrigos a serem adotados. Apesar da Nova Lei da Adoção ainda assim, a mesma é um processo demorado como também o processo de avaliação de reinserção a família de origem.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção, Institucionalização, Cultura.

BRIEF REFLECTION ON THE ADOPTION AND CULTURE OF INSTITUTIONALIZATION

ABSTRACT: The work in question entitled “Brief reflection on Adoption and the culture of institutionalization”, is a bibliographic research, with a qualitative approach, of a descriptive character. As for the method, the research was based on the hypothetical-deductive method. The work aimed to demonstrate, through theoretical bases, the reality of adoption in Brazil

and the culture of Institutionalization in view of the importance of family life in the adoption process. The content of this production is divided into two chapters: the historical process of institutionalization and the second dealing with institutionalization to adoption. Thus, authors such as: Gina Levinzon (2005); Ana Maux (2010); Bittencourt (2010) and Marina (2003). It was noticed that based on the theories, adoption is permeated by a cultural heritage of prejudice and a strong institutionalization that harms young people and children who remain in shelters to be adopted. Despite the New Adoption Law, it is still a lengthy process as well as the process of reintegration into the family of origin.

KEYWORDS: Adoption, Institutionalization, Culture.

1 | INTRODUÇÃO

Entende-se por adoção, o ato de acolher e amar uma criança ou adolescente por laços além da genética no qual busca estabelecer a convivência familiar e vida em comunidade à crianças e adolescentes que por alguma razão se encontra em abrigos.

A temática da adoção no Brasil passa pelos anos e desde a época da colonização era vista como um ato de caridade ou como forma de conseguir trabalhadores gratuitos, no qual acabou contribuindo para uma visão preconceituosa nos dias de hoje. Pois segundo Maux e Dutra (2010, p. 359) a adoção “a princípio esteve relacionada com caridade, em que os mais ricos prestavam assistência aos mais pobres”. Além de ser marcada por preconceito e cercada de mitos, a adoção divide opiniões até hoje, o que contribuiu para que no século XX fosse motivo de ser feita às escondidas.

Na lei de 22 de setembro de 1828, em seu artigo 2º parágrafo 1º concede a legitimação de filhos tanto legítimos como ilegítimos para perpetuar nomes de famílias que não poderiam ter filhos de sangue, contudo ao passar dos anos surgiu uma nova lei do dia 8 de maio de 1957 que sancionou a adoção a quem já possuía filhos mas estes não teriam direitos ao patrimônio familiar e vale destacar que foi na lei 3.133/57 foi colocado em parágrafo único que não poderia adotar sem está casado a menos de 5 anos, o que já dificultaria o processo para muitos.

A lei de nº 4.655 de 2 de junho de 1965, dava direito a viúvas e divorciados para adotar. A mesma foi revogada até chegar na lei 8.069 de 13 julho de 1990, reforçado pela Constituição Federal de 1988 que assegura em seu artigo 227 que é de prioridade a convivência familiar ao institucional, onde o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe em seu artigo 19 que cita o direito da criança ou adolescente deve ter educação mesmo que em família substituta para assegurar a convivência familiar e comunitária.

A chamada Nova Lei da Adoção de nº 13.509 de novembro de 2017 foi criada para acelerar os processos de adoção, mas mesmo assim as crianças e adolescentes ainda enfrentam muitos processos até serem adotadas ou reinstituídas para a família de origem.

O ato de institucionalizar se dá quando devido a alguma violação de seus direitos comprometendo sua integridade física, ou moral ou por ser órfão, onde a permanência em

abrigos se dá enquanto não completar seus 18 anos, e segundo o Cadastro Nacional da Adoção, em 2019 havia 5.021 crianças e adolescentes aguardando a resolução de sua situação.

De acordo com Sávio Bittencourt em seu livro chamado A Nova Lei da Adoção aponta em seu livro uma passagem sobre de como a vida nos abrigos, onde o mesmo menciona que:

Enorme número destes infantes e jovens são criados longe do ambiente familiar. Vivem instituições privados do cuidado individualizado de uma família. Sua formação psicológica se faz coletivo, detrimento de seu amor próprio. As sementes do afeto são mais eficazes quando existe uma família que se disponha a amor e cuidar da criança (BITTENCOURT, 2010, p. 4).

Como citado, isso se dá porque em abrigos as crianças vivem em coletividade e há carência de afeto além de tudo ser dividido até roupas íntimas, ou seja, por que manter um infante institucionalizado se segundo o Cadastro Nacional de Adoção - CNA, há 30 mil famílias a espera para adotar, ou seja existe uma cultura que dificulta a resolução rápida da situação das crianças e adolescentes perpetuando sua permanência dentro dos abrigos.

Essa longa temporada da criança no abrigo causa um sentimento de esperança de serem adotadas ou de sua volta para sua família de sangue, o que depois de um tempo pode causar desesperança pelo tempo de demora institucionalizada causando sintomas físicos mas principalmente emocionais.

O objetivo deste trabalho foi demonstrar por meio de bases teóricas o histórico da adoção e a cultura da institucionalização, no qual visa destacar a importância da convivência familiar.

2 | METODOLOGIA

O presente trabalho foi elaborado com base em materiais já publicados, como livros e artigos científicos, pois “trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 43-44).

De forma que as pesquisadoras se aplicaram na discussão buscando enfatizar na realidade do processo de adoção no Brasil assegurado pela Lei nº 8.069/1990 onde estabelece direitos fundamentais da criança e do adolescente. Assim, classificando as pesquisas a serem utilizadas tornando-se possível entender de forma objetiva sobre a temática.

O tipo de pesquisa abordado foi descritiva, onde Gil (1996, p. 53) define a “pesquisa descritiva como a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Portanto, foram percorridas as

características, fatos e situações envolvendo o processo de adoção embasado em dados e pensamentos de autores. Seguindo a ideia de Gil (1996), esses objetivos são muito úteis para estabelecer o marco teórico, ou seja, ter uma aproximação conceitual.

Quanto ao método foi utilizado o método hipotético-dedutivo, pois o mesmo busca evidências empíricas. Na elaboração do trabalho foi utilizada a abordagem qualitativa, onde se busca compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais e promover um entendimento do comportamento dos indivíduos.

3 | O PROCESSO HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

É necessário compreender a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, processo esse marcado por processos históricos que teve como resultados a Constituição Federal - CF de 1988, e o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8.069, de 1990, onde se caracteriza de maneira inovadora na legislação brasileira.

A adoção se volta para o ato de acolher além do modo afetivo de maneira legal. Em que de acordo com Gomes (2001, p. 369) é “o ato jurídico pelo qual se estabelece, independentemente de procrastinação, o vínculo da filiação.” Toda criança ou adolescente deve ser provida do direito a convivência familiar e comunitária onde a adoção acontece de maneira definitiva sendo acolhido como filho.

No ECA, no capítulo III, assegura que toda criança ou adolescente tem direito de criar-se e educar-se no âmbito familiar, em família substituta quando a biológica não oferecer as condições necessárias para assegurar o acesso a moradia, lazer, alimentação e educação (BRASIL, 1990). Onde não somente a família se responsabiliza mais o estado e toda a sociedade.

Abrigos são instituições de acolhimento que ficam responsáveis pelo cuidado da criança e do Adolescente que muitas vezes chegam a intuição devido a violação de direitos como violência, abandono, negligência ou pela ausência de cuidado e proteção por parte da família. Vale salientar que o afastamento da criança ou do Adolescente acontece somente em caso de risco a integralidade física e/ou psíquica. Mais tenso como objetivo o retorno no menor tempo possível ao convívio familiar (BRASIL, 2015).

É importante destacar processo de institucionalização na espera de um lar pode durar anos, onde na vida da criança pode desencadear inúmeras consequências diante da ausência de um ambiente familiar tendo como algumas características: “depressão, insegurança, inferioridade intelectual, tornando-os um grupo identificado por esses comportamentos” (AYRES *et al.*, 2010, p. 424).

O sentimento de abandono causado pela institucionalização pode afetar as relações futuras dos indivíduo. Há o questionamento onde o que pesa mais a burocracia ou o preconceito, já que no Brasil segundo os dados do Cadastro Nacional de Adoção de 2019 haviam 5.021 crianças e adolescentes aguardando famílias substitutas, diante dos dados

o perfil das crianças e adolescentes que aguardam um lar não condizem com as exigências posta pelos adultos inscritos onde a idade é um fator importante na escolha onde há a preferência por crianças mais novas das 5 mil crianças e adolescentes cadastradas, cerca de 91,94% têm mais de seis anos de idade (4.616), os candidatos a adoção tem a cor muitas vezes como um fator essencial na hora da escolha do futuro filho em que 19,06% (958) são negras e 35,21% (1.768) tinham algum problema de saúde ou deficiência (BRASIL, 2019).

Por anos a história do Brasil volta a se repetir em que há mais pessoas interessadas em adotar do que crianças disponíveis para adoção, devido não cumprirem pré-requisitos exigidos por quem quer adotar. A adoção parte de uma escolha consciente na construção de uma relação diária para um vínculo de amor, porém muitos pais adotivos partem da imagem de uma criança ideal o que faz muitas estarem facadas a viver em um abrigo. Ghirardi (2008) fez um estudo diante da devolução das crianças adotadas que surge como dificuldades o laço afetivo com a criança. Grande parte das devoluções também se atribui ao comportamento e as dificuldades de relacionamento.

4 | DA INSTITUCIONALIZAÇÃO À ADOÇÃO

Com quase três décadas, o ECA, é um decreto inovador a respeito da questão, principalmente quando a temática é adoção. No Brasil a várias crianças e jovens abandonadas e espalhadas em diversas instituições públicas, aguardando ser designada para alguma família. Weber (2000), explica que tal evento ocorre devido a pobreza, a censura ao aborto, o crescimento do número de filhos ilegítimos, trabalho infantil e outras diversas questões sociais. De acordo com ECA no que se refere a institucionalização afirma:

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade (Lei nº 12.010, de 2009).

Jovens e crianças em situação de institucionalização (principalmente aqueles que já possui mais de três anos na instituição) percebe-se que são rodeados de estigmas preconceituosos principalmente no momento da adoção, talvez esta visão esteja vinculada a credices, barreiras emocionais, racismo ou por não querer “criar aquilo que não gerou”. De acordo com Freitas (2017, p. 2) “A criança institucionalizada geralmente carrega consigo as marcas do abandono, rejeição e da violência causados pelos seus pais ou responsáveis.”

Conforme o estatuto da criança e adolescente, ECA, no artigo 2º no parágrafo 2º o abrigo institucional é algo que deve ser provisório na vida do infante podendo se prolonga até dois anos, porém em alguns casos ver a necessidade do abrigo torna-se permanente. No entanto quanto maior o tempo de institucionalização mais complicado será o desenvolvimento social.

Crianças sem famílias, abandonadas, institucionalizadas, sem figuras afetivas com quem possam estabelecer vínculos, interações estáveis, estão mais sujeitas a dificuldades em seu desenvolvimento, do que aquelas que têm um porto seguro onde ancorar (EBRAIM, 2001, p. 30).

Deste modo, ver-se a importância de um lar onde ofereça apoio e os cuidados necessários a estas crianças, de acordo com Tabora (2014, p. 18) “A adoção tem como finalidade responder as necessidades das crianças e dos pais, permitindo que ela encontre uma nova família, um ambiente afetivo satisfatório e ao mesmo tempo formativo.”

Os estigmas a adoção foi reduzindo ao longo do tempo, tornando-se reconhecido nos lares brasileiros. Mesmo com esta aceitação, outras questões dificultam no momento da adoção como a questão de idade, como cita Freitas (2017, p. 4) “Questões como a idade tem gerado consequências, como o prolongamento da institucionalização das crianças e um grande número de espera nos cadastros de adoção.”

A mesma autora ainda contribui afirmando que a partir dos 3 anos já é considerado uma adoção tardia, os adotantes temem que as situações já vividas possa trazer consequências a convivência familiar. De acordo com Ayala e colaboradores (2014), existe outras razões que atrapalha no momento da adoção, que são as crianças com perfis “não adotáveis”, infantes que apresenta algum tipo de deficiência, portadoras de histórico de problemas médicos biológicos, e jovens e crianças que já foram “devolvidos” a abrigos.

Outro obstáculo no momento da adoção, é a “burocracia brasileira” que apresenta lentidão nos procedimentos. De acordo com Domingos (2006) essa lentidão é contrária as necessidades da criança e dos jovens, contradizendo as exigências do ECA e desanimando diversas famílias, onde muitas acabam desistindo do andamento da adoção.

De acordo com ECA, o abrigo se torna uma opção quando não há possibilidade de uma reinserção familiar. No entanto, mesmo com o progresso a proteção da criança e adolescente, a inclusão deste público é algo delicado, pois a mesma sofre com resultados devastadores por conta da fragilidade da legislação, ausência afetiva e prejuízos causados por um ambiente empobrecido e opressivo. Mesmo com o trabalho de assistentes sociais e psicólogos em desmitificar algumas informações erradas em relação a adoção de crianças e jovens institucionalizados, o processo é aduado para que a criança e adolescente não sofra danos futuros.

5 | CONCLUSÃO

Percebe-se a importância de discutir mais políticas para a referida temática, onde o presente artigo constatou a necessidade de mais visibilidade, levando para uma reflexão sobre a cultura da institucionalização presente e passa despercebida para este assunto, em que pelo contexto cultural demonstra a adoção cercada de preconceito enraizado por estigmas no país.

Conclui-se que o trabalho levou em consideração teorias que provam como a adoção tem uma herança cultural de preconceito e a forte institucionalização prejudica os jovens e crianças que permanecem em abrigos carentes de afeto e sem individualidade. Apesar da Nova Lei da Adoção ainda assim, a mesma é um processo demorado como também o processo de avaliação de reinserção a família de origem.

REFERÊNCIAS

AYALA, S. C. A.; CARRIJO, A. F.; CASADEI, G. M.; GARCIA, S. K.; MINARDI, M. Z.; SILVA, G. C. G.; FREITAS, C. D. Adoção Tardia: O real contexto de adotantes e adotados. **FAEF-Garça Revista Eletrônica Científica de Psicologia**. Disponível em: http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/NSt5lqOoz7sc4eO_2014-4-16-0-6-59.pdf. Acesso em 04 de junho de 2020.

AYRES, L. S. M.; COUTINHO, A. P. C.; SÁ, D. A.; ALBERNAY, S. Abrigos e abrigados: construções e estigmas. Rio de Janeiro: **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 2, ago., 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200009. Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL. **Lei de 22 de setembro de 1828**: Extingue os Tribunaes das Mesas do Desembargador do Paço e da Consciencia e Ordens e regula a expedição dos negocios que lhes pertenciam e ficam subsistindo. Rio de Janeiro, 1828. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38218-22-setembro-1828-566210-publicacaooriginal-89826-pl.html. Acesso em 20 de março de 2019.

BRASIL. **Lei n.º 3.133**, de 8 de maio de 1957. Brasília.

BRASIL. **Lei n.º 4.655**, de 02 de junho de 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4655.htm. Acesso em: 04 de jun de 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Decreto- lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília.

BRASIL. **Ministério da Cidadania**. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, 2015.

BRASIL. Decreto-**Lei n.º 13.509**, de 22 de novembro de 2017. Brasília.

BRASIL. **Ministério Público do Estado do Paraná** – MPPR. Criança e adolescente, 2019.

BOCCALANDRO, M. P. R. O amor na relação terapeuta e no processo de cura. **Revista Psicologia (online)**, v. 4, n. 1, p. 72-81, 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000100008>// Acesso em: 22 de março de 2019.

BITTENCOURT, S. A Nova Lei da Adoção. **Do Abandono à Garantia do Direito à Convivência Familiar e Comunitária**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

DOMINGOS, C. H. A Importância do Processo de Adoção Brasil (1988-2006). **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Ano VII, Nº 9 – Dezembro, 2006. Disponível em: <http://www.uniflu.edu.br/arquivos/Revistas/Revista09/Discente/Carla.pdf>. Acesso 04 de junho de 2020.

EBRAHIM, S. G. Adoção Tardia: Uma Visão Comparativa. Dissertação de Mestrado. Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas, v. 18, n. 2, p. 29-40, agosto, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/estpsi/v18n2/03.pdf>. Acesso 04 de junho de 2020.

FREITAS, C. Criança Institucionalizada: Importância da Preparação na Vivência do Processo de Adoção. Bahia: **Psicologia**, abril, 2017. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0406.pdf>. Acesso 04 de junho de 2020.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996.

GHIRARDI, M. L. A.M. **A Devolução de Crianças e Adolescentes Adotivos Sob a Ótica Psicanalítica**: Reedição de Histórias de Abandono. Dissertação de Mestrado. São Paulo: IPUSP, 2008.

GOMES, O. **Direito de família**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001, p. 369.

LEVIZON, G. K. **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6ª ed. São Paulo: Atlas: 2011.

MAUX, A. A. B.; DUTRA, E. Adoção no Brasil. Algumas Reflexões. **Estudos e Pesquisa em Psicologia (online)**, v. 10, n. 2, p. 356-372, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v10n2/v10n2a05.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2019.

TABORDA, C. R. **Adoção**: A Família no Processo Adotivo. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio Grande do Sul 2014. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2115/TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso 04 de junho de 2020.

WEBER, L. N. D. Os Filhos de Ninguém Abandono e Institucionalização de Crianças no Brasil. Rio de Janeiro: **Conjuntura Social**, p.30-36, julho 2000. Disponível em: <https://geracaoamanha.org.br/site/wp-content/uploads/2018/08/Os-filhos-de-ninguem.pdf>. Acesso 03 de junho de 2020.

CAPÍTULO 6

TURISMO E CULTURA: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS GRUPOS DE CARIMBÓ DE BELÉM-PA¹

Data de aceite: 01/09/2020

Data de Submissão: 05/06/2020

1. Trabalho integrado aos Grupos de Pesquisa Laboratório de Análise Urbanas e Questões Pertinentes ao Turismo (ICSA/UFPA) Geografia do Turismo na Amazônia (PPGEO/IFCH).

Victor Barbosa Campos

Graduado pela Universidade Federal do Pará
em Bacharelado em Turismo
Belém-PA
<http://lattes.cnpq.br/0658292151200038>

Maria Augusta Freitas Costa Canal

Docente e Pesquisadora da Faculdade de
Turismo da Universidade Federal do Pará
Belém-PA
<http://lattes.cnpq.br/5546840455601726>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre a organização de grupos de apresentação de Carimbó e a continuidade e manutenção do fazer dessa expressão cultural e patrimônio imaterial em Belém-PA. A relevância dessa análise dá-se pela primazia que o carimbó ocupa com representação cultural paraense elencada na produção e promoção da espacialidade turística no estado do Pará, bem como, por sua dimensão enquanto patrimônio imaterial brasileiro institucionalizado. O percurso metodológico envolveu levantamento bibliográfico, documental e trabalho de campo com roteiro de observação dirigida e a entrevista semiestruturada realizada com vinte e dois integrantes de sete grupos que apresentam o

carimbó em Belém-PA. Os resultados indicam a importância dos fazeres dos grupos de carimbó dessa cidade à manutenção, transmissão das particularidades dessa expressão cultural tendo para isso que recorrer a apresentações em complexos turísticos e casas de shows locais.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Cultura, Carimbó, Belém/Pa.

TOURISM AND CULTURE: AN ANALYSIS OF THE SURVIVAL STRATEGIES OF THE CARIMBÓ GROUPS IN BELÉM-PA

ABSTRACT: This work has as objective to analyze the relationship between the organization of presentation groups in Carimbó and the continuity and maintenance of the making of this cultural expression and intangible heritage in Belém-PA. The relevance of this analysis is due to the primacy that the carimbó occupies with Pará's cultural representation listed in the production and promotion of tourism spatiality in the state of Pará, as well as, for its dimension as institutionalized Brazilian intangible heritage. The path methodological involved bibliographic, documentary and fieldwork with a guided observation script and a semi-structured interview conducted with twenty-two members of seven groups who present Carimbó in Belém-PA. The results indicate the importance of the actions of the carimbó groups in that city for the maintenance, transmission of the particularities of this cultural expression having to resort to it presentations in tourist complexes and local concert halls.

KEYWORDS: Tourism, Culture, Carimbó, Belém/Pa.

1 | INTRODUÇÃO

O Carimbó constitui-se numa expressão cultural com gênero musical e dança popular com ritmo sonoro, movimentos corporais e indumentárias específicas (GABBAY, 2010), sendo descrito por Salles e Salles (1969, p. 278) como “dança de roda reunindo homens e mulheres, na qual os pares se destacam, um a um, e dançam soltos, aparecendo então configurações coreográficas solistas”. Conforme Salles e Salles (1969), essa expressão cultural apresenta influência marcante da presença negra no estado do Pará conjuntamente com caboclos e mestiços, nesses termos pode-se inferir que sua inventividade¹ tem matriz nos grupos sociais paraenses não hegemônicos. Esses grupos possibilitaram a difusão e manutenção do carimbó em todo o território paraense dando-lhe características bem definidas em cada uma das sub-regiões desse território (IPHAN, 2013), o que proporcionou que essa expressão cultural fosse uma das mais conhecidas e divulgadas no Pará.

Como expressão cultural de grupos não hegemônicos o carimbó sofreu restrições e perseguições na capital paraense só sendo popularizado na cidade de Belém na década de 1970 (AMARAL, 2005; COSTA, 2008). A permissibilidade e popularização do carimbó no espaço urbano de Belém acabou por ser categorizado dicotomicamente entre o “carimbó de verdade” designado de “pau e corda” (tradicional do interior do estado) e “parafolclórico” dos grupos de danças e apresentações. Nesse contexto, o carimbó passa a integrar o cotidiano cultural da capital como um ritmo típico do Pará, fato que, segundo Huertas (2015), contribuiu para o tornar um dos maiores representantes da identidade regional e da cultura popular paraense o que influenciou diretamente em seu reconhecimento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2014 como Patrimônio Cultural Brasileiro na categoria Imaterial².

Nesse sentido, o presente trabalho parte da seguinte questão problema: Como os sujeitos que fazem o Carimbó no espaço urbano e turístico de Belém/PA se mantêm organizados em grupos e qual interação desses com a continuidade desse patrimônio imaterial? A partir disso o trabalho objetiva analisar a relação entre a organização de grupos de apresentação de Carimbó e a continuidade de manutenção do fazer dessa expressão cultural e patrimônio imaterial em Belém/PA. Partindo das abordagens Wagner (1981), Minayo (2002), Raffestin (2009) os procedimentos metodológicos abarcaram levantamento bibliográfico, documental e trabalho de campo com: roteiro de observação dirigida dos espaços e momentos do fazer dos grupos de Carimbó e de entrevistas com roteiro semiestruturado.

A amostragem foi feita aleatoriamente entre sete dos vinte e oito grupos de Carimbó identificados na cidade de Belém, sendo três na área mais central da cidade (Bairros de Canudos, Marco e Pedreira) e quatro na área não central (Bairros do Telégrafo, Sacramento,

1. Aqui tomando por base os pressupostos de Wagner (1981) de inventividade como característica iminente de criação cultural.

2. Para um detalhamento maior desse processo ver IPHAN (2013) e Brasil (2014).

Pratinha e Cruzeiro - Distrito Administrativo de Icoaraci). O desenvolvimento da coleta de dados (realizada entre agosto de 2018 e julho de 2019) abarcou o acompanhamento dos grupos por meio de trabalho de campo com roteiro de observação dirigida nos bairros e locais de apresentação dos sete grupos amostrados; e a realização de entrevistas como nove integrantes dos grupos de áreas mais centrais e treze integrantes dos grupos da área não central totalizando vinte e duas entrevistas com dez homens e doze mulheres.

21 O PROCESSO CULTURAL DO CARIMBÓ: PATRIMÔNIO CULTURA E ATRATIVO TURÍSTICO

De acordo com Salles e Salles (1969) é possível perceber que a concepção do Carimbó por muito tempo foi relacionada apenas ao instrumento, isso porque, o registro mais antigo do uso ao termo do carimbó, segundo o autor, remete justamente à proibição de “tocar carimbó” registrada no Código de Posturas de Belém e Vigia de 1880. Não foram encontradas evidências de como os grupos sociais que utilizavam o instrumento em Belém se apresentavam, mas sabe-se que a não aceitação do carimbó não se resumia a cidade de Belém, mas também, no interior, sendo mantido de forma proibitiva e preconceituosa até a década de 1930 (COSTA 2008). Na década de 1930, a palavra Carimbó remetia ao tambor, batuque e dança africanos. Já na década de 1940, o Carimbó aparece descrito como terreiro de toque e dança; percussão, viola e roda de samba; dança com arco sonoro. Na década de 1950 a expressão cultural Carimbó foi comparado ao Baião Nordestino, dança rural e articulada à marujada ao Retumbão e ao Lundum. Sendo novamente articulada a dança de roda de negro na década de 1960 (SALLES, SALLES, 1969, COSTA, 2008).

Assim, o carimbó durante longo tempo do seu processo constitutivo foi delimitado como “do interior do estado” e só durante a década de 1950, com o interesse nacional por manifestações culturais regionais, ele passa a ser visibilizado por grupos sociais hegemônicos da Cidade de Belém e, concomitantemente, se tornando uma expressão cultural emblemática do “ser paraense”³. A partir das décadas de 70 e 80 na capital paraense, o carimbó começou a ganhar espaço com sua legitimidade e popularização. O ritmo começou a despertar interesse nas rádios e mídias da capital paraense, e isso serviu de estímulo para que vários artistas comesçassem a querer gravar alguns discos de Carimbó (GABBAY, 2010; FONSECA, 1974). Porém, o que se apresentava em Belém demonstrava-se diferente do que era apresentado nos municípios do interior em especial o Baixo Tapajós (Noroeste paraense), com destaque para Santarém e a Região do Salgado (Nordeste paraense) com destaque para Marapanim⁴.

Nesse contexto, emerge um intenso debate no Pará, em especial na cidade de Belém, sobre a autenticidade do Carimbó e a dicotomia entre o carimbó tradicional de “pau e corda” e o carimbó “parafolclórico” dos grupos de danças e apresentações. Esse

3. Acerca desses períodos e questão ver Maciel (1986) e Costa (2008).

4. Dados extraídos de notas de campo, trabalhos de campo realizados entre 2018 e 2019.

debate e dicotomia se sustentavam por correntes circunscritas a dois carimbozeiros⁵: 1) Verequete do estilo de canções do estilo “pau e corda” baseado somente em instrumentos de corda e tambores, em torno do qual se agregava quem defendia um carimbó Tradicional e 2) Pinduca do estilo de canções com instrumentos eletrônicos como guitarras, bateria e contrabaixos, nas adjacências do qual se vinculava quem apoiava uma Carimbó mais Moderno – designado de Parafolclórico. Na figura 01, aspectos que distinguem os pressupostos dessas duas correntes são apresentados, aspectos que engendraram um grande debate sobre autenticidade do Carimbó enquanto representação e apresentação de expressão cultural paraense, o que se acelerou a partir da segunda metade da década de 1990 quando no estado do Pará a atividade turística passa a ser induzida e ordenada por políticas estatais tendo a organização da oferta e atratividade turística (BOULLÓN, 2002, BENI, 2006, PARÁ, 2009) vetorizado e centralizado os espaços e territorialidades festivas como eventos turísticos (CANAL, 2018).

DO PALCO DO CARIMBÓ TRADICIONAL



Palco da casa de cultura e shows Coisa de Negro no Distrito de Icoaraci. Em destaque par de tambor Curimbó sem presença de outros instrumentos e eletrônicos, fato que dimensiona a expressão do Carimbó de “Pau e Corda”.

DO CARIMBÓ PARAFOLCLÓRICO



Palco no complexo turístico Estação das Docas no núcleo central de Belém. Em destaque os dançarinos de pés descalços e a saia comprida e rodada sem o florido colorido e ao fundo instrumentos eletrônicos como a bateria.

FIGURA 01: O Tradicional e o Moderno do carimbó em espaços festivos e turísticos em 2019.

FONTE: Elaborado a partir de dados e relatos dos trabalhos de campo realizados em Belém em dez. de 2018 e jan. de 2019, e jun.- jul. 2019. FOTOS: a) Campos, 2019. b) Rede Social do Grupo Os Baioaras. Disponível em: <http://bit.ly/2Woo3dR>. Acessado em jun. de 2019.

5. Carimbozeiro é a denominação de quem canta e conduz o Carimbó, assim, Verequete (1916-2009) representante do estilo de canções baseado no carimbó de Marapanim - da Região do Salgado. Pinduca (1937-) representante da carimbó parafolclórico por apresentar canções com instrumentos eletrônicos – o Moderno da cidade de Belém (apesar de ser oriundo da cidade interiorana Igarapé-Miri).

Elementos expressivos da cultura do carimbó são ressaltados na figura 01, desde o arquétipo idiossincrático o tambor curimbó feito de madeira de troncos de árvores da região⁶ e que define o carimbó como expressão cultural distintiva. De tal forma, tudo envolto no-pelo Carimbó pressupõe canções, toadas e expressões corporais provenientes ou acompanhadas por tambor(es) curimbó (em qualquer quantidade) que dão base à percussão acompanhada ou não por instrumentos de corda e eletrônicos a partir do manifesta dança em pares como pés descalços tendo movimentos corpóreos envolve rodas, rebolados e giros e rodopios em elevações e descidas, além, disso, à excursão desses movimentos a obrigatoriedade de vestimentas: 1) Homens -calças abaixo dos joelhos ou até os pés, sem camisa ou com camisas entre aberta no peito ou amarradas com nó na altura do umbigo e 2) Mulheres – Com saias longas e rodadas, blusas curtas acima da cintura e com babados na parte superior e arranjo chamativo (grande, colorido, florido, etc.) nos cabelos.

Esses elementos unificam a expressão cultural carimbó que se distingue nas diversas regiões ou áreas do estado do Pará como na quantidade de tambores Curimbós, no ritmo sonoro e de percussão, na cor e componentes das vestimentas, na forma de apresentar e nos movimentos corporais se mais lentos ou acelerado. No Baixo Tocantins no oeste paraense a diferença do toque dos tambores designa o ritmo e som como pelo nome do tambor: Curimbó, no salgado centralidade dos tambores mais lentos e com baixa ou nenhum instrumento eletrônico (nem caixas amplificadoras) demarcam toques mais solenes⁷. Essas características diferenciadoras acabaram por fomentar o debate sobre autenticidade do carimbó estabelecido nas correntes dos carimbozeiros: Verequete – Tradicional e Pinduca – Parafolclórico, ainda mais quando essa expressão cultural compõe atrativo de espaço turísticos como os destacados na figura 01, inserindo em processos midiáticos de marketing e produto turísticos (PARÁ, 2009).

Segundo Huertas (2015) esse cenário de duas correntes do carimbó contribuiu para que ele se tornasse um dos maiores representantes da identidade regional e da cultura popular paraense. Essa representação do carimbó fica evidente no seguinte trecho da fala de um entrevistado: “valoriza o nosso caboclo, nossa música, nossa cultura, porque o carimbó sintetiza as três raças” (INFORMAÇÃO VERBAL)⁸. O fortalecimento do carimbó como representação do “ser paraense” resultante do enfrentamento do debate entre Tradicional e Parafólclórico, concomitantemente, ao processo de constituição de eventos turísticos no Pará propiciaram a organização de grupos de Carimbó e entidades culturais de vários municípios. Tudo isso incidiu no ano de 2002 na configuração do FESTIRIMBÓ⁹ organizada pela Irmandade de Carimbó de São Benedito da cidade de Santarém Novo que

6. Ver (CASCUDO, 1980)

7. Dados extraídos de notas campo, trabalhos de campos realizados entre ago. de 2018 e jul. de 2019.

8. Integrante do grupo Sabor Marajoara, entrevista realizada em Belém, jan. de 2019.

9. Dados extraídos de notas de campo, trabalho de campo realizado em Belém, jan. 2019. O FESTIRIMBÓ - Festival de Carimbó de Santarém Novo - nasceu em 2002 por iniciativa da sociedade civil organizada no Fórum do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável cujo debate incluiu o campo cultural. Santarém Novo é município da Região do Salgado no nordeste paraense.

reuniu inúmeros grupos praticantes e executores do carimbó no estado.

Durante a realização do FESTIRIMBÓ no ano de 2005 inicia-se o processo de busca de patrimonialização do carimbó, isso porque, foi durante a programação dessa edição do festival que representantes do IPHAN apresentaram o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial o que estimulou a Irmandade de Carimbó de São Benedito juntamente com os grupos de Carimbó a darem início a Campanha “Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro” e buscarem envolver e mobilizar a sociedade em torno da valorização e do reconhecimento do Carimbó como expressão importante da cultura brasileira¹⁰.

A campanha foi coordenada pela liderança da Irmandade e organizada em comissões de vários municípios, todo trabalho como a promoção de atividades culturais, lúdicas e educativas relacionado ao carimbó foi feito de forma voluntária e os envolvidos poderiam ou não estarem vinculados a algum grupo ou entidade de Carimbó, como pode ser visto no seguinte trecho: “Por ser um bem cultural presente em diversas localidades, em diferentes contextos, com múltiplos significados, acreditamos que toda essa diversidade deve também estar representada no acompanhamento desse processo, participando efetivamente [...]”¹¹. Desse modo, nota-se que o interesse pelo registro não era apenas de uma pessoa, mas foi fruto da motivação de um conjunto de sujeitos que já tinham ou não alguma relação com o Carimbó, e isso ocorreu em vários municípios do estado, uma forma de considerar as várias formas, os vários contextos que o Carimbó se apresenta. Isso influenciou a expressiva participação de mestres e artistas de grupos do interior e da capital na campanha e reconhecimento do carimbó como patrimônio cultural do Brasil e em seu registro em 2004 como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2013).

3 | O FAZER DO CARIMBÓ NA ESPACIALIDADE TURÍSTICA DE BELÉM

A relevância da campanha de patrimonialização refletiu as interfases culturais engendradas pelas condições de visibilidade do carimbó no espaço urbano de Belém propícios do perspectivismo cultural de inventividade criativa como *devir* entre convenção-memória (transmissão) e invenção-improvisação (inovação) (WAGNER, 1981), o que se evidenciou no embate entre as vertentes Tradicional – Verequete e Parafolclórico – Pinduca. Bem como, a aceleração espaço-temporal proveniente da indução do turismo no Pará na-pela divulgação de potencialidades espaciais atrativas (PARÁ, 2009), fato que avançou em direção de expressões culturais como o carimbó sob a aspiração de representação de singularidade paraense em eventos turísticos. Tais aspectos ficaram implícitos em trecho de relato da organização da campanha: “O registro se faz necessário diante do acelerado processo de desagregação social e homogeneização cultural que atinge a região

10. Informação extraída de <http://campanhacarimbo.blogspot.com.br>. Acesso em 15/05/2019.

11. Extraído de <http://campanhacarimbo.blogspot.com.br>. Acesso em 15/05/2019.

amazônica, aonde as culturas nativas e tradicionais vêm sendo velozmente atropeladas pelos produtos culturais da modernidade capitalista [...]”¹².

No Contexto dos grupos de carimbó de Belém a patrimonialização é referida de maneira geral como “relevante”, “uma homenagem”, “uma conquista” e “uma divulgação” termos mencionados por 76% dos entrevistados. No que concerne ao papel do registro de patrimônio imaterial em relação ao cotidiano do fazer dos grupos de Belém dois aspectos são mais enfáticos: o da ampliação de apresentações e o da insuficiência de recursos, fato explícito nos seguintes trechos de entrevistas: “o fato influenciou nas nossas apresentações, hoje em dia tem muitos grupos que viviam só de apresentações pequenas, hoje estão fazendo apresentações grandes” (INFORMAÇÃO VERBAL)¹³; e “eu não acho que mudou muita coisa não, entendeu? Os grupos passaram a ser mais bem vistos, né? Vamos dizer assim, mas só que por trás da cortina, por trás dos grupos, por trás dos bastidores, as pessoas não sabem o que os grupos realmente passam” (INFORMAÇÃO VERBAL)¹⁴.

Conforme Canal (2018), a relação entre a cultura amazônica e setorização-segmentação da oferta turística têm convergido a expressões do imaginário de seus grupos sociais em espaços festivos e coadunado a uma espacialidade, no sentido que trata Soja (1993, p. 101) de produção “da translação, da transformação e das experiências sociais”. Nesse sentido, a relação entre cultura e turismo configura a produção e produto de uma espacialidade turística, sendo essa espacialidade indutora de práticas de patrimonialização como trunfos importantes à atratividade turística e a sua percepção como imagem do extraordinário. Como infere-se de Gastal (2013), a percepção da imagem do extraordinário no-pelo turismo no momento atual remete a transitoriedade dos destinos turísticos do campo às cidades e disso à atração de vivências culturais. De tal modo, cultura e urbano compõem-se com instrumentos centrais à espacialidade turística em especial à transformação da oferta turística contemporânea.

De acordo com Pará (2009), a oferta turística da cidade de Belém é constituída de diversos atrativos, com destaque ao Complexo Feliz Lusitânia, Complexo do Ver o Peso e Complexo Estação das Docas considerados pontos de referência à construção da imagem da cidade e marcos turísticos locais. Esses complexos estão dispostos no núcleo central da cidade em extensão espacial contínua que abarca a área de fundação de Belém e recebem manifestações da expressão cultural do carimbó, em especial, como uma forma de divulgação da cultura paraense, já que em tais locais há uma grande circulação de turistas e moradores locais. Tais manifestações derivam de apresentações livres (artísticas culturais) e, principalmente, de apresentações programadas ambas realizadas por grupos de carimbó instituídos em Belém como: Os Baioaras, Sabor Marajoara, Sancari, Frutos Do Pará, Flor Da Amazônia, Charme Caboclo, Trilhas Da Amazônia cujo alguns aspectos expõe-se no quadro 01.

12. Extraído de <http://campanhacarimbo.blogspot.com.br>. Acesso em 15/05/2019.

13. Integrante do grupo Trilhas da Amazônia, entrevista realizada em Belém, jan. de 2019.

14. Integrante do grupo Fruto do Pará, entrevista realizada em Belém, dez. de 2019.

ÁREA	GRUPO POR BAIRRO	ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÕES
CENTRAL	OS BAIORAS Canudos	Sede na casa do organizador onde são armazenados os materiais utilizados, ensaios na rua Jabatiteua. Estação das Docas; Ilha do Combú; Ver o Peso; Apoena e Espaço Cultural Coisas de Negro; I Festival de Carimbó Raiz em Cachoeira do Arari e 34º Femucic(PR).
	SABOR MARAJOARA Marco	Sede na casa do fundador do grupo onde são armazenados os materiais utilizados, ensaios em um clube do bairro. Estação das Docas; Arraial de Todos os Santos CENTUR; Espaço Cultural Coisas de Negro; Praça da República; Festival de Olímpia (SP).
	SANCARI Pedreira	Sede na Passagem Álvaro Adolfo – Pedreira, onde são armazenados os materiais utilizados. EXPÔ-98 em Lisboa (PT), Festival Nacional de Folclore de Olímpia (SP) e além de outros pelo interior do estado como a Feira da Cultura da Cidade de Igarapé-Açu.
NÃO CENTRAL	FRUTOS DO PARÁ Telégrafo	Sede na casa da fundadora do grupo onde são armazenados os materiais utilizados, ensaios na área da residência em barracão construído com arquibancadas. Estação das Docas; Hangar; Arraial de Todos os Santos CENTUR; Festival do Folclore de Olímpia (SP).
	FLOR DA AMAZÔNIA Sacramenta	Sede na casa de um integrante onde são guardados os materiais do grupo, ensaios em escola do bairro. Estação das Docas (PA); Arraial de Todos os Santos CENTUR (PA); Praça da República (PA); Portal da Amazônia (PA).
	CHARME CABOCLO Pratinha	Sede na casa de um integrante onde são guardados os materiais do grupo onde ocorrem os ensaios. Estação das Docas; Arraial de Todos os Santos CENTUR; Santarém; Festival do Folclore de Olímpia (SP).
	TRILHAS DA AMAZÔNIA Cruzeiro	Sede na casa de um integrante onde são guardados os materiais do grupo, ensaios no barracão de uma agremiação carnavalesca. Estação das Docas; Arraial de Todos os Santos CENTUR; Festival do Folclore de Olímpia (SP); II Festival de Folclore e Artes Populares de São José de Ribamar (MA).

QUADRO 01: Grupos de carimbó da cidade de Belém e seus aspectos gerais.

Fonte: Elaborado a partir de informações constatadas em trabalho de campo realizado entre os ago. de 2018 e jul. de 2019.

Conforme exposto no quadro 01 os grupos Os Baioaras, Sabor – Marajoara, Sancari têm suas sedes e ensaios desenvolvidos em bairros mais centrais da cidade de Belém e os grupos Frutos do Pará, Flor da Amazônia, Charme Caboclo e Trilhas da Amazônia. têm suas sedes e ensaios desenvolvidos em bairros mais afastados da área central da cidade de Belém. Desses setes grupos de carimbó apenas o Sancari se identifica como expressão cultural de “pau e corda” e todos os integrantes entrevistados desses grupos definem-se como transmissores de elementos que fazem parte do universo carimbó para quem os pratica e/ou assiste as apresentações, seja a comunidade local e/ou turista. Fato impresso e vários relatos das entrevistas realizadas como os seguintes trechos: “o Charme começou como um grupo de igreja ... e se tornou o Charme Caboclo, resistiu pela força,

persistência e amor dos integrantes pela cultura, pelo carimbó” (INFORMAÇÃO VERBAL)¹⁵; e “Quando a gente se apresenta principalmente em interiores, lugares fora do Pará, a gente de apresenta e as pessoas ficam muito encantadas, sabe? O carimbó é *uma dança muito encantada*, muito envolvente, né?” (INFORMAÇÃO VERBAL, *Grifos nossos*)¹⁶.

De maneira geral os grupos de carimbó centrais e não centrais têm como base composta por: presidente-coordenador, costureira, músicos e dançarinos e estão configurados em uma dinâmica informal-familiar, já que como demonstrado no Quadro 01 a referência sócio espacial desses grupos centraliza-se nas residências de fundadores ou integrantes, assim como, a organização de captação de recursos financeiros, instrumentais e vestimentas é efetuada pelo presidente de cada grupo e a produção executada internamente mais explícito na existência de costureiras na composição dos grupos. Outros aspectos relevantes na composição dos grupos de carimbó consiste nas múltiplas funções desempenhadas por presidentes-coordenadores sendo músicos, diretores de ensaios, etc., e ainda, na autossustentação via realização de eventos e apresentação em espaços de festas e turísticos para o custeio de novas roupas e instrumentos, assim como viagens para apresentações em outros estados¹⁷.

A autossustentação dos grupos se caracteriza a partir de ações realizadas por eles mesmos como as “Rodas de Carimbó” onde são vendidas comidas e bebidas, promoção de rifas e venda de comidas e bebidas, e cachês de apresentações em eventos fechados ou abertos ao público, além de um grupo ter mencionado participar de editais municipais, estaduais e federais. Dentre essas ações que denotam estratégias de captação de recursos a que se apresenta unânime entre os grupos diz respeito às apresentações em eventos fechados ou abertos em festas privadas como casamentos e aniversários, em celebrações e comemorações em ambientes comerciais e em espaços turísticos como complexos e pontos de referência e equipamentos de suporte onde se destacam os já mencionados Complexos da Casa das Onze Janelas, Ver-o-Peso e Estação das Docas, as casas de shows culturais Espaço Cultural APOENA e Coisas de Negro e o Aeroporto Internacional de Val de Cans¹⁸.

15. Integrante do grupo Charme Caboclo, entrevista realizada em Belém, dez. de 2019.

16. Integrante do grupo Trilhas da Amazônia, entrevista realizada em Belém, jan. de 2019.

17. Dados extraídos de notas campo, trabalhos de campos realizados entre ago. e dez. de 2018.

18. Dados extraídos de notas campo, trabalhos de campos realizados entre ago. e dez. de 2018.

UM ESPAÇO DE ENSAIO



Dançarinas em momento de descontração durante noite de ensaio do Grupo Sabor Marajoara no espaço de ensaio cedido por um clube no bairro Marco na área central de Belém. Em destaque a extensão do salão onde as coreográficas em gral em roda e circulares são experimentadas e definidas à apresentação.

UM ESPAÇO DE APRESENTAÇÃO



Músicos de grupo de carimbó preparando os instrumentos e som na área de apresentações ao ar livre na Estação das Docas. Em destaque a dimensão espacial arquitetônica com vigas e estruturas de sustentação em ferro e vidros espelhados.

FIGURA 02: Perspectivas dos espaços do fazer dos grupos de carimbó em Belém.

FONTE: Elaborado a partir de dados e relatos dos trabalhos de campo realizados em Belém em dez. de 2018 e jan. de 2019, e jun.- jul. 2019. FOTOS: a) e b) Campos, 2019.

Nos espaços turísticos dos Complexos com o demonstrado na figura 02 e do Aeroporto as apresentações são financiadas e-ou organizadas como eventos de maior intensidade em períodos festivos como a Quadra Junina e o Círio de Nazaré por segmentos de serviços e do comércio e, principalmente, pelo segmento governamental estadual e municipal. Já nos espaços turísticos das casas de shows culturais as apresentações são financiadas e-ou organizadas em conjunto entre os grupos de carimbó e os proprietários das mesmas com estabelecimento de taxas convencionais. Nas apresentações dos grupos tanto da área central quanto da área não central a quantidade de dançarinos varia entre os grupos, mas em geral circunscrevem-se a cinco e seis pares. A composição de dançarinos no interior dos grupos mostra-se como um ponto de tensão, pois todos os grupos e, em especial, os da área não central, indicam dificuldade com a sua renovação, de tal modo que os grupos têm usado estratégias como apresentações em escolas para divulgação do carimbó e inserção de novos integrantes e até a realização anual de audições para novos dançarinos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os grupos de carimbó desempenham um papel ativo na manutenção dessa expressão cultural na cidade de Belém fato emblemático nas estratégias de permanência e continuidade do fazer o carimbó que culminou com o registro de Patrimônio Imaterial junto ao IPHAN, assim como, por serem os responsáveis de permitirem a vivência pelos moradores de vários bairros da cidade com canções, tons, danças, sentimentos e instrumentos do carimbó. Nesse sentido, a patrimonialização do carimbó reflete uma estratégia dos grupos que dão sentido a essa expressão cultural em Belém, contudo, o seu registro até então não ultrapassou o fortaleceu no cenário de divulgação da cultura paraense como atrativo em complexos turísticos que cria uma espacialidade turística onde o fazer cultural tem sua experiência social como trunfo à atratividade turística através da ampliação de apresentações em ambientes públicos e/ou privados. De tal modo, as apresentações em complexos turístico e/ou pontos ou marcos turísticos como casas de shows são apropriadas pelos grupos de carimbó como estratégia de autossustentação do fazer do carimbó de Belém por constituírem o principal mecanismo de acesso à recursos financeiros através de repasse de taxas e cachês que são revestidos em instrumentos, vestimentas, deslocamentos e outros necessários ao fazer dos grupos. Logo, os resultados dos dados obtidos demonstram que a ausência de uma política ou estratégias de salvaguardar do patrimônio, de centros de referências desse patrimônio em Belém, bem como, ausência de uma política de apoio, eventos e investimentos das entidades estatais vinculadas à cultura e ao turismo, fato explícito no uso das residências de membros de grupos de carimbo para armazenar material e realizar ensaios.

REFERÊNCIAS

AMARAL, P. **Tradição e modernidade no carimbó urbano de Belém**. In: VIEIRA, L. (org.). Pesquisa em Música e Suas Interfases. Belém: Eduepa, 2005.

BENI, Mario Carlos. **Política e Planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico**. Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2002.

BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) Carimbó. **Dossiê Iphan Carimbó**. Belém-PA, 2013.

_____. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Patrimônio Cultural, 2014c. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

CANAL, M. A. F. C. **Imaginário amazônico e territorialidade festiva: o divino na festa do Sairé de Alter do Chão, Pará, Brasil**. *Turismo e Sociedade*, Curitiba, v. 11, n.2, p. mai.-ago. 2018.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 8. ed. São Paulo: Global, 1980.

COSTA, T. L. **Música do Norte: Intelectuais, Artistas Populares, Tradição e Modernidade na Formação da "MPB" no Pará (Anos 1960 e 1970)**. Belém/PA: Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2008.

FONSECA, R. **Quando toca o carimbó, ninguém fica parado**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 119-121, 1974. Disponível em :< <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=tematico&pagfis=10933>> : Acesso em 13/04/2019.

GABBAY, Marcello M. **Representações Sobre o Carimbó: tradição x modernidade**. In: IX Congresso das Ciências da Comunicação, 2010.

GASTAL, S. **Imagem, paisagem e turismo: a construção do olhar romântico**. *Pasos. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural*, Ilhas Canarias- Espanha, v.11, n.3, jul. 2013.

HUERTAS, B. M. **O carimbó: cultura tradicional paraense, patrimônio imaterial do Brasil**. *Revista CPC*, n. 18, p. 81-105, 2015.

MACIEL, A. F. **Carimbó Dança do Pará estudada por pesquisador**. *Destaque Amazônia*, Belém, Março/Abril de 1986, Ano 3, n 13. Disponível em :<<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=tematico&pagfis=10933>>: Acesso em: 13/04/2019

PARÁ. GOVERNO DO ESTADO. COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO - PARATUR. **Diagnóstico da Área e das Atividades Turísticas do Pólo Tapajós- PA. /Ministério do Turismo**. Paratur. Belém: Expansão Gestão em Educação e Eventos, 2009.

RAFFESTIN, C. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In: SAQUET, M.; SPOSITO, E. (ORG.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SALLES, V. e SALLES, M. I. **"Carimbó: Trabalho e lazer do caboclo"**. *Revista Brasileira do Folclore*, Rio de Janeiro, 9, set/dez. 1969.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**.

WAGNER, R. **The Invention of Culture**. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

CAPÍTULO 7

AFETOS EM MOVIMENTO: TRAJETÓRIAS DE MULHERES NA ECONOMIA SOLIDÁRIA E NO MST

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Flávia Cunha Pacheco

Universidade Estadual de Maringá (UEM),
Mestranda do Programa de Pós-graduação em
Psicologia (PPI)
Maringá - Paraná
<https://orcid.org/0000-0003-2478-9168>

Carolina de Andrade Guarnieri

Universidade Estadual de Maringá (UEM),
Mestranda do Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais (PGC)
Maringá – Paraná
<https://orcid.org/0000-0001-6302-2221>

Luna Carulina Mendes Filgueiras

Universidade Estadual de Maringá (UEM),
Graduada em Psicologia
Maringá – Paraná
<https://orcid.org/0000-0002-2210-8202>

Maria Therezinha Loddi Liboni

Docente da Universidade Estadual de Maringá
(UEM), Departamento de Psicologia (DPI)
Maringá - Paraná
<https://orcid.org/0000-0002-5750-6614>

RESUMO: Neste artigo buscamos compreender a dimensão afetiva que permeia o envolvimento e engajamento de mulheres no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e na Economia Solidária (ES), por meio das trajetórias e relações estabelecidas pela ação coletiva. Esse trabalho foi possível no contexto do Projeto de Extensão

“Organizadas e Mobilizadas: trabalho, gênero e política com as mulheres dos empreendimentos econômicos solidários”, fomentado pelo Programa Universidade Sem Fronteiras (USF/SETI-PR). De modo a atendermos ao objetivo do estudo, nos detemos na análise de um dos Empreendimento de Economia Solidário (EES), assessorados pelo projeto de extensão no período de sua vigência (2018-2019). O material analisado no presente artigo é parte dos conteúdos de entrevistas semiestruturadas realizadas com as associadas, individualmente em domicílio, pela equipe do projeto. O material foi registrado por tomada de notas em diário de campo. Para preservar a identidade das entrevistadas, utilizamos nomes fictícios e nos valem do método de análise de conteúdo para a organização, sistematização e análise dos materiais. Com base nas narrativas das associadas, entendemos que os aspectos afetivos, os sentimentos e as emoções não são distintos das condições objetivas e concretas da vida. A dimensão afetiva permeia a inserção e a participação das mulheres no MST e na ES, ao mesmo tempo que oportuniza aprendizados e afetos no contexto do coletivo. Contudo, observamos a permanência de desigualdades de gênero nos espaços de participação e de trabalho, o que configura limites a serem superados para a efetiva participação política das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres, Afetos, MST, Economia Solidária, Participação política.

AFFECTS IN MOVEMENT: WOMEN JOURNEYS IN THE SOLIDARITY BASED ECONOMY AND IN MST

ABSTRACT: In this article we aim to comprehend the affective dimension that permeates the participation and the engagement of women in the Landless Workers' Movement (MST) and in the Solidarity Economy (ES), through the journeys and the relations established by the class action. This work was possible in the context of the Extension Project called "Organized and Engaged: work, gender and politics with the women of solidarity economical enterprises", fostered by the University Without Frontiers Program (USF/SETI-PR). To accomplish the objective of our study, we focused in the analysis of one Solidarity Economical Enterprise (EES) assisted by the extension project on its validity period (2018-2019). The corpus analyzed to this article is part of semi-structured interviews realized with the members, individually at home, by the project team. Data was registered through note taking in a field diary. To safeguard interviewees identities, fictitious names were used, and the method of content analysis was chosen to organize and systematize the review of data. Based on the members narratives, we understood that affective aspects, feelings, and emotions are not distinct from objective and precise life conditions. The affective dimension permeates the integration and participation of women in MST and in ES, whilst enables apprenticeships and affections in the union context. However, we observed the permanence of gender inequalities in work and collaborative spaces, which sets limits to be overcome in a way to achieve an effective women's political participation.

KEYWORDS: Women, Affections, MST. Solidarity Economy, Political participation.

1 | INTRODUÇÃO

Neste texto buscamos compreender a dimensão afetiva que permeia o envolvimento e engajamento de mulheres no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e na Economia Solidária (ES), por meio das trajetórias e relações estabelecidas pela ação coletiva. O presente estudo tornou-se possível no contexto do Projeto de Extensão "Organizadas e Mobilizadas: trabalho, gênero e política com as mulheres dos empreendimentos econômicos solidários" na Universidade Estadual de Maringá (UEM), fomentado pelo Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras (Fundo Paraná/SETI/UGF-PR).

Frente à constatação das desigualdades de gênero, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho e a participação política, o projeto de extensão tem o objetivo de promover a troca de saberes acadêmicos e populares, buscando estruturar, fortalecer e fomentar empreendimentos econômicos solidários (EES) de mulheres ou majoritariamente femininas, acompanhados pelo Programa Multidisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e os Movimentos Sociais, vinculado ao Núcleo Incubadora Unitrabalho/UEM, visando estimular a identidade coletiva e a participação política de mulheres na rede de economia solidária.

Os movimentos sociais contribuem para a redução das desigualdades sociais na

medida em que estabelecem estruturas e espaços de organização e incentivo à participação política de mulheres, como o EES, no caso da ES e a representação nas instâncias de organização do MST. Esses espaços políticos também são propícios para o fortalecimento das relações pessoais e públicas, aos quais os afetos permeiam. Diante disso, duas questões orientam nosso estudo: como a dimensão afetiva importa no engajamento e envolvimento de mulheres no MST e ES? Como os afetos implicam na manutenção da participação dessas mulheres?

Para atendermos ao objetivo de nosso estudo, nos detemos na análise de um dos EES assessorados pelo projeto de extensão. O EES, regularizado em 2016, está organizado como associação e sediado em um acampamento do MST, no noroeste do Paraná. Esse acampamento ocupa área de 706 hectares, divididos em lotes, ocupados por 45 famílias, que ainda não possuem a posse oficial da terra. A associação busca articular o grupo de mulheres moradoras do acampamento com o objetivo de: promover capacitação e renda; estimular as relações de comunidade e a cultura na comunidade; promover o desenvolvimento local e a formação política; promover a valorização das associadas; combater a desigualdade de gênero, entre outros problemas sociais vivenciados. É integrada por doze mulheres, em diferentes faixas etárias, em sua maioria negras e com baixa escolaridade, casadas e mães que sobrevivem do trabalho na terra ocupada, buscando renda complementar com a produção de panificados e artesanato por meio da associação.

O material aqui analisado é parte do conteúdo de entrevistas semiestruturadas realizadas com as associadas, individualmente, compondo a fase de diagnóstico para atuação do referido projeto de extensão. O material foi registrado por tomada de notas em diário de campo. Com o intuito de preservar a identidade das entrevistadas, pautando-nos nos preceitos éticos, utilizamos nomes fictícios. Os trechos das entrevistas serão dispostos entre aspas e em negrito.

Para organização, sistematização e análise dos materiais resultantes das entrevistas, nos valem do método da análise de conteúdo proposto por Bardin (1977). Esse método considera três polos cronológicos de organização da análise: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 1977). De modo a instrumentalizar esse processo, digitalizamos o material na íntegra, o que permitiu atingir uma melhor representação do conteúdo das entrevistas. Na etapa da pré-análise, sistematizamos as ideias gerais presentes nas entrevistas, por meio da leitura flutuante dos conteúdos coletados. Em seguida, realizamos a exploração do material, formulando hipóteses. Esse método de análise permitiu elucidar o conteúdo entrevistas, elaborando categorias de análise, no qual apresentamos a categoria “afetos que permearam o entrelaçamento das trajetórias das mulheres com o envolvimento e engajamento no MST e na ES”.

O capítulo está organizado em três momentos: as rotas de entrada; inserção e

participação política e a dimensão afetiva presente no envolvimento com movimentos sociais e ações coletivas.

2 | AS ROTAS DE ENTRADA

Por quais razões as pessoas aderem às ações coletivas para transformar a condição social? Silva (2002, *apud* DOMINGUES, 2007), ao lançar tal questionamento, abre espaço para reflexões que vão além do ideário de militância construído ao longo da história do MST, que, de antemão, indica um pressuposto engajamento político de todos os integrantes do movimento, desde sua entrada.

Diferente da ideia de engajamento revolucionário proposta por Lerrer (2008) cuja proposta teórica aponta o engajamento como um marco central na vida dos militantes, para Silva (2002, *apud* DOMINGUES, 2007), é preciso encontrar o sentido de entrada do indivíduo na luta frente à sua herança histórica, cultural e política. Para tanto, faz-se necessário adentrar na história de cada uma das participantes entrevistadas para entender a trajetória de vida que as levou ao acampamento, culminando em sua participação no MST e na ES.

Catarina (60 anos), engajou-se no MST com o marido e seus quatro filhos. Em trechos da entrevista, ela relata que **“não queria ir para o Sem Terra”**, mas acabou se inserindo no movimento aconselhada por sua mãe, que lhe dizia que **“a mulher tem que acompanhar o marido”**.

Olga (47 anos), vinda de Foz do Iguaçu com o marido e os filhos, se engajou no MST, sobretudo, por influência de seu pai, que foi um dos primeiros a ocupar a terra no acampamento.

Silvana (35 anos) relatou na entrevista que **“frequenta”** o MST desde seus nove anos de idade, quando o pai ingressou no movimento, tendo morado em diversos acampamentos.

Aparecida (49 anos), trabalhadora rural, deixou com o marido o trabalho de caseiros em uma fazenda para integrar o MST.

Omélia (40 anos) conta que aprendeu sobre o movimento junto com o marido e seus familiares, principalmente com o pai, um dos primeiros a ocupar a terra, tendo morado anteriormente em acampamentos à beira de estradas.

Joaquina (22 anos) chegou no acampamento com a família aos 5 anos de idade, pois, a convite do avô, seus pais entraram para o MST.

Beth (36 anos), tendo pai aposentado e engajado no MST, foi ainda criança ao movimento, e relatou na entrevista que morar em barracos **“não é moleza não”**, já que encontram grande dificuldade em ter acesso a água, banheiro e outros itens básicos de moradia.

Fernanda (26 anos) mora no acampamento há 10 anos, desde quando casou, e atualmente vive com o marido e o filho.

Há 22 anos no acampamento, Clarice (48 anos) conta que chegou ao MST por intermédio do padre da Pastoral da Terra que, muito amigo de seu marido, os convenceu a fazerem parte do movimento. De acordo com ela, o padre **“fez nossa cabeça para vir para cá [...] onde os padres iam, carregavam meu marido”**.

Vinda de outro acampamento, Antônia (34 anos) trabalhava em uma fazenda com seu marido quando decidiram entrar no MST. Desde então, passaram por alguns acampamentos vivenciando o drama do despejo mais de uma vez.

Tereza (37 anos) soube do acampamento por intermédio de uma cunhada, e chegou grávida de 5 meses, junto com o marido e um filho de dois anos.

Marcela (44 anos) conheceu o acampamento por meio de parentes, tendo vivido em vários acampamentos anteriormente. Com o marido e duas filhas, vieram há 12 anos por indicação de pessoas conhecidas.

Tarelho (1988, *apud* Domingues, 2007) pontua que, em um plano mais amplo, a motivação de surgimento do MST pode ser explicada pela história e pela sociologia, porém, a decisão individual de entrada no movimento não pode ser explicada somente pela situação de disparidade econômica e política de concentração de renda. Para ele, a tomada de decisão vincula-se à uma soma de elementos objetivos, financeiros, e subjetivos, como é o caso de processos comunicativos-pedagógicos responsáveis pela construção de uma identidade social crítica.

Das mulheres entrevistadas, apenas Catarina e Fernanda tiveram como justificativa de entrada no movimento seguir a escolha de terceiros, seja marido ou namorado. As outras dez entrevistadas tiveram um papel ativo na escolha de inserção no movimento, tendo a mediação de parentes, igreja e amigos.

Com 23 anos de existência, o acampamento pesquisado no presente estudo é palco de inúmeras trajetórias de vida e rupturas com padrões vividos anteriormente. Como Caldart (2004) explicita, tal rompimento não indica somente o ingresso à luta, mas também elucida uma transformação ativa frente a situações de marginalização vividas pelos sujeitos, bem como uma abertura a novas possibilidades de aprendizado em uma forma de convivência mais coletiva e comunitária. Embora o acampamento também seja cenário de inúmeras dificuldades que colocam em risco a vida das pessoas, há de se considerar que a experiência conquistada pela vivência no MST proporciona o enraizamento à uma população que era desenraizada, “[...] ao mesmo tempo que fornece um projeto de futuro” (FIGUEIREDO; PINTO, 2014, p. 563).

3 I INSERÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A participação de mulheres no processo de redemocratização em diferentes movimentos sociais ampliou os horizontes da luta para além da ação direta e das eleições, chegando à significativa participação de mulheres na política institucional, ocupando cargos como a presidência da república. A progressiva participação das mulheres na vida política pode ser entendida sob a perspectiva das mudanças sociais, culturais e políticas das sociedades (AVELAR, 2002).

Ao mesmo tempo, avanços na inserção ao mercado de trabalho oportunizaram renda e inclusão social, propiciando graus de autonomia às trabalhadoras. Mulheres passaram a participar de economias alternativas, como a Economia Solidária e a Economia Feminista (SANTOS, 2010). A partir de estudos em cooperativas e associações, estima-se em 70% a população de mulheres trabalhadoras (STROH, 2017).

Ainda que existam avanços na redução das desigualdades de gênero e sexo no mercado de trabalho e na participação política, a variável gênero permanece como obstáculo à participação, e quando entrelaçada às variáveis classe, raça, etnia, sexualidade e geração, adensam as barreiras nas condições de participação das mulheres mais pobres, das mulheres negras, indígenas e trabalhadoras do campo (BIROLI, 2018). As trajetórias das mulheres entrevistadas confirmam as estruturas desiguais, sendo a divisão sexual do trabalho estruturante dos obstáculos presentes nas dinâmicas sociais de desvantagem para as mulheres, tanto materiais, como simbólicas.

As narrativas das entrevistadas apresentam experiências semelhantes no que diz respeito à participação política no MST e na ES. Como engajamento, é possível perceber uma identificação das mulheres com princípios e objetivos dos movimentos, especialmente com o MST. Esse reconhecimento é acompanhado da perspectiva de acesso aos direitos, espaços e recursos.

Para Aparecida, assim como para a sua família, engajar-se no MST significou uma possibilidade de **“melhorar de vida”**. De acordo com ela, a vida melhorou em muitos aspectos. Fernanda relata que no começo, quando foi morar no acampamento, se assustou. Ela pensava: **“vou morar numa coisa que não é da gente”**, mas quando acampada, com o tempo, sentiu-se mais tranquila. Ela afirma, inclusive, que **“ainda não é da gente, mais já tem umas coisinhas”**. Já para Antônia, a ida ao acampamento acompanhou **“a esperança de se tornar logo assentamento, lote”**.

Omélia conta que depois de se inserir no MST, aos 17 anos de idade, começou a **“conhecer muitas coisas”**. Engajadas no MST, Silvana, Clarice, Olga e Antônia contam que participaram de diversas atividades organizadas pelo movimento, muitas delas voltadas às mulheres. Clarisse conta com entusiasmo que teve a oportunidade de participar da Marcha das Margaridas, em Brasília.

No que tange ao engajamento na ES, Marcela conta que **“a associação é para**

gente não precisar trabalhar fora [cidade]”. Já Silvana, comenta a sua expectativa, e **“esperava que fosse, que a gente conseguisse fazer as coisas mais rápido, gerir o serviço sem ter que ir para fora”**. Para esta última, algo que fortalece a associação é manter encontros periódicos, ou seja, **“estar sempre se reunindo”**. Sobre a experiência em ocupar cargos na associação, Fernanda relata que no começo ninguém sabia **“fazer o cargo”**, mas depois que aprenderam ficou mais fácil, e afirma: **“o cargo vai passando e cada um tem que ter a experiência”**.

Ainda sobre a participação na associação, as narrativas das entrevistadas demonstram as dificuldades e limites que encontram ao terem que organizar suas rotinas conciliando o trabalho na lavoura e doméstico com o cuidado de filhos e familiares dependentes, além das atividades da associação e do MST. A realidade narrada pelas mulheres demonstra o quanto a divisão sexual do trabalho e as construções sobre os papéis sociais de gênero implicam, como barreiras materiais e simbólicas, na participação política de mulheres. Joaquina e Beth contam que, no período de gestação e por estarem com filhos pequenos, a sua participação na associação se tornou mais difícil. Fernanda observa que as mulheres da associação **“não têm o mesmo pique”**, e que **“muitas agora têm filho pequeno, não é culpa delas”**, já que **“como fica muita carga a gente diminui o ritmo”**, e reitera, **“é difícil largar o serviço para entrar em algo que a gente não sabe”**, frisando as dificuldades encontradas por mulheres ao confrontarem papéis a elas atribuídos socialmente, como **“ser mãe”** com **“trabalhadora”** e **“militante”**, reforçando papéis sociais como características naturais e intrínsecas.

Sobre o trabalho na lavoura, falas como **“ajudam”** os seus maridos: **“todas as mulheres, a gente ajuda na roça”**, foram recorrentes nas entrevistas. Segundo Conceição Dantas,

superar la división sexual del trabajo en el campo significa romper con la jerarquía existente entre tareas de hombres y de mujeres, reconociendo que la misma resulta de construcciones sociales que buscan perpetuar el patriarcado en la sociedad. También, significa visibilizar y valorizar el trabajo productivo y reproductivo hecho por las mujeres en la casa o en el cultivo y aceptar que tanto hombres como mujeres pueden realizar ambas tareas (DANTAS, 2015, p.49).

Para Olga, a baixa participação de mulheres do acampamento na associação está relacionada com os maridos. A não aprovação dos companheiros desmotiva as mulheres a participarem. Na perspectiva de Olga, a **“mulher do campo tem outra visão, diferente das mulheres da cidade”**, **“anda com o pé no chão, só trabalha na roça, ou só em casa”**. Sobre a experiência de participar da associação, Fernanda conta que **“é diferente ter grupo só de mulheres”**, mas percebe que, **“quando vai resolver algo chama os homens”**. Em ambas as falas, é possível observar a reprodução de relações sexistas que colocam as mulheres em posições subalternas e reforçam padrões e papéis sociais desiguais entre mulheres e homens.

As relações de gênero continuam a demarcar desigualdades latentes, que acabam por balizar padrões na sociedade de acordo com a raça, a sexualidade e a classe social. Logo, como bem afirmam Biroli e Miguel (2014), podemos compreender gênero como um dos eixos centrais na organização das experiências das pessoas no mundo social. Os papéis, tanto atribuído às mulheres quanto aos homens, expressam o modo como a sociedade moderna está estabelecida: ancorada na separação entre as atividades da esfera pública, atribuídas ao masculino, e da privada, atribuídas ao feminino. Isso carrega consigo uma perspectiva dicotômica, já que a esfera pública estaria baseada em princípios universais, na razão e na impessoalidade, ao passo que, a esfera privada abrigaria as relações de caráter pessoal e íntimo. Somam-se a essa percepção estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres. Papéis sociais atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboram para que a domesticidade feminina seja vista como um traço natural e distintivo, e não como uma construção social (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Percebemos com as narrativas das entrevistadas que a dimensão afetiva permeia a inserção e o engajamento nos movimentos sociais, bem como na continuidade da participação política destas no MST e na ES. E que a experiência de participação, por sua vez, oportunizou aprendizados possíveis no contexto de ação coletiva. No entanto, percebemos que as associadas ainda encontram dificuldades em participar. Desigualdades nas relações de trabalho e nos espaços de participação, identificadas nas narrativas das associadas, configuram limites na participação política de mulheres e na autonomia financeira, caras a uma sociedade democrática e justa.

4 | A DIMENSÃO AFETIVA NO ENVOLVIMENTO COM MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÕES COLETIVAS

Considerando as seções anteriores e as reflexões contidas nelas, esta terceira seção propõe discutir a dimensão afetiva no engajamento das entrevistadas com os movimentos sociais e com demais ações coletivas. Partimos da concepção de que toda e qualquer ação humana envolve conteúdos subjetivos, e isso nos leva a fazer uma primeira observação: tanto na rota de entrada quanto na participação política, temos intrinsecamente a presença dos afetos. Como dispõem Rosa e Silva (2015, p. 47), “[...] drama subjetivo e política não apenas se relacionam, mas se interpenetram; o sujeito dramático passa a ser visto necessariamente como sujeito político [...]”. Afirmativa também presente em Safatle (2019, p. 19), que considera que o processo de “[...] constituir vínculos políticos é indissociável da capacidade de ser afetado, de ser sensivelmente afetado”.

Alegando que a dimensão afetiva está intrínseca nos processos de constituição da consciência política e na subjetivação do movimento social ou de ações coletivas (ROSA; SILVA, 2015), citemos como exemplo a fala de Olga, se referindo a história de inserção

e engajamento com o movimento: **“não sei o que seria da minha vida se não fosse o sítio”**. Percebemos que o trabalho com a terra é um fator que a aproxima do MST, visto que considera sua adesão ao movimento enquanto possibilidade de prosseguir sua atividade laboral no cenário em que vive desde sua infância: no rural; na terra. E mais, é possível destacar que sua relação proximal com seus pais e a relação deles com o próprio movimento também é um agente que impulsiona Olga a apostar na relação com MST e no trabalho coletivo organizado, como a associação, enquanto meios de produção de vida e de renda. Lembramos que o pai de Olga foi um dos primeiros moradores do acampamento e sua mãe impulsionou a constituição da associação.

Outras narrativas se assemelham a essa, como a de Silvana, que retrata a figura de seu pai a partir de um afeto positivo, pois foi ele quem a apresentou ao MST. Ela também expressa sua preferência por trabalhar no cultivo da terra e no cuidado dos animais ao invés do trabalho na cidade ou em empresas. A adesão à associação parece seguir a mesma lógica: é por meio do estabelecimento de vínculos construtivos que se fortalece enquanto uma opção, como expresso nas falas: **“estar sempre se reunindo, uma comentando algo com a outra”**, e permanece assim, mesmo frente às frustrações com a geração de renda da associação. **“Esperava que fosse, que a gente conseguisse fazer as coisas mais rápido, gerir o serviço sem ter que ir para fora”** (Silvana). A fala de Omélia também se refere a isto: **“apesar de não estar caminhando conforme deveria estar, mas está bom, as mulheres tinham que se juntar mais, trocar ideias, dividir, compartilhar, repartir entre as mulheres”**.

Portanto, não podemos desconsiderar os afetos enquanto um dos fatores que impulsionaram estas inserções e engajamentos. Sejam eles por uma temática de luta ou por identificação com o grupo, são situações que promovem mudanças objetivas e também subjetivas. As rotas de entrada dessas mulheres, enquanto propulsoras conscientes e verbalizadas, beiram às condições de necessidades básicas de sobrevivência (alimento, moradia, trabalho). No entanto, outros aspectos, tais como coletivização, familiaridade, respeito, amor, ódio, insegurança, resistência, ternura e outras necessidades psicológicas, também são influências na escolha. O engajamento político pode ser um argumento para a rota de entrada no movimento, e vice-versa, mas a questão-chave é: ambos não são isentos de aspectos subjetivos. Se concordarmos que é pela atividade humana que continuamente produzimos a própria existência da humanidade e que os aspectos psicossociais estão inerentes em tudo, não há como dissociar a atividade operacional da emocional.

Nas entrevistas também surge o conteúdo sobre autovalorização como integrante de um movimento de luta por melhores condições de vida para a população. Entretanto, o que se destaca nas narrativas conseguintes são os efeitos do preconceito que se desenham por duas vias principais: 1) Por pertencer ao MST: **“hoje eles [a população da cidade] aceitam mais, mas sempre tem quem não”**, são as palavras de Beth ao se referir às pessoas contrárias, as mesmas que desferem ofensas e os acusam de **“vagabundos”**, dizendo estarem **“roubando as terras”**; 2) Por ser mulher tentando constituir a associação

como opção de trabalho. Relatam ataques cotidianos de discriminação, falta de escuta, de indiferença, de descrédito, entre outros. Tal fato ocorre tanto no âmbito externo ao acampamento (na cidade, nas escolas, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), no comércio, nas ruas), quanto no próprio MST em relação à organização de mulheres produzindo e tentando ter uma renda independente da figura masculina. **“Eles acham que mulher não dá conta”**, diz Tereza se referindo aos homens do acampamento; **“Tem muita gente que não é a favor da associação”**, relata Olga sobre o posicionamento que observa dos mesmos.

O preconceito invade a disposição do envolvimento dessas mulheres com o movimento social e com demais ações coletivas, refletindo nas dimensões afetivas. Ao mesmo tempo, é visível que a fundação da associação provocou nas mulheres mudanças de comportamento e realização pessoal nos aspectos cognitivos e afetivos, como vemos nas falas sobre a ressignificação da relação homem-mulher, da relação entre as próprias mulheres e sobre a habilidade de comunicação, como expresso a seguir: **“mas a gente era largada”** **“e hoje mulheres organizam, tomam iniciativa”** (Tereza). Também não descartemos que, a partir das relações e trocas no âmbito do MST e da ES, houve mudanças de perspectivas de mundo e organização social. Como na narrativa de Omélia, que relata que a partir da inserção no MST aos 17 anos de idade **“comecei a conhecer muitas coisas”**, **“abre muito a mente da gente, aprende muita coisa”**. Esse discurso é também encontrado em outros estudos, como o de Baltazar (2004) que, após entrevistar 12 militantes, descreve: “[...] Através da militância puderam aprender sobre si mesmos, sobre as relações pessoais, sobre o mundo, sobre a sociedade, permitindo mudanças de comportamento e possibilitando uma realização pessoal [...]” (BALTAZAR, 2004, p. 185). Como retratam Rosa e Silva (2015, p. 47), “[...] a práxis política deve ser entendida como um processo em constante movimento e transformação, relacionado a múltiplos papéis e dimensões diversas: social e pessoal; objetiva e subjetiva; cognitiva e afetiva [...]”.

As entrevistadas também evidenciaram que o trabalho cognitivo é acompanhado por produções afetivas. Muitas delas citaram os encontros de formação de conhecimento e de cursos de capacitação enquanto situações prazerosas que produziram sentimentos, além de estreitar vínculos com redes de apoio como a Unitrabalho/UEM. Aparecida relata que os cursos são importantes para **“abrir a cabeça”**, semelhante à fala de Fernanda sobre o curso de cooperativismo: **“abriu mais a mente”**. Catarina tem sentimentos parecidos: **“é tão bom a gente ali junto, o que a gente sabe a gente passa, e elas para gente”**, citando o aprendizado das reuniões. Fernanda consegue perceber a dimensão que uma organização de mulheres atinge: **“por ser um assentamento, ter uma padaria é importante para a comunidade, porque não é só para nós”**.

Por fim, a principal intersecção que atravessa as integrantes entrevistadas é o gênero. O fato de ser mulher vem acompanhado de muitos estigmas sociais, principalmente em um momento de desmonte e banalização das pautas de muitos dos movimentos sociais. A insegurança é um dos afetos que vem sendo vivenciado, como é explícito na fala de Clarice:

“esse governo que está vindo aí, a gente não sabe o que estão preparando para nós”. Nesse cenário, esse grupo de mulheres é uma estratégia necessária de sobrevivência concreta e emocional, a partir da integração pela necessidade de proteção frente aos discursos de ódio frequentes, que ameaçam as condições de vida dessas mulheres e da democracia brasileira.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso do presente texto, buscamos discutir o entrelaçamento de fatores objetivos, subjetivos e afetivos na trajetória de envolvimento de mulheres com o MST, que simultaneamente participam de uma associação que atua sob a égide da Economia Solidária. Nos propusemos a trazer à tona a dimensão afetiva das relações construídas a partir da inserção e participação nesses dois movimentos sociais.

Quanto à participação no MST, a grande maioria foi permeada por relações afetivas, mediadas por pessoas afetivamente próximas das participantes, como pai, mãe, marido, namorado, e, até mesmo, o padre. Objetivamente, o pertencimento aos dois movimentos busca meios de sobrevivência, de trabalho, mas a escolha de como isso ocorreu foi mediada por aspectos subjetivos e afetivos.

Assistimos também a luta dessas mulheres para serem reconhecidas como atores sociais e políticos, tanto dentro do movimento como fora dele. Ouvimos relatos de afetos negativos quando enfrentam o preconceito da sociedade, tais como vergonha, humilhação, descrédito. Mas também, no próprio movimento, encaram resistências quanto ao trabalho coletivo da associação. Porém, a experiência proporcionada pela participação tanto em atividades do trabalho coletivo como nos encontros, cursos e formações a ele relacionado, as fazem relatar o sentimento de acreditarem que são capazes, sentimentos de solidariedade, de auto-valorização, de orgulho, de amor à terra, da esperança por uma vida melhor. Travam uma luta, tanto nas esferas públicas para ampliar a participação feminina no MST, na Economia Solidária e na sociedade, enquanto lutam também nas esferas da vida privada, onde observamos ainda uma predominância das relações de desigualdades de gênero, que acabam por impactar na possibilidade de participação na associação.

Por fim, concluímos que é impossível separar os aspectos afetivos, os sentimentos e emoções das condições objetivas e concretas da vida. Conforme nos lembra Penna (2017), discorrendo a respeito do resgate dos estudos sobre afetos nas Ciências Sociais e Políticas:

No mundo globalizado fica difícil negar a presença, em grandes grupos do ódio, do terror, do pânico, da suspeita paranoide. Entretanto, é também notória a influência da alegria, da compaixão e da esperança observados nos movimentos comunitário-solidários (PENNA, 2017, p. 19).

Objetividade, subjetividade, afetos, sentimentos e emoções estão sempre inter-relacionados e entrelaçados, são como camadas da mesma realidade que não podem ser desconsiderados.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, Lúcia. Mulher e Política: O Mito da Igualdade. Social Democracia Brasileira, Brasília, mar., p. 40-54, 2002.
- BALTAZAR, Bernadete. Os Encontros e Desencontros da Militância e da Vida Cotidiana. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Vol. 20 n. 2, Mai-Ago, p. 183-190, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 70, 1977.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- _____.; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política**: uma introdução. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- CALDART, Roseli Saete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- DANTAS, Conceição. Autonomia econômica de las mujeres rurales em los territorios de la ciudadanía. In. **Las mujeres em la construcion de la economia solidária y agroecología. Textos para la acción feminista**. SOF. SempreViva Organização Feminista, p. 45-66, 2015.
- DOMINGUES, Eliane. Vinte anos do MST: a Psicologia nesta história. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 573-582, set./dez. 2007.
- FIGUEIREDO, Gislayne Cristina; PINTO, José Marcelino de Rezende. Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 562-571, 2014.
- LERRER, Débora Franco. **Trajetória de militantes sulistas**: tradição e modernidade do MST. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicada ao Conhecimento do Mundo Rural, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- MST. **Nossa História**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em 24 de abril de 2019.
- PENNA, Carla. O campo dos afetos: fontes de sofrimento, fontes de reconhecimento. Dimensões pessoais e coletivas. **Cadernos de Psicanálise**, Rio de Janeiro, 39 (37), p. 11-27, jul./dez. 2017.
- ROSA, Leandro Amorim.; SILVA, Ana Paula Soares. Sujeito político dramático: mudanças vivenciadas por uma militante do MST. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, 27(1), 47-57.
- SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos – Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. (2 ed. ver, 5. reimp., 11-32). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- SANTOS, Graciete. Economia Solidária e feminista: um encontro possível. **Cadernos Feministas de Economia e Política**, 5, 2010.
- STROH, Paula Yone. Relações sociais de gênero nas cooperativas de reciclagem. In.: BLAY, E. A.; AVELAR, L. (Org.). 50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fafesp, 2017.

CAPÍTULO 8

ESTRATÉGIAS DE *COPING* ADOTADAS POR FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Ana Naysa Albuquerque Teixeira

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
Sobral-CE
<https://orcid.org/0000-0003-4695-2384>

Cibelly Aliny Siqueira Lima Freitas

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
Sobral-CE
<https://orcid.org/0000-0002-0585-5345>

Verônica de Azevedo Mazza

Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Curitiba-PR
<https://orcid.org/0000-0002-1264-7149>

Maria Adelane Alves Monteiro da Silva

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
Sobral-CE
<https://orcid.org/0000-0001-7579-2645>

Etelvina Sampaio Melo

Universidade Federal do Ceará (UFC)
Sobral-CE
<https://orcid.org/0000-0002-5099-6553>

Benedita Shirley Carlos Rosa

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)
Sobral-CE
<https://orcid.org/0000-0002-9125-3614>

RESUMO: Pesquisa qualitativa com o objetivo de descrever as principais estratégias de *coping* de familiares de crianças com diagnóstico

de Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) acompanhadas pela Associação de Pais e Amigos do Excepcionais (APAIE) localizada no interior do Ceará. Estudo realizado por meio da aplicação da Escala Toulousaine de *Coping* durante os meses de junho e julho de 2019, tendo seus dados analisados utilizando-se o teste estatístico de Pearson para correlação de variáveis. A pesquisa atendeu os princípios da bioética conforme Resolução 466/2012 do CNS, sob Parecer Nº 2.806.799. Os resultados evidenciaram que as 17 participantes são do sexo feminino, 16 delas são mães das crianças e 12 estavam desempregadas. Das famílias entrevistadas, 14 tem arranjo nuclear, oito com uma média de 04 moradores por domicílio, e em 11 delas algum dos membros deixou de trabalhar após o diagnóstico de TEA. Na investigação das estratégias de *coping* positivas, apenas o controle é frequentemente utilizado pelas famílias. No que se refere as de *coping* negativos nenhum foi apontado pela média das famílias. Sobre os aspectos correlacionados, destacaram-se a distração e o suporte social de forma moderada e, a conversão e o controle com uma correlação fraca. Concluiu-se que informações acerca da sobrecarga dos cuidadores e formas de enfrentamento, favorecem a elaboração de estratégias para assistência e manejo adequados, facilitando os cuidados de saúde e a promoção da melhoria da qualidade de vida das crianças com autismo e de suas famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo, Família, Enfrentamento, Crianças.

COPING STRATEGIES ADOPTED BY FAMILIES OF CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER (ASD)

ABSTRACT: Qualitative research in order to describe the main coping strategies of Family members of children diagnosed with Autism Spectrum Disorder (TEA) accompanied by the Association of Parents and Friends of the Exceptional APAE) located in the interior of Ceará. Study carried out by applying the Toulousaine Coping Scale during the months of June and July 2019, having its data analyzed using Pearson's statistical test for correlation of variables. The research complied with the principles of bioethics according to CNS Resolution 466/2012, under Opinion No. 73197617.0.1001. 0192. The results showed that the 17 participants are female, 16 of them are mothers of the children and 12 were unemployed. Of the interviewed families, 14 have a nuclear arrangement, eight with an average of 04 residents per household, and in 11 of them some of the members stopped working after the diagnosis of ASD. In investigating positive coping strategies, only control is often used by families. With regard to negative coping, none was indicated by the average of families. Regarding the correlated aspects, distraction and social support were highlighted in a moderate way, and conversion and control with a weak correlation. We conclude that information about the burden of caregivers and confrontations, favors the development of strategies for appropriate care and management, facilitating health care and promoting the improvement of the quality of life of children with autism and their families.

KEYWORDS: Autism, Family, Coping, Children.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde que Leo Kanner descreveu o autismo pela primeira vez em 1943, foram inúmeras as pesquisas e constantes revisões focadas neste tema, através de diferentes perspectivas, tanto quanto à sua denominação e caracterização ao tratamento e terapias. De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, em sua quinta edição, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado uma deficiência que se caracteriza pelo prejuízo funcional nas áreas da comunicação, da interação social e do comportamento (MINATEL e MATSUKURA, 2014), tendo início logo na infância tendendo a permanecer durante a adolescência e persistir na vida adulta. O aparecimento de condições concomitantes, como epilepsia, depressão, ansiedade e transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), são frequentes. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2017).

A estimativa atual é de que uma em 160 crianças tenha TEA no mundo. Estudos epidemiológicos realizados nos últimos 50 anos, mostram que a prevalência de TEA vem crescendo no decorrer das décadas. Possivelmente esse aparente aumento pode ter sido causado não por um alastramento da condição, mas sim por uma ampliação de critérios diagnósticos, assim como melhores ferramentas de diagnóstico e qualidade de relatórios (OMS, 2017).

A família, em especial os pais são os primeiros a notarem comportamentos fora do comum nos filhos, especialmente quando estes têm outros filhos com quem possam fazer

uma comparação, mas não conseguem determinar o que, então, é comum que o alerta de parentes ou amigos sobre a existência de algum distúrbio com seus filhos, provoque uma reação de raiva (SILVA, et al, 2017).

O diagnóstico de TEA, geralmente, causa muito impacto na família fazendo com que as relações familiares tenham uma tendência a mudança ou até rompimento de vínculos. A cronicidade do transtorno agrega uma série de dificuldades no cotidiano, em especial para as mães, sendo elas as principais dispensadoras dos cuidados, principalmente quando estão presentes condições físicas e mentais que resultam em uma maior dependência, expondo-as ao desenvolvimento de altos níveis de estresse, que são constantemente vivenciadas por pessoas que exercem cuidado a alguma pessoa que tenha deficiência, podendo resultar em sobrecarga, agravos à saúde física e psicológica (TABAQUIM, et al, 2015).

As habilidades desenvolvidas para o domínio das situações de estresse e adaptação são formas de enfrentamento (*coping*), que é definido como o conjunto de estratégias cognitivas e comportamentais utilizadas para avaliar e gerenciar as exigências internas e/ou externas, determinada por fatores pessoais, exigências situacionais e recursos disponíveis (FOLKMAN & LAZARUS, 1985). Estratégias de enfrentamento correspondem a um processo pelo qual o indivíduo administra as demandas da relação pessoa/ambiente, e as emoções que elas geram. Diante da situação considerada estressora, os indivíduos realizam uma avaliação do que está ocorrendo, a fim de que o organismo possa responder adequadamente ao estressor, solucionando-o ou amenizando-o.

Apesar de avanços significativos nas últimas décadas relacionadas a diagnóstico e tratamento de pessoas com TEA, assim como a evolução de políticas que visem assegurar direitos e inclusão dos autistas e de suas famílias, a compreensão de como se dá a estrutura e funcionalidade de suas vidas e seu ambiente familiar ainda se mostra com alguns déficits. A identificação das estratégias utilizadas por familiares de crianças com TEA para o enfrentamento da condição surge como uma informação relevante, já que algumas destas estratégias podem mostrar-se lesivas para os mesmos e para os que estão a seu redor. E tal entendimento servirá de base para ampliação e melhoria de políticas e de práticas assistenciais de maneira integral.

Nessa perspectiva, esse estudo tem como objetivo descrever as principais estratégias de *coping* de familiares de crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

2 | CAMINHO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida num município do interior do Ceará junto as famílias de crianças com autismo acompanhadas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAIE) que é a principal referência em atendimento as crianças

com necessidades especiais do município e oferece tanto atendimento com diversas especialidades médicas quanto serviço de atendimento educacional especializado (AEE).

Nesse estudo, foram abordados 22 cuidadores de crianças com TEA, destes, cinco não quiseram responder a entrevista, os demais (17) concordaram em participar da pesquisa e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

A coleta de dados se deu entre os meses de junho e julho de 2019, por meio da aplicação da Escala Toulousaine de *Coping* Reduzida (ETC-R)¹, que identifica as estratégias de enfrentamento em situações percebidas como estressantes, com familiar de crianças com diagnóstico de autismo.

A ETC-R é organizada em torno de cinco estratégias de enfrentamento: controle, recusa, conversão, suporte social e distração. A estratégia de **Controle** caracteriza o modo de reação ao estresse segundo o qual, perante uma situação, a pessoa tem necessidade de refletir e de planificar quais as melhores estratégias que deve utilizar para a resolver com eficácia, não evitando a sua confrontação. Já a **Recusa** compreende a incapacidade de aceitar a realidade e o problema. A pessoa procura encontrar uma certa distância cognitiva e emocional face ao seu objetivo, para resolver o seu problema, ou melhor refletir a forma de resolver o problema. Por vezes age como se não houvesse problema, recusando admitir a realidade. Na estratégia de **Conversão**, as pessoas que utilizam esta estratégia caracterizam-se pela mudança de comportamento e pela adaptação da sua ação ao problema, têm necessidade de um certo isolamento em relação aos outros, responsabilizando-se por gerir os seus problemas. O **Suporte Social** implica na necessidade de ser ouvidas e reconfortadas pelos outros. Na estratégia **Distração**, as pessoas procuram a companhia de outros ou envolvem-se em atividades que as ajudam a não pensar nos problemas que as incomodam (SILVA JUNIOR; COSTA, 2014).

Os dados coletados por meio de uma entrevista foram organizados e sistematizados e realçados através da utilização de técnicas de estatística descritiva: frequências (absolutas e relativas), medidas de tendência central (médias aritméticas), medidas de dispersão e variabilidade (desvio-padrão) e a testes estatísticos de correlações. Os cálculos dos

1. Na década de 80, Folkman e Lazarus (1988) elaboraram um inventário com 66 itens com o objetivo de identificar os pensamentos e as ações utilizadas na resposta a uma determinada situação geradora de stress. Esparbès, Sordes Ader e Tap (1993), depois da revisão e análise de várias escalas de coping construíram uma nova escala com 54 itens, designada de *Echelle Toulousaine de Coping*, organizada em campos comportamental (ação), cognitivo (informação) e afetivo (emoção) – integrando seis estratégias – Focalização, Suporte Social, Retraimento, Conversão, Controle e Recusa. Em 2006, foi feito um estudo de adaptação desta escala à população portuguesa – que incluiu 1000 participantes com idades compreendidas entre os 18 e 28 anos, sendo 384 (38,4%) do sexo masculino e 616 (61,6%) do sexo feminino. A versão portuguesa passou a integrar 54 itens. A utilização desta escala revelou algumas dificuldades, nomeadamente a morosidade da sua aplicação, fato que suscitou a necessidade de construir uma versão que favorecesse a participação dos respondentes. Conseqüentemente, a partir da ECT (adaptada à população Portuguesa) foi elaborada a ETC-R (versão reduzida), composta por 18 itens, distribuído em 5 fatores (estratégias). O score individual é calculado mediante a média dos itens de cada fator (NUNES, BRITES, PIRES & HIPÓLITO, 2014).

domínios de estratégias de *coping* são apresentados em escore mínimo, máximo, médio, desvio padrão e coeficiente de correlação de Pearson e representados graficamente e ilustrados em figuras, e por conseguinte, validados com a literatura pertinente.

A pontuação considerada para a escala da estratégia de *coping*, de acordo com a Escala *Tolousaine Coping Reduzida* (ETC-R), foi da escore média dos domínios específicos. Na coluna Média (Quadro 1), indica-se o valor considerado como nível moderado, que foi calculado através da média da menor e maior pontuação possível em cada domínio.

ESCALA	ITENS	VARIAÇÃO PONTUAÇÃO	MEDIA (Nível moderado) *
Controle	1,8,9,15,18	5 a 25	15
Recusa	10,11,12,16	4 a 20	12
Conversão	4,5,14	3 a 15	9
Suporte Social	7,8,13	3 a 15	9
Distração	2,3,17	3 a 15	9

Quadro 1 - Demonstrativo da pontuação para as estratégias de enfrentamento considerando a ETC-R.

Fonte: própria autora (2019). *Ponto de corte.

Para desenvolvimento do estudo foram considerados os aspectos éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2013), que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Tal resolução leva em consideração referenciais da bioética como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade. E visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado, levando em consideração a ótica do indivíduo e das coletividades.

Os resultados dessa pesquisa constituem um recorte de uma pesquisa institucional e multicêntrica com financiamento do CNPq, intitulada: *Vivência de Famílias Constituídas com Crianças com Deficiência - Organização, Práticas e Necessidades*, aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual Vale de Acaraú (UVA), conforme Parecer N° 2.806.799.

3 I ESTRATÉGIAS DE COPING DAS FAMÍLIAS DE CRIANÇAS COM TEA: RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada com um total de dezessete respondentes, todas do sexo feminino, a maioria absoluta eram mães das crianças (16), apenas uma das respondentes era irmã de uma criança. A faixa etária predominante entre as entrevistadas foi de 31 a 40 anos, representando nove do total. Quanto à renda familiar, nove das participantes declararam receber até um salário mínimo por mês, e seis tinham renda entre 1 e 2 salários mínimos.

As estratégias de *coping* na gestão familiar do TEA estão representadas na Tabela 1, a partir dos cálculos dos escores mínimo, máximo, médio e desvio padrão de todas as categorias.

ESTRATÉGIAS	FAMÍLIAS (N)	ESCOR E MÍNIMO	ESCOR E MÁXIMO	ESCOR E MÉDIO	DESVIO PADRÃO
Controle	17	18	25	22,64	2,20
Recusa	17	4	16	8,82	3,35
Conversão	17	3	15	8	4
Suporte Social	17	3	15	8,58	3
Distração	17	3	11	8	2,89

TABELA 1 - Descrição das medidas das estratégias de enfrentamento de familiares crianças com TEA acompanhadas na APAE, Ceará, Brasil, 2019.

Fonte: própria autora (2019).

A categoria de controle, suporte social e distração se apresentam como estratégias positivas de enfrentamento. O controle é caracterizado pela forma de reagir perante uma situação onde ela sente a necessidade de refletir e de planificar quais as melhores estratégias que deve utilizar para a resolver com eficácia, não evitando a sua confrontação. O suporte social se dá quando as pessoas têm necessidade dos outros, ao nível informacional e emocional. E a distração é a estratégia pela qual as pessoas procuram a companhia de outros ou envolvem-se em atividades que as ajudam a não pensar nos problemas que as incomodam, um aspecto positivo, porém diferentemente do campo do controle, há uma fuga do confronto. Os escores obtidos foram: controle (22,64), suporte social (8,58) e Distração (8).

Nas categorias de recusa e conversão, que já são tidas como estratégias negativas de enfrentamento, tivemos os escores de (8,82) e (8). A recusa é caracterizada pelo distanciamento cognitivo e emocional face ao seu objetivo, para resolver o seu problema, ou melhor refletir a forma de resolver o problema. Por vezes, age como se não houvesse problema, recusando admitir a realidade. A conversão é tida como a mudança de comportamento e pela adaptação da sua ação ao problema, apresentando um certo isolamento em relação aos outros, responsabilizando-se por gerir os seus problemas.

Vislumbrando uma melhor visualização e compreensão dos resultados encontrados em cada categoria utilizou-se uma representação gráfica onde foram indicados os escores máximos, mínimos e médios de cada uma. O escore médio representa a utilização de cada estratégia pela família. A medida em que a família se desloca para a parte mais escura do gráfico, maior é a intensidade de utilização dessa estratégia de enfrentamento. Quando a família se desloca para a coloração mais clara menor é a intensidade da utilização dessa estratégia.

A seguir trazemos a caracterização, por domínio, das estratégias de *coping* utilizadas por cuidadores de crianças com diagnóstico de TEA.

3.1 Controle

A categoria controle é caracterizada pelo modo de reação ao estresse segundo o qual, perante uma situação, a pessoa tem necessidade de refletir e de planificar quais as melhores estratégias que deve utilizar para a resolver com eficácia, não evitando a sua confrontação, como já havia sido dito anteriormente. O escore médio dessa categoria foi de 22,64, indicando que os respondentes tinham atitudes de “enfrentamento da situação”, “análise da situação para melhor a compreender”, “conhecimento do que era necessário fazer e por isso redobravam os seus esforços para o alcançar”, “aceitação da ideia de que é necessário que eles resolvessem o problema” e “reflexão nas estratégias que poderiam utilizar para melhor resolver o problema”. Vale salientar que essa categoria foi a que apresentou a menor variabilidade de respostas (DP: 2,20).

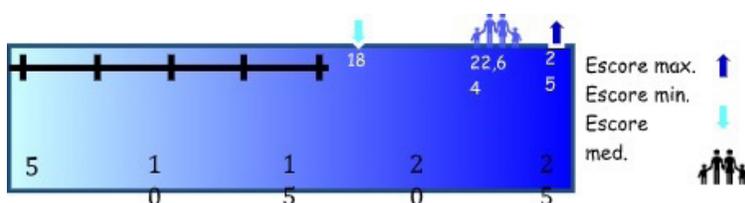


Figura 01: Escores máximo, mínimo e médio da categoria de controle. Sobral - CE, 2019.

Fonte: própria autora (2019).

O domínio de controle foi o que apareceu como mais fortemente utilizado pelos respondentes, de acordo com o escore médio e como representado na Figura 1. Mesmo se falando em números absolutos, ainda assim, foi possível notar sua prevalência em toda a amostra. Já que todos os participantes referiram utilizar essa estratégia sempre ou quase sempre.

Já no momento do diagnóstico de uma doença ou síndrome crônica, a família é cercada por uma avalanche de sensações e sentimentos diversos. Esse montante de emoções pode levar a não aceitar o diagnóstico e entrar em uma fase de negação, ou até mesmo luto (PINTO, et al, 2016).

Dardas e Ahmad (2013), em seus estudos, mostraram que aceitar a responsabilidade era a única estratégia mediadora na relação entre estresse e qualidade de vida, demonstrando que essa era a única estratégia que exercia relação direta na vida dos pais de crianças com transtorno autista. Outros tipos de enfrentamento não mostraram um efeito mediador, evidenciando que o primeiro e mais importante passo no processo de *coping* do

diagnóstico de TEA é aceitar a responsabilidade, e que esta influencia diretamente na QV entre os pais. A estratégia de aceitar a responsabilidade está subentendida no domínio de controle nas estratégias de *coping*.

Reforçando a responsabilização como estratégia de controle, Folkman e Lazarus (1988) trazem que “aceitar a responsabilidade implica o reconhecimento de sua contribuição para o problema e a tentativa de corrigir a situação”.

É importante destacar que a responsabilização não deve ser encarada aqui como o mesmo sentido de culpabilização, uma vez que aqui está sendo trazida essa responsabilização como o primeiro e mais importante passo para o *coping* positivo da situação.

3.2 Recusa

As estratégias de recusa são aquelas em que a pessoa procura encontrar uma certa distância cognitiva e emocional face ao seu objetivo, para resolver o seu problema, ou melhor refletir a forma de resolver o problema. Por vezes age como se não houvesse problema, recusando admitir a realidade. O escore médio dessa categoria foi de 8,82, indicando que essa não era uma estratégia utilizada pelas famílias. Atitudes como “chegar a não sentir nada quando chegam as dificuldades”, “resistir ao desejo de agir, até que a situação me permita”, “reagir como se o problema não existisse” e “dizer a se próprio que este problema não tem importância” não eram frequentemente tomadas pelas famílias.

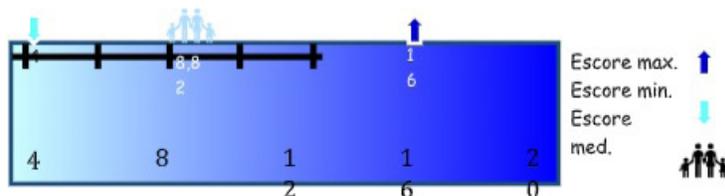


Figura 02: Escores máximos, mínimo e médio da categoria de recusa.

Fonte: a autora (2019).

A recusa a nova realidade não foi referida fortemente pelos respondentes, de acordo com o escore médio do domínio, assim como individualmente apenas quatro demonstraram utilizá-la, como mostra a Figura 2.

A negação, frequentemente, é um dos primeiros sentimentos frente a um diagnóstico de TEA. Pois o momento do diagnóstico se torna um evento estressor e marcante que repercutirá diretamente no contexto familiar, uma vez que a família passará a ser constituída por uma criança atípica (PINTO, et al, 2016).

Essa estratégia de *coping* apresenta um reforço negativo, já que o fato de se recusar a aceitar a existência de um problema e a resistência ao desejo de agir poderá acarretar o atraso do início do tratamento. Essa ação poderá acarretar prejuízos irreversíveis ao desenvolvimento da criança. Quanto mais precoce são iniciadas as intervenções na criança com TEA, maiores serão os avanços e a possibilidade de a criança atingir o ápice de desenvolvimento. Vale ressaltar também a necessidade de se sustentar práticas na família, não podendo esta ser excluída do processo de tratamento (CARDOSO; FRANÇOSO, 2015).

Aqui não se notou expressiva evidência da utilização dessa estratégia, provavelmente em decorrência do estudo ter sido realizado com pessoas que já se encontram inseridas em uma instituição reconhecida pelo trabalho especializado com esse tipo de público. E que também trabalha sem excluir a família do processo, buscando sempre a aproximação e a inserção dela no contexto do cuidado e da disseminação de conhecimento sobre as condições relacionadas as CRIANES com suas respectivas patologias.

3.3 Conversão

A conversão é quando as pessoas têm uma mudança de comportamento e se adaptam ao problema. Têm necessidade de um certo isolamento em relação aos outros, responsabilizando-se por gerir os seus problemas. Nessa categoria o escore médio foi 8, onde a frequência das atitudes de “evitar encontrar-se com pessoas”, “mudança na forma de viver” e “afastar-se dos outros” foram mensuradas pelos respondentes. A conversão não ultrapassou o nível médio do domínio nem em números absolutos e nem no escore médio, mas foi ele que apresentou o maior desvio padrão.

A ilustração a seguir mostra a família representando o escore médio de todos os respondentes próxima a linha média, mas sem ultrapassá-la.

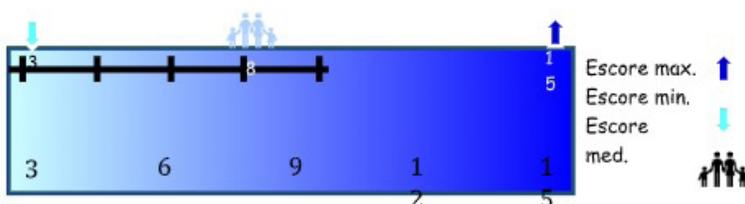


Figura 03: Escores mínimo, máximo e médio da categoria de conversão.

Fonte: própria autora (2019).

Nesse domínio, alguns respondentes obtiveram o mínimo escore possível, o que nos leva a compreender que eles não apresentam qualquer mudança de comportamento frente as situações de estresse relacionadas ao diagnóstico de TEA. Não se afastaram

ou mudaram as relações com as pessoas e ambientes ao seu redor para evitar situações estressantes. Por outro extremo também teve quem atingisse escore máximo de conversão, alegando que passou a evitar encontrar pessoas, que se afastou dos outros e mudou o estilo de vida para poder enfrentar o estresse gerado pela situação em que se encontra.

A reestruturação dos arranjos e práticas familiares após um diagnóstico de TEA é inevitável, uma vez que os cuidados necessários a ela demandam mais tempo, planejamento e dedicação. A mudança nas relações sociais experienciadas pelos pais também é muito difícil, especialmente para as mães. Elas são as primeiras a notarem o incômodo das pessoas com a presença da criança autista, uma vez que elas, geralmente, têm mais proximidade por serem as principais dispensadoras de cuidados. Para elas, o incomodo e o distanciamento que as pessoas demonstram com a presença de uma criança autista constitui um gesto de preconceito (PINTO, et al, 2016).

As práticas de conversão não são vistas como positiva, a não ser que ela estabeleça correlação a estratégia de controle. No caso da reestruturação dos arranjos e práticas familiares, onde a conversão é inevitável, esta deve estar associada ao controle da situação, para que não haja mudança negativa na vida dos pais de crianças que recebem o diagnóstico de TEA. O quadro 3 trará a correlação entre essas duas categorias para que se possa quantificar e ilustrar se há e qual a força dessa correlação.

Categorias correlacionadas	Pearson
Conversão x Controle	0,3399*

Quadro 2 - Correlação entre os domínios de conversão e controle. Sobral-CE, 2019.

Fonte: própria autora (2019) *fraca

A análise do quadro 2 permite compreender que os domínios de conversão e controle apresentam uma magnitude fraca de correlação, o que nos leva a pensar que as estratégias de conversão utilizadas pelos respondentes apresentam um caráter positivo pouco expressivo, mas ainda sim presente.

O fato é que o domínio de conversão tem característica ambivalente, ele pode ser encarado como *coping* positivo se apresentar correlação com o domínio de controle.

3.4 Suporte social

Nesta categoria as pessoas consideram importante solicitar conselhos e informações. E elas têm necessidade de ser ouvidas e reconfortadas pelos outros; têm necessidade dos outros, ao nível informacional e emocional. Afirmativas como “sinto necessidade de partilhar com os que me são próximos, o que sinto”, “procuro atividades coletivas” e “procuro a ajuda

dos amigos para acalmar a minha ansiedade” expressam o uso do suporte social como estratégia *coping*. Nessa categoria o escore médio foi de 8,58.

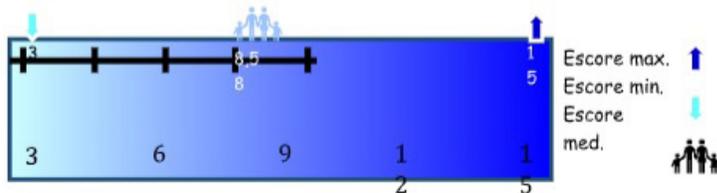


Figura 04: Escores mínimo, máximo e médio da categoria de suporte social.

Fonte: a autora (2019).

O suporte social pode ser uma importante ferramenta de *coping* para pessoas que se encontram em situações geradoras de estresse, uma vez que a ajuda, apoio ou motivação necessária para a superação dessa situação estressora possa estar em algum componente de sua rede social de apoio. Segundo Brito e Koller (1999), pode ser definida como um “conjunto de sistemas e de pessoas significativas, que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos do indivíduo”. Essas famílias podem vivenciar dificuldades com os cuidados necessários ao lidar com a criança, enfrentar preconceito da sociedade, isolamento social e diversas outras situações estressantes.

Um estudo sobre auto eficácia de cuidadores de crianças com TEA feito por Tabaquim (2015) trouxe a perspectiva da importância de troca de informações e do diálogo sobre suas dificuldades cotidianas, para o enfrentamento do estresse pelos cuidadores. O estudo traz que esse tipo de suporte social, de diálogo com pessoas que se encontram na mesma situação que a sua, é capaz de aumentar a crença na capacidade e habilidade que eles têm de dominar as atividades comparáveis de forma bem-sucedida.

A socialização da criança e de todo o núcleo familiar é influenciada diretamente pelos comprometimentos do TEA, esses comprometimentos têm por vezes caráter limitador no convívio e interação social. A maior parte dos pais vê ao lidar com amigos, família, vizinhos e profissionais como situações potencialmente estressantes, quando se refere aos cuidados com o filho. Por vezes, o isolamento está relacionado a atitude das pessoas de seu ciclo social tentarem interferir na forma com que a família dispensa cuidados a criança ou ainda julgar atitudes e condutas dos pais frente o comportamento dos filhos.

O suporte social aparece como uma barreira de proteção ao estresse parental (SEMENSATO, SCHIMDT E BOSA, 2010). Essa proteção pode ser adquirida através da utilização da estratégia de *coping* do suporte social, onde há abertura para o compartilhamento informacional e emocional das situações estressoras. As mulheres

aparecem como os indivíduos mais propensos a utilizarem o suporte social como forma de lidarem com seus problemas, já que elas demonstram mais facilidade e propensão a desabafar seus sentimentos (DARDAS e AHMAD, 2013).

Assim, o suporte social ganha destaque como importante ferramenta para os pais e cuidadores, principalmente no que se refere ao aspecto psicológico. Já que só assim será possível ofertar a eles técnicas de instrumentalização diária. Buscando estabelecer metas e objetivos para o desenvolvimento da criança com TEA (MIELE e AMATO, 2016).

Os dados encontrados apontam que onze dos respondentes utilizam essa estratégia, mas também demonstram um escore médio para o domínio de 8,58 que não ultrapassa o seu respectivo nível moderado (Quadro 1). Esse dado denota que embora a maioria utilize a estratégia, ela ainda não é utilizada com muita intensidade pelo grupo. Isto pode indicar que alguns dos respondentes podem não encontrar na sua rede social e nem na instituição abertura para dialogar sobre as situações em comum que enfrentam no cotidiano de se ter um filho com diagnóstico de TEA.

Esse achado levanta o questionamento de se pode haver algum grau de discriminação dentro do próprio grupo de pais de crianças com TEA que frequentam a instituição, ou se esse fenômeno ocorre devido a subjetividade de que cada um possa ou não ter uma personalidade mais introspectiva, o que pode justificar a existência de uma barreira particular em compartilhar suas vivências, dificuldades ou até mesmo em pedir auxílio a terceiros, mesmo que esses compartilhem da mesma condição que ele.

3.5 Distração

Essa é a estratégia pela qual as pessoas procuram a companhia de outros ou envolvem-se em atividades que as ajudam a não pensar nos problemas que as incomodam. E veem como forma de não pensar no problema “trabalhar em cooperação com outras pessoas para esquecerem-se”, “tentar não pensar no problema” e “centrarem-se noutras atividades para se distraírem”. Nessa categoria o escore médio foi de 8.

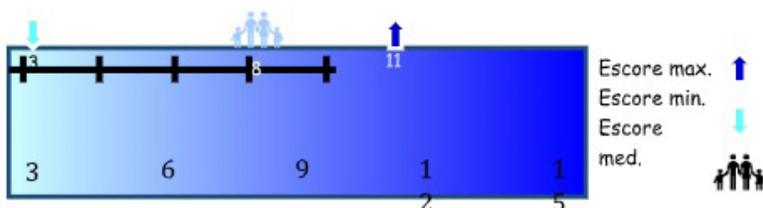


Figura 05: Escores mínimo, máximo e médio da categoria distração.

Fonte: autora (2019).

A distração não surgiu como uma categoria que fosse utilizada com muita intensidade por todos, aparecendo com um escore médio de 8, não ultrapassando a linha média do domínio. Em contrapartida, por mais que não apareça como sendo utilizada pelo grupo, ainda se constatou sua utilização por oito dos respondentes.

A distração tem caráter ambivalente, podendo ter uma interpretação positiva ou negativa, caso esteja associada com alguma outra, no caso com o suporte social. Quando esta não estabelece relação com o suporte social pode ser compreendida que as pessoas que a utilizam tentam ocupar a cabeça com outras coisas para não vir a pensar na situação estressante em nenhum momento. Já quando está associada ao suporte social se pode obter a interpretação de que a pessoas está utilizando sua rede social de apoio para distrair-se da situação estressora, mas não com o objetivo de ignorá-la e sim como forma de obter momentos de relaxamento e lazer, aliviando desta forma o estresse. Ele poderá utilizar o suporte social indo a ambientes que lhe promovam atividades que não remetam a situação crônica do familiar, ou até mesmo onde ela possa conversar sobre esta situação, mas sem nem um tipo de juízo de valor ou julgamento.

A distração pode vir também com atitude negativas onde a pessoa possa buscar formas de abstrair do problema, mas com atitudes negativas, como uso de álcool ou outras substâncias entorpecentes, ou até mesmo buscando relacionamentos extraconjugais como forma de afastar-se da situação estressora. Segeren e Francozo (2014) trouxeram em um estudo sobre vivências de mães de jovens autistas a perspectiva da mãe separada que cuida sozinha do filho. Nele verificou-se a ocorrência da ausência ou distanciamento dos pais separados, onde após o divórcio os pais se desresponsabilizam dos cuidados com o filho jogando toda a responsabilidade para a mãe, rompendo laços emocionais e financeiros. Sobre o aspecto financeiro, muitas mães acabam contando apenas com o BPC, uma vez que sem a contribuição financeira do ex-companheiro e com a impossibilidade de poder desenvolver alguma atividade remunerada devido à alta demanda com os cuidados com o filho.

Categorias correlacionadas	Pearson
Distração x Suporte Social	0,4101*

Quadro 3 - Correlação entre os domínios de distração e suporte social. Sobral – CE, 2019.

Fonte: própria autora (2019). *moderada

Analisando o quadro 3 podemos notar que o domínio de distração apresentou uma correlação moderada ao suporte social. Como falado anteriormente, quando há essa correlação a distração pode ser entendida como positiva, pois está sendo utilizada

como lazer buscando aliviar o estresse. Com essa perspectiva, Dardas e Ahmad (2013) destacam que estimular pais de filhos com doenças crônicas estressoras a se distanciarem, adequadamente, de suas situações provocadoras de estresse pode levar a um melhor *coping*.

Aqui não encontramos uma alta taxa de utilização dessa estratégia, mas uma correlação moderada entre essa estratégia e o suporte social. Portanto, subentende-se que prevalência da distração nos respondentes está mais associada ao aspecto positivo do que ao negativo, á que o distanciamento procurado por eles visa mais a desopilação do que a fuga ou abstração do problema.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apontou para um perfil familiar já conhecido de outros estudos, onde a prevalência maior de TEA se dá em crianças do sexo masculino, seus cuidadores principais são geralmente suas mães, que deixaram o emprego para poder dispensar os cuidados necessários.

A busca pelo controle e conhecimento da situação foi a única estratégia explicitada fortemente por todos. Um achado bastante positivo, pois é a partir desse controle que eles poderão desenvolver mais estratégias de *coping* positivas. O encontro com essa face positiva dos problemas é indício de um amadurecimento frente a nova situação que está sendo vivenciada, possivelmente devido ao suporte biopsicossocial recebido por eles no serviço especializado a qual frequentam.

Por outro lado, o suporte social utilizado por eles, ainda se mostrou incipiente. Poucos lançam mão da conversa sobre o problema como forma de *coping*. Esse tipo de estratégia talvez não seja amplamente utilizada em virtude do medo do estigma que esse assunto tem. Muitos dos familiares não se sentem à vontade para conversa do assunto com pessoas do seu convívio fora da instituição, talvez por medo de não serem compreendidos e sim julgados, ou até mesmo culpabilizados por algo. O medo do preconceito e da discriminação também pode fazer com que aconteça essa espécie de isolamento social, onde os pais preferem manter seus filhos e a si mesmo com um convívio restrito ao seio familiar para evitar possíveis situações constrangedoras relacionadas aos comportamentos de seus filhos.

A recusa frente ao problema, embora tenha alcançado uma pontuação pobre no geral, não ultrapassando a linha média, ainda apareceu como sendo utilizada por algumas famílias. Talvez esta recusa esteja associada ao tempo que essa família recebeu o diagnóstico e iniciou o tratamento na instituição, onde eles podem ainda não ter tido tempo de assimilar o problema e/ou até mesmo de terem criado laços com outras pessoas em que eles pudessem dialogar a respeito. Esse estudo foi incipiente com relação a essa constatação, pois não conseguiu relacionar o tempo de tratamento na instituição ao nível

de recusa dos participantes, deixando uma lacuna para o desenvolvimento de estudos posteriores.

Ademais, informações acerca da sobrecarga dos cuidadores e enfrentamentos, favorece a elaboração de estratégias para assistência e manejo adequados, facilitando os cuidados de saúde e a promoção da melhoria da qualidade de vida das crianças com autismo e de suas famílias.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**, 5ª Edition (DSM-V). Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais- DSM**. 4 ed. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, 2012. **Diretrizes e Normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos**. Brasília, 13 jun. 2013. Seção 1 p. 59.

BRITO, R. C.; KOLLER, S. H. **Desenvolvimento humano e redes de apoio social e afetivo**. In: CARVALHO, Alysson Massote (org.). *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

CAPPS, L.; SIGMAN, M. e MUNDY, P.C. **Segurança de apego em crianças com autismo**. *Development and Psychopathology*, v.6, n.2, 249-261, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0954579400004569>. Acessado em: 09 de agosto de 2019.

CARDOSO, M. F.; FRANÇOZO, M. F. C. **Jovens irmãos de autistas: Expectativas, sentimentos e convívio**. *Revista Saúde, Santa Maria*, v. 41, n. 2, p. 87-98, 2015.

DARDAS, L.A. & AHMAD, M.M. **Estratégias de enfrentamento como mediadores e moderadores entre estresse e qualidade de vida entre pais de crianças com transtorno autista**. *Saúde do estresse [S.1.]*, v. 31, p. 5-12, jul. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/smi.2513>>. Acessado em: 02 de agosto de 2019.

ESPARBÈS, S. SORDES-ADER, F.;TAP, P. **Présentation de l'échelle de coping, in Les stratégies de coping, in Les stratégies de coping**. Journées du Labo PCS 93. St Criq (Actes). pp. 89 – 107.1993.

FOLKMAN, S. & LAZARUS, R.S. **The relationship between coping and emotion: implications for theory and research**. *Social Science Medicine*, v. 26,n. 3,p. 309 – 317.1988.

FOLKMAN, S. & LAZURUS, R. S. **If it changes it must be a process: Study of emotion and coping during three stages of a college examination**. *Journal of Personality and Social Psychology [S.1.]*, p. 150-170, jan. 1985.

KANNER, L. **Autistic disturbances of affective contact**. *Nervous Child*, New York, v. 2, p. 217-250, 1943.

MIELE, F.G.; AMATO, C.A.H. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**. Universidade Presbiteriana Mackenzie CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.16, n.2, p. 89-102, 2016.

MINATEL, M.M. & MATSUKURA T.S. **Famílias de crianças e adolescentes com autismo: cotidiano e realidade de cuidadores em diferentes etapas do desenvolvimento**. Rev Ter Ocup Univ São Paulo, v. 25, n. 2, p. 126-134, mai. 2014.

NUNES, O., BRITES, R., PIRES, M., & HIPÓLITO, J. **Escala Toulousiana de Coping – Resuzida Manual Técnico de Utilização**. Centro de Investigação em Psicologia - Universidade Autónoma de Lisboa, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Transtornos do Espectro do Autismo**, 2017. Disponível em: <http://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>. Acessado em: 21 de set. de 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas**. Tradução de Dorgival Caetano. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 191, 1993.

PINTO, R.N.M. *et al.* **Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares**. Rev Gaúcha Enferm. 2016 set;37(3):e61572. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.61572>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

SEGEREN, L.; FRANÇOZO, M. D. F. D. C. **As vivências de mães de jovens autistas**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 19, n. 1, p. 39-46, jan./mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722014000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 de julho de 2019.

SEMENSATO R; SCHMIDT, M; BOSA, C. **Grupo de familiares de pessoas com autismo: relatos de experiências parentais**. Aletheia [online] 2010, p. 183-184. Maio/Ago. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115020838015> . Acesso em: 23 de julho de 2019.

SILVA JUNIOR, S.D. & COSTA, F. J. **Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion**. PMKT. Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia, São Paulo, Brasil, v. 15, p. 1-16, out. 2014.

SILVA, R.N.A. *et al.* **Avaliação da qualidade de vida de crianças que estão no espectro do autismo**. Rev Enfermagem UFPE online., Recife, set., 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i19a110246p3461-3470-2017>. Acessado em: 19 de set. de 2018.

TABAQUIM, M. L. M. *et al.* **Autoeficácia de cuidadores de crianças com o transtorno do espectro autista**. Rev. Psicopedagogia, v. 32, n. 99, p. 285-292, 2015.

CAPÍTULO 9

CAPITAL TRABALHO E ESTADO NA POLÍTICA PÚBLICA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO AGRONEGÓCIO: TRILHAS DE UMA PESQUISA NO ESTADO DO PIAUÍ¹

Data de aceite: 01/09/2020

Data da Submissão: 05/06/2020

1. O presente artigo foi originalmente apresentado na XVIII Semana de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UNESP-SP, de 17-20/09/2019.

Paula Maria do Nascimento Mazullo

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Teresina – PI

<http://lattes.cnpq.br/6830981272178954>

Maria Dione Carvalho de Moraes

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Teresina – PI

<http://lattes.cnpq.br/5597163619613255>

RESUMO: Negociações coletivas de trabalho são dispositivos legais do âmbito da política pública do trabalho, no Brasil, como em outras partes do mundo, com reconhecimento da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Realizam-se através da mediação entre Estado, iniciativa privada, e trabalhadores(as) urbanos ou rurais, em instâncias políticas de participação formal nas quais capital e trabalho fazem-se representar pelos respectivos sindicatos. No Estado do Piauí, a primeira “Convenção da soja”, no âmbito da política pública de negociação coletiva do trabalho, data dos anos de 1990, visando a legitimar decisões tomadas em negociações relacionadas a salário e outras condições de trabalho, no agronegócio do complexo carnes/grãos para exportação. A análise de atores e

processos nesse campo de disputas permite melhor compreender particularidades de uma trajetória na qual se destacam não só o papel regulador do Estado e limites do próprio Direito do Trabalho frente à incontornável aporia fundante das relações entre capital e trabalho, mas, ainda, como atuam trabalhadores(as) assalariados(as), no âmbito dos limites e possibilidades da ação sindical, sobretudo, em um contexto de crescente prevalência do negociado sobre o legislado.

PALAVRAS-CHAVE: Negociação Coletiva do Trabalho, Agronegócio, Trabalhadores(as) rurais assalariados(as), Ação sindical, Piauí.

WORK CAPITAL AND STATE IN PUBLIC POLICY OF COLLECTIVE NEGOTIATION IN AGRIBUSINESS: RESEARCH TRAILS IN THE STATE OF PIAUÍ

ABSTRACT: Collective labor negotiations are legal provisions within the scope of public labor policy, in Brazil, as in other parts of the world, with recognition from the International Labor Organization (ILO). They take place through mediation between the State, private initiative, and urban or rural workers, in political instances of formal participation in which capital and labor are represented by the respective unions. In the State of Piauí, the first “soy convention”, within the scope of the public collective bargaining policy, dates from the 1990s, aiming to legitimize decisions made in negotiations related to wages and other working conditions, in the agribusiness of meat/grains for export. The analysis of actors and processes in this field of disputes allows us to better understand the particularities of a trajectory in which the State’s regulatory role and

the limits of Labor Law itself stand out in the face of the unavoidable fundamental aporia of the relations between capital and labor, but still, how salaried workers work, within the limits and possibilities of union action, above all, in a context of increasing prevalence of the negotiated over the legislated.

KEY-WORDS: Collective Negotiations of Labor, Agribusiness, Salaried rural workers, Union action, Piauí.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo decorre de pesquisa¹, sobre o processo de negociação coletiva de trabalho (MASULO; MORAES, 2016), enquanto política pública regulada pelo Estado. Os sujeitos da pesquisa são trabalhadores(as) rurais, assalariados(as), do agronegócio da produção de grãos (soja), no Piauí. Estes(as), através do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTRs), na esfera da luta de classe, e na condição de atores políticos ativos do processo negocial trabalhista, defendem suas agendas, ante o patronato rural dessa atividade econômica. Assim, experiências no âmbito das relações de trabalho, da categoria, em face do capitalismo agrário, podem ser medidas, por índices da pactuação de Convenções Coletivas de Trabalho, no Piauí, a partir dos anos de 1990, em uma trajetória marcada por mudanças nas relações de trabalho no Brasil, inclusive, a flexibilização da legislação protetiva laboral, notadamente a reforma trabalhista de 2017, cujo objetivo foi estabelecer a prevalência do negociado sobre o legislado.

A negociação coletiva, como processo inerente às relações de trabalho, é uma expressão da atuação do Estado, e reveste-se de regras jurídicas positivadas nos seus aparatos legais. Funciona como um mecanismo a ser acionado pelo trabalho e pelo capital, na esfera dos conflitos intrínsecos a essa relação sistêmica, cujo marcador temporal foi o Tratado de Versailles, de 1919, considerado um pacto de transformação social para um mundo saído do pós Primeira Guerra Mundial, especialmente com a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os objetivos declarados voltam-se a promover a justiça social, a formulação e aplicação das normas internacionais de proteção ao trabalho, em composição com estrutura tripartite, onde trabalhadores(as), empregadores e governo dos Estados-membros, participam das instâncias daquela agencia em condições de igualdade representativa (OIT, 2019).

De fato, Versailles trouxe a exigência de novos parâmetros a serem praticados nas relações de trabalho, pelas nações signatárias, sendo que no Brasil essa proteção social já chegava de forma tardia, se comparada a outros países, (NASCIMENTO, 2006)². Contudo, a Negociação Coletiva de Trabalho, como estratégia ferramental de construção

1. Pesquisa de tese de doutorado, em curso (MAZULLO, 2019), no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP), da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

2. A legislação social protetiva do trabalho, de países como Estados Unidos da América (1880), Inglaterra (1802), França (1814), Alemanha (1833), Itália (1886), e México (1917), antecede o Tratado de Versailles, de 1919 (AROUCA, 2006). Quanto ao continente latino americano, o Uruguai já tinha essa legislação protetiva desde 1915 (BESOUCHET, 1957).

de políticas laborais em acordos e convenções coletivas de trabalho, e regulada na norma estatal maior, a Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu artigo 7º, XXVI (BRASIL, 2004), é um instrumento a ser acionado pelos sujeitos do trabalho e do capital, de acordo com suas realidades e circunstâncias, especialmente nos atuais cenários de reformas que desestruturaram o sistema de proteção do trabalho no Brasil (VIANA; FARIA, 2018). Como tal, materializa-se com base na instrumentalidade jurídica positivada, concretizando-se em espaços dialogais entre categorias laborais e patronais, cujo horizonte – no que tange, sobretudo, a trabalhadoras e trabalhadores – é a melhoria das condições do exercício do labor, nas dimensões sociais, políticas e econômicas. Daí, as pautas reivindicatórias de regras mais vantajosas, para além da remuneração, inclusive, no que tange a saúde, segurança e meio ambiente do trabalho.

Nas democracias ocidentais, as relações de trabalho, em concepções seculares à proteção da dignidade da pessoa humana, encontram-se sob a tutela do guarda-chuva do Estado, açambarcando os vários significados que simbolicamente lhe são sinônimos, sem que altere os seus genes de lugar universal (BOURDIEU, 2009). O Estado, como regulador das relações sociais (SILVA, 2004), é também o mantenedor dos interesses capitalistas, como condição à sua existência, e assim, atua na intermediação das reivindicações da classe trabalhadora, no processo de reprodução e acumulação capitalista (CARNOY, 2015).

Nessa linha, como diz Mészáros (2002), capital e Estado são inseparáveis em uma relação dialética, pela qual o primeiro vicejou com a fiança do segundo, de quem se apropriou das estruturas para sua reprodução. Assim, o Estado apresenta-se como necessário e indispensável para garantir o funcionamento do sistema do capitalista, em suas diferentes dimensões e interações de produção, “[...] afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente” (MÉSZÁROS, 2002, p.109). Trazendo esta compreensão para pensar sobre a atual realidade brasileira, verifica-se que essa relação viceja de forma coesa, mormente, quando olhada com as lentes das últimas reformas havidas na legislação trabalhista, no país, em flagrante desmonte do arcabouço jurídico de proteção aos sujeitos do labor, restando à classe trabalhadora, através das suas organizações sindicais, o desafio de enfrentar tal situação, com os instrumentos e ferramentas necessárias à manutenção das condições de trabalho e das suas dignidades.

2 | MARCADORES HISTÓRICOS DO TRABALHO NO BRASIL: DA ESCRAVIDÃO LEGALIZADA À PROLETARIZAÇÃO

A genealogia do trabalho no Brasil funda-se em 388 anos de escravidão, sob os auspícios do Estado Imperial Português, em seus domínios coloniais. Sem dúvida, são heranças de longevas datações, com o processo de colonização acionando a racionalidade estatal, colhendo as riquezas produzidas pelo trabalho, em absoluta negação aos seres

humanos envolvidos, povos originários e de África escravizados e coisificados, tratados como meros objetos e mercadorias legalizadas com vistas à produção mercantil da Coroa (ALENCASTRO, 2000). No transpor dos séculos, uma nação foi forjada, com suas patologias históricas, econômicas, políticas e sociais, migrando o seu desenvolvimento para o trabalho livre, sem perder ranços da ordem escravocrata (FRANCO, 1997). Assim, a industrialização teve seu início tardio (DOWBOR, 2009), em um cenário de ambivalências hereditárias, nos marcos da colonialidade do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2005), inclusive, com práticas de escravidão, em sua forma contemporânea, constatadas nos séculos XX e XXI (MASULO, 2014)³.

Na cronologia da industrialização no Brasil, na Era Vargas (1930-1945), demarcou-se o assalariamento moderno pela venda da força de trabalho, sob a pressão da classe trabalhadora, que mantinha uma atmosfera de continuadas greves, o que levou à implantação da legislação trabalhista, através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, juntamente com a legislação sindical. Entretanto, essa legislação foi implantada no processo de negação do conflito entre capital e trabalho, e o discurso governamental, à época, era que o Direito Social estava a formar a consciência jurídica para fins da “harmonia coletiva”. A forma como os direitos sociais trabalhistas foram assegurados continha uma especificidade em relação a outros países: o Estado alegava conceder direitos como outorgas, e que as organizações sindicais deveriam funcionar com fins pedagógicos, funcionais, e patrióticos, posto que o governo compreendia “o alcance político e econômico de preservar a paz social” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.128).

Sendo um país capitalista, com fundamentos econômicos na propriedade privada e na livre concorrência, como constam nos artigos 1º, IV, 170, II, IV 9 da CF/88 (BRASIL, 2004), o Brasil está sujeito a mudanças e crises do capital, estas, inerentes ao processo de reprodução ampliada, base da produção de excedentes cujo avatar de sustentação circulante é o lucro. No interior dessas crises, os sujeitos do labor, insertos nos ciclos matriciais do capital, são colocados em situação de vulnerabilidades, com cenários de precarização do trabalho, desemprego, baixos salários, e até deslocamentos migratórios (ANTUNES, 2013). Isto porque necessitam suprir suas necessidades humanas de ordem materiais e imaterial, através do processo de compra e venda da sua força de trabalho, em um “sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 1999, p.447) o qual “as reservas de trabalho existem em toda parte e há poucas barreiras geográficas ao acesso capitalista” (HARVEY, 2012, p.61).

Neste sentido, essa relação desigual permeia esses espaços contraditórios e conflituosos, com o capital justificando-se pela acumulação (lucro), controlando a propriedade dos meios de produção, e a compra da força de trabalho, de modo que os

3. Na década de 1990, o Brasil foi denunciado junto à OIT pela prática de trabalho escravo na região amazônica, na atividade econômica da pecuária, com extensão para outros estados do território nacional, em diversas outras atividades econômicas. Nos anos 2000, esta prática tem sido encontrada, inclusive, no Piauí, no agronegócio (MASULO, 2014).

sujeitos do labor vendem essa força em descompasso ao que produzem. Assim, tem-se o capital preservado em sua finalidade primeira, qual seja, reproduzir-se nos marcos de uma racionalidade voltada à maximizando de seus lucros e à redução dos custos.

Entretanto, na esfera da luta de classe, as resistências laborais contrapõem-se a realidades produzidas, inclusive, pelas crises do capital. Nesta direção, o agir materializa-se pela via das ferramentas, estratégias e instrumentais coletivos, através das representações sindicais laborais. Um desses instrumentos é a negociação coletiva de trabalho, mormente quando o cenário é de flexibilização de direitos e de prejuízo da condição humana e social dos(as) trabalhadores(as), sendo necessária a busca pela preservação e equilíbrio desses custos sociais, posto que “não pode deixar de considerar vantagens outras compensatórias aos [e às] trabalhadores[as]” (MEIRELES, 2018, p.76).

Santos (2002) refere, sobretudo às crises no processo de implantação do modelo neoliberal articulado no chamado “Consenso de Washington”, também conhecido como “consenso neoliberal”. Realizado em “Washington, em meados da década de oitenta, [...] ele foi subscrito pelos Estados centrais do sistema mundial, abrangendo o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia” (SANTOS, 2002, p.27). No entanto, com este consenso, atualmente, algo fragilizado, devido aos crescentes conflitos no interior do campo hegemônico, assim como à resistência protagonizada no campo subalterno ou contra-hegemônico, fala-se hoje em termos de “pós-Consenso de Washington” (*Ibidem*).

Essas crises de natureza global refletem um modelo social de acumulação que traz em seu bojo a desproteção trabalhista (SOARES, 2002), exigindo as devidas adequações do Estado. Elas se explicam, dentre outros fatores, pela incorporação de avanços tecnológicos na automação da produção, tendo, na outra ponta, a pauperização, porquanto, “aumenta o desemprego, diminuindo os salários, e com isso se eleva a taxa de mais-valia” (MONTANO; DURIGUETTO, 2011, p.183), além de, segundo Chesnais (1996), refletirem a mundialização do capital e seu processo de desregulamentação que levou à abertura de mercados nacionais interligados em tempo real.

Como referimos, a escolha constitucional do Estado Brasileiro em ser capitalista e, ao mesmo tempo, adotar, como fundantes e estruturantes, os princípios de proteção plena à dignidade da pessoa humana, pela via do trabalho, da proteção e da justiça social, mantém a *contradição* estruturante e *fundante* da divisão da sociedade em classes. Esta aporia é elemento permanente no que tange às desigualdades sociais e às crises cíclicas do capitalismo, as quais para além fronteiras territoriais dos Estados-Nações, exigem a contrapartida estatal sempre que existem prejuízos ao capital, garantindo a continuidade da reprodução e acumulação capitalista.

Contudo, nessa órbita em que gravitam o Estado Brasileiro e o capital, também estão presentes os sujeitos sociais do trabalho, e assim, os medidores de pesos e contrapesos dos dois primeiros, encontram limites macros no ser humano, sejam eles de qualquer

natureza (espaciais, geográficos, territoriais e outros, etc). Os ordenamentos constitucionais de sustentação do modelo econômico adotado, como se vê na CF/88, artigo 1º, IV (BRASIL, 2004), não se afastam das obrigações principiológicas fundantes, em relação às garantias de cidadania e a dignidade da pessoa humana, como igualmente dispõe a CF/88 em seu artigo 1º, II e III (BRASIL, 2004). Assim, esses valores sinalizam para o tamanho do desafio da classe trabalhadora, no atual momento de reformas nas leis trabalhistas e de segurança e saúde do trabalho⁴, que visam “encurtar o manto protetor do Estado sobre o trabalhador” (LIMA; LIMA, 2017, p. 9), em sinais visíveis de desestruturação e desmonte dos direitos trabalhistas, e do próprio sistema de proteção ao trabalho no país. Tudo isto sinaliza para um cenário de conflitos e agravamento da pauperização daqueles(as) que vendem sua força de trabalho à manutenção das riquezas do capital (ANTUNES, 2013).

3 I TRABALHO ASSALARIADO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO BRASIL: UMA TRAJETÓRIA

As convenções coletivas de trabalho foram normatizadas no Brasil em 1932, no Governo Vargas, com o Estado exercendo o papel de regulador desse mecanismo de diálogo entre o capital e o trabalho, pela via das negociações coletivas de trabalho. Em definição legal, assim consta na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

Art.611 – Convenção Coletiva de Trabalho é o acordo de caráter normativo pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às relações individuais de trabalho.

O Estado, na Era Vargas, entre 1930 e 1945, atuava como interventor nas relações de trabalho, regulando cada órgão, e mediando os conflitos e tensões entre o patronato e trabalhadores(as) (BOSI, 2006). Nessa temporalidade, foram demarcados os espaços de atuação da classe trabalhadora, pela via da negociação, com vistas à melhoria das suas condições de trabalho. Mas, atuar politicamente, em Estado vigilante e repressor, era não ter liberdade. O Estado agia no sentido de coibir os conflitos e greves, com sindicatos e trabalhadores(as) sendo controlados (LEVINE, 2001).

No entanto, o direito à negociação trabalhista no Brasil, embora regulado pelo Estado, admite a compreensão de que é uma conquista política dos atores sociais do labor, em atuação diferenciada por conta do bem jurídico a ser protegido, qual seja os direitos trabalhistas indisponíveis, de modo que, na atual conjuntura de reformas que flexibilizam esses direitos, “a convenção e o acordo coletivo ocupam espaços vazios” (VIANA, 2013, p.91). Contudo, não foi positivado, ou seja, transformado em lei, de forma desvinculada dos movimentos reivindicatórios de trabalhadores(as) do resto do mundo,

4. As leis 13.429/2017 e 13.467/2017, tratam da Terceirização irrestrita e da Reforma Trabalhista, e ambas flexibilizam direitos garantidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Também está em curso o processo de reforma das Normas Regulamentadoras em Saúde e Segurança no Trabalho (NR's). Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/07/30/governo-anuncia-revisao-de-normas-sobre-saude-e-seguranca-de-trabalhadores.ghtml>.

que ao longo de séculos lutaram para dotar as relações capital e trabalho de patamares mínimos de respeito para com aqueles(as) que colocam sua força de trabalho a serviço da riqueza de outrem: “[...] essas lutas têm marco na Revolução Industrial, que mudou de forma irreversível o processo produtivo fabril, resultando na concentração da massa assalariada, e propiciando a construção da história dos[as] trabalhadores[as], em todo o mundo” (MASULO, 2010).

Em sua trajetória, desde seus inícios a negociação coletiva de trabalho, no Brasil, pode ser vista, como observa Reis (2008), nos marcos de processos relacionados que dominariam, nas décadas seguintes, o cenário mundial, qual seja, a globalização econômica e a flexibilização das relações de trabalho. Em termos de resposta de trabalhador(as), um marcador histórico-político é o chamado Novo Sindicalismo⁵, assim entendido como o processo que, a partir dos anos 1970, levou trabalhadores(as) de todo o país a repensarem o modo de fazer sindicalismo. Esse movimento que nasceu em plena ditadura civil-militar, em um contexto no qual a estrutura servia para reprimir e sufocar trabalhadores(as), questionou o sistema, denunciando os problemas da política salarial, e desafiando empresários, polícia secreta, e militares. Propunha um sindicato aberto e democrático, com participação das bases nos locais de trabalho (VIANA, 2013).

No processo de regulação estatal da negociação coletiva de trabalho, a CF/88, em seu artigo 7º, XXVI (BRASIL, 2004), recepciona as convenções e os acordos coletivos de trabalho, como direitos sociais do trabalho a serem preservados. Especialmente, durante o período das negociações anuais para revisão de salários e outros ganhos, conforme o estabelecido na Lei 6.708/79, que trata da definição de uma data-base para cada categoria negociar, sem prejuízo de outras pautas periféricas mas igualmente importantes, e inerentes às dinâmicas das relações entre o capital e o trabalho.

Essa intervenção estatal também está presente quando o processo negocial sofre estrangulamento de diálogos entre patrões e empregados, com a interrupção da negociação e até a deflagração de greve. Nesses casos, a questão passa a ser apreciada pela Justiça do Trabalho, que usando o seu poder normativo, procede ao julgamento do conflito, nos termos do artigo 114, IX, §2º da CF/88 (2004).

Enquanto instrumento garantidor de melhorias das condições de trabalho, pode-se dizer que a negociação coletiva é uma ferramenta estratégica a ser acionada pela classe trabalhadora, em processo de apropriação política legítima, que possibilita, a sujeitos do labor, buscarem melhorias. Em tempos marcados por flexibilizações das normas de proteção ao trabalho, na dialética do sistema capitalista, com a prevalência do negociado sobre o legislado, testando em seu limites as resiliências dos sujeitos laborais, estes(as) como atores coletivos, e a partir do lugar que ocupam nas relações que envolvem a venda da sua força de trabalho, reinventam-se na luta, em um processo de trajetórias seculares com origens nos(as) precursores(as) do proletariado moderno (HUBERMAN,

5. Sobre o tema do novo sindicalismo, ver Moisés (1982).

2012). Assim, sempre insertos(as) nas relações de produção que definem não só oferta e demanda no mercado de trabalho, como a própria constituição desse mercado, enfrentam permanentemente distintos desafios e mudanças que desestruturam o sistema de proteção ao trabalho e que resultam em sua precarização (MARQUES; MARTINS, 2019).

Ademais, a negociação coletiva de trabalho, como instrumento político de reivindicação da classe trabalhadora, visa a proteger os sujeitos do labor, que são aqueles(as) que colocam seu tempo, sua juventude, seu vigor físico, sua corporeidade viva, sua capacidade, e força de trabalho transformada em valor e meio de subsistência (MARX, 2010), a serviço da acumulação capitalista. Nesta ótica, está para além da proteção imediata ao trabalho, pois alcança a pessoa do(a) trabalhador(a) em sua dimensão humana. Como tal, instrumento garantidor de direitos inalienáveis à pessoa humana. Assim, cabe à classe trabalhadora, através de suas entidades sindicais, validar a negociação a seu favor, pela compreensão de que, no trabalho alienado (MARX, 2001) há uma privação não só do tempo de vida das pessoas como da sua decisão, pela submissão à “pseudonatureza” própria desse tipo de trabalho (PAIVA, 2014, p.220).

4 | TRABALHADORES(AS) RURAIS ASSALARIADOS(AS) DO AGRO-NEGÓCIO DA SOJA NO PIAUÍ NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO: DESAFIOS PRESENTES E FUTUROS

O processo de negociação coletiva de trabalho nas atividades do agronegócio, no Piauí, teve início nos anos 1990, com a primeira convenção pactuada em 1994, na atividade econômica da soja e considerada como primeiro pacto coletivo de trabalho rural do Piauí. Em um contexto de transformação social no trabalho agrícola, nas identidades e condições de vida de trabalhadores(as) rurais no estado, sobretudo, nos marcos da expansão do agronegócio do complexo carnes-grãos, incorporando vastas áreas de terras dos cerrados do sudoeste piauiense (MORAES, 2000) quando o Piauí vivia uma passagem do “destino pastoril à vocação agrícola” (MORAES, 2006, p.173).

São sujeitos do labor que, em sua maioria, migraram da condição de agricultores(as) familiares, transformando-se, gradualmente, ao longo dos anos de 1990 e 2000, em mão-de-obra rural assalariada no agronegócio. No processo, vivencia(ra)m, na lógica do assalariamento, progressivamente, regras da negociação coletiva de trabalho, quais sejam, pautar conflitos, estratégias, alianças, consensos e dissensos, bem como, adquiriram experiências que se inscreveram em suas trajetórias pela via da organização sindical.

Esses sujeitos, em suas condições anteriores, e no âmbito do processo de ocupação das terras pelo agronegócio, no sudoeste do Piauí, vivenciaram o próprio despejamento de terras públicas ocupadas pelo regime de posse, em um modo de produção entre baixões e chapadas (MORAES, 2000). E, embora o agronegócio não tenha sido um gerador de pleno emprego na região, uma geração, filha do campesinato local, vem sendo submetida ao assalariamento e ao disciplinamento correspondente para sua adaptação a um novo meio

ambiente do trabalho (REIS, 2010). Nesta trajetória, tronam-se assalariados(as), tendo que se reinventarem como sujeitos coletivos na luta de classes, e como atores sociais negociadores(as) de direitos, assumindo posições de protagonismo, pela via sindical, com vistas à melhoria das condições de trabalho a que estão submetido(as), inclusive, na esfera da negociação coletiva de trabalho.

Quanto ao patronato do agronegócio (ANDRADE, 2015), este vem consolidando o capitalismo agrário no Piauí, desde quando aportou na região sudoeste do Estado, a partir dos anos 1970 (MORAES, 2000). Ali desenvolve atividades agrícolas em larga escala, voltada a mercados externos, e cujo peso na balança comercial do país é muito significativo (FUNDAÇÃO CEPRO, 2013). Essas mudanças no perfil do negócio agrícola no Piauí alteraram profundamente as relações de produção e de trabalho no campo (MORAES, 2000; REIS, 2010; MASULO, 2014), com trabalhadores(as) rurais inseridos(as) em situações de assalariamento em larga escala, em uma economia agrícola voltada ao *Commodities Market*, e que ostenta colheita com produtividade cada vez mais crescente, como neste ano de 2018: “Piauí encerra a safra deste ano com a maior produção de sua história, 4,263 milhões de toneladas de grãos, um aumento de 17% em relação à safra do ano passado” (JORNAL MEIO NORTE, 2018, p.1).

Vale lembrar que, no meio urbano, as lutas de sujeitos do labor ocorreram nas regiões industriais do país, quando o parque fabril passava por grandes transformações no modo de produção industrial, na migração do modelo fordista para o toyotista, especialmente, no setor automotivo (ANTUNES, 2006). Na atividade agropecuária, especificamente, na Região Nordeste, negociação de condições de trabalho rural assalariado remete a um processo de lutas que se reporta às Ligas Camponesas. Para Paudolfi (1987), movimentos sociais, após 1970 no Nordeste rural, exprimiram-se, muitas vezes, através de greves, como as de 1979, 1980 e 1982, na zona da mata de Pernambuco, na Paraíba, e em Vitória da Conquista, além de ocupação de terras e reivindicações de pequenos produtores agrícolas atingidos por grandes projetos, como os de construção de barragens, além da grande seca entre 1979 e 1984. Segundo DIEESE (2016), eram lutas espalhadas pelo país⁶, em enfrentamentos diversos, inclusive, de sujeitos do labor ao patronato, mas cujas pautas ampliaram-se, no âmbito do Novo Sindicalismo, incorporando questões nacionais, no processo pela redemocratização do país, em alianças com movimentos sociais diversos.

De lá para cá, entre conquistas e perdas, trabalhadores(as) rurais assalariados(as) como os(as) do agronegócio da soja, no Piauí, estão inseridos(as) nos mesmo processos de flexibilização de direitos impostos à classe trabalhadora brasileira, com as recentes reformas nas leis trabalhistas do país, que lhes impõe o grande desafio de negociarem com o patronato, garantindo direitos conquistados nos pactos firmados desde os anos 1990. Ao

6. A exemplo, nos anos de 1980, de uma série de reivindicações públicas de trabalhadores(as) rurais assalariados(as) da lavoura canavieira no interior paulista, onde, a eclosão da Greve de Guariba de 1984, é tida como um divisor de águas nas lutas da categoria, em termos de conscientização/mobilização, do surgimento de lideranças, e da luta por Reforma Agrária (VERONEZZI, 2015).

mesmo tempo, necessitam conquistar avanços para o presente e o futuro, em um contexto no qual os ganhos estão fora da concessão estatal, porquanto, decorridos da capacidade de lutas dos(as) trabalhadores(as), em espaços políticos de grandes tensionamentos, com avanços e recuos do poder de barganha patrão/empregado (DELGADO, 2007).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos o processo de negociação coletiva de trabalho, cujas regras são emanadas e normatizadas pelo Estado, nas relações de trabalho no agronegócio piauiense, desde os anos de 1990, especialmente, na produção da soja, na esfera de capitalismo agrário. Apontamos para os desafios dessa negociação, no atual contexto, quando reformas trabalhistas, implantadas no país flexibilizam direitos trabalhistas e fragilizam o sistema de proteção ao trabalho, impondo a prevalência do negociado sobre o legislado.

Nessa perspectiva, a negociação coletiva passa a ser elemento estruturante das novas configurações das relações de trabalho, em um estreitamento da coesão entre capital e Estado, impondo aos sujeitos do labor, pela via sindical, que assumam o protagonismo da defesa coletiva das categorias de suas bases.

É crível poder afirmar que, no Piauí, como em outros estados e regiões do país, na esfera da negociação coletiva, tem-se um enorme desafio a exigir uma agenda permanente de trabalhadores(as) assalariados(as) frente às crises e diferentes configurações do capital. Isto requer uma atuação inaudita das organizações sindicais – no momento, algo fragilizada – revestidas, sobretudo, com o empoderamento dos poderes de barganha, trocas, e demais vestiduras próprias a esse lócus de atuação classista laboral. Isto requer um “novíssimo sindicalismo”, na capacidade política de lutar para transformar realidades na esfera das relações entre capital e o trabalho, em um processo que implica em continuidades e rupturas nas trajetórias e que dependerá, sempre, da capacidade de organização política de classe, que vende sua força de trabalho, na exigível compreensão quanto às metamorfoses no mundo do trabalho, em alianças com outros movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ANDRADE, Patrícia Soares de. **A Insustentável Questão Fundiária e Ambiental do Cerrado Piauiense: A Confluência de Interesse entre Estado e o Agronegócio na Expansão da Produção de Grãos. Tese de Doutorado**. Universidade Federal do Piauí, Teresina, maio de 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- _____. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papyrus Editora, 2015.

CERQUEIRA FILHO, Gilásio. **A “questão social” no Brasil**. Crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: Editora LTr, 2007.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **Greves no Brasil** (de 1968 aos dias atuais). Depoimentos de Lideranças. São Paulo: Cortez, 2016.

DOWBOR, Ladislau. **A formação do capitalismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

FRANCO, M. Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed., São Paulo: Ática, 1997.

FUNDAÇÃO CEPRO – **Piauí em números**. Situação Socioeconômica do Piauí. 10 ed. Teresina, 2013.

HARVEY, David. **O Enigma do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda, 2012.

JORNAL MEIO NORTE. **Piauí atinge a maior safra da história**. Edição n.9444, de 12.09.2018, Caderno Theresina 1.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Francisco Meton Marques de; LIMA, Francisco Péricles Marques de. **Reforma trabalhista: Entenda Ponto por Ponto**. São Paulo: LTr, 2017.

MARQUES, Bruna Maria Expedito; MARTINS, Yasmin Silveira. Dinâmicas Históricas da Regulamentação do Trabalho Rural no Brasil e a ofensiva do Capital: os impactos da terceirização no campo. In: MAIOR, Jorge Luiz Souto Maior; SEVERO, Valdete Souto (Coord.). **Resistência III: o direito do trabalho diz não à terceirização**. São Paulo: Expressão Popular, 2019, p.533-542.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Manuscrito de 1861-1863. Cadernos I a V. Terceiro Capítulo – O capital em geral. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MAZULLO, Paula Maria do Nascimento. A greve 2009/2010 dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego e os feitos nas relações de trabalho na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego/PI. **Monografia**. Curso de Especialização em Negociação Coletiva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2010.

_____. **Trabalho escravo e agronegócio no Piauí: uma trajetória da situação a partir dos anos 1990, com base em processos judiciais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2014.

MASULO, Paula Maria do Nascimento; MORAES, Maria Dione Carvalho de. Eficácia dos Direitos. Negociação Coletiva de Trabalho: um novo campo de disputas, a partir dos anos 1990, no agronegócio no Piauí. In: NOGUEIRA, Luís Cinéas de Castro. et al. **Coleção dinâmica jurídica**, v.1. Contratos: análise multifacetada. Teresina: Dinâmica Jurídica, 2016.

MEIRELLES, Davi Furtado. **Negociação Coletiva em tempos de crise**. São Paulo: LTr Editora Ltda, 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOISÉS, J. A. **Lições de liberdade e de opressão: O novo sindicalismo e a política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MONTANÕ, Carlos . DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola. Narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense). **Tese**. Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 2000.

_____. Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí . In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.) **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006, p.173-209.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr Editora, 2006.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

PAUDOLFI, Maria Lia Corrêa de Araújo. Movimentos de trabalhadores rurais no Nordeste. **Cad. Est. Soc.**, Recife, v.3 n. 3, jul./dez., 1987, p. 269 – 288.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências so-ciais**. Perspectivas latino-americanas. Clacso, Buenos Aires, 2005, p.117-142.

REIS, J. E. A. **Flexibilização nas relações de trabalho e negociação coletiva**. 2008. Disponível em: http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=caderno=25. Acesso em 24 set.2015.

REIS, Thais Barbosa. **Meio ambiente de trabalho rural**: condições ambientais de trabalho agrícola nos cerrados piauienses. Dissertação de Mestrado. Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Universidade Federal do Piauí. Teresina: UFPI, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2002.

VERONEZZI, Fernando. As reivindicações dos trabalhadores rurais assalariados da lavoura canavieira: a greve de Guariba de 1984 e a luta por terra no interior do Estado de São Paulo. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n.26, 2015, p.73-94.

VIANA, Márcio Túlio. **70 Anos de CLT**: Uma história de trabalhadores. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, 2013.

_____. FARIA, Fernanda Nigri. A Reforma Trabalhista e o esvaziamento do dirigismo contratual: ideias sobre o caminho para enfrentar a onda de flexibilização. In: ____ **Movimentos sociais versus retrocessos trabalhistas**: poder e resistência no mundo do trabalho. São Paulo: LTr, 2018, p.117-121.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos Sistemas-Mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p.447-470.

Sites consultados:

www.oit.org.br

www.planalto.gov.br

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/07/30/governo-anuncia-revisao-de-normas-sobre-saude-e-seguranca-de-trabalhadorse.ghtml>

COMO PROMOVER A REINSERÇÃO DE EX-PRESIDIÁRIOS NA SOCIEDADE DE MATO GROSSO

Data de aceite: 01/09/2020

Data de Submissão: 03/06/2020

Hiayssa França Almeida

UNEMAT- Universidade do Estado de Mato Grosso, Diamantino-MT
<http://lattes.cnpq.br/0363144452739999>

RESUMO: Muitas pessoas ao saírem das prisões enfrentam dificuldades na busca de um emprego. Isso ocorre pelo preconceito existente na sociedade que gera a falta de oportunidades para os ex-detentos no mercado de trabalho. Consequentemente, a falta de uma renda financeira faz muitos desses indivíduos retornarem a cometer atos ilegais. Este artigo tem como objetivo apresentar a proposta de construir uma Cooperativa Especial com parcerias, que já foi testada em pequena escala e obteve sucesso, para que essas pessoas sejam amparadas e como resultado os índices de crimes no Mato Grosso diminua.

PALAVRA-CHAVE: Mato Grosso, Ex-detentos, Reinserção.

HOW TO PROMOTE THE REINSURANCE OF EX-PRESIDENTS IN THE STATE OF MATO GROSSO

ABSTRACT: Many people when leaving prisons face difficulties in finding a job. This is due to the prejudice that exists in society that generates the lack of opportunities for ex-prisoners in the labor market. Consequently, the lack of financial

income makes many of these individuals return to commit illegal acts. This article aims to present the proposal to build a Special Cooperative with partnerships, which has already been tested on a small scale and has been successful, so that these people are supported and as a result the crime rates in Mato Grosso decrease

KEYWORDS: Mato Grosso, Former detainees, Reinsertion.

De acordo com as notícias do Conjur (site do Consultor Jurídico), cerca de 70% dos egressos do sistema penitenciário brasileiro voltam a cometer crimes ao saírem das prisões. As razões para isso compreendem ausência de oportunidades profissionais e dificuldades sociais como, por exemplo, o preconceito enfrentado pelas famílias e pela sociedade. Embora a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) garanta o isolamento do condenado para reflexão de suas ações e assim melhorar convívio em sociedade, muitos detentos não são reeducados corretamente devido à superlotação da população carcerária e à falta de interesse do governo. Com efeito, esses indivíduos cometem crimes novamente como meio de renda para subsistência.

O sistema prisional brasileiro sofre aumento de detentos a cada ano ultrapassando 750 mil presos. De acordo com o portal do G1-Globo, de 2018 para 2019 os números de presos em Mato Grosso aumentou para 11.800 em espaços que são capazes de acomodar apenas

6.341 condenados. No intuito de reinserir estas pessoas na sociedade, alguns projetos realizados no estado obtiveram ótimos resultados. Um desses projetos foi realizado em Barra do Garças, onde 11 reeducandos participaram do projeto “Amigo da Escola” em que 4- quatro escolas públicas foram reformadas por presidiários. Infelizmente são poucos os projetos voltados para este assunto no nosso Estado, pois não é algo muito abordado pelo governo.

A proposta deste projeto é criar uma Cooperativa Especial. Com o objetivo de reunir e mediar a inserção dessa mão de obra nas empresas de Mato Grosso. Além de receberem pelos serviços prestados, os reeducandos poderão participar de Workshops, palestras, cursos mensais para capacitação sobre temas diversos como linguagem, como se portar numa entrevista de emprego e em eventos, educação financeira, empreendedorismo, entre outros.

Além disso, esses encontros promoveriam cursos técnicos em diversas áreas como vendas e marketing pessoal, contribuindo para uma oportunidade de emprego fixo que garanta uma renda financeira na qual seja suficiente para subsistência do cidadão.

Para os reeducandos participarem de trabalhos em empresas parceiras será realizado seleções, recrutamentos, análise de perfis e um acompanhamento adequado por longo prazo. As empresas que acolherem esses reeducandos terão como benefício baixos custos com a mão de obra e lucros satisfatórios, pois de acordo com a Lei de Execuções Penais (LEP) os detentos são isentos de encargos trabalhistas, o pagamento de seu trabalho é apenas um salário mínimo, e a empresa estará investindo na responsabilidade social.

Na Europa 8% da força de trabalho é representado por ex-penitenciários, o equivalente a nove milhões de pessoas. Em nosso estado os pequenos projetos que mostram resultados positivos não abrangem nem 5% da população carcerária. Portanto, esta proposta é um meio de fazer com que todos esses programas sejam ampliados através de uma cooperativa e alcancem o número máximo de ex-presidiários reintegrados no nosso Estado.

REFERÊNCIAS

Ex-detentos lutam contra o preconceito por oportunidade no mercado trabalho. G1.Globo. Disponível em < <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2019/09/26/ex-detentos-lutam-contra-o-preconceito-por-oportunidade-no-mercado-trabalho.ghtml>> Acesso em 16.set.2019

CAPÍTULO 11

A INDEPENDÊNCIA CONGOLESA COMO UM PROCESSO DE MANUTENÇÃO DO CONSERVADORISMO SOCIAL E ECONÔMICO

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 02/06/2020

Felipe Antonio Honorato

Falculdade IESCAMP / Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo (EACH-USP)
Campinas – SP
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8128325045743110>

Paulo Cesar de Abreu Paiva Júnior

Escola de Artes, Ciências e Humanidades da
Universidade de São Paulo (EACH-USP)
São Paulo – SP
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6662333883990592>

RESUMO: O presente trabalho objetiva analisar o processo de independência do então Congo Belga (atual República Democrática do Congo), que foi colônia do Estado belga de 1906 a 1960, como um fenômeno de manutenção do conservadorismo social e econômico. Isto porque, como se pode concluir, a então metrópole, Bélgica, almejava que, mesmo após a independência política de sua colônia africana, as relações econômicas neocoloniais seguissem as mesmas pautas do período colonial. Por isso, belgas, mesmo sem enfrentar resistência armada em seu território colonial – como ocorreu em outros contextos africanos durante o processo de descolonização - coordenaram um processo de transferência do poder para os congolese que durou apenas 3 meses, processo este que Kabengelê Munanga chamou de “*um cálculo maquiavélico orquestrado*

por uma ala da política belga e os representantes dos meios de negócios” (MUNANGA, 2011, p. 14). O que ocorreu após a independência, em 1960, foi uma série de eventos que culminaram no período denominado Segunda República - a ditadura de Mobutu Sese Seko, que instaurou um governo que Peter Evans (1993) chamou de “Estado predatório”: “*Desde que Joseph Mobutu Sese Seko assumiu o governo do Zaire em 1965, ele e seu círculo íntimo no interior do aparelho de Estado zairiano têm extraído enormes fortunas pessoais das receitas geradas pela exportação da impressionante riqueza mineral do país*” (EVANS, 1993, p. 114). Mobutu permaneceu no poder da República do Zaire até 1997, tendo sido considerado por anos o homem mais rico do mundo e sendo, ao menos até o fim da Guerra Fria, sempre bem-vindo tanto em Bruxelas, quando em Washington. A metodologia aqui utilizada foi a revisão bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: Independência congolese, Congo Belga, República do Zaire, República Democrática do Congo, Bélgica.

THE CONGOLESE INDEPENDENCE AS A PROCESS OF MAINTENANCE OF THE SOCIAL AND ECONOMIC CONSERVATISM

ABSTRACT: The present article aims to analyze the independence process of the then Belgian Congo (present Democratic Republic of Congo), which was a colony of the Belgian State from 1906 to 1960, as a phenomenon of maintenance of social and economic conservatism. This is because, as can be concluded, the then metropolis, Belgium, longed that, even after the

political independence of its African colony, neocolonial economic relations would follow the same guidelines of the colonial period. For this reason, Belgians, even without facing armed resistance in their colonial territory - as occurred in other African contexts during the decolonization process - coordinated a power transferring process to the Congolese that lasted only 3 months, a process that Kabengelê Munanga called *“A Machiavellian calculation orchestrated by a wing of Belgian politics and representatives of the business community”* (MUNANGA, 2011, p. 14). What happened after independence in 1960 was a series of events that culminated in the period called the Second Republic - the dictatorship of Mobutu Sese Seko, which established a government that Peter Evans (1993) called a “predatory state”: *“Since Joseph Mobutu Sese Seko took over the government of Zaire, in 1965, he and his inner circle within the Zairian state apparatus have extracted enormous personal fortunes from the revenues generated by the export of the country’s impressive mineral wealth”* (EVANS, 1993, p. 114). Mobutu remained in power in the Republic of Zaire until 1997, having been considered for years the richest man in the world and being, at least until the end of the Cold War, always welcome both in Brussels and in Washington. The methodology used here was the bibliographic review.

KEYWORDS: Congolese independence, Belgian Congo, Republic of Zaire, Democratic Republic of the Congo, Belgium.

1 | INTRODUÇÃO

A República Democrática do Congo (RDC) é um país localizado na África Central¹. Com uma área total de 2.345.409 Km², a RDC também é chamada de Congo-Kinshasa (em referência ao nome de sua capital). Em seus 9.165 km de fronteiras, faz divisa com 9 países: República do Congo – ou Congo-Brazaville – a oeste; República Centro-Africana e Sudão, ao norte; Uganda, Ruanda, Burundi e Tanzânia, a leste; Zâmbia, a sudeste; e Angola, ao Sul. A região costeira do país possui 17km de extensão, mais ou menos, e, segundo Munanga (2011, p. 02), encontra-se *“entre o enclave angolano de Cabinda e a desembocadura do rio Congo”*.

Seu território é extremamente rico em recursos naturais: ainda segundo Munanga (2011, p. 02) estima-se que 1/5 das reservas hídricas da Terra estejam lá. Seu solo fora declarado em 1892 pelo geólogo belga Cornet um “escândalo geológico” (CORNEVIN, 1972), pois apresenta enormes fontes – dentre outros minérios –de cobre, diamante, manganês, estanho, urânio, zinco e cobalto (MUNANGA, 2011).

Além destes minerais, o Congo ainda possui jazidas consideráveis de ouro, bauxita, prata, platina, chumbo, carvão e petróleo (MUNANGA, 2011). A maior parte destas riquezas, no entanto, concentra-se no leste do país, abrangendo a província do Catanga e suas adjacências. Segundo Cornevin (1972), tal concentração pode ser explicada geologicamente, pois é na parte oriental do país que se encontram as formações geológicas mais antigas. Etnologicamente, podemos dizer que a República Democrática do Congo é

1. Segundo Bethwell Allan Ogot (2010): “Entendemos por África Central os seguintes países: Zaire, República Centro-Africana, República Popular do Congo, Gabão, Camarões e, em parte, Angola, Ruanda e Burundi”.

um país bastante diverso: são 250 etnias diferentes habitando seu território (CORNEVIN, 1972).

O Congo, entre 1885 e 1960, foi uma colônia belga. De 1885 a 1906 se chamou Estado Livre do Congo: neste período, não foi uma colônia pertencente ao Estado belga, mas sim um território de propriedade particular do rei Leopoldo II, então soberano do país europeu.

Nestes vinte anos que se seguiram, mesmo sem ter calcado uma vez sequer o solo africano, Leopoldo II instalou em sua colônia um modelo de exploração da borracha e do marfim que transformou quase que todos os congolese em seus funcionários cativos. A exploração era fiscalizada e comandada por estrangeiros de todas as partes, principalmente belgas e africanos, que, quanto mais forçassem os nativos a extraírem, mais dinheiro ganhavam. Assim, para conseguir mais borracha e marfim, os congolese eram submetidos a castigos severos, onde, por exemplo, a mutilação era uma prática que fazia parte do cotidiano.

Missionários ingleses acabaram por registrar, em uma série fotográfica, diversos congolese mutilados. Estes registros tornaram-se então bem conhecidos acerca do país, posteriormente circulando pela Europa, o que gerou um movimento contra o domínio de Leopoldo II sob o território congolês.

Uma comissão de caráter internacional foi instaurada e o rei, após negociar uma indenização, cedeu sua propriedade ultramarina ao Estado belga, criando-se, assim, o Congo Belga. A mudança produziu algumas modificações no modelo de exploração econômica: a espoliação da colônia passou a ser feita, majoritariamente, através da indústria da mineração e da parceria entre o capital privado e o governo belga; socialmente, o Congo Belga tornou-se o território africano com o mais extenso estado de bem estar social do continente; no entanto, o contexto de opressão, segregação racial e cerceamento das liberdades civis e políticas continuou o mesmo.

Este fora justamente o principal gatilho que desencadeou o processo de independência do país, que, posteriormente, gerou uma reação de setores ligados aos interesses coloniais que jogaram o Congo em três décadas de uma ditadura conservadora e sustentada pelos interesses do capital internacional. Neste artigo, analisa-se o processo de independência do então Congo Belga como um fenômeno de manutenção do conservadorismo social e econômico, para que, mesmo após a independência política do país, as relações econômicas neocoloniais seguissem as mesmas pautas do período colonial.

2 | CONGO BELGA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Após a criação do Congo Belga, a espoliação das riquezas congolese passou a ser feita através do chamado “portfólio congo”. O portfólio era um conjunto de empresas paraestatais – o que, no Brasil, entendemos como empresas de capital misto – baseadas

nos antigos sistemas de concessões de Leopoldo II. Fazia parte deste portfólio, por exemplo, o Banco Central congolês. Kent (2011) traz que:

“As entidades paraestatais, incluindo a Administração Fluvial e o Banco Central, eram geridas por conselhos de administração a partir de Bruxelas, e em 1958 encontravam-se avaliadas em 37,5 mil milhões de francos. Os rendimentos do Portefólio foram de mil milhões de francos em 1959, mas não foram tomadas quaisquer medidas visando a sua transferência para o governo independente...” (KENT, 2011, p. 41).

Além do Estado, que tinha participação de até 50% em todas estas companhias (MERRIAM, 1963), cinco corporações privadas se tornaram as grandes parceiras do governo belga no empreendimento da exploração e espoliação do Congo Belga:

“As cinco grandes firmas eram a Brufina, que controlava o Banco de Bruxelas além de certas organizações industriais; a Unilever, através de sua subsidiária belga, Huilever, agindo sobre produtos vegetais; Cominière, corporação agrícola e de mineração; o Banco Empain com grandes interesses no do transporte e a Société Générale que detinha interesses vários além de direitos de mineração” (MERRIAM, 1963, p. 44-45).

Merriam (1963, p. 44) destaca que o poderio destas cinco empresas era tão grande que *“(...) em 1952 noticiou-se que cinco companhias arrendatárias controlavam aproximadamente 70% de todos os negócios no Congo...”*.

No Congo Belga, o Estado belga instalou um governo altamente paternalista e isolacionista – e duas foram as consequências deste diagnóstico geral. A primeira foi, curiosamente, a instalação de um estado de bem social que era o mais extenso de África à época. A segunda foi a formação de um território hermético, portador de uma estrutura altamente repressiva.

Com relação ao estado de bem estar social, havia um sistema de previdência social que previa auxílio doença e pensões por aposentadoria para todos os africanos trabalhando no Congo; o *posho* obrigava todos os empregadores da colônia a fornecerem a seus trabalhadores cobertores, calções, agasalhos e alimentação sadia; escolas primárias e de formação profissional se espalharam pelo país (consolidando o poderio da igreja católica dentro do empreendimento colonial belga, uma vez que ela era responsável pela maioria das escolas de ensino primário no Congo Belga). Tal realidade ampliou o número de pessoas alfabetizadas e de técnicos qualificados; além disso, ainda havia uma oferta considerável de empréstimos para aqueles que desejavam comprar imóveis e o Fundo de Bem-Estar Indígena, que, segundo Merriam (1963, p. 56-57) *“em seus dez primeiros anos construiu 28 hospitais, 369 enfermarias, 118 maternidades, 124 ambulatórios infantis, 15 asilos para órfãos, 5 sanatórios e 17 centros médicos”*.

Apesar da educação primária e profissional ter se massificado na colônia, a educação superior tardou a ser introduzida no Congo. Fato é que – ainda segundo Merriam (1963) – os belgas vislumbravam o ensino superior como uma oportunidade de construir possíveis

contestadores do regime colonial. O primeiro congolês a conseguir autorização para cursar o ensino superior fora do país (na Bélgica) foi Thomaz Kanza, em 1952. A constituição de universidades no Congo Belga tardou ainda mais: a Universidade de Lovanium abriu seus cursos em fevereiro de 1956, na região de Kinshasa (então Leopoldville), e a Universidade Oficial do Congo Belga e Ruanda-urundi inaugurou suas aulas no outono de 1956, em Lubumbashi (então Elizabethville).

À despeito de toda estrutura social oferecida, a administração colonial não garantia aos congolezes o direito de reunião e associação, muito menos a liberdade de imprensa:

“Sob a administração colonial belga a imprensa não era livre. A carta colonial de 1908 reconhecia os seguintes direitos civis: liberdade individual, de religião, de opinião e de educação; inviolabilidade do domicílio, direito de petição, inviolabilidade da correspondência particular, o direito de ação legal contra os funcionários públicos, a inviolabilidade da propriedade privada e a liberdade de emprego. Não reconhecia o direito de reunião e associação e a liberdade de imprensa” (MERRIAM, 1963, p.59)

Apenas em 1959 o rei belga assinou decretos modificando as disposições da Carta Colonial no que tange a imprensa e ao direito de reunião e associação; na prática, a mudança foi nula: Segundo Merriam (1963, p. 60) o decreto relativo à “liberdade de imprensa”, em seu segundo dos cinco artigos que continha, *“autorizava o Governador Geral ou seu delegado a proibirem a introdução e circulação no Congo de periódicos [...] que pudesse perturbar a ordem pública”*; Merriam (1963, p.61) também indica que o segundo artigo do decreto que tratava sobre o direito de reunião e associação *“autorizava o Governador Provincial, depois de emitir uma comunicação prévia, a dissolver qualquer organização cujas atividades, a seu critério, pudessem comprometer a ordem pública”*, sendo que, em caso de emergência, *“funcionários de menor categoria estavam autorizados à mesma prática”*. Munanga (2011) destaca que no mesmo ano em que estes decretos entraram em vigor, um rapaz congolês ficou preso por três meses porque foi pego com um exemplar antigo do jornal comunista belga *Le Drapeau Rouge*.

O rádio era mais difícil de ser censurado: no Congo Belga recebia-se sinal radiofônico de emissoras de Brazzaville, do Cairo e de Pequim, por exemplo; no entanto, a Rádio do Congo Belga era rigidamente controlada.

No tocante aos direitos civis e políticos, outros dois fatores eram pontos sensíveis dentro da população congoleza: até 1947, não havia estritamente a participação de nenhum congolês nas decisões políticas tomadas sobre a colônia; esta situação se modificou quando, no citado ano, dois nativos foram nomeados para o Conselho Governamental – número que saltou para oito em 1951 (MERRIAM, 1963); em 1957, houveram algumas cidades onde o voto direto para a escolha de conselheiros municipais foi introduzido (MERRIAM, 1963); a questão racial também era latente, uma vez que brancos evitavam o convívio social com negros, haviam leis que permitiam castigos físicos e delimitavam as

posições que congolese poderiam alcançar dentro do serviço público (MERRIAM, 1963), bem como os bairros das cidades congolese eram segregados – existiam os bairros das populações brancas e os bairros das populações negras (MERRIAM, 1963); apenas em 1957 o ódio racial foi abolido por lei e em 1958 a primeira família negra se mudou para o setor branco de Leopoldville (MERRIAM, 1963).

3 | A INDEPENDÊNCIA CONGOLESA

Todos os fatores sociais e políticos citados no tópico anterior formaram o contexto que resultou na luta pela independência congolese. Em 1955, o rei belga Balduino I visitou Leopoldville; os congolese esperavam que o soberano se comprometesse a acabar com a situação de repressão e segregação que havia na colônia, o que não aconteceu: diante deste cenário, Munanga (2011, p. 10) afirma que *“o rei limitou-se a apelar por uma união mais íntima e estreita entre a Bélgica e sua colônia e a invocar a mística comunidade de destino que ligava uma a outra”*.

No mesmo ano de 1955, o pesquisador belga Van Bielsen publicou um estudo em que defendia um processo de independência gradual do Congo Belga, para o qual a Bélgica deveria – o mais rápido possível – começar a formar um quadro de congolese preparados a assumirem o Estado independente, que deveria elaborar uma constituição federal que respeitasse toda sua pluralidade étnica (MUNANGA, 2011, p. 10-11). Segundo a estimativa de Bielsen, este processo deveria levar trinta anos para ser concluído de forma efetiva.

As ideias de Van Bielsen reverberaram na colônia, desdobrando-se na divulgação de dois manifestos: um grupo de jovens profissionais congolese e que tinham como ponto de convergência o periódico “Consciência Africana” divulgaram um manifesto se opondo à dominação colonial e ao discurso do rei que incluía o Congo dentro de uma comunidade belgo-congolese; semanas depois, a Abako, uma associação cultural Bacongo, publicou um segundo manifesto, exigindo a politização do Congo Belga através da pluralidade de partidos políticos.

Segundo Munanga (2011), foi no ano de 1958 – através de três eventos distintos – que a independência do Congo foi compreendida como um “processo sem volta”.

Primeiramente, ocorreu em Bruxelas uma exposição mundial onde vários representantes regionais do Congo e Ruanda-urundi foram convidados a participar; ali, diversos líderes étnicos e políticos se encontraram e puderam iniciar articulações em prol da independência, além de levar, às suas regiões de origem, as idéias que estavam sendo desenvolvidas.

Em segundo lugar, em agosto de 1958, o general De Gaulle, mandatário francês, visitou Brazaville, capital do Congo francês. Por lá, disse que a independência das colônias francesas estava disponível a quem quisesse pegá-la; os congolese do lado belga tomaram conhecimento do discurso de De Gaulle e começaram a exigir um plano de independência

também de suas autoridades metropolitanas.

Por fim, o terceiro dos três importantes eventos ocorridos em 1958 foi a realização do Congresso Pan-Africano em Acra, capital da então recém-independente Gana. No congresso, os congolezes foram representados pelo líder do Movimento Nacional Congolês (MNC) Patrice Emery Lumumba. Lá, Lumumba se consolidou como um dos grandes nomes da luta pela independência dos países africanos, ganhando a admiração de figuras como Gamal Nasser, Kwame Nkrumah e Sékou Touré, tornando-se membro eleito do secretariado permanente do congresso. Segundo Munanga (2011, p. 12), *“seu discurso expressava o primeiro programa de ação estabelecido por um líder congolês contra o poder colonial: ‘Abaixo o imperialismo, abaixo o racismo, o tribalismo; viva a nação congoleza, viva a África independente’”*.

Em janeiro de 1959, uma confusão ocorrida em um encontro da Associação Cultural Abako (grupo influente na politização do Congo Belga) acabou com a *Force Publique* abrindo fogo contra uma multidão africana; o saldo foi de 49 africanos mortos e outros 101 feridos (MUNANGA, 2011, p. 13). Isto serviu de gatilho para que aquele ano fosse marcado por uma série de manifestações, muitas delas terminadas em violência, em favor do fim do sistema colonial.

O efeito deste evento foi a convocação, por parte dos belgas, de uma mesa-redonda para negociação com todos os chefes políticos congolezes de 20 de janeiro a 20 de fevereiro de 1960, em Bruxelas. Os líderes congolezes foram irredutíveis quanto à independência, exigindo-a a curto prazo; os belgas aceitavam a independência política, mas o seu ideal de relações neocoloniais com o Congo não incluíam mudanças significativas na administração do portfólio Congo. No fim, todos foram surpreendidos quando a metrópole não só aceitou a independência, mas também determinou a data de 30 de junho de 1960 (CORNEVIN, 1972) como o dia da passagem do poder político para os congolezes – apenas três meses após o fim das negociações em Bruxelas. Munanga (2011) sugere que nada foi por acaso:

“A pressa se explica em parte pela pressão exercida pelos líderes congolezes, mas também por um cálculo maquiavélico orquestrado por uma ala da política belga e os representantes dos meios de negócios. Os líderes africanos queriam imediatamente sua independência; os meios políticos belgas de acordo com seu cálculo maquiavélico resolveram outorgar-lhes a independência no justo momento que eles não saberiam como e o que fazer com ela, pois não havia nenhum quadro administrativo africano experiente e competente. Bem! Não tendo um quadro administrativo experiente, o governo independente ia necessária e absolutamente precisar ainda por certo tempo do quadro administrativo colonial composto de brancos. A mesma dificuldade se colocava no plano militar que até então contava somente com o comando dos oficiais belgas. Estando a administração pública e o exército ainda inteiramente nas mãos dos colonizadores de ontem, os governantes de hoje não tinham outra saída a não ser curvar-se a uma situação de continuidade, ou seja, de uma independência fictícia e nominal. Mais do que isso, lembramos que na data de proclamação da independência em 30 de junho de 1960, o país

tinha apenas nove jovens universitários inexperientes recém-formados que por mais competentes e voluntaristas que fossem não seriam numericamente suficientes para administrar um país tão grande territorialmente.” (MUNANGA, 2011, p. 14).

Em maio de 1960 foram realizadas eleições provinciais e nacionais no Congo (MUNANGA, 2011). Como havia sido determinado na Lei Fundamental, que fazia o papel de uma constituição provisória, o país teria um presidente e um primeiro-ministro, além de ser uma república parlamentar. No seu primeiro pleito, o Congo elegeu Joseph Kasa-Vubu como seu presidente e Lumumba como seu primeiro-ministro. A emergência ao poder de Patrice Lumumba, sua imagem de radical e o medo de que Lumumba se aproximasse do comunismo, fez com belgas tomassem uma decisão drástica:

“[...] o nacionalismo de Lumumba fez-se acompanhar de ideias radicais e nacionalistas de esquerda, e é pouco provável que este visse com bons olhos a manutenção das relações econômicas coloniais, bem como a sua institucionalização nos acordos postos em prática sob a égide do Estado Livre de Leopoldo. Por conseguinte, assim que os resultados das eleições foram conhecidos, Ganshof van der Meersch, o ministro no Congo, foi incumbido da tarefa de nomear o *formateur* do novo governo, de acordo com a *loi fondamentale* belga na qual se baseava a Constituição do Congo. E, em vez de nomear Lumumba, o líder do principal partido, Van der Meersch, voltou-se para Joseph Kasavubu, o líder bacongo, que não foi capaz de assegurar o apoio necessário para formar um governo sem Lumumba. A estratégia anti-Lumumba foi posta em prática antes sequer de se poder verificar que este era comunista ou que estava a ser instrumentalizado pelo comunismo soviético” (KENT, 2011, p. 41).

Incentivada pela Bélgica, a província do Catanga iniciou um processo de separação do Congo oficializado em 11 de julho de 1960, data na qual Móis Tshombé, então governador da província, ratifica a intervenção belga na região (MUNANGA, 2011, p. 15). No dia seguinte, 12 de julho, o mesmo Tshombé nomeia o comandante belga Weber como coordenador militar do Catanga (MUNANGA, 2011, op.cit.). Este fato deixou Patrice de mãos totalmente atadas, afinal aquela província representava 45% do produto interno bruto do recém-independente país. Concomitantemente a todos estes desdobramentos, paraquedistas belgas desembarcavam na base aérea de Kamina, no Catanga, abastecendo a província com mais de 100 toneladas de armamentos entre 1 de julho e 1 de setembro daquele ano.

Uma semana antes dos acontecimentos no Catanga, um motim nas forças armadas havia começado e tornado quase a totalidade das tropas em situação de insubordinação a Lumumba: os soldados exigiam a africanização dos quadros de comando da armada e a destituição do general belga Janssens (MUNANGA, 2011, p. 14-15); Lumumba, para contornar a situação, propôs a promoção de todos os soldados para um cargo acima do que ocupavam, além de nomear Joseph Mobutu, congolês, Coronel Chefe do Estado-Maior. Infelizmente, a saída encontrada por Lumumba não foi suficiente.

As crises no Catanga e no exército se espalharam pelo país: a Abako se virou contra o primeiro-ministro e Joseph Kasa-Vubu, líder do agora partido político, decretou a revogação do mandato de Patrice Lumumba e a dissolução do governo nacional. Lumumba, por sua vez, não aceita a medida do presidente Kasa-Vubu e o revoga do cargo; outras províncias, como o Kasai, seguem os passos do Catanga e declaram separação do Congo; em 14 de setembro, Lumumba é detido, mas foge posteriormente; em 9 de dezembro a ONU envia tropas ao país que ocupam o aeroporto de Elizabethville, permitindo pousos e decolagens apenas de aeronaves da própria organização; Patrice Lumumba é recapturado e enviado ao Catanga, onde é assassinado em 17 de janeiro de 1961.

4 | A INDEPENDÊNCIA CONGOLESA COMO UM PROCESSO DE MANUTENÇÃO DO CONSERVADORISMO SOCIAL E ECONÔMICO

Após a morte do primeiro-ministro Patrice Lumumba, o Congo eclodiu em rebeliões provinciais, alimentadas por mercenários e tropas belgas. A situação só foi se estabilizar em 1965, após a instauração de uma ditadura e da neutralização, em 1964, do presidente Joseph Kasa-Vubu: um jovem militar congolês emergiu como liderança em meio ao caos que tomou o país africano. De nome completo Mobutu Sese Seko Nkuku Ngbendu wa Za Banga, ele ficou mais conhecido apenas por Mobutu Sese Seko.

Foi Mobutu quem promoveu um golpe militar que o colocou no comando do país, e nesta posição ele ficou por trinta e dois anos (instituindo a chamada Segunda República), período em que mudou o nome do país para República do Zaire, instaurando um governo que Peter Evans (1993) denominou de “Estado predatório” - uma ditadura alinhada aos interesses das potências ocidentais que multiplicou seu patrimônio pessoal:

“Desde que Joseph Mobutu Sese Seko assumiu o governo do Zaire em 1965, ele e seu círculo íntimo no interior do aparelho de Estado zairiano têm extraído enormes fortunas pessoais das receitas geradas pela exportação da impressionante riqueza mineral do país. Durante estes vinte anos, o PNB per capita do Zaire declinou a uma taxa anual de 2,1 % ao ano, levando o país pouco a pouco para o último lugar na hierarquia mundial das nações e deixando a população do país numa miséria igual ou pior do que a sofrida durante o regime colonial belga. O Zaire é, em suma, um exemplo de manual de um “Estado predatório” no qual a preocupação da classe política com a busca de renda converteu a sociedade em sua presa...” (EVANS, 1993, p. 114).

No final de 1988, o jornal *Le Soir* fez uma reportagem que ilustra bem como era o cenário no Zaire de Mobutu: Colette Braeckman, enviada especial, cobriu a estada de especialista do FMI em Kinshasa; o mandatário do Zaire, desde o início daquele ano, havia rompido com a instituição internacional, deixando de pagar seus débitos, sendo excluído dos programas da instituição; os técnicos do FMI estavam ali para propor medidas de austeridade ao Zaire, para que, depois, novos créditos fossem contraídos pelo país

africano. Braeckman descreve o Zaire como sendo um país em ruínas, ou, ao menos, um país onde o Estado está em ruínas. Os salários eram simbólicos, por causa do baixo valor da moeda, e mesmo os professores universitários tinham de se desdobrar em vários empregos para poder viver:

«Mon salaire? s'exclame un fonctionnaire. Il est plus que symbolique: que peut-on faire avec 4.000 zaïres? (Moins de 1.000 FB.) Heureusement que ma femme tient un commerce, un petit nganda («café»), où les voisins viennent boire leur bière, se rencontrer. Parfois elle se rend sur la rive d'en face, à Brazzaville, et, là aussi, elle fait du commerce.» Un professeur d'université ajoute: «Moi non plus, mon salaire ne me fait pas vivre, même s'il a été augmenté récemment. Mais, à côté, je suis conseiller dans une société privée. Ici, on ne tient que si on a plusieurs métiers.» (BRAECKMAN, 1988)

A reportagem fala, descrevendo a situação de Kinshasa, em apagões constantes, vias que, ante a menor chuva, se tornam lamacentas, em táxis e ônibus cada vez mais raros e caros, tornando atividades rotineiras, como ir a escola ou chegar ao trabalho, muito mais difíceis e, muitas vezes, apenas possíveis com a ajuda da rede de relacionamentos de cada um (BRAECKMAN, 1988). A jornalista destaca que estas dificuldades, no entanto, fizeram a vividez e agitação da cidade se espalhar, ir além do centro:

“Malgré la crise cependant, Kinshasa fait plus que survivre. Elle vit, intensément. Des boutiques sont ouvertes jusque dans les plus lointains quartiers, des musiques s'échappent de toutes les maisons, les ngandas se multiplient ainsi que les dancings: la pénurie de moyens de transport a fait éclater la vie nocturne, qui désormais ne se limite plus à Matongué. Chacun, s'il le peut, danse et s'amuse près de chez soi. Sur les marchés, les femmes vendent des gobelets de sel, des morceaux de poulet, des quignons de pain: infini détail du commerce, où chacun essaie de gagner quelques miettes...” (BRAECKMAN, 1988)

A jornalista descreve que Kinshasa e as regiões mineradoras ainda se encontravam numa posição privilegiada. Os efeitos da crise econômica eram mais devastadores fora da capital e dos olhos do interesse econômico. Para exemplificar, cita o caso da gasolina em Kisangani:

“Si, à Kinshasa, l'essence coûte 50 zaïres (10 FB) ce qui est anormalement bas, à Kisangani, la pénurie a fait flamber les prix. Les revendeurs que l'on appelle, ici comme ailleurs, des Kaddhafi, cèdent des bouteilles d'essence pour 350 zaïres le litre. Le prochain arrivage n'est attendu que dans trois semaines, ou plus tard encore. Au centre ville les magasins sont fermés, la dernière grande surface s'apprête à baisser définitivement ses volets car elle est en rupture totale de stock” (BRAECKMAN, 1988)

Por causa de uma dívida de então 400 milhões de francos, tinha sido cortado o fornecimento de combustível à companhia nacional de trens, a *Société nationale des chemins de fer zaïrois*, dificultando ainda mais o deslocamento intranacional, que já sofria com a crise do abastecimento de combustíveis e a má condição das estradas

(BRAECKMAN, 1988).

Os indicadores sociais seguiam o resto da situação do país e são descritos na reportagem como algo que se possa dizer catastrófico: com um repasse em 1988 que representava apenas 3% do valor total previsto, a saúde registrava 800 novos casos de lepra por dia na província do Alto Zaire, além de 650 novos casos de tuberculose (BRAECKMAN, 1988); as mulheres não tinham condições de realizar tratamento pré-natal. As taxas de evasão escolar aumentavam a cada ano, pois os custos para se manter uma criança na escola eram impraticáveis para o congolês médio (BRAECKMAN, 1988); a Universidade de Kisangani dependia de ajuda internacional para continuar aberta; os dormitórios se encontravam lotados e os alunos tinham de se revesar em turnos para todos poderem dormir; o giz usado na sala de aula era comprado pelos próprios professores (BRAECKMAN, 1988).

Uma medida ainda do FMI, para controle inflacionário, havia proibido o Estado de aumentar os salários. Por isso, para atrair sua mão de obra, as companhias privadas ofereciam benefícios extras aos seus funcionários: escola e tratamento médico para o funcionário e sua família, alguns produtos para consumo (BRAECKMAN, 1988). As plantações sofriam para recrutar trabalhadores e a mineração, após a liberação da garimpagem de minerais preciosos pelo governo, se tornou, nas palavras da jornalista, “uma lenda de faroeste”:

“C'est que, au Kasaï oriental, pays du diamant, ou dans la région d'Isiro, pays de l'or, la libéralisation de l'exploitation des minerais précieux a bouleversé les habitudes de travail de la population. Dans chaque village sont apparus des creuseurs, qui ont déserté les champs traditionnels ou les entreprises locales. Comme au Kivu, ces creuseurs tamisent les rivières, taillent de fragiles labyrinthes dans la terre friable, s'enfoncent dans des souterrains qui, parfois, s'effondrent sur eux” (BRAECKMAN, 1988)

Naqueles dias no Zaire, segundo a reportagem, tudo era uma questão política: ser amigo do presidente ou de quem estava próximo ao poder, era a única alternativa para se fazer negócios ou arrumar um bom emprego. Para quem não estava inserido nas altas rodas, os impostos e taxas se multiplicavam e as portas se fechavam (BRAECKMAN, 1988). Mobutu mantinha, na capital, uma vila, asfaltada e com iluminação pública funcionando, onde havia a capela de *Notre-Dame de la Miséricorde*, local onde um padre espanhol rezava as missas em latim e haviam homenagens à sua primeira esposa, Mama Mobutu, o palácio presidencial, e uma área residencial (BRAECKMAN, 1988). A vila, chamada Gbdolite, foi apelidada de “*Versailles da selva*” por um jornalista sul-africano. A fortuna pessoal de Mobutu, em 1982, era avaliada em 4 bilhões de Dólares (BRAECKMAN, 1988).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível dizer que a entrada da Bélgica no advento colonial foi resultado dos esforços e convicção pessoais de uma figura em específico: o Rei Leopoldo II. Isto porque,

até basicamente a segunda metade do século XIX, o país não possuía vocação nenhuma para tal – nem mesmo de uma marinha a Bélgica dispunha. Após observar os altos lucros que o mandatário estava obtendo com sua colônia pessoal, o Estado belga viu, no clamor para que Leopoldo II deixasse de ser dono do antigo Estado Livre do Congo, uma oportunidade. Lá, aplicou um sistema de exploração e espoliação altamente repressivo e, na esperança de que essa repressão fosse atenuada aos olhos do congolês, criou, no agora Congo Belga, um extenso estado de bem estar social. Só isso não foi o suficiente para que o congolês deixasse de externar, através do desejo por independência, sua vontade por liberdade. Assim sendo, os belgas prepararam um plano para a independência política congoleza que perpetuasse uma dependência econômica da ex-colônia para com sua ex-metrópole. Patrice Lumumba foi visto como um empecilho a este plano e, por isso, foi morto. No fim, Mobutu, um militar comprometido com as ideias das potências ocidentais, assumiu o controle do país através de um golpe, garantindo por três décadas o acesso das potências ocidentais à riqueza mineral congoleza, submetendo a população congoleza a um contexto de repressão e cerceamento dos direitos políticos e liberdades individuais semelhante ao que havia nos tempos coloniais.

REFERÊNCIAS

BRAECKMAN, Colette. **L'austérité au Zaïre**. Disponível em: <http://www.lesoir.be/archive/d-19881124-W3RAUZ referer=%2Farchives%2Frecherche%3Fdatefilter%3Danytime%26sort%3Ddate%2520asc%26word%3DL%2527aust%25C3%25A9rit%25C3%25A9%2520au%2520Za%25C3%25AFre_o%25C3%25B9%2520%2527argent%2520reste_le%2520ci%2520du%2520pouvoir>. Acesso em: 16 maio 2018.

CORNEVIN, Robert. **Le Zaïre**. Paris: Presses Universitaires de France, 1972.

EVANS, Peter. **O Estado como problema e solução**. Lua Nova, São Paulo, n. 28-29, p. 107-157, Abr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 jul. 2018.

KENT, John. **Descolonização e Guerra Fria: a ONU, os Estados Unidos e a crise do Congo (1960-1963)**. Relações Internacionais, Lisboa, n. 30, p. 39-59, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 jul. 2018.

MERRIAM, Alan Parkhurst. **Congo**. Rio de Janeiro: Editora Letras e Artes, 1963.

MUNANGA, Kabengelê. **A República Democrática do Congo - RDC**. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/wp/wp-content/uploads/2011/09/A-Republica-Democratica-do-Congo.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2016.

OGOT, Allan Bethwell. (Org). **História Geral da África, V: África do Século XVI ao Século XVII**. Brasília: UNESCO, 2010.

CAPÍTULO 12

JUSTIÇA RESTAURATIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA A CULTURA DE PAZ MEDIANTE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Data de aceite: 01/09/2020

Data de Submissão: 02/06/2020

Débora Maria Ferreira da Silva

Sobral – CE

Universidade Estadual Vale do Acaraú
<http://lattes.cnpq.br/8036273764998086>

Francisco Mateus Pontes Pereira

Sobral – CE

Universidade Estadual Vale do Acaraú
<http://lattes.cnpq.br/6792344393208664>

Tânia Gabriela de Sousa de Paiva

Sobral – CE

Universidade Estadual Vale do Acaraú
<http://lattes.cnpq.br/2671784532187052>

Maria Isabel Silva Bezerra Linhares

Sobral – CE

Universidade Estadual Vale do Acaraú
<http://lattes.cnpq.br/6265061354535041>

RESUMO: Valendo-se de uma metodologia bibliográfica, bem como de estudos de campo, explorando a experiência adquirida em escolas da rede estadual da cidade de Sobral – CE, e usufruindo conjuntamente das teorias desenvolvidas por autores como Max Weber (1980), Howard Zehr (2008), Kay Pranis (2011), entre outros, o presente trabalho busca não só definir os sistemas de justiça retributivo e o restaurativo, mas também traçar paralelos entre a formação histórica dos mesmos, dando ênfase para a atuação do estado em ambos e mostrando

as diferentes abordagens sociológicas que os mesmos trazem sobre a punição. Também tem como objetivo abordar as práticas existentes dentro da Justiça Restaurativa, contemplando as técnicas usadas dentro dos círculos de mediação e a metodologia usada para alcançar uma cultura de paz dentro dos ambientes que promovem a justiça. Ademais, busca-se mostrar como as práticas da promoção da cultura de paz, baseada em uma comunicação não violenta e no fazer-restaurativo podem ajudar na evolução das práticas pedagógicas, visando criar um ambiente escolar seguro para a construção de um saber que respeita as diferentes realidades sociais e garante, de fato, a aprendizagem, no sentido de materializar efetivamente um dos alicerces dentro de um estado democrático de direito isonômico: o direito fundamental a educação.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça Restaurativa, Culturas de Paz, Práticas Pedagógicas, Direitos Fundamentais.

RESTORATIVE JUSTICE: CONTRIBUTIONS TO THE CULTURE OF PEACE THROUGH PEDAGOGICAL PRACTICES

ABSTRACT: Using a bibliographic methodology, as well as field studies, exploring the experience gained in schools in the state network of the city of Sobral - CE, and taking advantage of the theories developed by authors such as Max Weber (1980), Howard Zehr (2008), Kay Pranis (2011), among others, the present work seeks not only to define the systems of retributive and restorative justice, but also to draw parallels between the historical formation of them , emphasizing the

performance of the state in both and showing the different sociological approaches that bring them about punishment. It also aims to address existing practices within Restorative Justice, contemplating the techniques used within mediation circles and the methodology used to achieve a culture of peace within the environments that promote justice. Moreover, it seeks to show how the practices of promoting the culture of peace, based on non-violent communication and restorative do-making can help in the evolution of pedagogical practices, aiming to create a safe school environment for the construction of a knowledge that respects the different social realities and ensures, in fact, learning, in order to effectively materialize one of the foundations within a democratic state of isonomic law : the fundamental right to education.

KEYWORDS: Restorative Justice, Cultures of Peace, Pedagogical Practices, Fundamental Law.

1 | INTRODUÇÃO

Equívocos são comuns quando se trata do que é justiça e o que os seus sistemas representam. Muito se acha que há alguma semelhança entre justiça e vingança, todavia, as mesmas percorrem caminhos opostos e baseiam-se em diferentes objetivos. Percorrendo a longa trajetória do dever de punir do Estado, muitas foram as formas encontradas para buscar a melhor reparação ao dano causado, inicialmente através de uma vingança privada, que deixava o cidadão à própria sorte, e evoluindo à um sistema que dá ao poder público tal responsabilidade, este agindo no que julgar ser melhor para a sociedade.

As devastadoras experiências antidemocráticas levaram o mundo a convergir na instauração de um estado democrático de direito, que mesclasse os direitos de primeira dimensão aos de segunda dimensão, respeitando as liberdades individuais sem abrir mão da responsabilidade social e de uma atuação positiva estatal. Nesse sentido, os direitos fundamentais são positivados, bem como os direitos humanos ganham força dentro dos tratados internacionais.

Ao passo que há uma constitucionalização de preceitos que respeitam o homem em todas as suas vertentes, os sistemas de justiça tentam evoluir de maneira concomitante, valendo-se de um sistema retributivo, que aposta na cessação da liberdade e na aglomeração involuntária que esse sistema traz, não dosando a natureza do crime cometido por cada qual, mas simplesmente esquecendo aqueles que atentaram contra diferentes bens-jurídicos no mesmo lugar. Do furto ao latrocínio, todos no mesmo lugar.

Eis que surge uma proposta de sistema de justiça que visa não só a punição como forma de proteção do bem jurídico, mas que inaugura uma compreensão social do delito. Assim, a Justiça Restaurativa se funda em práticas que objetivam colocar em perspectiva a visão do autor do delito e da vítima, frente à frente, utilizando-se práticas que tentam aproximar as realidade tão contrastantes entre os envolvidos, buscando materializar, de fato, a restauração do delinquente, que passa a ter outra visão do alcance de suas ações.

Em face de tal sistema, este ainda engatinha em sua total implementação ao ordenamento jurídico. Todavia, suas práticas baseadas na comunicação não violenta proporcionam um fazer restaurativo fundamentado na psicologia social, propiciando que suas técnicas sejam utilizadas em qualquer que seja o ambiente que se precise lidar com o conflito.

É nesse contexto que o ambiente escolar pode trazer para si tais referências. Fazendo uma abordagem ainda excludente, o ambiente escolar acaba deixando de lado as aspirações sociais que o educando traz para o meio escolar, esquecendo suas raízes culturais e a influência do meio em que vive, trazendo à tona um conflito que as práticas pedagógicas não parecem conseguir lidar. Assim, o fazer-restaurativo mostra-se uma alternativa viável, juntando-se a metodologia pedagógica de ensino e buscando promover uma melhor relação aluno-escola, com efeito de tornar fático o direito fundamental educação.

2 | OS SISTEMAS DE JUSTIÇA: A JUSTIÇA RESTAURATIVA EM CONTRAPONTO À JUSTIÇA RETRIBUTIVA.

Engana-se quem acha que a história da punição é a mesma da política penal e do poder de punir estatal. Ao contrário, estes são resultados daquela. A punição se mostra a primeira forma que o Estado encontra para perpetuar o poder dos dominantes. Ao estratificar a sociedade em castas, beneficiando umas mais que outras, a punição veio como o limite do aceitável, do permitido. Todavia quem define o que pode ou não? Um questionamento fruto das mais incansáveis teorias penais, mas que acaba admitir importantes pontos: a legitimidade de punir é fruto de um processo de dominação daquelas que sempre detiveram o poder, sob o pressuposto de defender a ordem social, mas que visava, sobretudo, a manutenção de privilégios e regalias.

É nesses princípios que se funda o Estado Moderno, baseado na domesticação da ordem e no aparelhamento da relação delito/punição, que passa a ser um mecanismo de controle estatal. Como coloca Weber,

O Estado Moderno é uma associação de domínio de tipo institucional que no interior de um território teve êxito para monopolizar a coação física e legitimá-la como instrumento de dominação e, além disso, se concentrar nas mãos dos dirigentes os meios materiais de exploração, expropriando para tanto a todos que anteriormente dispunham deste direito, e colocando-se no seu lugar, no topo supremo. (Weber, 1976, p.106).

Sob tais pressupostos, a máquina estatal incorpora seu dever de punir, perpetuando através das práticas penais a ordem social pela opressão e pelo encarceramento em massa. Assim, surge um sistema de justiça baseado na restrição de liberdade, na aglomeração desumana e na coerção institucionalizada, que visa não a restauração, mas a simples

punição do indivíduo, esperando que ele, por si só, possa praticar a resiliência enquanto é exposto cotidianamente a condições insalubres de vida.

Não obstante, aqueles condenados por tal sistema têm nome, cor e endereço. São majoritariamente aqueles postos a margem da construção dos aspectos mais importantes da sociedade, aqueles à qual são negados a educação, a saúde e a proteção. Mesmo em um Estado Democrático de Direitos forte e reafirmado, as atrocidades trazidas pelo Sistema Retributivo de Justiça ainda passam despercebidas por atacar justamente o direito daqueles que o Estado finge não existir, para assim contar com um problema a menos. Como Bitencourt (2001) ressalva, o Sistema Penal permite a manutenção da estrutura vertical da sociedade impedindo a integração das classes baixas, submetendo-as a um processo de marginalização.

Mesmo com uma constituição aludida “Cidadã” que prevê positivado a dignidade humana, o Brasil sempre encontrou dificuldades ao lidar com o sistema penal, seja pela marginalização excessiva dos conflitos sociais, o que gerou uma alta taxa de encarceramento, seja pelo alto índice de reincidência, este fruto do já supracitado. Como então garantir um modelo que não olhe apenas para a punição do delito, mas para a resolução do conflito?

Nesse cenário, surge então um modelo que tenta lidar com as relações conflituosas de modo a respeitar as diferentes acepções sociais, no sentido de promover um contato infrator-vítima, baseado, acima de tudo, na mediação. Assim, são nesses pressupostos que o modelo de justiça restaurativo monta suas bases.

Diferente do que o sistema retributivo propõe em sua maioria, o sistema restaurativo se dispõe a ver o delito não só como uma agressão ao bem jurídico, mas como uma ação causadora de danos ao delinquente e à vítima. A partir disso, tenta por meio de suas práticas promover um ambiente voluntário de conciliação. Afirma Konzen:

Funda-se a Justiça Restaurativa, dessa maneira (..) no essencial, na ruptura com a noção tradicional de delito havido não mais como uma violação contra o Estado ou como uma transgressão a uma norma jurídica, mas como um evento causador de danos (...). (Konzen 2007, p.80).

A partir de tais diferenças, é sabido que o sistema restaurativo proporciona uma conciliação com o estabelecimento de uma cultura de paz ativa, se colocando como alternativa para lidar principalmente com os jovens infratores, que nada tem a ganhar sendo julgados por um sistema que não os dá condições para serem melhores, como mal faz o sistema retributivo. A justiça restaurativa, na contramão, alcança melhores resultados na ressocialização destes indivíduos, fazendo-os entender o impacto de seus delitos.

No Brasil, as técnicas de Justiça Restaurativa foram incorporadas à fase da execução penal, reconhecendo sua efetividade e importância na resolução de conflitos. Assim versa a Resolução 225/16 do CNJ, em seu artigo 1º, III:

As práticas restaurativas terão como foco a satisfação das necessidades de todos os envolvidos, a responsabilização ativa daqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a ocorrência do fato danoso e o empoderamento da comunidade, destacando a necessidade da reparação do dano e da recomposição do tecido social rompido pelo conflito e as suas implicações para o futuro. (Resolução 225/16 do CNJ, art. 1º, inc. III).

É visando a instauração de julgamentos mais conscientes no aspecto social e na perpetuação de uma cultura de paz dominante que as práticas restaurativas precisam ser incorporadas nos mais diversos ambientes da sociedade, com intuito de promover justiça social para todos, democratizando o saber-restaurativo.

3 | O FAZER EM UM OLHAR RESTAURATIVO E OS MODELOS DAS PRÁTICAS RESTAURADORAS

O sistema penal brasileiro é recheado de falhas, uma de suas principais faltas diz respeito ao processo ineficaz de aplicação das penas, o qual não consegue de forma efetiva delimitar uma punição que seja adequada em cada caso concreto. Nessa perspectiva, fatos como o número gigantesco de demandas do judiciário ocasionando uma sobrecarga desse poder e a ineficiência do sistema em salvaguardar a modalidade de reincidência penal, por exemplo, contribuem para perpetuação de uma organização colapsada desse modelo retributivo.

A crítica a respeito do sistema tradicional é muito forte no caráter ressocializador da pena, bem como na ineficácia, quase sempre, de prevenção da reincidência. O sistema penal hodierno, junto a uma imprensa livre e por vezes sem controle, torna o ofensor, como bem explana Daniel Achutti, em uma imagem encarnada do mal (Achutti, 2009, p. 18). Ademais, o modelo retributivo atual acaba por esquecer-se do papel desempenhado pela vítima, principal atingida pela prática delituosa, o que demonstra uma ineficácia do fim de um processo penal justo. (DIAS; MARTINS, 2011, p.2).

É nesse contexto que o fazer restaurativo pode ser incorporado buscando uma atuação jurídica mais efetiva, utilizando metodologias paraprocessuais ou metaprocessuais que possibilitem uma complementação ao sistema judicial, com o fito de aperfeiçoá-lo, segundo Azevedo (2015). O processo restaurativo prega uma forma diferente de resolução de conflitos, à vista disso, o método restaurativo propõe uma visão ampliada do crime voltada para a restituição, restauração e reconstrução, de acordo com Scuro Neto (2000).

Por esse viés, de nada adiantaria tais teorias com relação a Justiça Restaurativa se esse processo não fosse passível de aplicação no sistema brasileiro. Diante disso, O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução Nº 225 de 31/05/2016, aponta as diretrizes básicas para a efetivação e difusão das práticas restauradoras, no âmbito nacional, todavia, essa Resolução não possui força de lei e não delega caráter obrigacional aos magistrados, porém prevalece o objetivo de disseminar ideias acerca dessa modalidade

de justiça no poder judiciário. Desse modo, esse dispositivo legal versa, ao longo de seus oito capítulos, desde a definição da Justiça Restaurativa até o monitoramento e a avaliação destas práticas.

Com efeito, para que esses processos sejam possíveis, são necessárias as práticas restaurativas, conforme Scuro Neto (2000) alguns padrões são essenciais para a implementação dos modelos de práticas restauradoras. O momento denominado *encontro* engloba cinco elementos, são eles a *reunião*, o *relato*, a *emoção*, o *entendimento* e o *acordo*, esses princípios contribuem de forma individual para a formação deste momento, no qual os envolvidos na transgressão possuem a possibilidade de encarar todos os acontecimentos. Outros padrões importantes para Scuro Neto (2000) correspondem à *reparação*, essa focada na ênfase do dano, a ideia de retratação deve partir do ofensor ou da vítima sem a intervenção do poder judicial, neste momento.

A *reintegração* é pautada no acolhimento tanto da vítima como do ofensor, pois o crime não acarreta somente dano material. Esse acolhimento deve ser feito através do respeito, da consideração e da assistência tanto moral como também espiritual e psicológica. Por fim, para esse autor, Scuro Neto (2000), existe a fase de inclusão, esta etapa pretende a incorporação das partes a sociedade.

A Mediação entre infrator e vítima é uma das práticas restauradoras com resultados satisfatórios para todas as partes envolvidas, como afirma Dias e Martins (2011, p.13), “As análises destes programas vêm demonstrando um aprimoramento na relação vítima-infrator, a redução do medo na vítima e maior probabilidade do cumprimento do acordo”. Nesse sentido, o processo de mediação consiste em um ou mais encontros entre o ofensor e o ofendido, que visa à resolução dos conflitos assistidos por um profissional capacitado, o mediador.

[...] o processo segundo o qual as partes em disputa escolhem uma terceira parte, neutra ao conflito ou um painel de pessoas sem interesse na causa (co-mediação), para auxiliá-las a chegar a um acordo, pondo fim à controvérsia existente. Nesse espírito, são as próprias partes que são estimuladas a encontrar uma solução para suas questões, auxiliadas, em menor ou maior escala, pelo mediador. (AZEVEDO, 2015, p.191).

Para que esse processo aconteça da melhor forma possível é essencial que duas etapas, antecedentes a própria prática sejam seguidas, são elas a pré-seleção dos casos e preparação para a mediação, conforme Azevedo (2015) esses estágios contribuem na escolha de casos que se enquadrem na perspectiva proposta pela mediação e também possibilita que a figura do mediador consiga explicar o procedimento aos envolvidos, assim como averiguar se as partes conseguem prosseguir com a atividade.

Outra prática restauradora fulcral intitulada de círculos decisórios, por esse prisma, estabelecer o diálogo e desenvolver a ideia de espaço seguro é fundamental para a progressão dessa prática Pranis (2011). O processo vai além da disposição circular das

partes, pois nessa metodologia questões dolorosas são tratadas e soluções agradáveis para todos são almejadas. Conforme Pranis (2011), o facilitador dispõe de uma atribuição demasiadamente indispensável, já que cabe a ele a manutenção de um espaço seguro utilizando de características como paciência, humildade, escuta zelosa e profunda, aceitação de que todos merecem respeito, entusiasmo para lidar com a incerteza e habilidade para partilhar responsabilidade.

Em face disso, essa prática detém um esquema e elementos fundamentais para o seu funcionamento. De forma resumida, é necessária uma cerimônia de abertura, na qual os participantes devem lembrar dos valores do círculo e ocorre um primeiro contato com essa práxis, o elemento correspondente aos valores que serão utilizados nesse processo é introduzido no centro do círculo, no decorrer da prática é usado o objeto ou bastão de fala e somente quando o participante fizer uso desse bastão possui o poder de falar e o outro deve respeitar esperando de forma ordenada o seu momento de dialogar.

Outrossim, ocorre também a cerimônia de fechamento do círculo e uma etapa muito importante, posteriormente denominada de acompanhamento, realizada como uma maneira de averiguação dos resultados alcançados no círculo Pranis (2011). Ademais, os círculos restaurativos são imensamente abrangentes, tendo como possibilidade o uso dessas práticas em casos que envolvam problemas na comunidade, por exemplo, de acordo com Dias e Martins (2011).

Por conseguinte, a última prática restauradora, abordada nesse trabalho, é denominada de reunião de grupo familiar, a qual segundo Dias e Martins (2011) possui uma metodologia bem semelhante com o sistema de mediação discutido anteriormente e apresentam o objetivo de reintegrar a vítima e o infrator ao convívio social assim como envolver o ofendido no processo da elaboração da resposta ao problema e situar o infrator sobre a maldade e as consequências de seus erros, outrossim, os participantes dessa técnica vão desde o ofensor e ofendido passando por familiares, amigos e entes queridos das duas partes afetadas. Por fim, esses casos podem ser empregados em diversas partes dos mecanismos criminais e incluem sanções reparadoras.

Tais procedimentos propiciam às partes a apropriação do conflito que originalmente lhes pertence, legitimando-os a construir um acordo e um plano restaurativo, alcançando o resultado restaurativo, ou seja, um acordo objetivando suprir as necessidades individuais e coletivas das partes e se lograr a reintegração social da vítima e dos infratores. (PINTO, 2010, p.4).

Devido a sua versatilidade o processo restaurativo pode ser aplicado em vários âmbitos distintos, como por exemplo, no meio escolar, no universo acadêmico as práticas restaurativas são utilizadas conjuntamente com a ideia de uma comunicação não violenta respaldada em uma concepção voltada a cultura de paz, deste modo, conforme Morrison (2005) as práticas restaurativas promovem resiliência e responsabilidade no meio educacional.

4 | A EDUCAÇÃO PARA PAZ MEDIANTE PRÁTICAS RESTAURATIVAS

A Cultura de Paz é a responsabilidade individual e coletiva da promoção de práticas, valores e estilos de comportamento baseados no respeito à vida e a dignidade humana, rejeitando a violência mediante o diálogo, empatia, cooperação e, sobretudo a educação. Conforme afirma a Declaração e Programa sobre uma Cultura de Paz em seus artigos 1º e 4º, respectivamente:

Uma Cultura de Paz é caracterizada por conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação. (Assembleia Geral da ONU, 1999, p.2-3).

“A educação, em todos os níveis, é um dos meios fundamentais para construir uma Cultura de Paz. Neste contexto, a educação sobre os direitos humanos é de particular relevância.” (Assembleia Geral da ONU, 1999, p.4).

Dessa forma, a educação como via para a construção de uma Cultura de Paz demonstra que sua importância no desenvolvimento e formação do homem vai além da perspectiva pessoal, profissional e emocional, pois sendo na escola ou através da família, a educação é responsável por passar valores, condutas e princípios.

No Brasil, a Cultura de Paz foi implementada no ordenamento jurídico através da Lei 13.663 que altera artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996), incluindo as escolas como responsáveis na promoção de medidas de conscientização, de prevenção e combate a todos os tipos de violência e determina a obrigatoriedade de implementação de ações para a promoção da cultura de paz. (Brasil, 2018). Destarte, essa medida teve como intuito incluir no planejamento pedagógico medidas de combate à violência sistemática, pautadas no diálogo, respeito, cooperação e mediação e resolução de conflitos para a construção de uma Cultura de Paz, não somente no âmbito escolar, mas que se estenda para o exterior da escola.

Nessa perspectiva, as práticas restaurativas estão fundamentalmente ligadas à construção de uma Cultura de Paz dentro e fora do ambiente escolar. Posto que, a Justiça Restaurativa almeja a paz social, propondo soluções que satisfaçam todas as dimensões do conflito (vítima – ofensor – comunidade), além de analisar os diversos contextos envolvidos. Logo:

Esse modelo de justiça coloca em cheque o paradoxo de se pretender acabar com a violência por meio de práticas e ações igualmente violentas que, constantemente, realimentam este indesejado ciclo. Oferece nova visão sobre o crime/infração e novas formas de lidar com o dano decorrente. Apresenta o desafio de conquistar a paz social sem perder de vista a dimensão humana do ser. (A JUSTIÇA, 2016, p.20).

Dessarte, a resolução de conflitos mediante práticas restaurativas é uma via para construção de paz nas escolas, pois divergindo da justiça retributiva que define a infração por ser uma violação, o viés restaurativo define a infração pelo dano a vítima e seus relacionamentos. Dessa maneira, ao implementar tais práticas, que seguem os princípios da voluntariedade, consenso e confiabilidade, o ambiente torna-se seguro e confiável e por conseguinte gera uma maior adesão as regras de convívio, evitando conflitos. Visto que, quando existe o comprometimento e cooperação de todos, as decisões coletivas proporcionam a sentimento de participação efetiva e a interação, contribuindo para o desenvolvimento das relações entre os alunos e professores, que por conseguinte influencia os demais relacionamentos no exterior da escola.

Nessa perspectiva, está em desenvolvimento o projeto “Tecendo caminhos investigativos a partir dos círculos de construção de paz: a mediação de conflitos junto a professores e alunos de escola pública no município de Sobral-CE”, no qual utilizando-se de práticas restaurativas e da comunicação não-violenta, tem como objetivo construir um ambiente pacífico e pautado na confiabilidade para discutir com os alunos temáticas sociais, tais como violência doméstica, bullying, racismo, gênero, homofobia dentre outros.

Pertinente suscitar que um dos principais motivos dos conflitos na escola diz respeito ao fato dos alunos já trazerem concepções construídas a partir de suas vivências, que acabam divergindo entre si e resultam em conflitos. Destarte, a partir dos círculos de construção de paz, onde esses assuntos são discutidos voluntariamente, existe a mediação para que se solucione ou evite conflitos.

Ademais, outro desafio enfrentado na construção da Cultura de Paz é a violência vivenciada pelos discentes dentro e fora da escola. Conforme dados do Ministério da Saúde, cerca de 42% dos alunos da rede pública de ensino afirmam ter sofrido agressão física ou verbal. Essa pesquisa realizada em 2018 mostra os altos índices desse alarmante panorama vivenciados por inúmeros estudantes que enfrentam as consequências dessa lamentável realidade. Além dos preocupantes índices de violência contra os professores que demonstram que significa parte dos discentes já foi vítima de violência verbal ou física.

Dessa forma, a construção da Cultura de Paz mediante práticas restaurativas no plano pedagógico se caracteriza como alternativa para contornar os altos índices de violência vivenciada nas escolas, além de proporcionar um ambiente seguro e confiável para a discussão de temáticas de cunho social.

Por fim, vale salientar que adoção de práticas restaurativas tem crucial contribuição para a construção de uma Cultura de Paz dentro e fora do âmbito escolar, de forma que sua influência salta os muros da escola e perpassa nas vidas pessoais das dimensões envolvidas. Propagando os conceitos de não-violência e mediação de conflitos, demonstrando que a correlação entre Cultura de Paz e Justiça Restaurativa é uma ferramenta fundamental que deve ser progressivamente adotada em seus diversos âmbitos.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, conclui-se que o sistema restaurativo possui enormes diferenças com o atual modelo retributivo, no entanto, esses sistemas não se anulam, mas complementam-se. Portanto, o fazer do ponto de vista restaurativo se aprende exercendo e buscando novos conhecimentos, já que essas práticas ainda necessitam percorrer um árduo caminho para a sua implementação de forma efetiva tanto no campo jurídico como também em outros âmbitos, a exemplo o educacional, todavia, como já mencionados neste trabalho vários avanços em especial nessas duas áreas foram alcançados.

Dessarte, o presente trabalho proporciona de maneira concisa uma abordagem a temática referente ao modelo restaurativo de justiça exemplificando sua caracterização e funcionamento, por meio das práticas restaurativas e enfatizando a utilização dessas noções e práxis em ambientes que extrapolem ao judicial, realçando a aplicação dessas ideias, no meio educacional, mediante o desenvolvimento de uma cultura de paz pregando um espaço seguro aos alunos e educadores com a promoção de uma construção das noções acerca de uma comunicação não violenta.

Por fim, esse modelo de Justiça oferece uma perspectiva diferente de encarar as problemáticas uma forma voltada para valores como respeito, humildade e o maravilhamento, seguindo o pensamento de Zehr (2008). Logo, a Justiça Restaurativa estimula uma série de virtudes que a maioria da população acaba deixando de lado assim como sugestiona os indivíduos a entenderem as dores do outro e valoriza a escuta atenta e a resolução pacífica e particular de cada caso fazendo com que as práticas restauradoras possam ser amplamente aplicadas em conjunto com a cultura de paz e a ideia de comunicação não-violenta.

REFERÊNCIAS

Assembleia Geral da ONU. **Declaração e Programa sobre uma Cultura de Paz**. 1999. Disponível em: http://www.comitepaz.org.br/dec_prog_1.htm. Acesso em: 25 mai. 2020.

AZEVEDO, A.G. **O componente de mediação vítima-ofensor na Justiça Restaurativa**: uma breve apresentação de uma inovação epistemológica na autocomposição penal, *Mediação de conflitos, Novo paradigma de acesso à justiça*, Santa Cruz do Sul, s/v, n.2, p. 183-199, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/22380472/Media%C3%A7%C3%A3o_de_conflitos_novo_paradigma_de_acesso_%C3%A0_justi%C3%A7a. Acesso em: 29 de jan.2020.

BITENCOURT, César Roberto. **Falência da Pena de Prisão**: Causas e Alternativas. 3 ed. São Paulo: R.T, 2001.

BRASIL. Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 mai. 2018. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm. Acesso em: 25 mai. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 225 de maio de 2016**. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2289>. Acesso em 26 de agosto de 2019.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DE PROTEÇÃO À EDUCAÇÃO (CAO EDUCAÇÃO); GRUPO DE MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS (GMRC). **A Justiça Restaurativa no Ambiente Escolar Instaurando o Novo Paradigma**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/69946/cartilha_justica_restaurativa.pdf. Acesso em: 25 mai. 2020.

DIAS, D.P; Martins, F.A. **Justiça Restaurativa**. Os modelos e as práticas. Jus Navigandi, Teresina, ano 16 (/revista/edições/2011). Disponível em: http://www.bdmaa.com.br/artigos/Trab_justica_restaurativa_publ.pdf. Acesso em:29 jan. 2020.

FOLHA VITÓRIA. Quase metade dos alunos de escola pública relatam sofrer violência física e verbal. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/saude/noticia/02/2019/quase-metade-dos-alunos-de-escola-publica-relatam-sofrer-violencia-fisica-e-verbal>. Acesso em: 25 mai. 2020.

KONZEN, Afonso Armando. **Justiça restaurativa e ato infracional: desvelando sentidos no itinerário da Alteridade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

MORISSON, Brenda. **Justiça Restaurativa nas escolas: Coletânea de Artigos**. Brasília: MJ e PNUD, Brasília, v. 1, n.1, p.297. 2005. Disponível em: https://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/biblioteca_direito/JustCA_restaurativa_PNUD_2005.pdf. Acesso em: 29 de jan.2020.

NETO, P. S. **Fazer Justiça Restaurativa-padrões e práticas**. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://jji.tjrs.jus.br/doc/justica-restaurativa/Fazer-Justica-Restaurativa.pdf>. Acesso em: 27 de jan. 2020.

PINTO, R.S. G. **A Construção da Justiça Restaurativa no Brasil: o impacto no sistema de justiça crimina**. *Revista Paradigma*, Ribeirão Preto, s/v, n.18, p. 215-234, set. 2011. Disponível em:<https://pdfs.semanticscholar.org/6ba8/4676974f1923fd78034905b412297a8c036c.pdf>. Acesso em: 28 de jan. 2020.

PRANIS, Kay. **Círculos de justiça restaurativa e de construção da paz: guia do facilitador**. Trad. Fátima De Bastiani. Porto Alegre: Escola Superior da Magistratura da AJURIS Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul / Projeto Justiça para o Século 21, 2011.

WEBER, Max. **História geral da economia**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes: Novo Foco Sobre o Crime e a Justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

O REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO: UMA ANÁLISE DE SUA NATUREZA JURÍDICA

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 31/05/2020

Mateus Gruber

Graduando em Direito na UNIVILLE campus
São Bento do Sul
São Bento do Sul – Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/5725648548768661>

Sarah Francine Schreiner

Mestre em Direitos Humanos e Políticas
Públicas pela PUC/PR, bolsista CAPES
Curitiba - Paraná
<http://lattes.cnpq.br/1042420803334240>

RESUMO: O Regime Disciplinar Diferenciado – RDD foi instituído pela Lei 10.792/2003 como forma de combate ao crime organizado. Líderes dessas organizações mantinham o controle dos negócios ilícitos mesmo depois de presos. Assim, viu-se a necessidade de o Estado punir mais rigorosamente esse tipo de conduta. Críticas feitas ao RDD apontam para a inconstitucionalidade da sanção e a dificuldade de definir a natureza jurídica da medida disciplinar. Surge, então, o problema desta pesquisa: qual a natureza jurídica do RDD frente a ordem constitucional pátria? Para tanto, segue-se alguns objetivos específicos: conceituar o RDD a partir da previsão do instituto na Lei de Execução Penal; verificar a aplicabilidade do RDD de acordo com a Lei de Execução Penal; analisar a (in)constitucionalidade do RDD frente à ordem constitucional pátria. Este estudo

desenvolve-se a partir da pesquisa bibliográfica e jurisprudencial. Entendimentos apontam o RDD ser uma sobre-condenação sem observância do devido processo legal, que agrava a situação do preso. Há, entretanto, argumentos que afirmam que o instituto do RDD está em conformidade com a Constituição Federal, tendo em vista que os princípios não são absolutos. Para outros doutrinadores, a inconstitucionalidade se dá apenas na forma de aplicar a sanção.

PALAVRAS-CHAVE: Execução penal, Regime Disciplinar Diferenciado, Constitucionalidade.

THE DIFFERENTIATED DISCIPLINARY REGIME: AN ANALYSIS OF ITS LEGAL NATURE

ABSTRACT: The Differentiated Disciplinary Regime - RDD is a law institute (n. 10.792/2003) and aims to face organized crime. Leaders of these organizations keep control of illicit businesses even after they are arrested in the prison system. Thus, was verified the need for the State to punish this type of conduct more rigorously. Criticisms made to the RDD claims to the unconstitutionality of the institute and that it is difficult of define its legal nature. The problem of this research is: what is the legal nature of RDD in relation to the constitutional law of the country? Therefore, it was established some specific goals: to conceptualize the RDD from the Criminal Execution Law; verify the compliance of RDD to the Criminal Execution Law; to analyze the compliance of RDD to the principles fixed in Federal Constitution. This study is a bibliographical and jurisprudential research. Standpoints show that the RDD is an over-condemnation that violate the due process

principle, which aggravates the condition of the prisoner. There are, however, arguments that point RDD as a constitutional institute, insofar as the principles are not absolute. For other jurists, the unconstitutionality is only in the form of applying the institute.

KEYWORDS: Criminal enforcement, Differentiated Disciplinary Regime, Constitutionality.

1 | INTRODUÇÃO

O Regime Disciplinar Diferenciado – RDD foi instituído pela Lei 10.792/2003, que alterou a Lei de Execução Penal, e teve a finalidade de combater o crime organizado. As organizações criminosas estavam estruturadas dentro do cárcere e exerciam seu poder tanto dentro quanto fora da prisão. Diante desta situação, verificou-se a necessidade de uma medida que reprimisse esse tipo de conduta. Inadmissível coexistir práticas ilícitas dentro do mesmo espaço em que pessoas são submetidas para serem reeducadas e, futuramente, retornarem ao convívio social. Nesse contexto, surgiu o RDD, previsto no art. 52 da Lei 7.210/84 com a natureza jurídica de sanção disciplinar e caracterizado por ser uma medida severa e rígida.

Há divergências na doutrina quanto a natureza jurídica do RDD. Parte da doutrina entende que esta sanção disciplinar agrava a situação do preso de tal forma que represente um quarto regime de cumprimento de pena.

Esta pesquisa tem como problema central analisar qual é a natureza jurídica do Regime Disciplinar Diferenciado frente a ordem constitucional pátria. Assim, definiram-se os objetivos específicos, que são: conceituar o RDD a partir da previsão do instituto na Lei de Execução Penal; verificar a aplicabilidade do RDD de acordo com a Lei de Execução Penal; e, por fim, analisar a (in)constitucionalidade do RDD frente a ordem constitucional pátria.

Para tanto, vale-se da doutrina, especialmente Nucci (2018), Marcão (2016), Roig (2018) e Pereira (2017), para conceituar e analisar o instituto do RDD frente aos princípios da Constituição Federal; a partir da jurisprudência, verificar a aplicabilidade do RDD pelos tribunais do Brasil; e a partir da ADI 4.162, analisar argumentos que buscam a declaração de inconstitucionalidade do RDD, visto a incompatibilidade do instituto com os princípios constitucionais. Portanto, a metodologia utilizada nesta pesquisa é do tipo bibliográfica e jurisprudencial.

As críticas feitas ao RDD por parte da doutrina apontam para a inconstitucionalidade do instituto e a definição da natureza jurídica é difícil pela falta de previsão de um procedimento para apuração dos fatos e aplicação da sanção.

É necessário, pois, aprofundar a discussão sobre este tema, bem como a aplicabilidade frente à ordem constitucional pátria, visto que pessoas estão submetidas ao RDD. Faz-se uma referência à Montesquieu que afirma que “a injustiça que se faz a um, é uma ameaça que se faz a todos” [LEMES, 2012]. Desta forma, é relevante e digno de

debates o tema RDD frente à ordem constitucional pátria ao considerar a possibilidade de reconhecimento da inconstitucionalidade do instituto pelo Supremo Tribunal Federal.

2 | CONCEITO

Promessa de ser a grande ferramenta de enfrentamento ao crime organizado, conforme doutrina Roig (2018), o Regime Disciplinar Diferenciado – RDD possui natureza de sanção disciplinar e é caracterizado pela duração máxima de 360 dias; pelo recolhimento em cela individual; limitação de visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças; pelo direito de saída da cela por duas horas diárias para banho de sol. Características que estão dispostas nos incisos I a IV do artigo 52 da Lei de Execução Penal.

O art. 52, caput, da Lei 7.210/94 prevê que:

Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado (...).

Destarte, de acordo com Marcão (2016), não é suficiente, para inclusão do preso no RDD, apenas a prática de fato previsto como crime doloso. É imprescindível que de tal agir decorra a subversão da ordem ou disciplina interna.

O RDD não configura um quarto regime de cumprimento de pena, pois é, segundo Nucci (2018), apenas uma subdivisão do regime fechado, mais rigoroso e exigente. Assim, continua-se a ter apenas três regimes para cumprimento de pena: fechado, semiaberto e aberto. O fechado possui a modalidade mais rigorosa prevista no art.52 da Lei de Execução Penal.

O cumprimento do Regime Disciplinar Diferenciado em estabelecimento penal federal, é caracterizado, segundo Roig (2018), pelo uso de algemas nas movimentações internas e externas, exceto nas áreas de visita, banho de sol, atendimento assistencial e, quando houver, nas áreas de trabalho e estudo; e pela sujeição do preso aos procedimentos de revista pessoal, de sua cela e seus pertences, sempre que for necessária sua movimentação interna e externa, sem prejuízo das inspeções periódicas, dentre outras características.

A doutrina classifica o RDD, a partir do art. 52 da Lei de Execução Penal, em punitivo e cautelar. Roig (2018) explica que o RDD, na modalidade punitiva, decorre da “prática de fato previsto como crime doloso ou de fato que ocasione a subversão da ordem ou disciplina internas”. Para a imposição desta modalidade de sanção ao preso é imprescindível, nos termos da LEP, instauração de procedimento administrativo para apuração dos fatos (art. 59); requerimento circunstanciado da autoridade competente (art. 54, §1o); manifestação do Ministério Público e da defesa (art. 54, § 2o); despacho fundamentado do juiz competente (art. 54, caput).

O RDD cautelar é aplicável aos presos que apresentem alto risco para a ordem e a segurança do estabelecimento penal ou da sociedade (art. 52, §1º), ou àqueles sobre o qual recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando (art. 52, §2º).

De acordo com o julgamento do HC 91957 RJ pelo STF, o RDD cautelar está adstrito ao poder especial de cautela do órgão judicial, com vistas a eliminar uma situação de perigo evidente para a sociedade. Dessa forma, percebe-se o caráter preventivo do RDD cautelar, o qual deve ser tratado com a urgência que o caso fático exige.

O Regime Disciplinar Diferenciado na modalidade punitiva e, principalmente, a modalidade cautelar são criticadas pela doutrina, que apontam aspectos contrários desta forma de punição com direitos fundamentais previstos na Lei Maior. Assim, o item 3 desenvolve esta abordagem.

3 I CRÍTICAS AO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO

O RDD é alvo de fortes críticas pela doutrina quanto à conformidade da sanção com os princípios do Estado Democrático de Direito. De acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP sobre o RDD, utilizado como fundamento na ADI 4162, proposta pela OAB e pendente de julgamento, é clara a violação, pela sanção disciplinar em questão, do princípio da dignidade da pessoa humana e dos princípios da vedação da tortura e de tratamento desumano e degradante da pessoa do preso; do devido processo legal previsto no art. 5, LIV, da CF; e vedação de penas cruéis.

O RDD foi instituído em resposta às sublevações das unidades prisionais em São Paulo, articuladas pelo Primeiro Comando da Capital. Com as revoltas nas prisões, percebeu-se o fortalecimento das organizações criminosas, como PCC, Comando Vermelho, Terceiro Comando, dentro dos complexos penitenciários.

A facilidade de comunicação dos presos com a população externa é o alicerce da organização desses grupos criminosos. Assim, a solução mais plausível e natural naquele momento, apontado no parecer do CNPCP, foi isolar os presos que lideravam as facções com vistas à desarticulação do movimento criminoso.

No entanto, os dispositivos e a forma pela qual o detento é incluído no RDD foi além do necessário, chegando a conflitar com princípios previstos da Constituição Federal, questão que será abordada em 3.1. Inconstitucionalidade do RDD e 3.2. Constitucionalidade do RDD.

3.1 Inconstitucionalidade do RDD

O Regime Disciplinar Diferenciado, previsto no art. 52 da Lei de Execução Penal, é criticado pela doutrina pela sua incompatibilidade com o Estado Democrático de Direito. O RDD é conflitante com princípios constitucionais fundamentais.

Para a aplicação de sanção disciplinar, Mirabete (2000) afirma que é necessário o

adequado procedimento para a apuração do fato que enseje a medida punitiva. Em outras palavras, trata-se da institucionalização do princípio da garantia jurisdicional. O parecer do CNPCP aponta que a dificuldade já reside na definição da natureza jurídica do RDD, pois não se estabeleceu um processo com o objetivo de apurar os fatos e aplicar a sanção. Desta forma,

A sanção consiste no recolhimento do preso a uma cela individual, da qual dó se pode sair por duas horas diárias para banho de sol, e, ao que consta, isso se realiza numa espécie de gaiola. Vale, pois, dizer que a sanção agrava a condenação criminal, com desrespeito às as disposições constitucionais de garantia penal, entre as quais especialmente está o devido processo legal (CF, art. 5, LIV), pois a inclusão do preso no Regime Disciplinar Diferenciado depende apenas de uma solicitação administrativa penitenciária e de um despacho do juiz competente, como se vê nos arts. 54 e 60 da Lei de Execução Penal com a redação dada pela Lei 10.972/2003. Não se prevê a figura de processo nem de mero procedimento: só um pedido do diretor da Penitenciária e um despacho do juiz [Parecer CNPCP de 10 de agosto de 2004].

A partir desse entendimento, é nítida a violação do contraditório na forma que se inclui o preso no Regime Disciplinar Diferenciado, visto que o contraditório é exigência não só do processo penal e civil, mas também administrativo, caso seja esta a classificação.

Outra questão levantada no parecer é o disposto no artigo 52, § 2º da LEP, em que se incrimina alguém a partir de mera suspeita, ainda que fundada, de envolvimento e participação de organizações criminosas. Sujeita-se à mesma punição alguém suspeito de praticar crime e alguém que efetivamente o praticou. Assim, pune-se a partir de elemento subjetivo, visto que suspeita não é ato nem fato do detento e sim elemento subjetivo de quem está suspeitando. Fica evidente, neste ponto, o Direito Penal do Autor, inadmissível no sistema jurídico penal brasileiro, pois se pune pela presumível ameaça que a pessoa representa ou simplesmente pelo fato de existir, e não pela prática de uma conduta típica e antijurídica.

Os dispositivos que regulamentam a aplicação RDD incluem o isolamento prolongado, restrições de visitas, incomunicabilidade do preso além de outras medidas, as quais são incompatíveis e ferem a dignidade da pessoa humana, o princípio da vedação à tortura, de penas cruéis, e ao tratamento desumano ou degradante. O tratamento degradante, conforme Parecer CNPCP de 10 de agosto de 2004, é caracterizada por qualquer forma de rebaixamento da dignidade da pessoa do preso. Assim,

Qualquer forma de atuação que importe na fragilização psíquica do preso, significa tratamento desumano [...]. O isolamento prolongado e a incomunicabilidade constituem formas de despersonalização do preso, caracterizando, por isso, tratamento desumano e degradante [Parecer CNPCP de 10 de agosto de 2004].

A ideia de penitenciária é a de um lugar para cumprimento de pena privativa de liberdade, uma agência de terapia ao preso e não um ambiente de privação da dignidade ou antro de perversão (Parecer CNPCP de 10 de agosto de 2004).

A vedação que recai sobre o tratamento desumano ou degradante é absoluta, visto que o art. 3º da Convenção Europeia de Direito Humanos não prevê exceção, nem mesmo derrogação quando se trata de caso que configura perigo público e ameace a vida da nação.

Outra crítica proclamada pela doutrina refere-se à exigência constitucional do inciso XLIII do art. 5º da Constituição, que prevê o cumprimento da pena em estabelecimento distinto de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado. Esta é a única forma válida de diferenciação do regime prisional prevista pela Constituição, que deve sempre ser aplicada para beneficiar o preso e a população carcerária, e não como castigo (Parecer CNPCP de 10 de agosto de 2004).

Dispõe o art. 5º da Lei de Execução Penal que os presos serão classificados, para orientar a individualização da execução de suas penas. Deste modo, é dever, e não apenas um poder, do Estado separar as facções criminosas do restante da população carcerária e a colocação em unidades de segurança compatível com a periculosidade do condenado. No entanto, conforme o parecer do CNPCP:

Isso não pode ficar apartado da consecução da finalidade primordial do cumprimento de pena, a reintegração social harmônica do condenado, como estabelece o artigo 1 da Lei de Execução Penal, em concordância com o artigo 10 (3) do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o 5 (6) da Convenção Americana de Direitos Humanos, o primeiro referindo-se à reabilitação moral do encarcerado e, a segunda, à sua reforma e readaptação. Entretanto, mesmo que o isolamento dos presos de alta periculosidade fosse permitida pela lei, a norma que instituiu o RDD o fez como sanção pela prática de infração disciplinar grave, não como regime de cumprimento de pena, contrariando, aliás, sua própria denominação [Parecer CNPCP de 10 de agosto de 2004].

As sanções disciplinares têm finalidade específicas no contexto penitenciário (Parecer CNPCP de 10 de agosto de 2004). Ou seja, a sanção disciplinar durará apenas o tempo necessário para promover o restabelecimento da segurança e boa organização da vida na penitenciária, e conclui-se no parecer:

Que o RDD não tem como escopo a sanção disciplinar, pontual e limitado a uma conduta específica. Revela-se uma tentativa de criar um regime de cumprimento de pena mais severo que o permitido, de caráter cruel e desumano, violador da Constituição Federal e do sistema internacional de direitos humanos [Parecer CNPCP de 10 de agosto de 2004].

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em julgado, entendeu que o RDD viola os princípios da Constituição Federal por aviltar o princípio da dignidade humana e representar tratamento desumano e degradante. Segundo o julgamento, o RDD é um

instituto monstruoso em que o encarcerado fica incomunicável com demais detentos. A comunicação com os carcereiros se dá de forma indireta por aparelhos eletrônicos, conforme descrito no julgamento do HC 12963:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA, GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO FEDERAL DE SEGURANÇA

MÁXIMA. 1. Garantia da Ordem Pública: Agente que tem um viés para o ilícito penal. A reiteração está demonstrada. A prisão preventiva para garantir a ordem pública se faz necessária, não para preservar a vida do paciente ou para assegurar a credibilidade das instituições, em especial o Poder Judiciário, ou em razão da gravidade do crime. As probabilidades para que o paciente persista na senda do crime são grandes. Não se trata de meras suposições. 2. Prisão federal de segurança máxima: O RDD (Regime Disciplinar Diferenciado) a que estão submetidos os presos da prisão federal de segurança máxima é monstruoso. O preso fica em cela individual monitorada por câmera, em alguns períodos, há saídas para o banho de sol por apenas duas horas diárias, sem poder conversar com ninguém, em outros casos não sai ele da cela, o teto é aberto para entrar o sol. Fica isolado vinte e duas horas por dia. O preso é proibido de assistir televisão, ouvir rádio e ler revistas e jornais. A comunicação com os carcereiros é indireta. Os funcionários do presídio utilizam microfones ligados a caixas de som nas celas para passar as ordens ao preso. 3. O RDD avilta o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, agride as garantias de vedação à tortura e ao tratamento desumano e degradante. É um regime criminal. 4. O paciente não apresenta solto, risco para a ordem social, para a sociedade. [12963 GO 0012963-55.2012.4.01.0000, Relator: Desembargador Federal TOURINHO NETO, Data de Julgamento: 02/04/2012, Terceira Turma. Data de Publicação: e-DJF1 p.887 de 18/05/2012].

Apesar das fundamentadas críticas que afirmam a inconstitucionalidade do RDD, os tribunais brasileiros adotam o entendimento que os princípios não são absolutos e podem ser relativizados de acordo com as particularidades que cada situação demanda. Desenvolve-se, na sequência, os argumentos que fundamentam esta posição.

3.2 Constitucionalidade do RDD

A prisão é o ambiente destinado à ressocialização do condenado, ao desenvolvimento do trabalho e aprendizado. Entretanto, a criminalidade está estruturada dentro do cárcere. As facções possuem uma estrutura para a manutenção de práticas criminosas tanto fora como dentro das prisões. É notória a disparidade existente entre a realidade carcerária e a lei.

Diante disso, Nucci (2018) afirma que o Regime Disciplinar Diferenciado se tornou um mal necessário, caracterizando o RDD como uma sanção severa, mas não cruel nem desumana. E justifica:

É, sem dúvida, pior ser inserido em um a cela coletiva, repleta de condenados perigosos, com penas elevadas, muitos deles misturados aos presos

provisórios, sem qualquer regramento e completamente insalubre, do que ser colocado em cela individual, longe da violência de qualquer espécie, com mais higiene e asseio, além de não se submeter a nenhum tipo de assédio de outros criminosos [NUCCI, 2018].

Pereira (2017) afirma que a corrente doutrinária que argumenta pela constitucionalidade do RDD entende que o ideal ressocializador da pena no Brasil não passa de uma utopia e, dessa forma, o interesse social deve se sobrepor à proteção dos direitos dos presos.

São rigorosas as restrições às quais o preso em RDD está submetido, como, por exemplo, a permissão de visitas semanais de apenas duas pessoas com duração de duas horas. Mas há que se ver que tais medidas são indispensáveis ao combate do crime organizado, visto que, conforme Nucci (2018), se transmite informações aos comandos criminosos que ficam fora do cárcere. Pereira (2017) corrobora com Nucci ao afirmar que, pelo princípio constitucional da individualização da pena, sujeitos diferentes devem ser tratados de forma diferente e, nestes casos, a ressocialização do encarcerado deve ser relativizada.

O preso provisório ou condenado será incluído no RDD, de acordo com o art. 52, caput, da LEP se praticar fato previsto como crime doloso, que constitui falta grave. Segundo entendimento de Nucci (2018), tal dispositivo não viola a devido processo legal, pois ao RDD serão encaminhados os presos que praticaram fato previsto como crime. Deve-se ater à redação do referido artigo. Dever-se-ia aguardar o trânsito em julgado, em face do princípio da presunção de inocência, se estivesse prevista prática de crime, e não fato previsto como crime, para a inclusão do preso em RDD.

A segunda possibilidade de inclusão do preso no Regime Disciplinar Diferenciado, que está prevista no § 1º do art. 52 da LEP, refere-se ao preso que represente alto risco para a ordem e segurança do estabelecimento penal ou da sociedade. Esse dispositivo se apresenta como um preceito aberto, possível de se permitir abusos pelo Estado. Na visão de Nucci (2018), o critério é subjetivo e não oferece limites. Para acolher o disposto no § 1º é preciso associá-lo com o § 2º, que remete às associações criminosas. Assim, alta periculosidade para a unidade prisional é o detento que integra o crime organizado.

Diante do exposto, tem-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça que relativiza os direitos do preso e sobrepoê os interesses sociais. Esta é, pois, a fundamentação no julgamento do HC 40300 RJ:

HABEAS CORPUS. REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO. ART. 52 DA LEP. CONSTITUCIONALIDADE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. NULIDADE DO PROCEDIMENTO ESPECIAL. REEXAME DE PROVAS. IMPROPRIEDADE DO WRIT. NULIDADE DA SENTENÇA CONDENATÓRIA NÃO RECONHECIDA. 52 LEP 1. Considerando-se que os princípios fundamentais consagrados na Carta Magna não são ilimitados (princípio da relatividade ou convivência das liberdades públicas),

vislumbra-se que o legislador, ao instituir o Regime Disciplinar Diferenciado, atendeu ao princípio da proporcionalidade. Carta Magna 2. Legítima a atuação estatal, tendo em vista que a Lei n.º 10.792/2003, que alterou a redação do art. 52 da LEP, busca dar efetividade à crescente necessidade de segurança nos estabelecimentos penais, bem como resguardar a ordem pública, que vem sendo ameaçada por criminosos que, mesmo encarcerados, continuam comandando ou integrando facções criminosas que atuam no interior do sistema prisional, liderando rebeliões que não raro culminam com fugas e mortes de reféns, agentes penitenciários e/ou outros detentos e, também, no meio social. 10.792/2003 LEP 3. Aferir a nulidade do procedimento especial, em razão dos vícios apontados, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório apurado, o que, como cediço, é inviável na estreita via do habeas corpus. Precedentes. 4. A sentença monocrática encontra-se devidamente fundamentada, visto que o magistrado, ainda que sucintamente, apreciou todas as teses da defesa, bem como motivou adequadamente, pelo exame percuciente das provas produzidas no procedimento disciplinar, a inclusão do paciente no Regime Disciplinar Diferenciado, atendendo, assim, ao comando do art. 54 da Lei de Execução Penal. 54 Lei de Execução Penal 5. Ordem denegada. [40300 RJ 2004/0176564-4, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Data de Julgamento: 07/06/2005, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJ 22/08/2005 p. 312RT vol. 843 p. 549].

Da mesma forma, o Supremo Tribunal Federal entende que o RDD está em conformidade com os preceitos constitucionais e afirma que a participação em organização criminosa é motivo idôneo para a manutenção da medida disciplinar objetivando a ordem pública, conforme julgamento do HC103716:

PROCESSUAL PENAL E CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI. PACIENTE MEMBRO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

INOCORRÊNCIA. ORDEM INDEFERIDA. 1. A prisão preventiva se justifica quando demonstrada sua real necessidade mediante a satisfação dos pressupostos a que se refere o artigo 312 do CPP. 2. A periculosidade do agente concretamente demonstrada, acrescida da possibilidade de reiteração criminosa e a participação em organização criminosa são motivos idôneos para a manutenção da custódia cautelar, a fim de garantir a ordem pública (HC n. 104.699/SP, 1ª Turma, Relatora a Ministra Cármen Lúcia, DJ de

23.11.10 e HC n. 103.107/MT, 1ª Turma, Relator o Ministro Dias Toffoli, DJ de 29.11.10). 3. In casu, a prisão preventiva foi satisfatoriamente fundamentada na garantia da ordem pública, porquanto o paciente é "portador de vasta e perigosa antecedência infracional, ocupante de elevado status na hierarquia da facção criminosa que se intitula Primeiro Comando da Capital (PCC), da qual é ocupante malgrado custodiado em unidade prisional de regime disciplinar diferenciado". Ademais, foi constatado que o paciente, mesmo preso, vinha negociando o tráfico de drogas por meio de telefone celular. 4. Atos que implicaram a interceptação telefônica não podem ser examinados no presente writ, sob pena de supressão de instância, uma vez que a matéria

não foi conhecida pelo STJ. Precedentes: HC 100595/SP, Relatora Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 22/2/2011, DJ de 9/3/2011; HC 100616/SP, Relator Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, Julgamento em 08/02/2011, DJ de 14/3/2011; HC 103835/SP Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, Julgamento em 14/12/2010, DJ de 8/2/2011; HC 98616/SP, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Órgão Julgador: Primeira Turma, Julgamento em 14/12/2010. 5. Ordem denegada. [HC 103716, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 02/08/2011, DJe-210 DIVULG 03-11-2011 PUBLIC 04-11-2011 EMENT VOL-02619-01 PP-00035].

Diante do entendimento do STF e STJ, o RDD está em consonância com os princípios constitucionais. Por conseguinte, aplica-se o RDD com a finalidade de garantia da ordem pública, tendo em vista a periculosidade concretamente demonstrada do agente.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza jurídica do instituto do Regime Disciplinar Diferenciado é de difícil definição. Isso decorre, conforme apontado no parecer do CNPCP, da não previsão legal de um processo para apuração de fato idôneo para inclusão do preso nesta sanção disciplinar.

Pelas características do RDD, parte da doutrina considera que é uma sanção disciplinar severa e rigorosa, caracterizada pela duração máxima de 360 dias; pelo recolhimento em cela individual; limitação de visitas semanais de duas pessoas, sem contar as crianças; pelo direito de saída da cela por duas horas diárias para banho de sol. Assim, submete-se pessoas a um regime disciplinar sem processo ou mero procedimento, o que viola princípios constitucionais.

O STF e STJ mantem entendimento da constitucionalidade do RDD, visto que os princípios não são absolutos e podem ser relativizados conforme o caso concreto. Parte da doutrina afirma que o Regime Disciplinar Diferenciado é um mal necessário para combater o crime organizado que se instalou dentro das prisões. O RDD é uma sanção disciplinar rígida, mas não desumana ou cruel.

Verificou-se, como limitação do estudo, a própria definição da natureza jurídica do RDD. Há argumentos fundamentados que apontam, de um lado, a conformidade do instituto com os preceitos constitucionais e, de outro, forte denúncia à possíveis abusos que o texto legal do RDD pode permitir. Diante do exposto, aguarda-se o julgamento da ADI 4162 pelo STF, no qual decidirá pela constitucionalidade ou não do Regime Disciplinar Diferenciado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Publicado pelo Diário Oficial da União no dia 13.07.1984.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus n. 40300**. Paciente: Wilson Ferreira Cardozo. Relator: Min. Arnaldo Esteves Lima. Rio de Janeiro, 07 de junho de 2005. Disponível em: < [http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=\(%27HC%27.clap.+e+@num=%2740300%27\)+ou+\(%27HC%27+adj+%2740300%27.suce.\)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=(%27HC%27.clap.+e+@num=%2740300%27)+ou+(%27HC%27+adj+%2740300%27.suce.)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja)>. Acesso em: 25 mai. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade nº 4162/DF– Distrito Federal**. Relator: Min. Rosa Weber. Pesquisa de Processos, 17 de outubro 2008. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2643750>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 103716**. Paciente: Denner Willians Simões Ramos. Relator: Min. Marco Aurélio. São Paulo, 02 de agosto de 2011. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=629269>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus n. 91957**. Paciente: Rogério Costa de Andrade e Silva. Relator: Ministra Cármen Lúcia. Rio de Janeiro, 04 de setembro de 2007. Disponível em: < <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2538198>>. Acesso em: 25 mai. 2019

Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Parecer CNPCP de 10 de agosto de 2004**. Disponível em: < <http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2643750>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: < <http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/showarticle.asp?artID=536&IID=4>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

LEMES, Selma Maria Ferreira. **O dever de revelação do árbitro e o conceito de dúvida justificada quanto a sua independência e imparcialidade (art. 14, § 1.º, da Lei 9.307/1996). A ação de anulação de sentença arbitral (art. 32, II, da Lei 9.307/1996)**. Disponível em: < <http://selmalemes.adv.br/artigos/Parecer%20%20O%20dever%20de%20revela%C3%A7%C3%A3o%20do%20%C3%A1rbitro%20e%20o%20conceito%20de%20d%C3%BAvida%20justificada.pdf>>. Acesso em 26 mai. 2019.

MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**. 14. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com as Leis n. 13.105/2015, 13.163/2015, 13.167/2015 e 13.190/2015 e a Súmula Vinculante 56. São Paulo: Saraiva, 2016.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal**. 9. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de execução penal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PEREIRA, Antonio de Pádua Carvalho. **A aplicação do regime disciplinar diferenciado frente aos direitos constitucionais e legais do preso**. Disponível em: < <http://www.tjpi.jus.br/revistaejud/index.php/escolajudiciariapiuai/article/view/19>>. Acesso em 26 mai. 2019.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Execução penal: teoria crítica**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Habeas Corpus nº 12963 GO 0012963- 55.2012.4.01.0000**. Relator: Desembargador federal Tourinho Neto. Data de Julgamento: 02/04/2012. Terceira Turma. Data de Publicação: e-DJF1 p.887 de 18/05/2012). Disponível em: < <http://trf1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21808079/habeas-corpus-hc-12963-go-0012963-5520124010000-trf1>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

“FUTEBOL-BANDIDO”: OS CARTOLAS DA CBF E A CORRUPÇÃO NO BRASIL

Data de aceite: 01/09/2020

Data de Submissão: 27/05/2020

Breno Carlos da Silva

Doutorando do Programa de Pós Graduação
em Ciências Sociais da
UNESP-FCLAr (Faculdade de Ciência e Letras
de Araraquara-SP)
<http://lattes.cnpq.br/5745313572005368>

RESUMO: O trabalho elabora uma interpretação sociológica sobre as relações políticas, os valores sociais e as formas de sociabilidade que permeiam a sociedade brasileira, tendo como estudo de caso análises acerca da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e seus dirigentes. A pesquisa visa problematizar a atuação e interesses dos “cartolas” da CBF (dirigentes de futebol da entidade), enquanto instituição privada, assim como compreender os princípios que orientaram o “modus operandi” desses dirigentes no controle de um bem público nacional, o futebol brasileiro. O mote dessa pesquisa consiste em pensar os valores da cultura política brasileira por meio de um componente visceral de nossa sociedade, ou seja, o futebol. O universo sócio-político que compõe o futebol brasileiro, propicia problematizar, para que possamos compreender, como os elementos da cultura política nacional, como o patrimonialismo e o “ethos” social da cordialidade, são operacionalizados em ações políticas que beneficiaram os “cartolas da CBF”, além de servirem de base para práticas de corrupção. Tendo como fundamentação teórica

as interpretações sociológicas acerca dos efeitos da confusão público-privada na sociedade brasileira encontramos certa tensão no que tange ao conceito de patrimonialismo de base teórica weberiana. Tal contenda se dá, sobretudo, entre concepções tradicionais, de Sérgio Buarque de Holanda (1936) e Raymundo Faoro (1958), e concepções mais recentes como as de Luiz Werneck Vianna (1999), Carlos Eduardo Sell (2016) e Jessé de Souza (2015,2017). Assim, diante dessa problemática proponho uma hipótese na qual a atuação dos *cartolas da CBF* na gestão política e institucional do futebol brasileiro, permite ampliar a compreensão da confusão público-privado expressa no patrimonialismo, uma vez que revela como os agentes de uma entidade privada se apropriaram de um bem público nacional - o futebol brasileiro - para benefícios privados de um grupo oligárquico que comandou, e de certo modo, ainda comanda a grande paixão esportiva nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura, Política, Futebol, Público e Privado.

“FUTEBOL-BANDIDO”: THE TOP HATS OF THE CBF AND CORRUPTION IN BRAZIL

ABSTRACT: The work elaborates a sociological interpretation of political relations, social values and forms of sociability that permeate Brazilian society, having as a case study analyzes about the CBF (Confederação Brasileira de Futebol) and its leaders. The research aims to problematize the performance and interests of the “top hats” of CBF (football directors of the entity), as a private institution, as well as to understand the principles that guided the “modus operandi” of these

managers in the control of a national public good, football Brazilian. The motto of this research is to think about the values of Brazilian political culture through a visceral component of our society, that is, football. The socio-political universe that makes up Brazilian football, makes it possible to problematize, so that we can understand, how the elements of the national political culture, such as patrimonialism and the social “ethos” of cordiality, are operationalized in political actions that benefited the “top hats of CBF”, in addition to serving as a basis for corrupt practices. Based on the theoretical basis of the sociological interpretations about the effects of public-private confusion in Brazilian society, we find some tension regarding the concept of patrimonialism with a theoretical Weberian basis. Such strife occurs, above all, between traditional conceptions, by Sérgio Buarque de Holanda (1936) and Raymundo Faoro (1958), and more recent conceptions such as those by Luiz Werneck Vianna (1999), Carlos Eduardo Sell (2016) and Jessé de Souza (2015,2017). Thus, in view of this problem, I propose a hypothesis in which the role of the CBF top hats in the political and institutional management of Brazilian football, allows for a broader understanding of the public-private confusion expressed in patrimonialism, since it reveals how the agents of a private entity are they appropriated a national public good - Brazilian football - for the private benefit of an oligarchic group that commanded, and in a way, still commands the great national sports passion.

KEYWORDS: Culture, Politics, Football, Public and Private.

1 | INTRODUÇÃO

A proposta desse trabalho consiste em compreender os valores sociais, as relações de poder e as formas de sociabilidade que orientam a formação e desenvolvimento de instituições assim como as práticas dos atores sociais e grupos políticos que detém poderes decisórios no interior da sociedade brasileira. Para tanto, faremos um estudo de caso sobre a CBF (Confederação Brasileira de Futebol).

Uma das questões centrais dessa pesquisa consiste em pensar os valores da cultura política brasileira por meio de um componente visceral de nossa sociedade, ou seja, o futebol. Contudo, não se trata apenas de pensar o futebol em si, mas abordar os elementos que constituem o futebol brasileiro ao longo de sua existência, como uma espécie de metonímia da sociedade nacional, ou seja, entender o todo por meio de uma de suas partes integrantes.

Assim, por meio de problemáticas que constituem o universo do futebol nacional procuraremos analisar os atores políticos e dirigentes, as instituições que atuam nesse campo, os interesses econômicos e práticas administrativas, as políticas públicas e intervenções estatais no setor além de implicações sociais, como os escândalos de corrupção, e compreender os valores que movem as práticas da cultura política de nossa classe dirigente no país, com destaque à notória confusão público-privada e seus desdobramentos em nossa sociedade. Afinal, como afirma o ensaísta e professor José Miguel Wisnick em seu livro *Veneno Remédio: o Futebol e o Brasil* (2008):

Aliás, passam pelo futebol brasileiro linhas incontornáveis das interpretações do Brasil, que se irradiam pela música, literatura e pelas formas de sociabilidade. É possível discutir, como se faz Gumbrecht, se o futebol expressa ou não o modo de ser de um país europeu. Mas no Brasil a questão se coloca de maneira oposta: para o bem e para o mal, uma das mais reconhecíveis maneiras pelas quais o país *se fez ser* foi o futebol. (WISNIK, 2008. p.28)

Ancorado na perspectiva de Wisnick que propõe ser “(...) *quase um lugar-comum antropológico dizer-se que o futebol é um “fato social total”, lançando-se da expressão de Marcel Mauss*” (WISNIK, 2008. p.86), procurarei demonstrar como a partir do futebol, suas implicações políticas e presença marcante na cultura brasileira, podemos compreender outros elementos que constituem nossa formação social e política nacional. Ou seja, como afirma Mauss no célebre “*Ensaio sobre a dádiva*”(1925) um “*fato social total*” é uma atividade que possui encadeamentos em toda sociedade, nos âmbitos políticos, econômicos, morais, jurídicos e religiosos. Dessa maneira, diversas categorias da vida social e psicológica que edificam uma sociedade e, por conseguinte, sua cultura são engendradas de forma conjunta sendo, portanto, inter-relacionadas, ou seja, um “*fato social total*” pode ser pensado como um evento que possui uma dimensão global numa determinada sociedade.

Destarte, o universo sócio-político que compõe o futebol brasileiro, em seu desenvolvimento histórico no interior da sociedade brasileira, propicia problematizar, para que possamos compreender, como os princípios integrantes da cultura política nacional, como o patrimonialismo e o “*ethos*” social da cordialidade, foram e são operacionalizados em ações políticas, benefícios econômicos e práticas institucionais em favor de um grupo oligárquico de “*cartolas*” (dirigentes do futebol) da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) que se apropriaram de um *fato social total brasileiro*: o futebol.

Assim sendo, ao abordar como a confusão público-privada no Brasil foi percebida, analisada e aplicada pelos estudos sociológicos se evidencia uma problemática desenvolvida por uma extensa literatura no campo das Ciências Sociais, sendo esse um dos pilares das interpretações sociológicas sobre a formação e desenvolvimento de nossa sociedade.

No bojo das interpretações sociológicas acerca dos efeitos nocivos da confusão público-privada na sociedade brasileira - como as práticas políticas clientelísticas, os conchavos, as relações personalistas, o nepotismo enquanto elementos constituintes da cultura política nacional – encontramos certa tensão no que tange ao conceito de patrimonialismo de base weberiana. Tal contenda se dá, sobretudo, entre concepções tradicionais, de Raymundo Faoro (FAORO,2012) e Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA,1995), e concepções mais recentes como as de Luiz Werneck Vianna (VIANNA,1999), Carlos Eduardo Sell (SELL,2016) e Jessé de Souza (SOUZA, 2015; 2017).

A perspectiva de Raymundo Faoro propõe que o patrimonialismo consiste na apropriação do patrimônio público por parte uma classe dirigente que, ao ocupar órgãos estatais, operam como se esses fossem suas propriedades particulares, corroendo com

tais práticas os interesses públicos, uma vez que operam como uma “*elite estatal*” que parasita a sociedade. Faoro menciona, a partir de uma concepção liberal, que nos falta à presença de agentes privados que atuem de forma livre na busca de seus interesses na sociedade civil, para além das entranhas e estruturas do Estado.

Porém, nas duas últimas décadas novas abordagens emergiram no campo de estudos das Ciências Sociais brasileiras questionando e problematizando essa aplicação do patrimonialismo como instrumento conceitual para interpretar a nossa realidade social. À vista disso, as interpretações propostas por Luiz Werneck Viana (VIANNA, 1999), Carlos Eduardo Sell (SELL, 2016) e Jessé de Souza (SOUZA, 2015; 2017) se empenharam em alargar a reflexão e aplicações dessa categoria conceitual para adensar a compreensão da sociedade brasileira a partir desse instrumental teórico-conceitual.

Para esses autores, a despeito de suas nuances, um dos efeitos da abordagem de Faoro foi pensar que o patrimonialismo se desenvolveu de forma nociva a partir do setor público-estatal e sua classe dirigente - em seus termos os *donos do poder* - por conseguinte, não vislumbrava, em seu entendimento, as relações inerentes a atuação de agentes da sociedade civil e entidades privadas nesse imbróglgio, ou seja, como se tais esferas e seus agentes fossem uma espécie de *reino das virtudes e eficiência*.

Assim, diante dessa problemática teórica-conceitual proponho uma hipótese na qual a atuação dos *cartolas da CBF* na gestão política e institucional do futebol brasileiro, ao longo de seu desenvolvimento histórico, nos permite ampliar a compreensão dessa confusão público-privada expressa no patrimonialismo, dado que revela como os agentes de uma entidade privada se apropriaram de um bem público nacional - o futebol brasileiro - para benefícios privados de um grupo oligárquico que comandou, e de certo modo, ainda comanda, a grande paixão esportiva nacional.

Melhor dizendo, trata-se de compreender como os *cartolas da CBF* estabeleceram, a partir de uma entidade privada, relações políticas e institucionais orientadas por princípios personalistas, afetivos e particularistas que, foram difundidos por diversas instâncias do poder público da sociedade brasileira, fundamentando tais práticas por um “princípio”: *prejuízos públicos, benefícios privados*.

Logo, a pesquisa pretende demonstrar que a concepção de Faoro não permite abordar todas as nuances do patrimonialismo na sociedade brasileira, assim como os questionamentos propostos por Luiz Werneck Vianna, Jessé de Souza e Carlo E. Sell evidenciam um equívoco e, ao mesmo tempo, uma lacuna no que tange a compreensão do patrimonialismo para além da exclusiva atuação da classe dirigente estatal. Minha tese postula que tais querelas podem ser contempladas pela compreensão da atuação política-institucional dos *cartolas da CBF* e seus desdobramentos na cultura política nacional.

No âmbito das relações políticas que envolveram a criação e o desenvolvimento do futebol no Brasil encontramos o papel exercido por duas grandes instituições, a CBD (Confederação Brasileira de Desportos) e a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e seus respectivos “*cartolas*” (dirigentes de federações e clubes de futebol).

21 OS CARTOLAS DA CBF E O MODUS OPERANDI DA CORRUPÇÃO NO BRASIL

A criação da CBD (Confederação Brasileira de Desportos) ocorre em 1914, com o nome de “Federação Brasileira de Esportes” (FBE). Depois de alguns embates envolvendo paulistas e cariocas, em 21 de junho de 1916, foi oficializada a criação da CBD. Entretanto, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, ocorreu uma intervenção do Estado no campo dos esportes que veio a tornar a CBD uma instituição subordinada ao poder público.

Contudo, em meados dos 1950 têm início um processo de reconfiguração da identidade da CBD assim como de seus dirigentes capitaneado por João Havelange, que ficaria conhecido como o “*cartola dos cartolas*”. Nesse momento pairava entre os cartolas da CBD uma sensação de necessidade de buscar um equilíbrio entre princípios administrativos eficientes e as características singulares do modo de ser e de jogar futebol do brasileiro - o “*bailado mulato*” como afirmava Gilberto Freyre (FREYRE, 1967) - entendidos até então como incompatíveis. À época se entendia que um dos vetores de nossas derrotas nas Copas do Mundo frente a seleções consideradas mais coesas, emocionalmente equilibradas e organizadas, tanto dentro como fora de campo, se referia justamente à nossa desorganização.

Dessa maneira, tornava-se imperativo para os cartolas da CBD a época adequar o futebol brasileiro aos princípios de gestão e valores institucionais dos grandes centros europeus de futebol, numa perspectiva que vislumbrava a integração ao *processo civilizador* que o “futebol moderno” constituía e, simultaneamente, expressava, ou seja, “(...) *era necessário aliar a arte singular do jogo da bola no pé aos princípios organizacionais do Association Football*”. (SARMENTO, 2006. p.101)

Sob o comando de João Havelange, de fato, o futebol brasileiro atingiria um novo patamar em termos de organização, com vitórias seguidas em campeonatos mundiais (1958 e 1962), a despeito da derrota em 1966. A Copa de 1970 consagraria esse modelo.

Logo após as conquistas do tricampeonato mundial de futebol, a CBD e Havelange galgaram muito prestígio tanto no âmbito político interno, que a época se encontrava subordinado à militares, quanto externamente, em especial, devido ao trânsito de Havelange entre os cartolas de outras federações e confederações de futebol pelo mundo afora. O corolário desse processo ocorreu em 1974 - quando Havelange foi eleito presidente da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) - entidade máxima do futebol mundial, vencendo nas eleições o legendário cartola inglês Stanley Rous, com um amplo apoio de federações nacionais de futebol de menor prestígio no cenário mundial, mas que detinham posições estratégicas no jogo de forças do processo decisório da FIFA, com destaque para as federações de países africanos e asiáticos.

Havelange alegando incompatibilidade de funções pelos cargos que exercia, além de sofrer pressões políticas do regime militar, que segundo Sarmiento (2016) ele era

patrulado por agentes do SNI (Serviço Nacional de Informação), afastou-se da CBD, depois de 17 anos à frente da entidade, e o posto de dirigente máximo da entidade foi entregue ao almirante Heleno de Barros de Nunes, um homem do regime militar e ex-líder da ARENA (Aliança Renovadora Nacional)

Em sua gestão, ocorreram grandes mudanças na gestão do futebol brasileiro com destaque para a Lei 6.251 de 8 de outubro de 1975, aprovada pelo Congresso que estabeleceu novas diretrizes e marcos regulatórios para a atividades desportivas no país, além de fortalecer a CNE (Conselho Nacional de Esportes) e a CBD, ou seja, as esferas de poder do Estado no setor. Cabe mencionar que tal medida alterou os princípios que orientavam o processo eleitoral da CBD tornando o mais centralizado, uma vez que determinou o voto unitário das federações e confederações em detrimento do poder decisório e participativo dos clubes e agremiações esportivas.

Em 1979, a CBD vivenciou uma grande transformação institucional que já havia sido esboçada por Havelange um pouco antes de sua saída do comando da instituição e que, por conseguinte, atendia a uma exigência estipulada pela FIFA (a época sob o comando de Havelange). Através de um decreto, ficaria estabelecido que as entidades nacionais ligadas ao esporte deveriam ter dedicação exclusiva ao desenvolvimento do futebol.

Desse modo, a partir dessa exigência da entidade máxima do futebol internacional e visando um fortalecimento das modalidades amadoras, foi iniciado um processo de desmembramento de algumas modalidades esportivas por meio de criações de entidades (federações e confederações) especializadas como estipulava o Decreto-Lei 3.199 de 1973. Tais medidas, por força de lei, necessitavam ser aprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura, a época sob o comando de Eduardo Portela. O almirante Heleno Nunes com apoio de Portela adotou medidas, como reuniões e articulações políticas, que viabilizaram a saída gradual das modalidades amadoras do controle da CBD, acarretando uma significativa transformação institucional na entidade: a criação da CBF (Confederação Brasileira de Futebol).

Contudo, devido às mudanças no cenário político nacional – o início do processo de reabertura democrática iniciado no governo de Ernesto Geisel e concluído no governo de João Figueiredo – que clamava por justiça e democracia assim como exigia mudanças no comando das instituições nacionais ocupadas por militares ou vinculadas a ditadura. Dessa forma, ocorrem profundas mudanças nas normas da instituição devido a pressões realizadas por grupos políticos que reconfiguravam, mesmo que de forma embrionária, as correlações de forças na sociedade brasileira, inclusive os grandes times de futebol brasileiro que pleiteavam ampliar sua participação nos processos decisórios da CBF, houve uma eleição que levou o empresário Giulite Coutinho, vinculado ao clube América F. C. do Rio de Janeiro, a presidência da CBF em janeiro de 1980.

A gestão de Coutinho procurou se fiar em duas metas principais: ampliar o marketing internacional do futebol brasileiro e reorganizar o calendário do futebol nacional.

Nesse bojo teve início uma ampla comercialização de produtos vinculados à CBF e à seleção brasileira como meio de angariar fundos para a entidade. Além disso, teve início negociações com emissoras de televisão para a transmissão de jogos dos campeonatos de futebol organizados e/ou vinculados à CBF. Dessa maneira, a CBF adota uma política de licenciamento que estabelecia padronizações de sua marca e produtos do mesmo modo que firmava contratos com diversas empresas que visavam explorá-los comercialmente. Contudo, a gestão de Coutinho foi marcada por problemas políticos e previdenciários envolvendo os grandes clubes do futebol brasileiro.

Diante desse cenário, em janeiro de 1989, o empresário Ricardo Teixeira, genro de João Havelange, é eleito presidente da CBF, inaugurando uma “*nova fase na entidade*”. Das medidas adotadas nos primeiros movimentos de Teixeira à frente da CBF, uma teve uma condição de destaque: o atendimento de uma reivindicação dos grandes clubes do futebol brasileiro, ou seja, a redefinição do modelo de negociações dos contratos de televisão para a transmissão dos principais campeonatos, além de um novo plano de comercialização e marketing dos produtos e marcas da CBF.

Os *cartolas da CBF*, na gestão de Teixeira, aproveitaram se desse momento político de implantação de uma nova ordem constitucional para estabelecer um conjunto de conciliações com as forças e grupos de poder do futebol brasileiro, garantindo assim certa estabilidade, para implantar um plano de “*modernização administrativa*” que contou com consultorias e convênios com a Fundação Getúlio Vargas para otimizar sistema de gerenciamentos de registros, transferências e fontes de dados. Porém, o grande símbolo dessa modernização foi a construção, e conseqüentemente, a transferência da sede da entidade para um robusto e moderno edifício na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro concluída em 2014.

Todavia, cabe salientar que uma problemática viria abalar a “lua de mel” dos *cartolas da CBF* no futebol brasileiro: os escândalos de corrupção que envolviam o futebol mundial conhecido como “*FIFAgate*”, deflagrado em maio de 2015, que levou a revelações comprovadas de um amplo esquema de corrupção que envolvia os cartolas da entidade máxima do futebol mundial e dezenas de outros cartolas de entidades nacionais de futebol, como a CBF.

É relevante destacar que, nesse ínterim, três dos últimos presidentes da CBF, a saber, Ricardo Teixeira, José Maria Marin e Marco Polo Del Nero, são implicados de forma umbilical e notória nesses escândalos, sendo que um deles está preso desde meados de 2015, em Nova York (Marin), condenado em processos por lavagem de dinheiro, fraude e organização criminosa, enquanto os outros dois não podem sair do Brasil, por receio de serem presos, pelas mesmas acusações atribuídas a Marin, e deportados para os Estado Unidos, sede das investigações sobre o “*FIFAgate*” coordenadas pelo FBI (Federal Bureau Investigation) e pelo Departamento de Justiça do Estados Unidos.

O escândalo do “*FIFAGate*” revelou como durante décadas funcionava um amplo esquema de corrupção comandado por alguns “*cartolas*” do futebol internacional (os dirigentes da FIFA), que operava a partir das relações políticas e institucionais que a entidade possuía com governos de quase todos os países do mundo, articuladas com grupos empresariais internacionais vinculados a dirigentes de diversas confederações internacionais e federações nacionais de futebol. Esse *modus operandi* corrupto dos cartolas da FIFA sequestrou o esporte mais popular do planeta, privatizando de forma ilegal e corrupta, os lucros gerados pelo futebol mundial.

Envolvidos de forma direta nesse amplo esquema de propinas, lavagem de dinheiro, sonegações fiscais e organizações criminosas montado pelos *cartolas da Fifa* e seus “parceiros” estavam grandes nomes da *cartolagem* nacional. Do mesmo modo, com esse esquema ficava evidente o *modus operandi* de embaralhar, de forma cínica e ardilosa, os interesses privados com as questões públicas para privatizar lucros e socializar perdas, tanto no campo político como na esfera econômica, num evidente caso de prevalência do particularismo privatista que sequestra e corrompe os bens e interesses públicos.

Denúncias realizadas pelo ministério público da Suíça e dos Estados Unidos descobriram o envolvimento Havelange, Teixeira, Marin e Del Nero, a nata da *cartolagem da CBF* nas últimas décadas, nos esquemas do “*FIFAGate*”, uma vez que foram acusados de receberem propinas de empresas privadas internacionais para facilitarem contratos de direitos de transmissão televisão de grandes torneios internacionais de futebol, além de venderem seus votos em escolhas de sedes da Copa do Mundo de futebol desde meados da década de 1990.

De acordo com as conclusões da justiça suíça os cartolas brasileiros, Havelange e Teixeira, cometeram inúmeros crimes, dentre os quais enriquecimento ilícito e significativos prejuízos econômicos e financeiros para a FIFA.

Todavia, um destaque desse processo emergiu de forma curiosa e extremamente relevante para o cerne de nossa pesquisa: os argumentos utilizados pelos advogados dos cartolas brasileiros e da FIFA publicados no documento oficial da Corte suíça, no qual alegavam que não havia problemas nos atos comprovadamente corruptos de seus cartolas, uma vez que a *maioria da população* de países da América do Sul e da África tem nos subornos e propinas parte de sua “renda normal”:

“Os representantes legais da Fifa são de opinião, ainda, de que implementar a devolução do dinheiro seria quase impossível. Eles justificam isso, *inter alia* (termo usado no meio jurídico para designar “entre outras coisas”) com o argumento de que uma queixa da Fifa na América do Sul ou da África dificilmente seria aplicada, pois pagamentos e subornos pertencem ao salário recorrente da maioria da população”. (CHADE, 2015, p.79)

Em outras palavras, os argumentos da defesa dos *cartolas* corruptos defendem a tese de que a cultura brasileira é, ao mesmo tempo, permissiva e constituída por práticas

de suborno e propinas que, no limite, expressam a problemática que envolve as confusões público-privadas de nossas instituições e classes dirigentes, visto que são fundamentadas em relações pessoais, clientelismo, conchavos e sequestro dos interesses públicos por grupos privados. Essa imagem que a entidade possui em relação à cultura política nacional é tão arraigada que foi oficialmente empregada até mesmo diante da justiça suíça.

Nesse sentido as relações históricas dos *cartolas da CBF*, como Havelange, Marin, Teixeira e Del Nero, com o patronato político nacional, tanto em épocas democráticas como nos períodos ditatoriais, são demonstrações de que, apesar de se apresentar como uma entidade privada em sua gênese e atualidade e, a despeito de períodos que esteve sob a tutela do estado brasileiro, as articulações políticas da entidade e de seus dirigentes junto a partidos políticos e grupos empresariais são notórias.

A entidade nas últimas décadas financiou campanhas eleitorais de deputados federais, como pode ser observado e constatado nas declarações oficiais da justiça eleitoral de doações da CBF para alguns parlamentares nos últimos anos (CHADE, 2015), visando à defesa e representação de seus interesses no Congresso Nacional. Tais condições articuladas com o fato de muitos presidentes de clubes e federações estaduais terem sido eleitos deputados federais nas últimas três décadas propiciaram a formação da denominada "*Bancada da Bola*".

Segundo o jornalista Jamil Chade (CHADE, 2015) um levantamento feito pelo deputado Silvio Torres do PSDB e por outros congressistas afirmou que a CBF doou 12,5 milhões de reais a federações e políticos entre 1998 a 2000. Com tais práticas, os *cartolas da CBF* conseguiram, via "*Bancada da Bola*", evitar pautas e projetos de lei no Congresso Nacional que complicassem a sua situação, assim como conseguiram bloquear investigações que pudessem implicar a própria instituição. Essa articulação política entre parlamentares e oligarcas da CBF nos auxilia na compreensão das razões que explicam porque Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), instauradas no Congresso desde o final da década de 1990 para investigar denúncias que comprometiam importantes *cartolas da CBF*, pouco fizeram de concreto, como indiciamentos e prisões dos implicados, apesar de fartas denúncias.

Outros fatos recentes a serem destacados nas articulações políticas dos *cartolas da CBF* junto aos poderes decisórios da República Brasileira que evidenciam atropelos impostos ao interesse público nacional assim como a falta de transparência dos processos oficiais de tais decisões consistem nas medidas adotadas pelo governo federal durante a campanha, organização e realização da Copa do Mundo de futebol no Brasil em 2014.

Desde os primeiros passos da campanha brasileira em prol de se tornar sede do mundial de 2014, os *cartolas da CBF* professavam de forma sincronizada e uníssona junto às autoridades do governo federal à época uma espécie de mantra: "*A Copa não terá dinheiro público*". Porém, como hoje é notório, a Copa do Mundo de 2014 foi financiada com muito investimento público de todas as instâncias dos poderes da República brasileira,

sendo que do total de 28 bilhões de reais gastos na organização do evento, conforme dados oficiais, 8 bilhões de reais vieram de recursos públicos.

Esse “financiamento” traduziu-se nos empréstimos do BNDES, para a construção de estádios como grandes empreiteiras; nas isenções fiscais para a FIFA e seus parceiros comerciais; na construção de obras de infraestrutura exigidas pela FIFA, além da aprovação da Lei nº12.663 de 5 de junho de 2012, conhecida como “*Lei Geral da Copa*”, que, além de solapar exigências e normas constitucionais vigentes no território nacional, acabou por isentar a entidade máxima do futebol de qualquer responsabilidade, financeira, econômica e/ou política de um eventual fracasso do evento.

Dessa forma, podemos afirmar que tais medidas expressam como essas articulações políticas produziram uma situação de *lucros privados e prejuízos públicos*, ou seja, evidenciando, uma vez mais, a problemática proposta nessa pesquisa, isto é, como os *cartolas da CBF* se apropriaram de forma privatista ao longo do tempo, via relações políticas e esquemas de corrupção, da maior paixão esportiva brasileira: o futebol nacional.

3 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diante da proposta apresentada nesse trabalho, ou seja, compreender os valores sociais e relações de poder que movem o desenvolvimento de instituições e atores políticos no futebol brasileiro, empreguei autores, teorias e conceitos diversos do campo das Ciências Sociais, com intuito de elaborar um arcabouço teórico, amplo e consistente, para pensar a complexidade inerente a problemática, com vistas a alargar os fundamentos teóricos que orientam essa pesquisa.

Dessa maneira, a abordagem se pauta em interpretações e teorias de autores que trataram essas questões, como a formação e desenvolvimento do caráter nacional brasileiro, de forma ampla e diversificada, como a cordialidade em Sérgio Buarque de Holanda e suas contribuições para abordarmos a confusão público-privada na realidade social brasileira (HOLANDA, 1995), Raymundo Faoro e o patrimonialismo no Brasil (FAORO, 2012), assim como as percepções e discussões mais contemporâneas acerca das aplicações teóricas do patrimonialismo na compreensão da sociedade brasileira fundamentadas nas reflexões de Luiz Werneck Vianna (VIANNA, 1999), Jessé de Souza (SOUZA, 2015; 2017) e Carlos Eduardo Sell (SELL, 2016). Ademais, a relação proposta por Gilberto Freyre que abarca como o caráter singular do povo brasileiro foi corporificado no universo do futebol. (FREYRE, 1967).

Objetivando uma sustentação teórica mais ampla para fundamentar as hipóteses, problemáticas e a tese central dessa pesquisa utilizo conceitos e autores que permitem pensar e compreender o futebol como parte integrante de processos sociais e políticos de maiores dimensões. Para tal intuito abordo as categorias conceituais do “*processo civilizador*”, a “*esportização dos passatempos*” além das reflexões sobre a sociologia do futebol na obra do sociólogo alemão Norbert Elias (ELIAS, 1939).

Nesse sentido a pesquisa aborda as origens e expansão do “futebol moderno” como mais um elemento do “processo civilizador” no Ocidente segundo a perspectiva adotada por Norbert Elias e Eric Dunning na obra *Busca por Excitação: Esporte e Lazer no Processo Civilizador* (1986), com destaque ao conceito eliasiano de “esportização dos passatempos”. Ou seja, como a organização da “Association Football” na Inglaterra em 1863, considerada o marco inicial das regras fundantes do que convencionalmente é denominado de “futebol moderno”, expressou mais um elemento de longo e complexo desenvolvimento de normatizações e uniformizações de práticas de lazer fundamentadas num processo de “disciplinarização” de comportamentos individuais e valores coletivos, cuja expansão do “futebol moderno” pelo mundo, a partir de sua origem inglesa no final do século XIX, permite pensá-lo como um componente extremamente relevante nesse “processo civilizador” na perspectiva eliasiana.

Para ampliar as bases teóricas dessa pesquisa me fundamento nos conceitos de *Campo* e *Habitus* em Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1989). O conceito de *Campo* na obra de Bourdieu é empregado para que possamos compreender, de forma mais acurada, as complexas relações sociais que compõem os mais diversos elementos de uma sociedade moderna (BOURDIEU, 2004). Em sua perspectiva, as sociedades modernas são compostas por microcosmos sociais articulados (campos) que, apesar de possuírem lógicas internas singulares e autônomas, também constituem estruturas e, portanto, estão implicados a espaços sociais de maiores dimensões.

Assim sendo, Bourdieu propõe que cada *Campo* determina uma forma específica de *Habitus* em seu interior, ou seja, nos termos do sociólogo francês essa categoria expressa “estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes”, já que podemos pensar esse conceito bourdieuniano como um *sistema de predisposições incorporadas* pelos agentes que atuam, tanto no interior de cada campo estruturando novas práticas e incorporando ações e valores que já estão estruturados na singularidade desse campo, como nas relações estabelecidas entre os diversos campos que configuram uma sociedade.

Tais categorias bourdieunianas propiciam sustentáculos teóricos para que eu possa abordar de forma mais consistente os *Habitus* dos *cartolas da CBF*, tanto no campo singular que constitui o futebol brasileiro como no âmbito das relações políticas e valores que integram diversos setores da sociedade brasileira e do futebol internacional.

Outras partes integrantes do arcabouço teórico dessa pesquisa consistem nas abordagens da sociologia do esporte em autores como Eric Dunning na obra *Sociologia do Esporte e os Processos Civilizatórios* (DUNNING, 2014) e o livro *Sociologia do Esporte: Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*, do sociólogo britânico Richard Giulianotti (GIULIANOTTI, 2010). Ampliando as bases teóricas dessa pesquisa utilizo as interpretações de José Miguel Wisnick no ensaio *Veneno Remédio: o Futebol e o Brasil* (WISNICK, 2008), as reflexões e análises acerca da criação e desenvolvimento das instituições que comandam o futebol brasileiro, a CBD e a CBF na obra *A regra do Jogo: Uma História Institucional da CBF* do historiador Carlos Eduardo Sarmiento (SARMENTO, 2006).

A pesquisa possui como referenciais históricos sobre as origens e desenvolvimento do futebol, tanto em termos gerais como no contexto da sociedade brasileira, autores e obras como dos historiadores Hilário Franco Júnior e seu livro *A Dança dos Deuses: futebol, sociedade e cultura* (FRANCO, 2007) e Joel Rufino dos Santos e sua obra *História Política do Futebol Brasileiro* (SANTOS, 1981), além de célebres ensaios que versam sobre o assunto como *A Pátria de Chuteiras* de Nelson Rodrigues, (RODRIGUES, 2013) e *O Negro no Futebol Brasileiro* de Mário Filho (FILHO, 2013).

REFERÊNCIAS

ABREU, A. de & PETROCILLO, C. **O Delator – A história de J. Hawilla o corruptor devorado pela corrupção no futebol**. Rio de Janeiro. Editora Record. 2018

BARRETO, T. V. **Gilberto Freyre e o futebol-arte**, Revista USP, São Paulo, n. 62, pp. 233-8, jun./ago. 2004.

CHADE, J. **Política, Propina e Futebol: como o “padrão FIFA” ameaça o esporte mais popular do planeta**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

BOURDIEU, P. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989. p. 59-73.

BOURDIEU, P. **Algumas propriedades dos campos**. In: BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

_____. **Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro**. In: DAMATTA, Roberto & FLORES, Luis Felipe Baêta Neves & GUEDES, Simoni Lahud.

_____. **A bola corre mais que os homens: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre o futebol**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

DUNNING, E. (Org.). **Sociologia do Esporte e os Processos Civilizatórios**. 1ª edição São Paulo: Annablume, 2014

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. vol.01

_____. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.vol.02

_____. & DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Tradução: de Maria Manuela de Almeida e Silva, Lisboa: Difel, 1992.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. Prefácio Gabriel Cohn. 5ª Edição. São Paulo: Globo. 2012.

FILHO, M. **O Negro no Futebol Brasileiro**. Rio de Janeiro. Mauad, 2003.

FRANCO, Maria Silva do Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo, Editora Unesp. 1997.

FREYRE, G. **Sociologia**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. Vol. 2.

GIULIANOTTI, R. **Sociologia do Futebol: dimensões históricas e sociológicas do esporte das multidões**. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira Brant e Marcelo Nunes. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

JÚNIOR, H. F. **A Dança dos Deuses: futebol, sociedade e cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLANDA, B. B. B. de. **O descobrimento do futebol: modernismo, regionalismo e paixão esportiva em José Lins do Rego**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2004.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. In: MAUSS, M. Sociologia e antropologia. Rio de Janeiro: Cosac & Naify, 2003. p. 183-314.

REBELO, A. & TORRES, S. **CBF-NIKE: as investigações da CPI do futebol**. São Paulo: Casa Amarela, 2011.

ROMÁRIO, **Um olho na bola e outro no cartola: o crime organizado no futebol brasileiro**. 1ª Edição. São Paulo: Planeta, 2017.

SANTOS, J. R. **História Política do Futebol Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SARMENTO, C. E. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SELL, C. E. **As Duas Teorias do Patrimonialismo em Max Weber**. In: X Congresso da ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) Belo Horizonte. 2016.

_____. **Max Weber e a Racionalização da Vida**. Petrópolis, Vozes, 2013

SOUZA, J. J. F. **A tolice da inteligência brasileira - ou como o País se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Ed. Leya, 2015.

_____. **A Elite do Atraso: da escravidão a Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

RODRIGUES, N. **A pátria de chuteiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

WERNECK VIANNA, L. J. **Weber e a Interpretação do Brasil**. Novos Estudos CEBRAP, pp.1-15.1999.

WISNICK, J. M. **Veneno Remédio: O futebol e o Brasil**. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CAPÍTULO 15

O DIREITO FUNDAMENTAL À PROFISSIONALIZAÇÃO DE SOCIOEDUCANDOS QUE CUMPREM MÉDIDA SOCIOEDUCATIVA EM SALVADOR: ABORDAGEM CRÍTICO-ANALÍTICA

Data de aceite: 01/09/2020

Evandro Luís Santos de Jesus

Mestre em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador. Graduado em Direito. Professor e coordenador de área – Direito da *Universidade do Estado da Bahia* e Promotor de Justiça do *Ministério Público do Estado da Bahia*. Especialista em Operacionalização do Sistema Socioeducativo (FACIBA) e em Direito Administrativo (UFBA). Aperfeiçoamento em Direito (EPAM-Ba).

RESUMO: O presente artigo decorre de estudos sobre o tema noticiado e tem como objetivo fazer uma reflexão em face da sua indiscutível atualidade na justiça brasileira. Busca-se enfrentar, de maneira sintética, a situação fático-jurídica da profissionalização inadequada de adolescentes e/ou jovens adultos que cumprem medidas socioeducativas não privativas de liberdade (meio aberto) no Município de Salvador (CREAS). Utiliza-se para a investigação, a literatura, legislação pátria e os documentos constantes de procedimento n. 003.9.76383/2018, do Ministério Público Estadual e do Trabalho da Bahia. Restou evidenciada a violação do Direito Fundamental à profissionalização dos (as) socioeducandos, em virtude da ausência da implementação de políticas públicas, bem assim a formação inadequada ao perfil dos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas, desconsiderando as suas histórias de vida e as distorções idade-série.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Fundamentais de adolescentes e jovens, Socioeducação, Profissionalização.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de análise do presente estudo, a satisfação do Direito Fundamental à profissionalização no que pertine às medidas socioeducativas em meio aberto de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, confrontando o cumprimento dos deveres, pelo Município de Salvador, bem assim, os organismos encarregados da formação dos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas.

Busca-se como objetivo dar maior visibilidade aos aspectos legais e fáticos, relativos à profissionalização de adolescentes e/ou jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto, de competência do Município de Salvador, na perspectiva de evidenciar a violação ao respectivo direito fundamental à profissionalização, tomando por direcionamento o quanto disciplinado expressamente nas normas vigentes que regem a temática.

Justifica-se o recorte para a análise, em virtude da unidade de atendimento socioeducativo ser um espaço importante de convívio de adolescentes e/ou jovens, que praticaram atos infracionais e estão cumprindo medidas socioeducativas que têm natureza

sancionatória, mas que devem ter um conteúdo pedagógico, na perspectiva de que as ações positivas realizadas nessa etapa do desenvolvimento deveriam ensejar resultados que permitissem a emancipação cidadã dos envolvidos e um retorno ao convívio social em condições dignas de possuírem uma nova vida.

Acredita-se que a pesquisa em epígrafe tem importância teórica e prática, relevância social e é contemporânea, na medida em que contribuirá para analisar criticamente como tem se dado a garantia do direito fundamental à profissionalização de adolescentes e/ou jovens em circunstância de cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na Cidade de Salvador.

Utilizará como parâmetro de apreciação os documentos oficiais disponíveis e os relativos às inspeções, fiscalizações e procedimento realizados por representantes do Ministério Público estadual e do Trabalho, localizados na capital baiana que, somados à revisão bibliográfica e a análise dos dados disponíveis, coletados até o mês de junho do ano corrente, permitirá o cotejamento da realidade vivenciada por socioeducandos (adolescentes e/ou jovens) entre os anos de 2017 a 2019.

2 | METODOLOGIA

Utiliza-se para a investigação, a pesquisa básica pura, elaborada com base em bibliografia e em documentos constantes de procedimento n. 003.9.76383/2018, conduzido em parceria por representantes do Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho da Bahia e Auditoria Fiscal do Ministério do Trabalho, com abordagem qualitativa, na área de conhecimento de ciências sociais aplicadas para analisar os dados relativos ao cumprimento de medidas socioeducativas privativas de liberdade na cidade de Salvador (Ba), buscando preencher a ausência de informações sobre a temática.

3 | DESENVOLVIMENTO

Os adolescentes que praticam atos infracionais, similares a crime ou contravenção, são responsabilizados por suas ações, com aplicações de medidas socioeducativas, privativas de liberdade e/ou não, conhecidas também, como medidas de meio aberto, sendo estas a serem executadas pelos Municípios, nos termos do art. 5º, III, da Lei n. 12.594/2012 (Sistema Nacional Socioeducativo - Sinase).

Os Municípios, portanto, têm a obrigação de criar e manter programas de atendimento para a execução das medidas socioeducativas não privativas de liberdade ou de meio aberto [liberdade assistida (LA) e prestação de serviços à comunidade (PSC)], que permitem com que o socioeducando possa permanecer no seio da sua família sendo atendido e encaminhado para espaços formativos, por intermédio do Centro de Referência Especializado Assistência Social (CREAS).

Conforme Veronese (2015), a medida socioeducativa é a responsabilização dos

adolescentes que praticaram atos infracionais, mas tais medidas devem contribuir para o desenvolvimento dos adolescentes, sendo-lhes garantido o acesso à educação, à cultura, à informação, ao lazer, à profissionalização, à convivência familiar e comunitária.

Cumpra registrar, apoio ao disposto no ditame do Sinase acima citado, que, consoante previsto na Constituição Federal pátria (art.201, I), em face da descentralização político-administrativa, os Municípios coordenarão e executarão os seus programas sociais, tudo isto, sem olvidar que uma das diretrizes da política de atendimento às crianças e adolescentes, diz respeito à municipalização (art. 88, I, ECA).

O atendimento socioeducativo não privativo de liberdade é realizado pelo Município de Salvador, por intermédio das sete unidades dos CREAS, localizadas nos Bairros de Boca da Mata, Bonocô, Cabula, Curuzu, Fazenda Coutos, Garcia e Itacaranha.

As atividades das unidades de atendimento do CREAS deverão ser organizadas a partir de um núcleo central. No Município de Salvador, por sua vez, cada unidade do CREAS busca, de forma isolada, parcerias para ofertar cursos, consoante visualizado no procedimento ministerial n. 003.9.76383/2018.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O procedimento ministerial anteriormente citado demonstra que os CREAS têm deficiências estruturais e de pessoal que dificultam a realização dos trabalhos a serem desenvolvidos com os socioeducandos,

O procedimento multicitado noticia, dentre outros aspectos, de que faltam técnicos de referência para a realização do atendimento socioeducativo em medidas não privativas de liberdade no Município de Salvador.

Segundo a resolução 119/2006, do CONANDA, recomenda-se que a composição da equipe de referência das entidades e/ou programas que executam a medida socioeducativa de PSC e de LA seja correspondente ao número de 20 (vinte) adolescentes para cada técnico.

Em Janeiro de 2019, havia uma demanda de 254 adolescentes e jovens que ainda não tinha iniciado o cumprimento da MSE em meio aberto pela falta de vagas nos CREAS, pela ausência de 10 técnicos de referência, estabelecidas as necessidades por unidade da seguinte maneira: a) CREAS Bonocô – mais cinco Técnicos; b) CREAS Fazenda Coutos – mais dois Técnicos; c) CREAS Garcia – mais um Técnico; d) CREAS Cabula – mais um Técnico; e) CREAS Itacaranha – mais um Técnico.

O Procedimento Investigativo Ministerial n. 003.9.76383/2018, por sua vez, noticia que 207 (duzentos e sete) adolescentes e/ou jovens estão cumprindo medidas socioeducativas de meio aberto na Cidade de Salvador (45%), nas unidades dos CREAS, quando deveriam ser 461 (quatrocentos e sessenta e um), logo 254 (duzentos e cinquenta e quatro) ou 55%, estão ficando sem o devido atendimento.

Aliado à ausência dos serviços que permita a intervenção pedagógica necessária à ressocialização dos adolescentes que cumprem as medidas socioeducativas, importa ilustrar, consoante será demonstrado, estes pertencem geralmente a um determinado arranjo familiar, advindos de famílias pobres, inserto num quadro de desigualdade social, composto pela mãe e seu filho, situação que vem se intensificando a cada dia.

O procedimento investigativo ministerial n. 003.9.76383/2018 instaurado e conduzido por representantes do Ministério Público Estadual e do Trabalho, do universo dos levantamentos colhidos, revela que 40% dos adolescentes e/ou jovens que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto viviam apenas com a mãe, antes da aplicação da medida e ela é, geralmente, a provedora do lar em 50% dos casos.

Outro dado alarmante, contido no procedimento ministerial citado no parágrafo anterior, diz respeito à ausência da figura paterna em relação aos adolescentes e/ou jovens em momento tão especial das suas vidas, demonstrando que 78%, dentre os que cumprem medidas em meio aberto, do universo do que foi visualizado no procedimento ministerial, o pai é declarado como ausente.

Os dados contidos no procedimento administrativo acima citado esclarecem que dentre os socioeducandos que cumprem medidas socioeducativas de meio aberto na capital, 90% é do sexo masculino e 10% do sexo feminino.

No que diz respeito à questão racial, o procedimento ministerial esclarece que 94% dos socioeducandos são negros e/ou pardos, predominando os negros 55%, com faixa etária compreendida, geralmente, entre 14 e 20 anos, com predomínio para 17 e 20 anos, que corresponde a 86%;

No que se reporta ao aspecto educacional, 84%, do universo dos socioeducandos estão, em princípio, no ensino fundamental e apenas 16% no ensino médio, sendo que o percentual de matriculados que não frequentam, somados aos que não estão matriculados e não frequentam, perfazem 58% do total, com distorção série x idade, no patamar de 91%, o que sugere qual tem sido o destino de muitos adolescentes que estão evadindo das escolas.

Ainda no critério formativo, o procedimento ministerial demonstrou que 58% dos socioeducandos declararam que trabalhavam antes da prática do ato infracional, sendo que o trabalho que mais faziam era ajudante de pedreiro, correspondendo a 25% do universo informado.

Os dados coletados no procedimento ministerial indicam que 76% dos socioeducandos que cumprem medida socioeducativa em meio aberto no Município de Salvador não foram encaminhados para a devida inserção em cursos profissionalizantes e aqueles privilegiados que integram os 24% que receberam cursos profissionalizantes oferecidos, tão-somente 8% declararam que obtiveram a formação que gostariam de ter, em face das suas vivências e preferências, durante o ano de 2019.

Algo digno de apreciação mais detida, diz respeito ao fato de que 27% dos

socioeducandos demonstraram não ter interesse algum em cursos profissionalizantes. No entanto, pela via contrária, no universo dos que atestaram terem o desejo de terem uma formação profissional, os cursos mais desejados foram informática (25%) e mecânica (19%).

Alguns inclusive, 11%, desejaram incrementar os estudos, com graduação no ensino superior. Dentre os cursos preferidos estão: engenharia com cinco adeptos; medicina veterinária, com quatro adeptos e direito, com três adeptos.

Um fator que tem sido apontado como impeditivo para o acesso à formação profissional dos socioeducandos por parte de muitas entidades formadoras, diz respeito aos critérios estabelecidos relativos à idade e série. Geralmente, estabelecem que o educandos deva ter 18 anos de idade e estarem cursando o ensino médio. De tal maneira, exclui-se o direito de formação profissional para 86% dos socioeducandos, fato que viola flagrantemente o direito fundamental à profissionalização.

Não obstante tudo isso mencionado no parágrafo anterior, outro entrave, macula o atendimento, na medida em que adolescentes e/ou jovens e familiares não recebem passagens para se deslocar ao atendimento, bem assim aos cursos profissionalizantes, fato que dificulta ou, por vezes, impossibilita o deslocamento necessário, considerando as distâncias entre a residência e os espaços formativos e/ou de acompanhamento da medida aplicada.

A profissionalização não é realizada mediante uma ação de forma institucional para buscar parceiros que ofereçam cursos profissionalizantes. As ações nesse sentido são realizadas através de esforço pessoal dos profissionais que atuam nas medidas socioeducativas, ocasionando, conforme já retro mencionado, o baixíssimo número de socioeducandos que tiveram acesso a cursos profissionalizantes através da medida socioeducativa (24%) e apenas 8% se identificavam com o curso disponibilizado, no ano de 2019.

Verifica-se, nos moldes do quanto visualizados nas inspeções e procedimentos ministeriais, que o número de socioeducandos que recebe profissionalização é diminuto e, para, além disso, ela não se dá de maneira uniforme em relação a todas as unidades de CREAS, varia, principalmente, conforme as iniciativas dos técnicos de referência que atuam nas unidades de atendimento socioeducativo de meio aberto.

Em termos mais precisos, a pesquisa demonstra que a formação profissional que se deu em todo o ano de 2018, propiciadas pelas unidades de atendimentos socioeducativo de meio aberto na cidade de Salvador do universo de socioeducandos atendidos ocorreu de forma variada, nos seguintes moldes: a) Bonocô – 11%; b) Garcia – 13%; c) Cabula – 2%; d) Curuzu – 14% e) Fazenda Coutos – 0%; f) Itacaranha – 3%; g) Boca da Mata – 3%.

Em relação à educação, por seu turno, consoante visualizado no procedimento ministerial, cinco das sete unidades relataram ainda possuir dificuldades em reinserir os socioeducandos na rede de ensino, principalmente por causa dos pré-conceitos existentes

por parte das escolas;

Identificada a realidade das dificuldades de formação educacional dos adolescentes e jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto, busca-se apreciar a atuação estatal, no cumprimento do seu dever de viabilizar a formação profissional daquele segmento social.

Analisa-se a formação profissional realizada nos anos de 2017 e 2019 pelo Estado da Bahia e pelo Município de Salvador e demais serviços sociais autônomos de aprendizagem, nas unidades de atendimento socioeducativo de meio aberto, localizadas na capital baiana.

Os dados até então coligidos demonstram de logo, que o direito fundamental à profissionalização não está sendo acolhido como deveria. Fato que merece uma análise mais detida.

O estudo do direito fundamental ligado ao trabalho para adolescentes e jovens deve levar em conta a análise conjunta de uma série de normas jurídicas, das quais é possível extrair o que aqui se convencionou denominar de Núcleo do Direito Fundamental à Profissionalização e Proteção do Trabalho, consiste numa concentração dos princípios do direito do trabalho e do direito da criança e do adolescente, que deve harmonizar-se com a finalidade de promover a tutela desse direito (ROSSATO, LÉPORE E CUNHA, 2018, p.249).

A Constituição Federal garante o direito fundamental a todo (a) adolescente à profissionalização, como norteamento educativo (art. 205 e 214, IV), perfeitamente contemplado no art.69, da Lei n.8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).

O Estatuto deixa bem claro que as formações profissionais não deverão considerar apenas para as necessidades do mercado, senão, também, às histórias de vida dos socioeducandos, suas experiências, sonhos e potencialidades, em face da sua condição peculiar de desenvolvimento.

A Constituição Federal preconizou também que os direitos à educação e ao trabalho são direitos sociais e que é proibido trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (art. 8º, c/c art.7º, XXXIII).

A aprendizagem é a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação educacional em vigor (art.63, Lei n.8.069/90) e integra a educação e o desenvolvimento do adolescente. Tanto assim, que para que ocorra a formação técnico-profissional deverá ser garantido o acesso e frequência obrigatória ao ensino regular dos adolescentes, bem como a atividade desenvolvida deverá ser compatível com o desenvolvimento do público alvo, em horário especial para o exercício das atividades (art.63, ECA).

A Lei 9.394/96, por seu turno, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, determina que a educação seja dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno

desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, em sintonia com o quanto preconizado no ECA (art.53).

Depreende-se que a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho é finalidade da educação, dever da família e do Estado.

O Decreto-Lei n. 5.452/43, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelece no seu art. 428, que a aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

O Decreto n.5.598/2005, que regulamenta a contratação de aprendizes, evidencia que aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato especial de aprendizagem, ajustado por escrito, com prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, ser inscrito em programa, para formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, com prioridade aos adolescentes entre quatorze e dezoito anos (arts. 3º, 4º e 11).

Vê-se, pois, que os adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas, compreendidos na faixa etária de 14 anos e 21 incompletos, posto que a liberação seja compulsória aos 21 anos de idade (art.121, §5º, ECA), têm direito preferencial à profissionalização a ser fornecido obrigatoriamente pelo Estado e demais entidades formadoras.

Para além dos textos legais, que explicitam a necessidade de satisfação do direito fundamental de profissionalização aos adolescentes e jovens, a realidade fática, igualmente, corrobora a tal assertiva.

Não se deve perder de vista que a definição do que é ser adulto, em geral está relacionada à condição de ter um trabalho e uma família.

A formação para o trabalho tem sido um fator de reinserção social dos egressos. Uma pesquisa recentemente concluída na Noruega indica que os egressos que trabalham tem probabilidade 63% menor de reincidir quando comparados com os que não trabalham (SKARDHAMAR; TELLE, 2009).

Consoante será demonstrado, na fase que antecedia o ingresso na unidade, geralmente não tinham formação profissional e estavam fora da escola, não matriculados ou matriculados, sem estudar. Ao ingressarem, em sua maioria, estão cursando o ensino fundamental, com defasagem de seriação, ensino aprendizagem, leitura, com dificuldades de elaborarem raciocínios abstratos e estão inseridos na Escola de Jovens e Adultos (arts. 37 e 38, da Lei n.9394/96), no Estado da Bahia.

Cumpra, pois, cotejar os resultados obtidos.

Os adolescentes e jovens têm o direito à profissionalização amplamente prevista na legislação infantojuvenil e correlata, como sustentação da sua formação educacional.

A Lei que cuida das diretrizes e bases da educação nacional (Lei n. 9394/96) preconiza que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Preceitua, igualmente, que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, definindo-a como um dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (arts. 1º; 2º e 27, III).

A Lei de diretrizes e bases prevê nos seus arts. 37 e 38 que a educação de jovens e adultos (EJA) é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento, o que corrobora a obrigatoriedade da profissionalização dos socioeducandos, considerando que a educação de jovens e adultos é utilizada nas unidades de atendimento socioeducativo.

No que diz respeito à educação profissional e tecnológica, cabe um destaque, em reforço ao quanto é devido pelo Município no sistema socioeducativo, no sentido de que deva ser concedida (arts. 39 e 42, da Lei n. 9394/96).

O que se tem visto é a celebração de instrumentos de cooperação entre os gestores das instituições do sistema “S” e do socioeducativo, com parâmetros que não se adequam à realidade. Na medida em que ofertam cursos para um perfil diverso, posto que os jovens geralmente estejam fora da escola e muitos não saibam, sequer, ler.

A formação profissional precisa ser ofertada de modo que a medida socioeducativa cumpra o seu norteamento pedagógico e as dificuldades do ensino-aprendizagem dos socioeducandos não podem ser empecilhos para tanto, considerando as pessoas que receberão os cursos, com as suas vivências, necessidades, dificuldades e potencialidades, conforme bem se pode depreender do quanto preconizado nos arts. 39 a 42, da Lei de Diretrizes e Bases, em sintonia com os demais dispositivos legais esposados.

Ademais, entende-se que os serviços nacionais de aprendizagem têm obrigação jurídica de atender ao público alvo delineado na legislação, qual seja, o de 14 aos 24 anos de idade, com as formações possíveis.

Assim, deverá viabilizar formações profissionais que atendam a todos os socioeducandos e não apenas a um diminuto grupo, excluindo os demais de direito que todos possuem.

A Lei n.12.594/2012, conforme já bem evidenciado, contempla a possibilidade de

formação profissional pelas entidades pertencentes ao serviço nacional de aprendizagem, integrantes do Sistema “S”, quais sejam, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Serviço Nacional de Aprendizagem em Transporte (SENAT).

Muito embora, tenha sido evidenciado que tais entidades poderão ofertar vagas ao Sistema Nacional Socioeducativo, entende-se que tal faculdade, deverá ser ponderada.

Em primeiro plano, deve-se considerar que os serviços nacionais de aprendizagem são consoante Meirelles; Aleixo; Burle Filho (2014):

Serviços sociais autônomos instituídos por lei, com personalidade de Direito Privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais.

Verifica-se que os serviços sociais de aprendizagem são criados por lei para cumprirem determinadas finalidades, dentre elas, a profissionalização dos adolescentes em circunstância de cumprimento de medida socioeducativa e não podem ser desviadas, sob pena de serem responsabilizadas pelo Estado, inclusive, compelidas a cumprirem as suas obrigações para o acolhimento do direito fundamental à profissionalização pelo Estado-Juiz.

Assim, se a profissionalização é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, que não pode ser limitado por normas infraconstitucionais, tem-se como inconcebível a sugerida faculdade ilustrada na Lei n.12.594/2012 aos serviços nacionais de aprendizagem, até, porquanto, cuida-se, in casu, também, de direitos que devem ser acolhidos a um segmento social com prioridade absoluta, nos termos do art. 227, da Constituição Federal de 1988 e do art. 4º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Conclui-se que o legislador ordinário, em relação à Lei do Sinase, foi infeliz na edificação de tal norma, no que diz respeito à ilustração da faculdade de conceder a profissionalização a tais serviços sociais, sem estabelecer o seu alcance.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os adolescentes e/ou jovens que cumprem medidas socioeducativas, conforme já demonstrado, em sua maioria, estão inseridos no ensino fundamental, encontram-se não matriculados e/ou matriculados, sem que frequentem a escola em período anterior à internação, com defasagem de idade e formação educacional e profissional, e tais fatores têm dificultado, quando não inviabilizado o direito à profissionalização, pelo não cumprimento do dever por parte do Estado e das entidades formadoras.

Os Serviços Nacionais de Aprendizagem e o Estado, por conseguinte, não estão concedendo a profissionalização aos socioeducandos que lhes é devida, tanto no que diz

respeito a todos receberem, quanto serem inseridos em cursos que os considerem com as suas vivências, potencialidades, necessidades e preferências, em sintonia com o que o mercado careça também.

Os direitos à educação e à profissionalização assistem ao adolescente e/ou jovem que cumpre medida socioeducativa e é dever do Estado e serviços sociais de aprendizagem fornecê-los, conforme visto.

Visualizou-se que os adolescentes e/ou jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas nas unidades de atendimento socioeducativo em apreço não estão tendo o direito fundamental à profissionalização respeitado a contento e a não profissionalização dos adolescentes e jovens, quer seja pela falta de oferta de cursos, quer seja pela não inserção ante a sua defasagem de conhecimento escolar, configura-se numa flagrante violação de seus direitos fundamentais, fato que deve ser coibido, ainda que pela via judicial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. Constituição (1988). **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 ago.2019.

_____. Casa Civil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 21 ago.2019.

_____. Casa Civil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2009/04/lei_diretrizes.pdf>. Acesso em: 21 ago.2019.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução n. 119, de 11 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104396>>. Acesso em 21 ago.2019.

_____. DECRETO-LEI n.5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm>. Acesso em: 21 ago.2019.

_____. Decreto n.5.598, de 1º dezembro de 2005. **Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm>. Acesso em: 21 ago.2019.

_____. Lei n. 12.594/2012, de 18 de janeiro de 2012. **Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**: regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm>. Acesso em: 21 ago.2019.

MEIRELLES, Hely Lopes; ALEIXO, Délcio Balesteiro; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro**. 41.ed.atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

Ministério Público do Estado da Bahia. **Procedimento Investigativo Ministerial** n. 003.9.76383/2018. Salvador, MPE, 2018.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n.8.069/90 – comentado artigo por artigo. São Paulo: Saraiva, 2018.

SKARDHAMAR, Torbjom; TELLE, KJETIL. **Life after prison**: the relationship between employment and re-incarceration. Oslo: Research Department of Statistical Department, Discussion Paper n.597, 2009.

Data de aceite: 01/09/2020

Rodolfo Palazzo Dias

Pós-doutorando no Programa de pós-graduação de Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ), doutor em Sociologia Política pela UFSC.

Eric Gil Dantas

Doutor e mestre em Ciência Política pela UFPR.

“Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”

(MARX, K. A ideologia Alemã. 11º tese sobre Feuerbach)

RESUMO: O presente artigo busca elaborar didaticamente aspectos do conteúdo e do desenvolvimento histórico da doutrina socialista. Trazendo para o debate os clássicos desse pensamento, e mobilizando grandes referências na área, o texto busca explorar o desenvolvimento e os conceitos fundamentais do socialismo como ponto de vista sobre a realidade político e social. O texto inicia com os fundadores da doutrina socialista; depois desenvolve histórica e conceitualmente o “socialismo científico”; elabora considerações sobre a internacionalização

da doutrina e finaliza com o impacto desta na América Latina e no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Socialismo, luta de classes, revolução.

ABSTRACT: This article seeks to didactically present aspects of the content and historical development of socialist doctrine. Bringing to the debate the classics of the socialist thought, and mobilizing main references in the area, the text seeks to explore the development and the key concepts of socialism as a point of view on the political and social reality. The text begins with the founders of socialist doctrine; then it develops “scientific socialism” historically and conceptually; elaborates considerations on the internationalization of doctrine and concludes with its impact on Latin America and Brazil.

KEYWORDS: Socialism, class struggle, revolution.

1 | APRESENTAÇÃO

A perspectiva socialista, sendo classificada enquanto doutrina, precisa iniciar sua discussão com um adendo. Esta é uma teoria que abarca fortes críticas ao que é classificado na filosofia como “idealismo”, e o que é classificado na política como “utopismo”. Nega, nesse sentido, uma capacidade da ideia em intervir autonomamente na realidade.

Por outro lado também é fortemente crítica à um descritivismo da realidade. Ela nasce, ao contrário, na tentativa de intervir diretamente nessa realidade. Nasce do

utopismo; porém, comprometido com a alteração da realidade, busca na ciência, na economia política, formas de superação das limitações de sua capacidade de intervenção na realidade.

É uma doutrina no sentido que verifica a importância da ideia como orientadora das práticas humanas, sendo estas as efetivas transformadoras das sociedades. Nesse sentido, mais do que defender certa sociedade, defende certa prática. Ao invés de defender certo modelo social, defende a revolução social.

Tendo isto em vista, o presente texto busca mostrar o desenvolvimento histórico de tal doutrina, iniciando nos seus primórdios utópicos, desenvolvendo a incorporação da economia política nos debates, e finalizando com os dilemas práticos enfrentados pela doutrina em sua efetiva intervenção na realidade.

2 | AS ORIGENS DO SOCIALISMO

A doutrina socialista moderna pode ter sua origem histórica reconstruída a partir de uma série de pensadores críticos do sistema social que estava se desenvolvendo nos séculos XVIII e XIX. Esse período foi marcado por intensas mudanças econômicas, políticas, demográficas e ideológicas, que levaram ao historiador Eric Hobsbawm a chamá-lo de “A Era das Revoluções”.

Nessas transformações, todo o sistema social anterior foi alterado e criticado. Como disse Engels:

Os grandes homens que, na França, iluminavam as mentes para a revolução vindoura atuavam, eles próprios, de modo sumariamente revolucionário. Eles não reconheciam nenhuma autoridade exterior, qualquer que fosse sua espécie. Religião, visão de natureza, sociedade, ordem estatal – tudo era submetido à crítica mais implacável, tudo tinha de justificar sua existência perante o tribunal da razão ou renunciar a ela. (ENGELS, 2015, p. 45).

As doutrinas Iluminista e Liberal faziam uma crítica incisiva sobre os aspectos centrais da sociedade que se deteriorava. Criticavam o despotismo acusando a miséria e a irracionalidade do sistema social feudal, assim como afirmaram a possibilidade de criação de uma ordem social racional fundamentada no direito natural individual, que seria capaz de realizar as promessas da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade.

Porém, a realidade social criada a partir desse processo não conseguiu realizar todas as expectativas geradas por tais doutrinas.

O que se pretendia era organizar um Estado racional, uma sociedade racional, e tudo o que contradizia a razão deveria ser eliminado sem dó nem piedade. [...] depois que a Revolução Francesa concretizou essa sociedade e esse Estado racionais, essas novas instituições, por mais racionais que fossem em comparação com as condições anteriores, de modo algum se evidenciaram como absolutamente racionais. O Estado Nacional ruiu completamente. (...) A paz perpétua prometida havia se revertido em uma interminável guerra de

conquistas. A sociedade racional não se saiu melhor. O antagonismo entre rico e pobre, em vez de dissolver-se no bem estar universal, aguçou-se (...). A opressão violenta foi substituída pela corrupção, ao passo que a espada o foi pelo dinheiro, que se tornou o principal meio de alavancar o poder social.” (ENGELS, 2015, p. 289-290).

As consequências sociais da revolução industrial inglesa e a incompletude das transformações políticas francesas frustraram os que aguardavam o triunfo da razão naquele período. Por esse motivo, um dos primeiros recursos argumentativos dispostos aos socialistas foi evidenciar tal frustração; foi empurrar os argumentos do liberalismo clássico até onde os liberais burgueses não conseguiriam ir (HOBSBAWN, 2002). A realização da liberdade e das potencialidades humanas em uma sociedade ordenada racionalmente permaneceram como horizonte de ambas as doutrinas, liberal e socialista, segundo Hobsbawn.

Mas como o historiador inglês destaca, não houveram apenas continuidades. Uma grande diferença que marca a separação dessas duas doutrinas é a retomada da compreensão do homem como “naturalmente coletivo” (HOBSBAWN, 2002, p. 337). E, além disso, ao invés de postular a liberdade como atributos naturais dos indivíduos, passam a ter uma visão mais histórica e evolutiva da sociedade (HOBSBAWN, 2002, p. 338).

Três pensadores são destaques no processo de gestação da doutrina socialista: Claude-Henri de Saint-Simon, Charles Fourier, e Robert Owen.

O primeiro, sendo um grande defensor do industrialismo (HOBSBAWN, 2002, p. 334-335) e da atividade do trabalho (ENGELS, 2015, p. 291-292), já concebia a história de seu período (Revolução Francesa) como a luta entre nobreza, burguesia e despossuídos. Aliava a sua defesa da atividade do trabalho à defesa dos despossuídos, que efetivamente produziam os recursos sociais. Sobre as consequências políticas da perspectiva de Saint-Simon, Engels comenta:

Embora o conhecimento de que a condição econômica é a base das instituições políticas aflore aqui apenas embrionariamente, está expressa com todas as letras a conversão do governo político sobre as pessoas em administração de coisas e em condução de processos de produção, ou seja, a recentemente tão badalada abolição do Estado. (ENGELS, 2015, p. 292).

Enquanto Saint-Simon vislumbrou a defesa de uma sociedade industrial, de uma sociedade de divisão do trabalho e apropriação dos resultados do trabalho pelos envolvidos no processo, Charles Fourier tem seu papel enquanto precursor do socialismo pela sua crítica à sociedade burguesa. Segundo Engels:

Ele subdivide todo o seu percurso até o presente momento em quatro fases de desenvolvimento: selvageria, patriarcado, barbárie e civilização, sendo que esta última coincide com a agora assim chamada sociedade burguesa, e demonstra 'que a ordem civilizada eleva todo e qualquer vício, que a barbárie pratica de modo singelo, à condição de modo de existência composto,

de duplo sentido, ambíguo e hipócrita', que a civilização se move em uma 'circulação defeituosa', em contradições que ela constantemente volta a gerar sem conseguir superá-las, de forma que continuamente obtém o contrário daquilo que quer ou alega querer alcançar, de forma que, por exemplo, 'na civilização a pobreza tem origem na própria abundância'. (ENGELS, 2015, p. 293-294).

Sua visão crítica (identificação das contradições presentes na sociedade) leva Engels a comentar que Fourier consegue manejar a dialética com tanta maestria como seu contemporâneo Hegel (ENGELS, 2015, p. 294). E, como destaca Hobsbawn, ainda que fosse o menos entusiasta do industrialismo que os outros dois autores aqui considerados, Fourier ainda assim “sustentava que a solução estava além e não atrás dele” (HOBSBAWN, 2002, p. 335).

Enquanto Saint-Simon e Fourier escreviam diante da realidade política revolucionária que assolava seu próprio país, a França, Robert Owen formulava suas ideias diante de uma revolução qualitativamente diferente, a Revolução Industrial na Inglaterra. Mais do que formular um ideal de organização econômica, aplicou esse ideal na prática. Conseguiu organizar uma indústria de algodão em Lanark, Escócia, em que: a jornada de trabalho era consideravelmente mais reduzida que os concorrentes; inventou os jardins de infância; com uma vida coletiva em que os dilemas sociais do período (embriaguez, justiça, pobreza, etc.) não estavam presentes; e, ainda assim, fortemente capaz de resistir às crises do algodão e de fornecer vultosos lucros aos seus proprietários (ENGELS, 2015, p. 296).

Mas mesmo diante de tais resultados Owen não se satisfaz. Ainda considerava que as pessoas permaneciam como escravas nesse sistema. E considerava três elementos da sociedade de sua época como responsáveis por essa situação: a propriedade privada, a religião e a forma de casamento do período (ENGELS, 2015, p. 296-297). Foi a partir dessa crítica que Owen deixa de ser considerado um filantropo e um exemplo para a sociedade europeia para ser “banido da sociedade oficial, silenciado pela imprensa, empobrecido pelos seus ensaios comunistas malsucedidos na América do Norte” (ENGELS, 2015, p. 297-298). Mas mesmo levando em consideração esses “fracassos” pessoais, Owen foi um importante participante do processo de organização da classe trabalhadora na Inglaterra¹.

Esses críticos são considerados pela literatura como ícones no processo de gestação da doutrina socialista, e geralmente são classificados enquanto “socialistas utópicos”. Mas, como veremos, não são os únicos classificados nessa perspectiva.

3 | O DESENVOLVIMENTO DAS DOUTRINAS SOCIALISTAS

Definir os primeiros pensadores da perspectiva socialista enquanto “socialistas utópicos” foi obra de uma doutrina socialista específica: os que se autoproclamavam

1. Sobre Robert Owen também sugerimos a leitura do 2º capítulo do livro “Introdução à Economia Solidária”, de autoria de (SINGER, 2012). O industrial inglês é um dos principais inspiradores da Economia Solidária, corrente em voga no Brasil, que aparece como uma “alternativa” ao socialismo.

“socialistas científicos”, ou também de “comunistas”. As denominações socialistas e comunistas ainda não eram bem definidas na metade do século XIX. Muitas vezes de maneira intercambiável (o último com um sentido mais revolucionário), tais classificações se referiam aos críticos do sistema econômico presente nas grandes cidades e do sistema político excludente das grandes massas da população. Estavam organizados tanto em movimentos operários abertos como também em sociedades secretas.

Uma dessas sociedades chamava-se “Liga dos Justos”, que cumpriu um importante papel no processo de definição e amadurecimento da doutrina socialista. A Liga era uma federação secreta, que congregava uma série de seções que eram legalizadas em diversos países da Europa, e era composta principalmente por operários (COGGIOLA, 1998, p. 10-11).

No decorrer da década de 1840 a liga passou por um processo de transformação, de passagem de sociedades secretas para sociedades comunistas abertas, mais dedicadas à propaganda pública do que a conspirações (COGGIOLA, 1998, p. 12-13). O ingresso de dois participantes na Liga, Karl Marx² e Friedrich Engels³, foi fundamental para a alteração desse foco. Em 2 de junho de 1847 a liga muda seu nome para “Liga comunista” e “seu lema passou do vago, porém reconfortante, ‘Todos os homens são irmãos’ para o mais físico ‘Trabalhadores de todos os países, uni-vos’” (GABRIEL, 2013, p. 152).

O final da década de 1840 foi marcado por uma grande instabilidade política. Nas palavras de Hobsbawn, havia “a consciência de uma revolução social iminente” (HOBSBAWN, 2002, p. 418) dispersa pela sociedade europeia. O espectro do comunismo realmente estava disperso na Europa (COGGIOLA, 1998, p. 29).

Havia a necessidade de uma síntese que expressasse o posicionamento dos comunistas naquele período. É nesse intuito que a Liga transfere a responsabilidade de redigir um documento desse gênero para Marx e Engels.

Assim foi produzido o conhecido “Manifesto do Partido Comunista” no início de 1848. A importância desse documento para o movimento socialista foi oferecer uma visão sobre história, economia, política e sociedade; foi definir a posição dos comunistas diante das lutas sociais no seu período; e também definir seus “concorrentes”, ou seja, fazer apontamentos críticos às outras formas de socialismo presentes no período.

No Manifesto, os socialismos foram classificados em três principais literaturas: o socialismo reacionário; o socialismo conservador ou burguês, e o socialismo e comunismo

2. Karl Heinrich Marx nasceu na Prússia Renana, Alemanha, na cidade de Tréveris, em 1818. Sendo o maior nome do socialismo mundial, Marx escreveu uma vasta obra com alguns dos livros mais importantes do século XIX, como “O 18 Brumário de Luis Bonaparte” e “O Capital” (sendo o primeiro livro publicado em 1867 e o último, postumamente, em 1894). Segundo Lenin, “Marx continuou e desenvolveu plena e genialmente as três principais correntes ideológicas do século XIX, nos três países mais avançados da humanidade: a filosofia alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês, em ligação com as doutrinas revolucionárias francesas em geral” (LENIN, 1979, p. 7).

3. Friedrich Engels nasceu em Barmen, também na Prússia, Alemanha, em 1820, e viveu mais de uma década do que Marx, falecendo em 1895. Engels foi o principal parceiro de Marx, mas também produzindo individualmente algumas obras fundamentais do marxismo, como “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (1845), “O Anti-Dühring” (1878), e “A origem da Família, da propriedade privada e do Estado” (1884).

crítico-utópicos.

Sobre a primeira literatura socialista, são enquadrados nesse gênero: 1) o socialismo feudal, que, com uma crítica à sociedade burguesa, faz eco à dominação passada. Sua crítica da exploração presente acompanha a idealização da exploração passada; 2) o socialismo clerical, que, utilizando do ascetismo cristão, também prega o retorno da sociedade aos modelos históricos abandonados, mantendo um relacionamento estreito com o próprio socialismo feudal; 3) o socialismo pequeno-burguês, que também faz críticas aos desdobramentos da sociedade burguesa, porém em seu conteúdo propositivo oferece apenas “sistema corporativo na manufatura e economia patriarcal no campo” (MARX & ENGELS, 1998, p. 62); e 4) o socialismo alemão ou o “verdadeiro socialismo”, que seria a versão alemã da reação ao desenvolvimento do capital.

Diferente dos casos franceses e ingleses, em que o desenvolvimento econômico teria levado à ruína a aristocracia e a pequena burguesia, na Alemanha o desenvolvimento da sociedade burguesa estava menos maturo. Diante dessa realidade material, esta literatura se desenvolveu através de uma importação por parte dos filósofos idealistas alemães de uma série de considerações dos socialistas franceses. Porém, com um esforço de se abster das lutas concretas dos países vizinhos, substitui as lutas de classes pela luta da realização da verdade. Dessa forma, ao invés de representar a reação de classes efetivamente arruinadas, representou os interesses das classes que ainda estavam em posição dominante, mas que estavam amedrontadas diante dos avanços da burguesia nos países vizinhos. E, por isso, foi instrumento das velhas classes alemãs (aristocracia e pequena burguesia) em frear o avanço da sociedade burguesa na região.

De qualquer forma, esses diversos socialismos surgem como doutrinas que representam classes (sejam dominantes ou dominadas) arruinadas pelo processo de desenvolvimento do capital. Padecem da incapacidade de acompanhar o sentido da história, e, por consequência, assumem caráter cômico (quando irrealis) e infame (quando efetivamente atuam contra os interesses das classes dominadas).

A segunda literatura socialista, conservadora ou burguesa, é composta por autores dedicados a problematizar os males da sociedade burguesa, porém, sem desenvolver uma crítica anti-burguesa. “Os socialistas burgueses querem as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e os perigos que dela decorrem fatalmente” (MARX & ENGELS, 1998, p. 65).

O exemplo dessa literatura dado pelos autores é Pierre-Joseph Proudhon, especificamente seu livro chamado “Sistema de Contradições Econômicas ou Filosofia da Miséria”. Sobre esse texto, Marx dedica uma outra obra inteira para criticá-lo, que provocativamente chama-se “Miséria da Filosofia”. É uma crítica das dificuldades de Proudhon em lidar com os economistas políticos clássicos e com os filósofos alemães. Mas especificamente em relação às consequências políticas de tais dificuldades, Marx afirma:

Por outras palavras: o sr. Proudhon não afirma diretamente que a vida burguesa é para ele uma verdade eterna; di-lo indiretamente, ao divinizar as categorias que exprimem as relações burguesas sob a forma de pensamento. Toma os produtos da sociedade burguesa por seres espontâneos, dotados de uma vida própria, eternos, desde que se apresentem sob a forma de categorias, de pensamento. Assim, ele não ultrapassa o horizonte burguês. Porque trabalha como base nos pensamentos burgueses, supondo-os eternamente verdadeiros, procura a síntese desses pensamentos, do seu equilíbrio e não vê que o modo atual de eles se equilibrarem é o único possível. (MARX, 2001, p. 183)

Essa é a avaliação de Marx. Não se trata aqui de simplesmente caracterizar Proudhon como socialista burguês, classificação pejorativa na época. Se trata de verificar que o critério de classificação de um socialista enquanto burguês é justamente sua incapacidade em interpretar as categorias burguesas como transitórias historicamente, e portanto superáveis. As acusações de conservadorismo burguês embutidas em suas teorias, seguindo o critério acima, eram mútuas entre as diferentes correntes socialistas.

A terceira literatura tratada no Manifesto é chamada de socialismo e comunismo crítico-utópicos. É nessa classificação que se encontram os três autores tratados no tópico anterior. Mas não somente eles. Não podemos interpretar a crítica intensa presente no Manifesto à essa literatura como uma negação completa desses autores.

Os “fundadores” dessa corrente viviam sob circunstâncias históricas específicas. E para os termos dessas condições históricas, os três autores assumiram posições verdadeiramente revolucionárias. Apesar das críticas, não nos esqueçamos dos elogios que Engels faz à Saint-Simon por sua “amplidão genial do olhar” (ENGELS, 2015, p. 295), à Fourier como “um dos maiores satíricos de todos os tempos” (ENGELS, 2015, p. 295) e da consideração de que, na Inglaterra do início do século XIX, todos “os movimentos sociais, todos os progressos reais que foram feitos na Inglaterra visando o interesse dos trabalhadores estão vinculados ao nome de Owen” (ENGELS, 2015, p. 298).

A especificidade histórica vivida pelos autores estaria no fato de as lutas entre burguesia e proletariado não terem se desenvolvido ao ponto de esta segunda classe se mostrar como o potencial para a resolução dos dilemas sociais. E, como a própria realidade não oferecia a eles a solução para seus dilemas, substituem:

A atividade social por sua própria imaginação pessoal; as condições históricas da emancipação por condições fantásticas; a organização gradual e espontânea do proletariado em classe por uma organização da sociedade pré-fabricada por eles. (MARX & ENGELS, 1998, p. 66).

Se tal atitude não é condenável quando a própria realidade não oferece elementos para a sua solução (o refúgio na imaginação, nesse caso, torna-se a única opção revolucionária), isso passa a ser condenável quando a realidade passa a oferecer os elementos para a sua própria superação. Isso porque no primeiro caso a imaginação é a única opção; no segundo a realidade está sendo substituída pela imaginação, e portanto negada.

Por isso, se em muitos aspectos os fundadores desses sistemas foram revolucionários, as seitas formadas por seus discípulos foram sempre seitas reacionárias. Aferram-se às velhas concepções de seus mestres apesar do desenvolvimento histórico contínuo do proletariado. Procuram, portanto, e nisso são consequentes, atenuar a luta de classes e conciliar os antagonismos. (MARX & ENGELS, 1998, p. 67).

A crítica dos utópicos gira, portanto, principalmente na incapacidade de pensar soluções viáveis para os dilemas postos pelo capital, e essa incapacidade reside no fato de buscarem essas soluções em suas ideias, e não na realidade concreta.

É diante dessas três literaturas que o Manifesto apresenta sua posição política. Se diferencia das três, primeiro, por representar os interesses dos trabalhadores (e não de classes de sociedades anteriores que foram arruinadas e que, portanto, lutavam a favor de outras formas de dominação); segundo, por desejar ir além do que oferecia a sociedade burguesa; e terceiro, por buscar na realidade os elementos de superação da sociedade burguesa.

Essa posição política chama-se “comunismo”, que, ao invés de ser apenas uma literatura, é também um partido. Não no sentido contemporâneo, de organização institucional circunscrita a um país com a finalidade de participação do processo eleitoral. O partido naquele período ainda não estava amarrado nos limites institucionais contemporâneos (tanto que mais de uma organização poderia ser classificada como do mesmo partido; além disso, também rompe com as fronteiras nacionais). Seria uma teoria (partido) que se propõe expressar as condições gerais da luta de classes e intervir politicamente na realidade;

Na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário. (MARX; ENGELS, 1998, p. 51).

É a literatura criada pela política e interventora na política. E é justamente essa conexão com a realidade que posteriormente é utilizada por Engels para classificar esse comunismo como um tipo de socialismo: o socialismo científico. A sua maior capacidade de verificação das condições concretas da classe residiria no aspecto científico de sua análise.

4 | A CIÊNCIA DO SOCIALISMO CIENTÍFICO

Os textos de Karl Marx e Friedrich Engels fundaram o marxismo, que é uma corrente de pensamento presente não só nos movimentos sociais e organizações populares como também nas disciplinas acadêmicas. E são várias as contribuições dos dois autores para o campo científico. Mas, no discurso diante do túmulo de Marx, Engels destaca duas

principais contribuições do então falecido autor: o materialismo histórico e a mais-valia (ou mais-valor)⁴.

A primeira contribuição trata da primazia dos elementos materiais (econômicos) diante dos elementos políticos, jurídicos, culturais, ou seja, dos elementos que na literatura marxista são classificados como “superestrutura”. O que é tratado nesse discurso como um simples fato, evidente, oculto apenas por excessivas ideologias, na verdade tornou-se um dos grandes problemas debatidos durante todo o século XX, o determinismo econômico.

Afinal, as variáveis econômicas teriam um poder explicativo maior da realidade social quando comparado com outras variáveis? Para realizar esse debate temos que partir do tipo de relação que as variáveis sociais estabelecem nessa perspectiva teórica. A influência da filosofia alemã, e do método dialético, é fundamental para avaliarmos de forma honesta as considerações dos autores sobre o tema.

Para tratar da dialética, é útil compará-la com a outra forma de pensamento com que se defronta no debate filosófico, a lógica formal. Esta, segundo Henri Lefebvre (1975, p. 25), define as formas, variáveis, em termos de identidades, estabelecendo relações abstratas entre estas, como por exemplo “inclusão-exclusão”, ou causa e efeito. O pensamento dialético parte da dificuldade da definição de tal identidade nas variáveis; as contradições destas, que são tomadas como erro lógico (o impossível) e que passam a ser a própria unidade de análise da dialética.

Esse debate é importante para interpretarmos a seguinte passagem de Marx: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência” (MARX, 1982, p. 25). As palavras “consciência” e “ser social”, sob a perspectiva dialética, não podem ser entendidas como dois elementos com identidades próprias. São, na verdade, duas variáveis em diferença/contradição pertencentes a uma mesma unidade (sendo o “ser social” a categoria com o aspecto mais geral).

Essa mesma linha interpretativa pode ser usada para o trecho imediatamente anterior do texto de Marx:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX, 1982, p. 25).

Essa famosa passagem em que Marx opõe a estrutura econômica às superestruturas jurídicas e políticas é geralmente usada para confirmar o determinismo econômico do autor.

4. Na literatura marxista brasileira há uma imprecisão da tradução do termo alemão *mehrwert*. Traduzido desde o início para *mais-valia*, importando o termo com uma tradução incorreta, a partir da tradução do livro de Marx os *Grundrisse*, em 2011, por Mario Duayer para a Editora Boitempo, o termo utilizado por esta editora é *mais-valor*.

Mas para ser lida sob a perspectiva metodológica dele, deve partir não de uma separação entre economia e política (destacando o título da obra em questão, “Contribuição à crítica da economia política”); deve sim partir da unidade (formações sociais) e interpretar os elementos econômicos e políticos como partes distintas desta mesma unidade. Nesse sentido, não é que a economia define os fenômenos políticos, em uma relação exterior entre duas unidades. Mas sim que a participação da economia na formação social como um todo é mais relevante, e temos todo um debate no marxismo para definir qual é essa relevância (uma avaliação mais compatível com a dialética seria uma qualificação mais precisa dessa relevância, ao invés de sua quantificação em termos de peso em relação às outras variáveis).

A segunda contribuição de Marx, a mais-valia, pode ser conceituada de forma muito simplificada como o tempo de trabalho não pago ao trabalhador e apropriada por um terceiro, o capitalista. Como, na concepção de Marx, o que gera valor é o trabalho (o ato humano de socializar os elementos da natureza, que no capitalismo é mercantilizado e, portanto, quantificável); o tempo a mais que o proletário trabalha, após ter produzido a riqueza necessária para pagar sua força de trabalho (que na sua “aparência” chama-se salário), e que é apropriada pelo capitalista, chama-se mais-valor. Ou nas palavras de Marx, em *O Capital*:

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador trabalha além dos limites do trabalho necessário [para pagar seu salário e cobrir os custos de produção], custa-lhe, de certo, trabalho, dispêndio de força de trabalho, porém não cria valor algum para o próprio trabalhador. Ele gera mais-valor, que, para o capitalista, tem todo o charme de uma criação a partir do nada. Essa parte da jornada de trabalho denomino de trabalho excedente, e ao trabalho nela despedido denomino mais-trabalho. (MARX, 2013, p. 293)

Mas além dessas duas contribuições de Marx exaltadas por Engels, outro elemento essencial para entendermos a teoria marxista aplicada à luta pelo socialismo é a da centralidade da luta de classes. A teoria econômica de Marx coloca os trabalhadores como os agentes produtores de valor. Considera que as forças produtivas possuem caráter coletivo (divisão do trabalho enquanto processo coletivo de socialização dos elementos da natureza) em contradição com o modelo privado de apropriação do resultado da produção (ENGELS, 2015, p. 310). E imprimem nas formações sociais, nas quais o modo de produção capitalista é dominante, a luta dicotômica entre burguesia e proletariado. Aqueles que produzem não se apropriam da produção.

Como colocado no Manifesto, o desenvolvimento histórico da sociedade burguesa simplificou “os antagonismos de classe. A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado” (MARX & ENGELS, 1998, p. 40–41). Esse processo explica-se, primeiro,

pela força destrutiva que esse modo de produção⁵ possui em relação aos outros modos; e segundo, pelo fato de os trabalhadores assalariados serem a grande massa de pessoas nesta sociedade, que efetivamente produzem os bens necessários, mas que se veem privados do usufruto do resultado social.

Portanto, para os socialistas, essas contradições econômicas, por disporem os atores sociais de forma contraditória, produzindo antagonismos de classes, traduzem-se em lutas políticas entre tais classes. Mas não devemos levar ao extremo esse processo histórico apresentado no Manifesto.

Primeiramente, ela não implica no completo desaparecimento de outras classes. Vide: a importância da renda no processo de distribuição no modo de produção capitalista; a importância dos outros modos de produção na acumulação primitiva de capital e no processo de expansão mundial do capital; a importância do campesinato e a oposição entre cidade e campo. Ou seja, a concentração da luta entre burguesia e proletariado verificada no Manifesto seria uma tendência, uma determinação no real que é composto por múltiplas determinações.

Segundo, essa polarização não significa a simplificação das lutas. E aqui é importante os fracionamentos que as classes possuem nas formações sociais. Ou seja, não existe apenas contradições entre as classes, mas também contradições nas próprias classes.

As obras de análise histórica de Marx, em especial “O 18 brumário de Luís Bonaparte”, foram muito influentes nos estudos marxistas sobre fracionamento de classe. Tanto a classe dominante está fracionada (grandes proprietários agrários, aristocracia financeira, burguesia industrial), como também existem frações intermediárias de classe (pequena burguesia). Estas se traduzem (são representados) na cena política através de organizações que se aliam e se fragmentam de acordo com a conjuntura (partido da Ordem, republicanos, etc.).

Para Marx a cena política também é composta por elementos além dessas organizações representativas das classes. Mas que, para obter poder político, precisam travar uma luta e obter apoio das classes, em uma relação específica com o Estado (ocupando-o e utilizando-o). A análise política não é simplificada por uma leitura que parte de categorias econômicas. A política tem suas próprias categorias que são interpretadas

5. O modo de produção é um conceito composto por “forças produtivas” e “relações de produção”. O primeiro refere-se ao processo direto de intervenção humana na realidade com a finalidade de obter bens socialmente úteis; e o segundo refere-se às relações entre os seres humanos que se organizam com o objetivo de colocar em funcionamento as forças produtivas. Essa relação, longe de ser lógica, é contraditória. E sua contradição explicaria grande parte das transformações observadas na história (MARX, 1982, p. 25). O modo de produção capitalista é um modo específico de realizar esse processo de geração de bens úteis socialmente. Existem outras formas de tal realização, porém, a história do desenvolvimento do capitalismo é marcada pela transformação dessas outras formas que, ou desaparecem, ou passam a ter um papel secundário, submisso, e/ou funcional ao próprio modo de produção capitalista. Seria o caso da produção doméstica de alimentos, que é funcional ao sistema na medida em que a sociedade capitalista não está suficientemente desenvolvida (quando não existe mercado de alimentos em determinada região, mesmo que essa região já esteja integrada ao mercado mundial na produção de alguma mercadoria simples, como a cana-de-açúcar), mas que passa a ser substituída pela compra de alimentos na medida em que os mercados se expandem.

considerando seu papel na formação social específica, que, portanto, tem relação com as categorias vindas da economia.

E, se é possível observar fracionamentos na classe burguesa, também o é na classe proletária. O Manifesto já apresenta alguns desses fracionamentos quando fala das diferentes literaturas socialistas, mostrando como as ideias das outras classes podem influenciar a orientação prática dos operários.

A orientação desse texto é mais pelo “otimismo da vontade”, mostrando os fracionamentos, mas com a expectativa de sucesso dos operários em superar as divisões e fazer a transformação social. Já a orientação do 18 Brumário poderia ser interpretada como “pessimismo da razão”, ou a verificação concreta de como a classe trabalhadora foi alijada do processo político francês nos acontecimentos posteriores à 1848.

Não verificamos, assim, um fatalismo na análise histórica de Marx, o necessário sucesso da classe trabalhadora. Mas sim uma torcida, um partido assumido pelo autor em favor de uma classe. Esse sucesso dependeria tanto da superação dos fracionamentos internos da classe operária e das classes dominadas, como também da capacidade de derrotar a burguesia (tanto nacional como internacionalmente). Esses eram os elementos a serem superados, por exemplo, nos eventos de 1871, a chamada “Comuna de Paris”, analisados por Marx na obra “A guerra civil na França”.

Neste livro, Marx retrata a primeira experiência histórica de tomada de poder da classe trabalhadora, a Comuna. A experiência que ocorreu em Paris e durou apenas 72 dias, sendo posteriormente esmagada pelo governo francês (com apoio de outras nações europeias), matando cerca de 20 mil *communards* (como ficaram conhecidos os membros e apoiadores da Comuna).

Para sabermos a dimensão desta novidade histórica é importante destacarmos aqui alguns ganhos dos trabalhadores a partir da Comuna de Paris. Marx cita, primeiramente, medidas para a classe trabalhadora e para as classes médias. A “supressão do trabalho noturno para padeiros diaristas”; também a abolição da jurisdição privada, que fazia dos empregadores “ao mesmo tempo juízes, executores e beneficiários e partes nas disputas, dando a eles o direito a um código penal próprio, permitindo-os roubar o salário dos trabalhadores por meio de multas e descontos a título de punição, etc.” (MARX, 2011, p. 116); instauração de cooperativas geridas pelos trabalhadores; remoção dos elementos religiosos e clericais da Educação; distribuição gratuita de materiais escolares; devolução de objetos penhorados; devolução de valores pagos em alugueis residenciais dos últimos três meses; abolição do alistamento; abolição da pena de morte, igualdade entre os sexos, redução da carga horária de trabalho e um longo etc.

Politicamente a Comuna foi também uma grande revolução democrática. Como descreveu Marx,

A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio

universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento. Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com salários de operários. (MARX, 2011, p. 56-57)

Mas, apesar dessas conquistas, a experiência foi concluída com o assassinato de grande parte dos trabalhadores envolvidos no processo. A Comuna de Paris passou a ser um paradigma para os socialistas. Ao mesmo tempo que realizou grandes avanços para a classe trabalhadora, apresentando um modelo alternativo de sociedade, também colocou o grande desafio a ser superado: a vitória político-militar sobre a burguesia.

5 | LENIN: ORGANIZAR O PARTIDO PARA A TOMADA DO PODER

Nascido com o nome de Vladimir Ilyitch Ulianov, na cidade russa de Simbirsk, em 22 de abril de 1870, Lenin – como ficou conhecido – foi a principal figura do socialismo russo. Teórico marxista e dirigente do Partido Social-Democrata Russo, Lenin escreveu alguns dos principais livros sobre o socialismo. Como um socialista, era um homem de práxis, onde teoria e prática não se separavam⁶.

Apesar da vasta bibliografia escrita por Vladimir Lenin, que rendeu material para a produção por parte de diversas editoras pelo mundo de 36 volumes das “Obras Completas”, discutiremos aqui sobre dois dos seus escritos: “Que Fazer?” (1902) e “O Estado e a Revolução” (1917). O primeiro escrito ainda no início do que seria o Partido Bolchevique⁷ e o segundo já às portas da Revolução Russa de outubro de 1917.

Nestas duas obras Lenin se preocupa diretamente em discutir o que o partido (agente fundamental para dirigir uma revolução socialista) deve fazer para construir a almejada revolução. Mas é importante perceber que, tal como Marx e Engels, os escritos de Lenin são caracterizados por conteúdos de polêmicas. Ao longo de sua obra, ele polemizou com os “Populistas”, “Economicistas”, “Marxistas Legalistas” e os “Revisionistas”.

Que Fazer: Problemas candentes do nosso movimento foi escrito entre o outono de 1901 e fevereiro de 1902, sendo publicado um mês depois. Nele, Lenin discute diretamente com uma ala da social-democracia russa que ganhava força, que defendiam o foco da luta dos sociais-democratas em ganhos imediatos para a classe trabalhadora, como salários e condições de trabalho. Ou seja, definiam o objetivo da luta socialista enquanto conquistas econômicas, e por isso sendo denominados pelos seus críticos de “economicistas”. Podemos descrever resumidamente a crítica de Lenin no seguinte trecho do livro:

A social-democracia dirige a luta da classe operária não só para obter

6. Uma importante biografia de Lenin onde o leitor poderia se aprofundar na vida do autor seria a de (MARIE, 2008), ainda não editada em português.

7. Os Bolcheviques e os Mencheviques, respectivamente “homens da maioria” e “homens da minoria”, foram duas frações do Partido Operário Social-Democrata Russo. Apesar deste racha dentro do partido ter ocorrido em 1902, o maior antagonismo se expressou antes da Revolução Russa, quando os Bolcheviques defendiam a imediata tomada do poder, enquanto que os Mencheviques defendiam a continuidade da democracia liberal.

condições vantajosas de venda da força de trabalho, mas para que seja destruído o regime social que obriga os não possuidores a venderem-se aos ricos. A social-democracia representa a classe operária não só na sua relação com um dado grupo de patrões, mas também nas suas relações com todas as classes da sociedade contemporânea, com o Estado como força política organizada. Compreende-se portanto que os sociais-democratas não só não possam circunscrever-se à luta econômica, como nem sequer possam admitir que a organização das denúncias econômicas constitua a sua atividade predominante. Devemos empreender ativamente o trabalho de educação política da classe operária, de desenvolvimento da sua consciência política. (LENIN, 1979^a, p. 119)

Esta é uma característica importante para os socialistas (até então chamados de sociais-democratas por estarem dentro deste partido), a de que as lutas não devem parar apenas no que chamavam de trade-unionismo⁸, mas sim fazer o combate pelo poder político, mais especificamente pela derrocada do Estado. Colocando nos termos do debate socialista de Marx, era necessário superar o socialismo burguês e efetivar o chamado socialismo científico.

O Estado e a Revolução: O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução, obra escrita e publicada meses antes da tomada do poder na Rússia, que ocorreu em outubro de 1917, trata justamente sobre a necessidade de tomada e destruição do Estado. A obra é justificada como um combate às distorções do marxismo. Nas palavras de Lenin, “uma vez que se logrou difundir tão amplamente o marxismo deformado, a nossa missão é, antes de mais nada, restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado” (LENIN, 2007, p. 24).

O revolucionário russo reivindica aqui um conceito essencial para os socialistas, a de que o Estado serve apenas à uma determinada classe, no caso do capitalismo à burguesia. Revisitando uma das principais obras de Engels, “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, Lenin define que:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não pode objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis. [Ou ainda que] para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes. (LENIN, 2007, p. 25-6).

Como o Estado é um órgão de dominação de uma classe diante das outras, o objetivo central dos socialistas passa a ser a tomada e destruição desta entidade. “A ideia de Marx é que a classe operária deve quebrar, destruir a “máquina do Estado”, não se limitando apenas a assenhorear-se dela” (LENIN, 2007, p. 63), ou seja, não ganhar eleições e assim gerir o Estado burguês, mas tomar de assalto o Estado e destruir esta máquina.

8. O termo é originado nas organizações chamadas de trade-unions, onde se reuniam trabalhadores antes da formação de sindicatos.

61 STALIN X TROTSKY: A REVOLUÇÃO DEVE SER NACIONAL OU INTERNACIONAL?

Lenin faleceu em 21 de janeiro de 1924, pouco mais de seis anos após a tomada do poder na Rússia e menos de dois anos após a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Depois de sua morte, duas forças políticas antagônicas passaram a reivindicar o “verdadeiro leninismo”, estando de um lado Joseph Stalin⁹ e de outro Leon Trotsky¹⁰.

No campo teórico, o grande termo da disputa era entre uma concepção de socialismo em um só país contra a necessidade da revolução internacional. Stalin, a partir de uma teoria gestada por Nikolai Bukharin, um dos grandes teóricos marxistas russos do Século XX (mais tarde morto pelos expurgos da política estalinista), passou a defender a ideia da URSS como país com uma estrutura econômica ainda atrasada diante do restante da Europa, e que por isso só poderia manter o socialismo apenas neste país (antes de derrotar o imperialismo). Ou seja, o socialismo soviético não precisaria ultrapassar suas próprias fronteiras para ser vitorioso, e a revolução mundial seria objetivo jogado para um futuro indefinido.

Em contraponto à isto, Trotsky – expulso de sua nação por Stalin e exilado em vários outros países, vindo a ser morto no México em 1940, também a mando do mesmo carrasco – em sua teoria chamada de Revolução Permanente, argumentava na 10ª tese do seu livro do mesmo nome que:

A revolução socialista não pode se realizar nos quadros nacionais. Uma das principais causas da crise da sociedade burguesa reside no fato de as forças produtivas por ela engendradas tenderem a ultrapassar os limites do Estado nacional. Daí as guerras imperialistas, de um lado, e a utopia dos Estados Unidos burgueses da Europa, de outro lado. A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o planeta. (TROTSKY, 2007, p. 208).

Ao contrário da doutrina estalinista, o trotskismo estabelece o objetivo da revolução internacional como luta imediata. Enquanto Stalin pregava um socialismo nacionalista, Trotsky propagava o internacionalismo revolucionário.

Trotsky escreveu muitas críticas diretas ao estalinismo, sendo talvez a principal delas *A Revolução Traída: O que é e para onde vai a URSS*, escrita em 1936. Nela, o

9. Secretário-geral do Partido Comunista e mandatário da URSS de 1922 a 1953, ano de sua morte, Stalin exerceu poderes ditatoriais principalmente depois da morte de Lenin. Seu legado ficou conhecido como “estalinismo” e foi reivindicado por muito tempo pelos partidos comunistas ao redor do mundo. Uma interessante biografia deste personagem foi escrita por (DEUTSCHER, 2006a).

10. Até 1940 Trotsky foi uma das maiores ameaças à Stalin. Líder da chamada Oposição de Esquerda, que combatia o “stalinismo”, Trotsky dirigiu partidos socialistas identificados com o que ficou conhecido como “trotskismo”, fundando a IV Internacional. Isaac Deutscher (DEUTSCHER, 1968, 2005, 2006b) também foi seu principal biógrafo, mas Trotsky também escreveu sua autobiografia, intitulada *Minha Vida* (1930).

“renegado” (como Stalin e os seus seguidores chamavam Leon Trotsky) definiu que:

A União Soviética é uma sociedade contraditória no meio do caminho entre o capitalismo e o socialismo, na qual: a) as forças produtivas são ainda insuficientes para dar à propriedade de Estado um caráter socialista; [...] d) o desenvolvimento econômico, melhorando lentamente a condição dos trabalhadores, contribui para a rápida formação de uma camada de privilegiados; e) a burocracia, explorando os antagonismos sociais, tornou-se uma casta incontrolável, estranha ao socialismo; f) a revolução social, traída pelo partido governante, ainda existe nas relações de propriedade e na consciência dos trabalhadores; g) a evolução das contradições acumuladas pode tanto levar ao socialismo como de volta para o capitalismo; h) no rumo do capitalismo, a contra-revolução deverá quebrar a resistência dos operários; i) no caminho para o socialismo, os trabalhadores terão que derrubar a burocracia. Em última instância, a questão será resolvida pela luta das duas forças sociais, tanto na arena nacional como na internacional. (TROTSKY, 2005, p. 228)

Para Trotsky só uma nova revolução política poderia salvar a URSS da dominação da burocracia estalinista e colocar novamente o socialismo no horizonte, sendo por isto mesmo a doutrina trotskista eleita como a maior traidora do Estado soviético (segundo a corrente estalinista).

O embate entre Stalin e Trotsky – mesmo após a morte do último – se refletiu nas doutrinas defendidas pelas correntes políticas socialistas e comunistas ao redor do mundo. Os Partidos Comunistas (PCs), tal como o Partido Comunista do Brasil (PCB), foram defensores da doutrina estalinista ao menos até a década de 1950. A principal correia de transmissão das posições do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) aos outros PCs era a Terceira Internacional. Essas posições, mais do que decisões políticas específicas, se referiam também à doutrina política, forma de interpretar as próprias obras marxistas, e também tradução, divulgação de obras, e produção de jornais partidários. Já para os partidos socialistas trotskistas foi a Quarta Internacional que serviu de organização central.

A perspectiva internacionalista sempre orientou os debates presentes na doutrina socialista. Parte significativa das ideias foram gestadas através de debates em organizações conhecidas como “Internacionais”, as quais apresentaremos no próximo ponto.

7 | AS INTERNACIONAIS

Provavelmente a frase mais famosa que podemos associar aos socialistas é a do trecho final do Manifesto do Partido Comunista, quando Marx e Engels gritam para os quatro cantos do mundo: “trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!”.

Estas não são palavras vazias, ou mesmo desprovidas de sentido teórico. Como novamente afirmam no Manifesto, “Os operários não têm pátria”. E isto ocorre porque o capitalismo é um sistema internacional, logo sua antítese, o comunismo, necessariamente também o é.

Sendo assim, mesmo antes da primeira publicação do Manifesto, o próprio Marx já participava de um embrião de partido internacional do proletariado, a já mencionada Liga dos Justos, fundada em 1836, e que depois transformou-se em Liga dos Comunistas. Mas a organização que foi denominada como Primeira Internacional foi a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), fundada em setembro de 1848, em Londres, organização esta onde Marx era um dos seus dirigentes. A AIT reuniu inúmeras correntes ideológicas em seu interior: comunistas, anarquistas, sindicalistas, reformistas, democratas radicais, cooperativistas e um longo etc. A principal batalha apoiada pela AIT foi a da Comuna de Paris, também já mencionada neste capítulo.

A Primeira Internacional era formada por diversas organizações nacionais. Ela foi palco de muitas disputas ideológicas, mas a principal delas pode ser considerada a de Marx com Bakunin¹¹. Este confronto estava ligada à uma disputa maior, a dos comunistas e anarquistas. Apesar de concordar com o objetivo final, comunistas e anarquistas discordam inteiramente dos métodos para se chegar nele: o primeiro defende a tomada do Estado e a implantação da “ditadura do proletariado” (como vimos em Lenin) para oprimir e fazer desaparecer as outras classes; já os anarquistas defendem a imediata destruição do Estado capitalista e a implementação de uma sociedade igualitária, sem esta transição.

Após fortes confrontos entre os dois grupos, um vinculado à Marx e outro à Bakunin, este último e seus seguidores foram expulsos da Internacional, fundando uma nova organização internacional paralela, a Internacional de Saint-Imier. A I Internacional foi dissolvida em 1876, na Filadélfia, mas deixando um legado internacionalista para o movimento operário.

Fundada em 1889, nomeada como Internacional Operária e Socialista, a Segunda Internacional foi a legítima sucessora da Primeira e contou com a participação de Friedrich Engels em sua fundação, já com seus 68 anos. Diferentemente da Primeira, que tinha como principal país a Inglaterra, o centro desta Internacional foi a Alemanha, reflexo do crescimento industrial deste país e consequente impacto disto no movimento operário (SAGRA, 2010). “A II Internacional, diferentemente da I, não foi uma frente única entre organizações operárias, mas uma federação de partidos social-democratas, alguns dos quais tinham peso de massa, e todos eles se reivindicavam marxistas”. (SAGRA, 2010, p. 25)

Uma das disputas teóricas maiores dentro da II Internacional foi a de Reforma ou Revolução, debate este que pode ser sintetizado a partir dos escritos de Eduard Bernstein e Rosa Luxemburgo.

A ala oportunista, apoiando-se no fato de que as condições objetivas ainda não estavam maduras para a revolução, buscou fazer da luta por reformas a essência do movimento socialista. Esse ponto de vista foi formulado por Bernstein da seguinte maneira: “O objetivo final, seja qual for, é nada; o

11. Mikhail Aleksandrovitch Bakunin nasceu 30 de maio de 1814, na Rússia, e foi o maior expoente do anarquismo do século XIX.

movimento é tudo”. Respondendo a ele, Rosa Luxemburgo, em Reforma ou Revolução, dizia: “entre a reforma e a revolução social existe, para a social-democrata, um vínculo indissolúvel. A luta pelas reformas é o meio; a revolução social, o fim”. (SAGRA, 2010, p. 25-6)

Grandes dirigentes e teóricos socialistas passaram por esta Internacional, como os alemães August Bebel, Karl Kautsky, Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, e os russos Vladimir Lenin e Leon Trotsky.

Esta Internacional começou a fragmentar-se depois de que uma de suas alas apoiou seus respectivos governos na I Guerra Mundial, inclusive com seus deputados votando a favor do crédito de guerra. Ela foi dissolvida em 1916, depois de muitos partidos saírem desta Internacional.

Já a Terceira Internacional, também chamada de Comintern (do alemão *Kommunistische Internationale*), foi fundada em 1919, já após a Revolução Russa (BROUÉ, 2007a, 2007b) e teve como seu principal idealizador e dirigente Lenin.

Esta foi a mais importante e madura das Internacionais. “A III Internacional não foi nem uma frente única como a I nem uma federação de partidos como a II. Com a III Internacional houve um salto qualitativo, foi o primeiro Partido Revolucionário Mundial”. (SAGRA, 2010) Esta organização funcionava a partir do “centralismo democrático”, formato de organização onde organismos superiores definem uma determinada política e todos os partidos e militantes devem implementá-la. Tinha como principal objetivo incitar a revolução mundial a partir dos partidos comunistas espalhados pelo mundo, seguindo a doutrina leninista de tomada do Estado.

Esta organização foi fechada por Stalin em 1943 – após esvaziá-la de poder paulatinamente – para sinalizar aos Estados aliados ocidentais que não haveria interferência da URSS nestes países.

Por fim, a Quarta Internacional foi fundada em 1938. A organização que teve como seu principal dirigente Leon Trotsky, foi uma organização denominada como “trotskista”, pois defendia um programa de transição para o socialismo, a *revolução permanente*, e uma nova revolução política na URSS¹².

Hoje existem inúmeras organizações que se autodenominam “quarta internacional” em alusão ao partido de Trotsky, inclusive algumas delas com seções no Brasil. No entanto, nenhum destes atingiu a importância política das anteriores.

8 | O SOCIALISMO NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

O socialismo teve sua origem no continente europeu, mas também teve uma grande disseminação ao redor do globo. Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, com o início da ordem internacional bipolarizada entre Estados Unidos e URSS, e também com

12. As bases teóricas e a disputa contra o Estado Soviético e Stalin já foram discutidos no ponto anterior.

o processo de descolonização de vários países na África e na Ásia, a doutrina socialista passou a orientar atividades políticas, econômicas e intelectuais pelo mundo.

Mas para pensar o socialismo na América Latina, em geral, e no Brasil, em específico, é necessário retornar ao início do século XX, pois já nessa época surge os primeiros movimentos políticos e intelectuais inspirados no socialismo.

Michael Lowy (1999) destaca que o período inicial de desenvolvimento do socialismo latino-americano é marcado por uma tendência acentuadamente revolucionária, com intelectuais de destaque como José Carlos Mariátegui, e manifestações políticas importantes como a insurreição salvadorenha de 1932 (LOWY, 1999, p. 9).

No Brasil a influência do socialismo pode ser observada tanto nos movimentos grevistas e anarquistas do começo do século como também na organização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. A fundação do PCB, assim como de outros Partidos Comunistas na América Latina, pode ser considerada bastante antecipado em relação à difusão socialista mundial, pois foi em um momento muito próximo da Revolução Russa de 1917. Teve grande inspiração desta, mas ainda não havia a influência organizacional exercida pelo estalinismo nos períodos posteriores.

Foi ao final da década de 1920 que Lowy destaca o recuo desse ímpeto revolucionário no socialismo latino-americano. Dois movimentos analiticamente opostos teriam motivado esse recuo: o que destacava as especificidades dos casos latino-americanos, considerando-os completamente diferente do europeu; e o que tentava aplicar os modelos de desenvolvimento capitalista ocorridos na Europa sem fazer distinção alguma. O primeiro, por considerar que as especificidades latino-americanas impediam a solução revolucionária europeia; o segundo, por considerar a etapa de desenvolvimento econômica prematura para poder fazer a revolução; os dois convergiam em negar a opção revolucionária para os casos na América Latina.

O segundo tipo de análise é característico da perspectiva estalinista, que ficou conhecido como “etapismo”. Seguindo essa análise, existem etapas de desenvolvimento, e que o socialismo deve ser precedido do capitalismo. O caso latino-americano ainda não seria propriamente capitalista, se aproximando do regime feudal. Portanto, a opção política a ser tomada deveria ser menos a revolução e mais a aliança com as burguesias nacionais progressistas, que permitiria o desenvolvimento capitalista local, a luta contra o fascismo e a luta contra o imperialismo.

Essa tendência se desenvolveu dentro do PCB. Além dos rachas internos do partido ocorridos ao final da década de 1920 e início da década de 1930, foi se consolidando a influência do *Comintern* no partido, com Luís Carlos Prestes assumindo a direção em 1935. Segundo Lowy, nesse momento o partido ainda passava por um momento de transição, em que havia um ímpeto revolucionário, porém, sem um fundamento de mobilização popular. Pela própria trajetória de Prestes (tenentismo), foi possível observar que a força na qual o partido pretendia sustentar o processo revolucionário eram as instituições militares (com o

apoio da burguesia progressista carioca) ao invés da mobilização popular (campesina ou urbana). A revolta da Aliança Nacional Libertadora (ANL) de 1935 foi a tentativa frustrada dos socialistas assumirem o poder no Brasil, e marca a consolidação da orientação de aliança com as forças burguesas no Brasil e na América Latina (especialmente marcante foi o apoio do PCB, e de Prestes, à Getúlio Vargas em 1945, mesmo depois das perseguições aos comunistas ocorridas durante o Estado Novo).

Da mesma maneira que o recuo do ímpeto revolucionário se deu diante de uma série de fracassos de intervenções militares socialistas (no Brasil e na América Latina), nas décadas de 1950 e 1960 é possível observar o surgimento de tendências mais revolucionárias também pelo fracasso da opção das alianças com a burguesia local. No Brasil, a perspectiva estalinista passa a se defrontar com críticas tanto intelectuais como políticas.

A tese do etapismo passa a ser criticada por membros do próprio PCB; por exemplo, a crítica de Caio Prado Jr. em relação à caracterização feudal da formação econômica brasileira. E a suposição do progressismo de determinadas frações das burguesias locais passa a ser criticada pela “Teoria da Dependência”.

Além dos teóricos que criticam o ortodoxismo presente nas análises oficiais do partido, um fato político importante ocorre na América Latina: a Revolução Cubana. Talvez seja legítimo comparar o impacto que tal revolução teve nos socialistas latino-americanos com o impacto que a Comuna de Paris teve nos socialistas europeus. Foi um fato político paradigmático, que transformou a realidade diante desses socialistas. Primeiro, foi uma revolta armada bem-sucedida contra os Estados Unidos, país que exercia dominação militar em toda a região do Caribe, e que era um dos polos de poder na Guerra Fria. Segundo, foi uma revolta com a mobilização de grande parte da população rural (contrariando a análise ortodoxa que via no campesinato latino-americano o mesmo papel que Marx viu no campesinato francês de 1848, ou seja, um papel conservador). Terceiro, mesmo com uma proposta inicial mais jacobina do que socialista, realizou um processo de estatização econômica sem precedentes entre os governos que reivindicavam o socialismo na América Latina.

Como coloca Lowy, foi uma revolução em que *“a prática precedeu a teoria”* (1999, p. 44), e que, no processo revolucionário, os atores foram tornando-se socialistas. Um dos partícipes do processo cubano foi especialmente importante para o socialismo na América Latina, Ernesto Che Guevara. Absorvendo as experiências cubanas e participando ativamente de processos revolucionários em outros países no continente, forma uma perspectiva específica de socialismo, que Lowy chama de “guevarismo” (LOWY, 1999, p. 45-47).

O guevarismo, segundo o autor, teve uma grande influência em movimentos socialistas brasileiros como o Movimento revolucionário 8 de outubro (MR-8, liderado pelo Capitão Carlos Lamarca) e a Ação Libertadora Nacional (ALN, liderada por Carlos

Marighella) (LOWY, 1999, p. 48). Destacando a incapacidade de progressismo das frações burguesas locais e o socialismo como única alternativa para o desenvolvimento e a independência latino-americana, defenderam a luta armada. No Brasil, durante o período da ditadura militar, os movimentos influenciados por essa perspectiva assumiram principalmente intervenções urbanas de guerrilha, e que foram duramente reprimidas pelo regime. Seu baixo enraizamento popular, assim como seu militarismo, foram grandes objetos de crítica (e auto-crítica).

Outra corrente socialista que teve impacto no Brasil foram os maoístas, movimento influenciado pela doutrina socialista desenvolvida na China por Mao Tse-Tung, e que inspirou a formação do PCdoB, partido formado após um racha no PCB em 1962. Críticos em relação aos “guevaristas” e aos trotskistas, possuíam uma posição mais radicalizada que o PCB em relação às intervenções armadas. Organizaram uma guerrilha camponesa na Amazônia (a conhecida “guerrilha do Araguaia”) que também foi dizimada pelo exército brasileiro.

Já os trotskistas tinham uma relação mais conciliatória em relação ao “guevarismo”. Muitos trotskistas participaram ativamente desses movimentos armados durante a ditadura, e também participaram da formação do novo partido organizado pelas classes populares, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Ao final da ditadura militar brasileira, se temos organizações e agrupamentos abertamente socialistas (PCB, maoístas, trotskistas, guevaristas), também temos outros movimentos políticos que, apesar de não se reivindicarem ao estatuto de socialista, também são influenciados pela doutrina¹³.

Destacamos enquanto movimento religioso a chamada “Teologia da Libertação”. Atraídos pela “ética socialista” de defesa dos pobres e da crítica da modernização pauperizadora, esses teólogos se aproximaram das doutrinas socialistas no processo de abertura liberal da Igreja (Concílio Vaticano II), e tiveram grande papel em movimentos populares e também na organização do PT.

Enquanto exemplo de movimento camponês no Brasil influenciado pelas doutrinas socialistas temos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), movimento com origem no cristianismo libertário (LOWY, 1999, p. 63), que realiza seu primeiro encontro nacional em 1984.

O Partido dos Trabalhadores teve influência tanto dos trotskistas como da Teologia da Libertação, mas a sustentação de base do partido foi o movimento sindical do final da década de 1970. Os sindicalistas reprimidos na fase final da ditadura, influenciados por essas correntes politizadas, decidem formar um partido próprio, acompanhando as transformações do sistema partidário brasileiro, que deixa o bipartidarismo e permite a oficialização de novas instituições. Em processos políticos aproximados, o movimento

13. Há uma ampla bibliografia que trata sobre os comunistas e seus partidos no Brasil, tal como (RIDENTI; REIS, 2007a, 2007b) e (MAZZEO; LAGOA, 2003).

sindical conseguiu centralizar-se e nacionalizar-se com a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

9 | CONCLUSÃO

O período contemporâneo, durante e após a década de 1990, colocam uma série de questões para a doutrina socialista. Se houveram fatos políticos paradigmáticos que incentivaram a organização e o desenvolvimento da doutrina socialista nos últimos séculos (tratamos no presente texto da Comuna de Paris e da Revolução Cubana), os eventos posteriores a 1989 estavam na direção contrária, de tentar afirmar a superação da doutrina socialista.

Mundialmente, os dois eventos que mais impactaram os socialistas foram a queda do Muro de Berlim e a dissolução da URSS; na América Latina temos a derrota sandinista na América Central e a falta de democracia no sistema cubano.

Nessa tendência descendente do socialismo, muitos líderes socialistas e trabalhistas europeus acabaram realizando governos liberais. No Brasil, temos o governo do PT eleito em 2002, que insistiu na estratégia conciliatória de classes, supondo um progressismo por parte de algumas frações da burguesia.

Mas no período recente essa aposta conciliatória vem mostrando seus limites. As crises econômicas enfrentadas durante toda a década de 1990 e 2000, destacando a crise de 2008 pelo seu impacto, problematizam a infalibilidade do sistema capitalista. Contradições intrínsecas ao capitalismo, somado com o aspecto financeirizado do sistema econômico contemporâneo, são explicações que os socialistas dão para a realidade contemporânea.

Mas além do impasse econômico, a atualidade se defronta com uma forte ascensão de movimentos conservadores, que não só resultaram na vitória eleitoral dos partidos alinhados nessa perspectiva, como também no golpe de Estado ocorrido em 2016 no Brasil. No caso brasileiro, a estratégia de alianças com a burguesia se mostrou extremamente frágil, tendo em vista que frações do empresariado, extremamente favoráveis ao governo petista, de maneira surpreendentemente rápida, mudaram a posição para o extremo oposto.

Não só à instabilidade econômica, mas os socialistas também têm que responder aos dilemas políticos democráticos colocados atualmente. Essa resposta, pela própria orientação da doutrina, deve ser não apenas teórica, mas também prática. Talvez uma das faltas existentes para o movimento socialista contemporâneo seja um caso paradigmático, uma experiência concreta atual que oriente a direção do movimento (como foi a Comuna e Cuba). Mas essas experiências não ocorrem espontaneamente e se devem às lutas sociais nas quais os socialistas se envolvem diretamente.

REFERÊNCIAS

BROUÉ, P. **História da Internacional Comunista (1919-1943): a ascensão e a queda**. 1. ed. São Paulo: Editora Sundermann, 2007a.

BROUÉ, P. **História da Internacional Comunista (1919-1943): da atividade política à atividade policial e anexos**. 1. ed. São Paulo: Editora Sundermann, 2007b.

COGGIOLA, O. 150 anos do Manifesto Comunista. In: **Manifesto Comunista**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 1998.

DEUTSCHER, I. **Trotsky - o profeta armado: 1879-1921**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DEUTSCHER, I. **Trotsky - o profeta desarmado: 1921-1929**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DEUTSCHER, I. **Stalin: uma biografia política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

DEUTSCHER, I. **Trotsky - o profeta banido: 1929-1940**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

ENGELS, F. **Anti-Duhring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Duhring**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

GABRIEL, M. **Amor e capital: a saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

HOBBSBAWN, E. **A era das revoluções: 1789-1848**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LENIN, V. Que fazer? In: LENIN, V. (Ed.). **Obras escolhidas**. 1. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979a.

LENIN, V. Obras Escolhidas. In: LENIN, V. (Ed.). **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979b.

LENIN, V. **O Estado e a revolução**. 1. ed. São Paulo: Centauro, 2007.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal / lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LÖWY, M. (Org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

MARIE, J. J. **Lenin (1870 - 1924)**. Madrid: POSI, 2008.

MARX, K. **A guerra civil na França**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MARX, K. **Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon.** São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital.** 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MARX, K. **Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista.** 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 1998.

MAZZEO, A. C.; LAGOVA, M. I. **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX.** 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

RIDENTI, M.; REIS, D. A. **História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960.** 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a.

RIDENTI, M.; REIS, D. A. **História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960.** 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

TROTSKY, L. **A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS.** 1. ed. São Paulo: Editora Sundermann, 2005.

TROTSKY, L. **A revolução permanente.** 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

COALIZAÇÕES ORGANIZACIONAIS – RESPOSTA À CÔNJUNTURA DE ALTA COMPETITIVIDADE

Data de aceite: 01/09/2020

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp. Endereço: Rua Prof. Egídio Ferreira, nº 271, Apto. 303. Capoeiras/Florianópolis/SC/Brasil.

Daniel Tenconi

Mestrando no Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp).

RESUMO: O desafio de toda e qualquer organização consiste em adaptá-la às novas oportunidades que emanam do ambiente. Esse estudo tem por objetivo, identificar a importância que as alianças estratégicas bem sucedidas podem apresentar para a educação, com base na gestão por competência, num período de hiper competitividade, onde novas tecnologias surgem a cada. O estudo de caráter qualitativo, fundamentado por conhecimentos teórico - empíricos. O planejamento estratégico exerce papel na preparação na organização para novas oportunidades, por meio das alianças estratégicas, que ocorrem em segmentos das organizações, podendo envolver elos verticais ou horizontais. Em face da diversidade e pela presença de novas tecnologias do conhecimento,

é preciso valorizar as disparidades, estimular ideias, opiniões e atitudes, e desenvolver a capacidade de aprender e pensar. Especial atenção deve ser outorgada às alianças estratégicas entre as organizações de educação superior e do sistema estadual de educação, no ensejo da acirrada competição.

PALAVRAS-CHAVE: Competências, Alianças Estratégicas, Educação Superior.

ORGANIZATIONAL COALIZATIONS – RESPONSE TO THE CONJECTURE HIGHLY COMPETITIVE

ABSTRACT: The challenge of any organization is to adapt it to the new opportunities that arise from the environment. This study aims to identify the importance that successful strategic alliances can present for education, based on competence management, in a period of hypercompetitiveness, where new technologies emerge at each. The qualitative study based on theoretical – empirical. Strategic planning plays a role in preparing the organization for new opportunities, through strategic alliances, which occur in segments of organizations and may involve vertical or horizontal links. In the face of diversity and the presence of new knowledge technologies, it is necessary to value disparities, stimulate ideas, opinions and attitudes, and develop the capacity to learn and think. Special attention should be given to strategic alliances between higher education organizations and the state education system, in the context of fierce competition.

KEYWORDS: Skills, Strategic Alliances, Higher Education.

1 | INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, as organizações escolares e os sistemas educacionais, verdadeiros organismos vivos e dinâmicos, constituem segmento de um contexto socioeconômico-cultural caracterizado pela pluralidade, bem como pela controvérsia.

Quando são vistas como organizações vivas, caracterizadas por uma rede de relações entre todos os elementos que nela atuam ou interferem direta ou indiretamente, a sua direção demanda um enfoque novo de organização e esta necessidade que a gestão escolar procura responder.

Destarte, abrange também a dinâmica das interações, em decorrência do que o trabalho, como práxis social, passa a ser enfoque orientador do desempenho administrativo realizado na organização de ensino.

Portanto, observa-se que diversos são os fatores que contribuíram para a mudança significativa na gestão educacional, desde um novo enfoque no aprendizado dos alunos.

Em consequência da banalização da informação, passando por uma ruptura na maneira como esses gestores veem a escola – como uma empresa que necessita oferecer valor a seus clientes para continuar prestando seus serviços ou como uma atividade diferente das demais, que não depende dos valores percebidos por seus clientes, mas somente de seus valores internos, até a efetiva prática da gestão estratégica e da aplicação dos diversos instrumentos de marketing em prol da criação de diferenciais competitivos, visando focar a escola nas necessidades do mercado onde se insere.

Observa-se, com isso, a cada dia a importância de que as organizações educacionais formem alianças estratégicas, porquanto estas, envolvendo universidades, empresas e o Estado, implicam em compromissos mútuos de cooperação e de aprendizado comuns, e vise gerar riquezas também, para os parceiros, com ganhos revertidos em benefícios sociais e econômicos, assim como redução de custos e investimentos.

Todo processo de mudança e transformação traz consigo turbulências, que precisam ser equacionadas para a sustentação do próprio meio que ocorrem, daí a necessidade de aperfeiçoamento das competências num período de hipercompetitividade.

Assumindo a organização como esse meio, em que a unidade sistêmica terá se estabelecido em um cenário complexo, em decorrência das inter-relações que acontecem nas unidades e entre elas.

Esse estudo tem por objetivo, identificar a importância que as alianças estratégicas bem sucedidas podem apresentar para a educação, com base na gestão por competência, num período de hipercompetitividade, onde novas tecnologias surgem a cada instante.

Por conseguinte, configura-se relevante discutir a importância das organizações escolares perante as alianças estratégicas, proclamando a necessidade da gestão de competências num período de hipercompetitividade.

O estudo se reveste de caráter qualitativo. Esse tipo de análise tem por fundamento

conhecimentos teóricos - empíricos que permita-lhe atribuir cientificidade.

Caracteriza-se, ainda, à luz da prelação de lavra de Rodrigues (2007), por se limitar à busca de informações em livros e outros meios de publicação.

A investigação puramente bibliográfica dispensa a busca de fontes primárias, suprimindo a preocupação com a escolha de sujeitos de pesquisa e a elaboração de instrumentos para a coleta de informações, como entrevista e questionário.

De acordo, com o magistério dado a lume por Vieira (2004), a pesquisa qualitativa pode ser definida pela característica, em princípio, da não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados, assim como a lógica e a coerência da argumentação não fulcral em relações estatísticas entre variáveis.

Em epítome, o estudo analisa a perspectiva de alianças estratégicas, que constituem instrumento de eficiência e eficácia das organizações de educação superior do sistema estadual de educação de Santa Catarina, no ensejo de acirrada emulação vigente no setor.

Constitucionalmente, uma universidade, modalidade da espécie organização da educação superior, reveste-se de autonomia, didática, financeira, funcional, observada, todavia, a regulação estatal pertinente, para desempenho, entretantes, das funções de ensino, pesquisa e extensão.

2 I EDUCAÇÃO SUPERIOR E HIPERCOMPETITIVIDADE

Ao longo de sua história, a educação superior no Brasil sempre foi caracterizada pelo controle desenvolvido por parte do Ministério da Educação, enquanto instituição que atua em nome do Estado. À luz do magistério da lavra de Boclin (2005), tal perspectiva de controle não é um fato novo nem específico, o que pode ser observado ao se levar em conta à herança histórica perpassada por diferentes regimes políticos e a influência da tradição secular existente em diversos países.

Legalmente, no Brasil, o órgão devotado à estatística educacional é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De acordo com o consulta ao *site* do órgão, depreende-se que o Curso de Graduação Medina consiste no único com demanda maior do que a oferta; em todos os outros, este supera, em muito, aquela (INEP, 2016). Fica, por conseguinte patente à configuração de conjuntura de hipercompetitividade.

Destarte, fica evidenciado a necessidade para adversar a conjuntura em foco. Entre elas, a aliança estratégica constitui preciso e eficaz instrumento.

Diferentes autores apresentam diversos aspectos e algumas vezes, apresentam conceitos totalmente singulares sobre o que realmente a competitividade. Barbosa (1999) destaca que o problema maior é definir quais aspectos quantitativos e qualitativos devem ser enfatizados.

A competitividade é uma questão de aumentar o padrão de vida da nação, para

outros o conceito conecta-se com a habilidade em competir e negociar com sucesso produtos e serviços. Além de entender os fatores que afetam a competitividade, é preciso ainda identificar os indicadores, por meio dos quais as mudanças na competitividade podem ser estimadas.

Para o mesmo autor, competitividade caracteriza-se com competição, em conseguir uma chance de resultados bem sucedidos em condições de rivalidade.

Contudo, esta definição não clarifica se a rivalidade se encontra no nível de empreendimentos, indústrias ou nações, nem define o papel da política governamental.

De acordo, com o Estudo Aldington citado por Barbosa (1999, p. 23), significa que: “uma empresa é competitiva quando ela é capaz de oferecer produtos e serviços de qualidade maior, custos menores, e tornar os consumidores mais satisfeitos do que quando servidos por rivais”.

Podem ainda ser apresentadas pelo governo, interferências no nível da competitividade. Quando os governos intervêm para aumentar a poupança, selecionar nichos de desenvolvimento, determinar controle estrito dos gastos, aumentar os investimentos públicos de maneira eficiente, reduzir corrupções e o mau gerenciamento, priorizar a educação, pesquisa e desenvolvimento, tecnologia e inovação, e assim por diante, pode ser que a competitividade seja assim acentuada (BARBOSA, 1999).

A perseguição por respostas sobre as razões da vantagem competitiva das organizações tem uma longa tradição tanto nas ciências sociais, quanto nas engenharias.

Sendo que, um dos maiores trabalhos na área é a proposição de uma relação entre aprendizagem e competitividade, baseada no conceito de curva de experiência.

A reengenharia estratégica e organizacional significa a reestruturação de impacto dos processos estratégicos e organizações, com o intuito de aperfeiçoar o valor agregado e os resultados dos negócios, produtos, serviços de toda a organização, a partir da alavancagem dos processos, sistemas, fluxos, políticas, estrutura organizacional e comprometer profissionais, tendo em vista a melhoria da produtividade e da qualidade, bem como o atendimento das necessidades e expectativas dos clientes, e mercados atuais e futuros da empresa (OLIVEIRA, 2006).

Para Oliveira (2006), os focos básicos para a decisão de desenvolvimento e implementação da reengenharia estratégica e organizacional, estão relacionados ao nível de impacto estratégico proporcionado e pelo aumento do valor agregado do negócio, produto ou serviço considerado.

A obtenção ou a ultrapassagem de um retorno específico sobre o investimento constitui um objetivo organizacional normalmente afirmado, porém, é difícil prever qual será esse retorno, ou ainda, qual é a melhor forma de ajustá-lo de maneira apropriada, quando se fala em riscos.

Certo et al. (2005) destaca que as alternativas estratégicas, num período de hipercompetitividade, devem ser aceitas à medida que atendam aos seguintes critérios:

correspondam ao ambiente externo; envolvam uma vantagem competitiva sustentável; sejam consistentes com outras estratégias da organização; forneçam flexibilidade adequada para a organização; estejam de acordo com a missão da organização e com os objetivos de longo prazo e sejam organizacionalmente factíveis.

De acordo com Steil (2006), a gestão da qualidade também é uma abordagem que traz elementos para a compreensão das razões da vantagem competitiva e tem sido crescentemente analisada como um método sistematizado de aprendizagem organizacional, na medida em que se pauta pelo melhoramento contínuo de todos os processos, pessoas, produtos e serviços de uma organização.

Similarmente ao movimento da qualidade, a abordagem baseada em recursos da organização concentra seus estudos na identificação e na explicação das propriedades dos recursos, que gerem vantagens competitivas sustentáveis às organizações.

Tal abordagem tem se distanciado da modelagem da organização como um conjunto de recursos tangíveis, tais como terra, capital e trabalho, e procura compreender a organização como uma coleção de habilidades dificilmente imitáveis e com o potencial de garantir-lhe vantagem competitiva sustentada.

Steil (2006) destaca que é nesse contexto que o conhecimento tem sido compreendido como o princípio mais importante para as organizações, com pertinência superior aos tradicionais fatores terra, trabalho e capital.

Considerando-se o conhecimento como o recurso atual primordial, as metodologias que objetivam desenvolvê-lo e que desejam aumentar o repertório potencial de resolução de problemas e habilidades organizacionais, configurando-se em ferramentas para o aumento da competitividade organizacional.

Para que esteja sempre bem posicionada, é preciso ainda que a organização ofereça uma proposição de valor que supere o que as rivais possam oferecer. Para fazer isso, é preciso que essa possua recursos e capacidades escassos e imobilizados, se forem de escopo, quanto mais, melhor. Dranove e Marciano (2007) acrescentam que possuir recursos escassos, imobilizados e de escopo, pode ser necessário para o sucesso, porém, não suficiente em razão da concorrência e das ameaças persistentes de entrantes.

Se as concorrentes e as entrantes estiverem suficientemente diferenciadas ou deixarem de oferecer o mesmo, há pouco a temer. Os mesmos autores acrescentam ainda que isso, efetivamente, neutralizaria a fonte de vantagem competitiva da organização. A participação no mercado pode desacelerar a emulação do preço, intensificar e o lucro desaparecerem.

Faz-se necessário, que o gerente de qualquer organização bem-sucedida, esteja sempre preocupado sobre se outras empresas podem imitar seu sucesso na entrega de valor. O que não é admissível é que rivais não façam a cópia exata do modelo de negócio, mas que apenas queiram copiar a proposição de criação de valor.

Dranove e Marciano (2007), acrescentam ainda que os fatores que protegem as

organizações estabelecidas da imitação são denominados mecanismos de isolamento.

Esses são para uma organização o mesmo que uma barreira à entrada de um setor. Assim como, uma barreira à entrada impede que entrantes invadam o setor e dividam o lucro com as organizações posicionadas, os mecanismos de isolamento evitam que outras organizações – concorrentes existentes e entrantes – dividam o lucro extra que esta ganha em função de sua vantagem competitiva.

O repto estratégico mais crítico do gerente de uma organização bem-sucedida consiste em avaliar, estabelecer e manter mecanismos de isolamento.

Alguns impedimentos à imitação são fáceis de descrever na presença de algum desafio. Restrições legais como patentes e marcas registradas garantem vantagens óbvias àquelas já estabelecidas, é fato que os produtos patenteados fornecem, rotineiramente, maiores retornos sobre o investimento do que qualquer outro grupo de produto.

Isso não quer dizer que a organização não possa prosperar pela aquisição de ativos escassos e valiosos. Para fazer isso, é preciso obtê-los sob condições em que as rivais não possam replicar.

Afinal, de acordo com a clarificação de Noletto (2004), relações de parceria e alianças estratégicas acontecem apenas quando uma organização pode agregar de outra algo que possui em menor quantidade, ou ainda não possui.

A base da parceria e das alianças reside na complementaridade.

Noletto (2004) esclarece que, quando ao propor uma parceria em que apenas um dos parceiros aportará recursos financeiros, é fundamental esclarecer quais são as atribuições do parceiro que não contribuirá com recursos financeiros e de que forma ele efetuará o seu contributo.

Todavia, Dranove e Marciano (2007) destacam que uma vez que a vantagem de ser a primeira é uma proposição incerta nos setores tecnológicos, sendo ainda mais incerta em outros segmentos.

Ao observar suas rivais, aprender com os erros e encontrar nichos lucrativos, as segundas entrantes, frequentemente, desfrutam de maior prosperidade do que as primeiras.

3 | ALIANÇAS ESTRATÉGICAS

As formas como as mudanças ocorrem na sociedade influenciam e impulsionam mudanças organizacionais, algumas vezes de maneira bastante radical, o que afeta, em especial, as pessoas e a maneira como o trabalho é realizado.

Analisando-se o período de mudança da sociedade industrial para a sociedade de informação e do conhecimento, nesse contexto de mudanças rápidas, tem-se uma grande riqueza de fatos e dados deste processo de transformação. Rodriguez (2007) enfatiza que a revolução industrial foi onde se deu o início da modernidade e, com a implantação da organização piramidal hierárquica, começa um processo de aprendizagem e de domínio

pelo homem da tecnologia disponibilizada onde, a cada dia, uma tecnologia nova acaba por deixar obsoletos os equipamentos utilizados, como foi o caso dos técnicos que reparavam máquinas de escrever, a guisa de exemplo.

O autor, ainda, salienta que as organizações da sociedade industrial foram então desenhadas dentro das técnicas existentes na época, com base na maneira como se organizavam a Igreja e o Exército, construindo a tradicional organização piramidal. Com o tempo, identificaram-se percalços causadores das perdas de produtividade e, conseqüentemente, de resultados aquém do esperado, tais como:

- a. Perdas de comunicação entre o topo e a base da organização;
- b. Níveis hierárquicos operacionais com pouca ou nenhuma autonomia;
- c. Gerências intermediárias atuando como filtros de novas idéias.

Foi desenvolvida, na década de 70, a gestão pela qualidade total, onde poucas e pioneiras organizações iniciaram sua utilização no Brasil como forma de reter clientes a partir da melhoria dos processos internos e da qualidade dos bens e serviços oferecidos aos clientes.

Drucker (2001) destaca que o século XXI será a era das alianças, onde a cooperação entre organizações sem fins lucrativos e empresas comerciais crescerá em frequência e importância estratégica. As relações de cooperação migrarão progressivamente das alianças tradicionalmente filantrópicas, caracterizadas pelo doador benevolente e pelo donatário agradecido, para as alianças estratégicas. O dinâmico panorama das alianças é vasto em variedade, com organizações com e sem fins lucrativos.

Essas alianças não demandam de planos estratégicos grandiosos, assim como, de acordo com Drucker (2001), paciência e perseverança são suficientes para transformar exíguos primórdios em alianças estratégicas importantes.

As formas de estruturação da organização evoluíram bastante, e, cada vez mais, estão se tornando flexíveis e variadas.

A estrutura formal da organização era utilizada com o objetivo de direcionar o comportamento esperado das pessoas e buscar a eliminação das incertezas, privilegiando as dimensões internas e as funções administrativas, de forma independente com o seu posicionamento dentro de um contexto maior e mais complexo.

Rodriguez (2007) apresenta essa nova dimensão, que foi imposta por um ambiente muito mais complexo e incerto e mudou para:

- a. Conectividade – comportamento das pessoas baseado na interação pessoal e grupal, nas percepções individuais e na forma como as informações são processadas internamente;

- b. Gestão – base estrutural fundamentada em processos e equipes autônomas e autogestionárias;
- c. Poder – autoridade e responsabilidade flexíveis e dinâmicas;
- d. Cliente – produção acionada pela demanda dos clientes e orientada da maneira mais rápida e eficiente – em tempo real;
- e. Desperdício – foco na eliminação de redundâncias e duplicação de tarefas;
- f. Autocontrole – com um mínimo de controle formal;
- g. Autonomia – unidades independentes e autônomas;
- h. *Downsizing* – horizontalização da organização, sem chefias intermediárias;
- i. Virtualização – terceirização e virtualização do trabalho.

Dentro dessa nova dimensão organizacional, as mudanças são aceleradas e entusiasmo a todos como uma grande rede global, fortemente influenciada pela capacidade de geração de novos conhecimentos.

O aumento da quantidade e escopo das informações disponíveis no mercado faz com que os consumidores se tornem cada vez mais exigentes em relação à qualidade, à tecnologia e ao preço dos produtos e/ou serviços ofertados.

Diante da adaptação a esse ambiente de grande competição, as organizações têm, paradoxalmente, recorrido a estratégias colaborativas como maneira de adquirirem habilidade que ainda não possuem. Tem crescido o número de associações entre organizações de diferentes países, para melhorar o atendimento e a qualidade de seus produtos e/ou serviços (OLIVEIRA et al., 1999).

Para Oliveira et al. (1999), a principal razão para o crescimento dessas alianças consiste no seguinte: a dificuldade dessas empresas, de individualmente, manterem-se competitivas em ambientes cada vez mais complexos, caracterizados por rápidas e contínuas transformações tecnológicas; a revolução tecnológica no setor de comunicações e a queda nos custos de transportes, que têm possibilitado que essas distribuam etapas de sua produção entre diversos países, empresas multinacionais realizam investimentos diretos; a formação de blocos econômicos, que procuram, por meio da união das potencialidades das empresas, manterem-se competitivos perante as demais; o desejo de países de economia emergentes de atrair investimentos externos, o que tem resultado na liberalização de legislações nacionais em relação à entrada de tais investimentos.

O compartilhamento de inovações tecnológicas, a partir do investimento em pesquisas científicas nas universidades pode trazer resultados coletivos para setores públicos e privados da sociedade, de acordo com a argumentação de Marquez (2003).

O apoio documental e informacional das bibliotecas universitárias e de seus profissionais, nesse contexto, é a garantia de um retorno satisfatório à sociedade, principalmente em termos de qualidade e cientificidade dos resultados pela credibilidade conquistada por universidades brasileiras e seus pesquisadores, principalmente as públicas.

Marquez (2003) acrescenta que as bibliotecas universitárias possuem importante papel na formação de alianças, atuando como parceiras de empresas e pesquisadores, uma vez que cabe o empenho delas para o apoio e o suporte informacional, de localização, seleção, tratamento e disponibilidade da informação que será de grande importância em uma dada pesquisa, fazendo uso de cooperação e troca de informações entre bibliotecas. As parceiras propiciam as condições de agilizarem o trabalho dos pesquisadores, influenciando nas decisões referentes à estratégia e à alocação de recursos no universo da pesquisa. Dessa maneira, a definição de políticas de informação possibilitará ganhos financeiros e de tempo.

A crescente concorrência entre as organizações exige que sejam adotadas práticas de gerenciamento cada vez mais especializadas e agressivas, feitas por profissionais que possuam habilidades e conhecimentos específicos em suas áreas de atuação.

Em decorrência desse fato, na gestão de negócios, principalmente em alianças estratégicas internacionais, percebe-se um distanciamento, cada vez mais visível, entre os donos de capital e os gerentes que decidem onde e como o capital deve ser aplicado. O controle que antes era feito em grande parte pelos próprios donos da organização passa a ser exercido, cada vez mais, por administradores profissionais (OLIVEIRA et al., 1999).

A parceria universidade - empresa torna-se, com isso, cada vez mais valiosa e pode ser desenvolvida de diferentes formas: pesquisa por grupos de universidades, pesquisa em cooperação com empresas públicas ou privadas, projetos específicos, trocas de experiências e compartilhamento de idéias, informações e descobertas, uso comum de instalações, bibliotecas, equipamentos e tecnologia, e por competências individuais ou coletivas do corpo docente e de pesquisadores (MARQUEZ, 2003).

Consoantes estudos de Harbison e Pekar Júnior (1999) reconhecem que os resultados financeiros melhoram muito, na medida em que a organização ganha experiência na formação de alianças. O retorno sobre o investimento em alianças alcançado por organizações experientes é o dobro do retorno obtido pelos novatos em aliança.

Essa melhoria no retorno sobre o investimento não é uma casualidade estatística.

Para esses autores, todos os setores apresentam melhoria, embora em graus variados. E em alguns, os resultados são notáveis, com aumentos maiores, na medida em que a experiência se consolida. Em termos simples, o investimento se reduz na proporção em que o retorno aumenta, ou seja, o dirigente obtém um maior grau de satisfação, pois realiza muito mais com muito menos.

Para a organização celebrar alianças, Harbison e Pekar Jr (1999) desenvolveram um método que facilita este processo, que envolvem quatro etapas: identificação; valorização; negociação e implementação.

As quatro etapas compreendem oito atividades ou passos: definir estratégias e objetivos, avaliar parceiros em potencial, avaliar alavancagem e o que ofertar em uma troca, definir a oportunidade, avaliar o impacto sobre envolvidos, avaliar o poder de barganha, planejar a integração e implementar a integração (HARBISON; PEKAR JR., 1999).

A formação de alianças estratégicas, de acordo com Marquez (2003) deve acontecer entre parceiros que tem por objetivos os mesmos resultados e objetivos e que, juntos, sabem que são mais fortes, devendo levar em consideração questões relevantes como:

- a. Definição de objetivos comuns;
- b. Bens ou serviços resultantes das pesquisas desenvolvidas;
- c. Benefícios sociais;
- d. Definição de prazos, investimentos e responsabilidades em capital, tecnologia, pesquisadores, infraestrutura, informação e pessoal técnico;
- e. Recursos informacionais utilizados;
- f. Monitoramento das parcerias envolvidas para dar visibilidade ao desempenho de cada um dos parceiros, bem como o redirecionamento de recursos e responsabilidades, caso se tornem necessários.

As organizações que estão tentando formar alianças se deparam com muitas armadilhas, conhecidas como experiências negativas do aprendizado. Felizmente, existem princípios e práticas que permeiam as etapas e as atividades da construção das alianças que devem ser observados.

Evitar armadilhas por um lado, de acordo com Harbison e Pekar Júnior (1999), e, por outro, as melhores práticas possuem igual relevância em toda aliança estratégica. A abordagem precisa ser adaptada a cada situação.

Executivos experientes aprenderam a ficarem atentos ao que é chamado por esses autores de limite da complexidade. É necessário pensar nas alianças estratégicas mais adequadas a uma organização, tendo em vista sua natureza e capacidade – que se considera ser sua complexidade organizacional.

Essa complexidade é definida pelo nível de pesquisa e desenvolvimento utilizado por uma determinada organização, pela variedade e número de seus produtos ou serviços, pelo seu âmbito internacional e pela extensão à quais novos produtos contribuem para sua receita e crescimento.

As alianças mistas, aquelas em que empresas complexas e simples, geralmente fracassam, precisamente, porque as melhores práticas que funcionam para cada tipo de

organização são diferentes. Organizações menos complexas, prestam mais atenção a questões e programações operacionais e menos as comunicações e linhas de autoridade.

De acordo com Tzu (2007) em “A arte da guerra”, atacar com confiança e alcançar os objetivos significa atacar aquilo que o inimigo – no caso organizacional, o concorrente – não está esperando.

Da mesma maneira, defender-se com confiança e garantir a segurança de suas posições, significa defender onde a concorrência não terá condições de atacar. Dessa maneira, contra o especialista em ataque, o inimigo não saberá onde deve se defender, contra o perito em defesa, o inimigo não saberá onde atacar.

Importa, também, para a exitosidade das alianças estratégicas que as competências sejam observadas e colimadas para que as organizações obtenham sucesso, porquanto o conceito de competência, conforme Fleury e Fleury (2004) revelam apenas o poder heurístico, quando apreendido no contexto de transformações do mundo do trabalho, quer seja nas empresas, quer seja na sociedade.

Definir um estoque de recursos individuais necessários ao bom desempenho em cada cargo ou posição não é condição suficiente para atender à demanda por inovação que se coloca às empresas.

4 | CONCLUSÃO

É imprescindível que seja considerada em âmbito global – empresa – e setorial – por unidade operacional, bem ou serviço, e ainda que os critérios e os parâmetros de competitividade sejam amplamente debatidos, entendidos e aceitos por todos os profissionais que estejam envolvidos no processo.

As competências essenciais, fator primordial para o sucesso das organizações, designa que aquelas que quiserem ser bem sucedidas, precisam, de todas as formas, fazer bem aquilo a que se comprometem. Entretanto, não são, exatamente, garantias de lucros, uma das razões frequentes para que exista desconexão entre competências e lucro é que diversas organizações possuem as mesmas competências que levam a concorrência destrutiva.

Um fator importante para o sucesso das organizações e alianças estratégicas, é que a cultura organizacional represente o conjunto de crenças, valores e expectativas da organização. Por conseguinte, a organização estratégica deve ser compatível com essa cultura, caso contrário, não poderá ser incorporada. Também é importante definir quais são as responsabilidades e os compromissos de cada parceiro.

Independentemente de quem financia a ação, todos os envolvidos têm igual responsabilidade, direitos e deveres.

Especial atenção deve ser outorgada às alianças estratégicas entre as organizações de educação superior e do sistema estadual de educação, no ensejo da acirrada competição.

Embora a matéria ainda se configure incipiente, um passo relevante consiste na aliança de permitir o compartilhamento de bibliotecas entre alunos, independentemente da universidade, permitindo maior acervo disponível. Outro setor relevante consistiria na celebração que permita o compartilhamento dos sistemas de informática, que impõem grave ônus a cada organização individualmente.

Esta aliança estratégica poderia permitir parcimônia e maior eficácia. Finalmente, a celebração de alianças estratégica poderia viabilizar uma rede de cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

As perspectivas são auspiciosas. Ou melhor, constitui um instrumento para adversar a conjuntura da hipercompetitividade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. V. Competitividade: conceitos gerais. In: RODRIGUES, S. B. (org.). **Competitividade, alianças estratégicas e gerência internacional**. São Paulo: Atlas, 1999.

BOCLIN, R. **Avaliação institucional**: quem acredita. Rio de Janeiro: Espaço do Saber, 2005.

CERTO, S. C.; PETER, J. P.; MARCONDES, R., et al. **Administração estratégica**: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Prentice-Hall, 2005.

DRANOVE, D.; MARCIANO, S. **Estratégia**: conceitos, ferramentas e modelos para profissionais. São Paulo: Atlas, 2007.

DRUCKER, P. F. **Parcerias**: fundamentos e benefícios para o terceiro setor. São Paulo: Futura, 2001.

FLEURY, A.; FLEURY, M. T. L. **Estratégias empresariais e formação de competências**: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira. São Paulo: Atlas, 2004.

HARBISON, J. R.; PEKAR JÚNIOR, P. **Alianças estratégicas**: quando a parceria é a alma do negócio e o caminho para o sucesso. São Paulo: Futura, 1999.

INEP (Brasil). **MEC e Inep divulgam dados do Censo da Educação Superior 2016**. Brasília, 31 ago. 2017.

Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mec-e-inep-divulgam-dados-do-censo-da-educacao-superior-2016/21206. Acesso em: 22 jun. 2020.

MARQUEZ, R. C. **Alianças estratégicas**. São Paulo: Alínea, 2003. (Coleção Administração e Sociedade).

NOLETO, M. J. **Parcerias e alianças estratégicas**: uma abordagem prática. São Paulo: Global, 2004. (Coleção Gestão e Sustentabilidade).

OLIVEIRA, D. P. R. **Administração de processos**: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, V. I.; DRUMMOND, A.; RODRIGUES, S. B. Joint venture: aprendizagem tecnológica e gerencial. In: RODRIGUES, S. B. (org.). **Competitividade, alianças estratégicas e gerência internacional**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, R. M. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

RODRIGUEZ, M. V. R. **Gestão empresarial em organizações aprendizes**: a arte de gerir mudanças. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

STEIL, A. V. **Competências e aprendizagem organizacional**: como planejar programas de capacitação para que as competências individuais auxiliem a organização a aprender. Florianópolis: Instituto Stela, 2006.

TZU, S. **A arte da guerra**: os treze capítulos originais. São Paulo: Jardim dos Livros, 2007.

VIEIRA, M. M. F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. (orgs.). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ANCESTRALIDADE E POLÍTICA NA TRAJETÓRIA DE MÃE HILDA DE JITOLU

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 05/06/2020

Ayni Estevão de Araujo

Faculdade de Ciências e Letras da
Universidade Estadual Paulista
Araraquara – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/8760220684526820>

Geander Barbosa das Mercês

Faculdade de Ciências e Letras da
Universidade Estadual Paulista
Araraquara – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/9928331534214176>

RESUMO: As religiões de matriz africana no Brasil configuram-se como uma das formas de resistência da população negra à negação de sua humanidade. Nesse sentido, é fundamental, para se compreender os processos de luta da comunidade negra, entender o terreiro como importante espaço de inserção dos indivíduos em relações alternativas àquelas impostas por uma supremacia branca e masculina. Uma característica fundamental desse espaço é a matricentralidade. Ou seja, é o feminino o centro dessas formas de resistência. Propomos, neste artigo, a reflexão sobre as relações entre ancestralidade e política a partir da trajetória de Mãe Hilda Jitolu (1923-2009), grande yalorixá em Salvador, BA, que além de fundadora do Ilê Axé Jitolu, foi a grande conselheira e matriarca fundadora do Ilê Aiyê. Sob seu terreiro nasce o bloco carnavalesco, que tem por principal

prerrogativa a valorização do negro e de suas contribuições para a nação, assim, um bloco de resistência e de luta por direitos da comunidade negra.

PALAVRAS-CHAVE: Ancestralidade, política, candomblé, Ilê Aiyê, carnaval.

ANCESTRALITY AND POLITICS IN THE TRAJECTORY OF MOTHER HILDA DE JITOLU

ABSTRACT: The Afro-Brazilians' religions constitute a form of African-American's resistance to denial of their humanity. In this sense, it is essential to understand the struggles of the black community to understand the "terreiro" like an important space for the insertion of individuals in alternative relationships and the variables imposed by white and male supremacy. A fundamental characteristic of this space is matricentrality. That is, it is the feminine the center of these forms of resistance. In this article, we propose a reflection on the relationship between ancestry and policy based on the trajectory of Mãe Hilda Jitolu (1923-2009), a great religious leader in Salvador, Bahia, founder of Ilê Axé Jitolu. She was a great advisor and founding matriarch of Ilê Aiyê.

KEYWORDS: Ancestrality, policy, candomblé, Ilê Aiyê, carnival.

1 | INTRODUÇÃO

Na Diáspora, as religiões de matriz africana têm um papel político fundamental, para além do âmbito religioso. Elas se configuram como uma das formas de resistência

da população negra à negação de sua humanidade. Nesse sentido, é fundamental, para se compreender os processos de luta da comunidade negra, entender o espaço do terreiro como responsável por inserir os indivíduos em relações alternativas àquelas impostas por uma supremacia branca e masculina, configurando-se como uma forma particular de organização social e política, como ressaltam Carneiro e Cury (2008b). Uma característica fundamental desse espaço é a matricentralidade. Ou seja, é o feminino o centro dessas formas de resistência.

Neste artigo, refletimos sobre as relações entre ancestralidade e política a partir da trajetória de Mãe Hilda Jilotu (1923-2009), grande yalorixá em Salvador, BA, que além de fundadora do Ilê Axé Jitolu, foi a grande conselheira e matriarca fundadora do Ilê Aiyê (primeiro bloco afro no Brasil, fundado em 1º de novembro de 1974). Sob seu terreiro nasce esse bloco carnavalesco, que tem por principal prerrogativa a valorização do negro e de suas contribuições para a nação, assim, um bloco de resistência e de luta por direitos da comunidade negra.

Mãe Hilda também foi responsável por uma das maiores ações sociais da Liberdade (bairro de Salvador): a fundação de uma escola de alfabetização, que recebeu seu nome em 1988. A partir 1995, engaja-se em vários projetos de capacitação de jovens daquela região. Na escola, que atualmente funciona na sede do bloco, além do conteúdo programático, as crianças têm aulas extracurriculares (percussão, por exemplo) e aprendem sobre a importância do Ilê e a atuação dos negros na historiografia nacional.

2 | AXÉ JITOLU

Mãe Hilda nasceu em 06 de janeiro de 1923, na Quinta das Beatas, no bairro do Brotas, atual Cosme Faria na cidade de Salvador. Hilda dos Santos chegou ao Curuzu aos 13 anos, onde cresceu e viveu durante sua vida toda. Desde a tenra infância, esteve ligada ao Candomblé. Assim, sua trajetória de vida mesclou-se com a própria religião e com o bairro da Liberdade.

Em 1950, casou-se com o alfaiate e fiscal da Prefeitura, Valdemar Benvindo dos Santos, com quem teve cinco filhos: Antônio Carlos, Hildelte, Vivaldo, Hildemária (falecida em 2003) e Hildelice. Todos criados sob os ensinamentos sagrados do Candomblé:

Mãe Hilda é filha de Obaluaiyê, que vem do reino Abomey, lá do Daomé, rei do povo Ewé, que vem de Savalu e fala língua fon. Mãe Hilda tem proteção de Oxum, que juntamente com o velho Obaluaiyê têm a presidência de sua cabeça - seu ori. Oxum vem do Reino Yorubá, que nasceu no Golfo do Benin, hoje República da Nigéria. (Cadernos de Educação, 2009, p.19-20).

Obaluaiyê é o senhor da cura espiritual e carnal. Seus mitos fazem referência a seu poder de cura, e narram que suas feridas se transformaram em pipoca, a flor do Candomblé. A pipoca é um dos elementos usados no ritual religioso que o Ilê faz durante o Carnaval. Já Oxum é a senhora das águas doces, da ternura, sabedoria e de beleza

inigualável. Tem em seus mitos referências a grandes quantidades de ouro. É vaidosa e se veste de amarelo ouro.

Cabe ressaltar que os Orixás que regem um terreiro são fundamentais para o entendimento de como os cultos são conduzidos. Eles dão a cada espaço sagrado marcas próprias, pois cada divindade tem qualidades próprias e específicas. Como cada uma tem desdobramentos e informações mais complexas, fazemos aqui somente breve menção. Por isso, falamos de Oxum e Obaluaiyê de forma genérica, ressaltando apenas suas características principais.



Figuras 1 e 2: Obaluaiyê e Oxum (Ilustrações de Carybé)

Mãe Hilda foi uma pessoa muito amada pelos seus filhos de fé. Detentora de uma sabedoria que emanava da lida cotidiana, teve sua vida atrelada à religião, sendo iniciada ainda jovem, aos 20 anos de idade, em dezembro de 1942, quando recebe o nome de Jitolu. Seu pai de santo, Cassiano Manoel Lima, era de nação Jeje. Após reunir sua família de santo, ela funda seu terreiro, no dia 06 de janeiro de 1952. Nascia assim o espaço sagrado do Ilê Axé Jitolu.

Mãe Hilda é figura fundamental para entender o bloco Ilê Aiyê, pois era a grande conselheira, a matriarca fundadora. Jacilda Trindade de Jesus Teles dos Santos, mais conhecida como Jaci, produtora do Ilê, relembra: “Ela era presente em todos os momentos! [...] Se ela não viesse para cá nós iríamos até ela” (Entrevista concedida em 10 de julho de 2015, na Senzala do Barro Preto, sede do Ilê Aiyê). Sob esse terreiro nasceu o Ilê Aiyê, que depois de 40 anos, passou a ser sediado na Senzala Barro Preto.

A escola fundada pela yalorixá funciona atualmente na Senzala do Barro Preto, a poucos metros do Ilê Axé Jitolu. Durante nossa visita à sede do Ilê Aiyê, em julho de 2015, pudemos conhecer as instalações da escola. O ensino é voltado para as crianças do Ensino Fundamental I (de 1 a 5 anos) e os alunos são todos moradores das mediações da Liberdade. Além do conteúdo programático, eles recebem aulas extracurriculares, como de percussão. Em conversa com a diretora pedagógica Hildelice e com Jacilda, podemos perceber algumas nuances desse projeto escolar.

O projeto é mantido com a verba dos associados, ou seja, as pessoas que pagam

para participar do bloco Ilê Aiyê, no carnaval. A diretora Hidelice afirma que a escola não tem fundamento religioso: “não tem nada a ver, [...] a religião a gente separa” (Entrevista concedida em 14 de julho de 2015). Assim, todas as crianças da comunidade podem ter acesso. Os pais não têm custo algum e, sobre isso, Jacilda complementa: “Nada é cobrado, esses cursos são gratuitos. A escola também não é cobrada. É só a presença que é exigida!” (Ibidem).

Cabe ressaltar que, em visita a uma das salas, todos os alunos levantaram-se e com uma canção agradeceram nossa presença. Todo esse projeto teve suas bases fundamentais pensadas pela matriarca. E, em sua homenagem, no Carnaval de 2004, o Ilê Aiyê a homenageou com o tema: “Mãe Hilda: guardiã da fé e da tradição africana”. Na ocasião, o bloco comemorava 30 anos de fundação. Uma das canções foi “Mãe Preta”:

Mãe preta

Trinta anos de fé

Dos quais destinados

Ao culto do candomblé

Euá colonaê didewá nagô

Agô agolonã

Eki maior didewá nijeô.

(Mãe Preta, Bloco Ilê Aiyê, 2004).

Como essa, foram criadas várias músicas-poesia em sua homenagem. Jaci, na entrevista citada, recorda: “Lembro dela sentada lá, em cima do trio, na cadeirinha dela [...] ela era um pilar”.

Em 19 de setembro de 2009, Mãe Hilda faz sua passagem ao *órun*: falece devido a problemas cardíacos. Até hoje, às segundas, em homenagem ao Orixá Obaluaíyê e Hilda, os filhos de fé do Ilê vestem branco. Em seu terreiro, seu posto foi substituído por sua filha Hidelice, consagrada a Nanã e a Oxalá.



Figuras 4 e 5: Nanã e Oxalá (Ilustrações de Carybê)

O Ilê Aiyê, que nasce sob a regência do Candomblé do Ilê Axé Jitolu, tem como principal finalidade enaltecer a comunidade negra. Para além da escola, o Ilê propõe vários outros projetos socioculturais, como a Escola Profissionalizante, a Escola de Percussão da Banda Erê e a Noite da Beleza Negra, que culmina com a eleição da Deusa do Ébano. Em visita à sede do Barro Preto, recebemos um exemplar de seu acervo bibliográfico, que nos permitiu entender um pouco mais sobre o bloco e suas ações. Contudo, pelo fato de o material não ter sido catalogado, tomamos por referência o site oficial e as informações coletadas em campo para apresentar os projetos sociais do bloco.

Segundo o site oficial do Ilê, a Escola profissionalizante foi criada em 1997, com apoio do Governo do Estado da Bahia, da Petrobrás e da Secretaria de Desenvolvimento e Combate à Pobreza do Estado da Bahia. Diversos cursos são oferecidos, como confecção em couro e tecidos; eletricitista instalador predial; ajudante de cozinha nível I e II; informática; telemarketing; treinamento industrial para costureiras, dentre outros. No portal eletrônico, o Ilê justifica a necessidade dos projetos:

Ao observar a crescente dificuldade dos jovens em capacitar-se para o mercado de trabalho, o Ilê Aiyê resolveu ampliar suas atividades na área pedagógica criando uma Escola que permitisse a estes jovens acesso a uma formação profissionalizante, de forma gratuita, e dessa forma aumentando suas possibilidades de realização pessoal e profissional (Portal do Ilê Aiyê, 2015).

Em 1992, o Ilê criou a Escola de Percussão Banda Erê, um projeto de capacitação e formação musical para crianças e adolescentes que recebem cursos de História Afro-Brasileira; Interpretação e Linguagens; Ritmos Musicais; Canto; Dança e Saúde do Corpo. Esse projeto, que tem como objetivo renovar o quadro artístico da Band´Aiyê, não se limita a atuações apenas locais, mas também, segundo o site oficial: “ tem em seu currículo apresentações em cidades brasileiras como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, além de já ter realizado uma turnê internacional na Alemanha e na França” (Portal do Ilê Aiyê, 2015).

A Banda Erê tem um bloco carnavalesco cujo objetivo é construir uma identidade racial das crianças da Liberdade/Curuzu, no sentido de fazê-las conhecer e preservar os valores afro-brasileiros e, ao mesmo tempo, integrá-las à festividade do carnaval. Assim, no bloco, as crianças desenvolvem sua autoestima na medida em que dançam, cantam e se vestem de acordo com as tradições afro-brasileiras. Ainda com o intuito de fortalecer suas vivências, no dia das crianças, comemorado no dia 12 de outubro, o Ilê realiza o “Festival Erê”, que ocorre anualmente para as crianças da Liberdade e dos bairros adjacentes.

De modo geral, os princípios e valores que orientam os projetos de extensão pedagógica do Ilê são: respeito, solidariedade, valorização e patrimônio. O respeito aos mais velhos é entendido como um suporte do bom comportamento, fator que garantirá a preservação das tradições religiosas afro-brasileiras. Somente assim, a defesa do povo negro será garantida com a prestação de solidariedade às diversas lutas sociais. A valorização da comunidade negra proporcionará a difusão de modo positivo da sua cultura e história. E por fim, a manutenção do patrimônio musical é a força da entidade como agremiação carnavalesca. Com tais prerrogativas, o Ilê difunde a cultura negra na sociedade, visando agregar os afro-brasileiros à luta contra as mais diversas formas de discriminação racial, resgatar a autoestima e formar a consciência crítica dos jovens e crianças.

Também com o intuito de promover a autoestima, o Ilê criou a Noite da Beleza Negra, um concurso cuja principal finalidade é enaltecer a mulher negra. O concurso surge da necessidade de reverter os estigmas e estereótipos que perpassam a construção da identidade da mulher negra que, ao longo da historiografia tradicional, tem sido subalternizada e sexualizada. Neste trabalho, não faremos uma análise profunda de categorias como: corpo, sexo, mulher. Apenas apresentaremos o concurso e suas principais diretrizes. Nosso intuito é somente mostrar a contribuição do Ilê de romper com esses padrões de inferiorização.

A noite da Beleza Negra desconstrói o padrão de beleza branco forjado ao longo de toda a historiografia nacional, ao recriar os concursos de beleza para aclamar a mulher negra. Para a revista O Mondo (2016), esse é “o maior concurso de beleza negra do Brasil” (O MONDO, 2016, p. 40).

No ano de 2016, o Ilê realizou a 37ª noite da Beleza Negra, sediada na Senzala do Barro Preto. A cerimônia foi apresentada por Arany Santana e Sandro Teles, com a supervisão de Vovô (Antônio Carlos dos Santos, fundador do bloco). O evento foi realizado no dia 16 de janeiro e provocou um verdadeiro *frisson* na Liberdade. As candidatas se submeteram a uma entrevista avaliadora dos coordenadores do concurso, que elegeram as finalistas. Nesse ano, quinze mulheres concorreram ao título de rainha do bloco.

Assim que as candidatas são selecionadas, é organizada uma comitiva com a imprensa local para apresentá-las ao público. Todas elas, durante o concurso, são tratadas igualmente, independentemente de sua profissão, formação acadêmica ou condição

socioeconômica: são tradas como rainhas. As verdadeiras pérolas da Liberdade.

A coroação da rainha do bloco, conhecida como Deusa do Ébano, ocorre na cerimônia da Noite da Beleza Negra. Uma grande estrutura é montada na Senzala do Barro Preto para receber a todos que querem prestigiar o evento. E assim, muitas celebridades locais e nacionais vão até a Liberdade para prestigiar um dos momentos mais importantes do Ilê. As candidatas são avaliadas por seletor júri, que, em 2016, foi composto por Jorge Portugal, professor, poeta e secretário de Cultura da Bahia; Osman Augusto, secretário de Cultura de São Francisco do Conde; Mirtes Santana Rosa, publicitária; Gilmar Sampaio, coreógrafo e dançarino; Nadir Nóbrega, coreógrafa e dançarina; e Carla Lopes, coreógrafa; e Amélia Conrado, coreógrafa e dançarina (O MONDO, 2016).

Durante a apresentação, uma a uma, as candidatas desfilam e dançam ao som dos grandes sucessos do Ilê Aiyê tocados pela Band´Aiyê. Nesta celebração, todas foram “vestidas com esmero por estilistas que valorizam materiais naturais, padrões de tecido da estética afro, elaborados enfeites na cabeça, trançados e outros adereços” (O MONDO, 2016, p. 40), que ressaltavam ainda mais a beleza das quinze finalistas.

Depois de todas as apresentações, começaram as premiações dos 3º, 2º e 1º lugares, que receberam um troféus e prêmios em dinheiro, que variavam de 2 a 3.600 mil reais. Em 2016, o Concurso teve seu grande momento, quando, em meio a expectativa geral, foi anunciado o nome de Larissa de Oliveira como Deusa do Ébano. Como foi publicado no jornal O Mondo, “Larissa tem 22 anos é moradora de Cajazeiras, foi escolhida pelos jurados e com grande apelo do público” (O MONDO, 2016, p. 42).

Em suma, esse festival é importante porque, além de valorizar a mulher, recria um novo padrão de beleza segundo o qual a mulher negra não é sexualizada, ridicularizada ou inferiorizada. Trata-se de colocar a mulher negra como principal fonte de inspiração para o Ilê e, conseqüentemente, para a comunidade local. Durante um ano, a vencedora é tratada como uma verdadeira rainha, viajando com a Band´Aiyê e estando junto ao grupo em todas as suas ações sociais, culturais e políticas.

3 | ANCESTRALIDADE E POLÍTICA

Conforme Theodoro (2008), Nagô (iorubá) é uma denominação genérica de grupos advindos do sul e do centro do Daomé e do sudeste da Nigéria. Foram esses os últimos grupos africanos a se estabelecerem no Brasil entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. Configurando-se, naquele momento, como uma cultura sem território, formaram-se associações (*egbé*), conhecidos como roças ou terreiros, nos espaços urbanos. De acordo com Elbein dos Santos (2012), o terreiro mais antigo que se tem conhecimento (onde se instalou o primeiro culto público a Xangô) situava-se na Barroquinha, posteriormente transferido para o Engenho Velho (ambos os locais em Salvador, BA). Beatriz Nascimento (2008) destaca:

Entre 1808 e 1835, o sistema iorubá se impõe(...). Anteriormente, a prática da religião restringia-se ao culto particular ou familiar dos ancestrais, ou então aos quilombos, nos quais também era praticado secretamente. O candomblé se organiza, então, em época de plena vigência do movimento dos hauçás ou malês [islamizados]. Ao se expandir, o culto se alia à estrutura cristã, como forma de se salvaguardar não apenas diante da repressão dos brancos, como também diante da fé muçulmana. (NASCIMENTO, 2008, p. 86)

Theodoro (2008) destaca ainda que a persistência das comunidades-terreiros (*egbé*) garantiu a expansão dos cultos afro-brasileiros em todo o território nacional, embora haja uma grande diversidade de práticas litúrgicas. Assim, mesmo com a presença de elementos cristãos em muitos rituais e regiões do país, como fortemente se percebe em terreiros de Umbanda, por exemplo, a matriz de referência é africana.

Nas comunidades de terreiro, um aspecto fundamental é a matricentralidade, como é notável na trajetória de Mãe Hilda. Essa característica, por sua vez, é reflexo do fato de que antes do advento do islã e do cristianismo na África, a maior parte das sociedades africanas tinha caráter matricêntrico, e as mulheres ocupavam, de inúmeras maneiras, lugares de protagonismo nas estruturas de poder (DIOP, 2014). Nesse sentido, compreender a estrutura e funcionamento, dessas comunidades implica, em grande medida, o conhecimento da figura feminina dentro sistema mítico atualizado nos ritos e liturgias.

Na cosmovisão na qual essa religião se fundamenta, a mulher é entendida como terreno fértil, corpo que carrega a ancestralidade, o passado e a possibilidade de futuro, a matéria de onde tudo sai, se mantém vivo, e garante a continuidade de um povo.

Na medida em que, como nos dizem Carneiro e Cury (2008a), as práticas religiosas, na Diáspora, foram uma das formas de resistência da população negra à negação de sua humanidade; é necessário tomar o candomblé como uma forma particular de organização social e política, uma vez que o terreiro inseriu e ainda insere os indivíduos em relações alternativas àquelas impostas pela sociedade de classes. Enfim, uma resistência à ideologia dominante, prática alternativa ao poder vigente. Trata-se assim da persistência de uma forma cultural, embora com elementos que foram reconstituídos, reconstruídos e transformados ao longo da história.

Assim, a trajetória de matriarcas como Mãe Hilda, em primeiro lugar, elucida sobre o papel das mulheres nos processos de resistência da população negra na Diáspora, bem como a permanência de suas tradições. Em segundo, possibilita a compreensão de como a perpetuação de tais culturas religiosas e seus valores, para os quais a ancestralidade é fundamental, é em si um processo político.

Ora, no que diz respeito à representação e construção simbólica da feminilidade a partir da mitologia iorubá e, conseqüentemente, nas relações que se dão nas comunidades de terreiros, há notáveis diferenças daquelas que fundam as sociedades ocidentais. Aspectos básicos como maternidade, sexualidade e moralidade são construídos de forma amplamente diferente em relação às sociedades ocidentais. Carneiro e Cury (2008b),

a partir da interpretação de mitos e imagens das figuras femininas nessas narrativas, mostram-nos como, na mitologia iorubá, as contradições e a complexidade são absorvidas nas divindades, ao contrário do que ocorre com as mitologias sobre as quais se sustentam as tradições religiosas judaico-cristãs, que tendem a construir representações femininas, a partir de uma chave bipartida: cabe às mulheres somente serem santas, como Maria, mãe de Jesus, cuja sacralidade do corpo implica a supressão de sua sexualidade (ela só pode dar à luz o próprio deus na medida em que sua virgindade é assegurada); ou como Maria Madalena, prostituta. Não é possível, deste modo, concentrar-se em uma mesma figura feminina a sexualidade e a sacralidade.

Ao contrário, as Orixás, como mostram Carneiro e Cury (2008b), concentram em si uma imensa complexidade. Por exemplo, Oxum, cuja representação é associada à beleza, à sensualidade, à fertilidade, à riqueza. Por um lado, ela se mostra doce, a mais bela e sedutora dos Orixás, por outro é ardilosa, esperta, e lança mão de todos seus artifícios para conseguir o que deseja ou o que acredita ser justo.

Já Iansã, traz à tona outra dimensão do feminino: como guerreira, é aquela que além de não temer a luta, carrega uma sensualidade que é agressiva. Assim, enquanto a sociedade patriarcal não comporta a insubordinação feminina, ela é mitificada no candomblé, sendo Iansã e Obá sua expressão (CARNEIRO; CURY, 2008b).

Se nas culturas ocidentais de orientação religiosa judaico-cristã, a mulher é estigmatizada como expressão de fragilidade, na mitologia dos Orixás, estamos diante de mulheres que não aceitam a superioridade masculina. Se o patriarcado reduz a sexualidade feminina apenas à procriação, as divindades africanas são ao mesmo tempo mães e amantes, como Iemanjá, mãe de todas as cabeças e Orixás, que enfeitiça os homens, os atrai ao seu grande ventre, o mar, sendo capaz de devorá-los

Naná, a mais velha, a quem pertence as águas paradas e a lama, matéria que cede para a modelagem dos homens, mas que exige de volta, é a própria circularidade. A ela é atribuída a sabedoria, a paciência, o conhecimento do tempo necessário para o amadurecimento de todas as coisas. Em sua figura há uma grave incompatibilidade com os homens, é a única entre todos os Orixás que se recusa a curvar-se ao poder de Ogum, dono de todas as ferramentas, instrumentos essenciais para a realização de qualquer culto às divindades.

Novamente, da mesma forma como a sociedade patriarcal não assume os conflitos entre os sexos, no candomblé esse conflito é base da estruturação do mundo. É ele que engendra uma constante busca pelo equilíbrio entre os sexos permeia toda a mitologia dos Orixás. Há sempre uma necessidade de o masculino controlar o feminino, o que não significa que há uma suposição dos homens de que as mulheres são inferiores, mas que aqueles reconhecem que essas são donas de potencialidades e características capazes de submetê-los. No combate sem tréguas entre homens e mulheres, as mulheres não se curvam aos homens como submissas, mas sim guerreiam com todos os artifícios que

possuem (CARNEIRO; CURY, 2008b).

Assim, quando lançamos olhar para a mitologia dos Orixás, e mais especificamente para a construção da feminilidade que essa nos traz, colocamo-nos diante de uma concepção de mundo completamente diferente e alternativa àquela imposta na sociedade em que nos inserimos e cuja lógica nos submete aos piores estigmas, aprisionando-nos na base da pirâmide social. Os valores veiculados nos mitos não condizem aos valores e princípios consagrados pelas formas de poder vigente, na medida em que o Candomblé e outras práticas religiosas reconstruídas na Diáspora inserem os indivíduos em outra lógica, que não é capitalista e nem reduz as mulheres a lugares de submissão e inferioridade.

Essa referência ancestral de feminilidade localiza a mulher como fonte circular de força e conhecimento, como Nanã; de articulação e esperteza, como Oxum; de força de guerra e insubordinação, como Obá e Iansã; e de complexidade do próprio inconsciente humano, como Iemanjá, senhora de todas as cabeças. Atributos esses, muito distantes da construção da feminilidade cristã que constrói uma feminilidade ideal calcada no controle de nossa sexualidade, na fragilidade e na subordinação.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vânia Bonfim (2009) discorre sobre uma contradição inerente à identidade da mulher negra brasileira. Por um lado, ela tem uma referência civilizatória, trazida pela africana, enraizada em suas estruturas cognitivas e determinante na concepção sobre si e sobre o mundo: um entendimento de si mesma enquanto protagonista não apenas de sua própria vida, mas de sua comunidade, na qual tem um papel central. Por outro lado, essas mulheres passaram a ter uma existência reduzida à condição animalizada, dada somente à dominação, seja enquanto instrumento de trabalho, procriadora de novos corpos-objetos, ou corpo sexualizado o qual o homem branco violava marcando domínio sobre toda uma etnia-raça. É, como entende a autora, nesse espaço contraditório e tenso, que historicamente nós temos nos reconstituído.

Desse modo, se mulheres africanas tradicionalmente se encontravam organizadas, exercendo um fazer político em sociedades africanas pré-coloniais, essa agência política e lugar central nos processos de manutenção de sua comunidade mantêm-se na Diáspora por força dos novos contextos e desafios a que essas sujeitas são expostas, ainda que nesses, tal agência seja invisibilizada.

Nesse sentido, a trajetória de mãe Hilda de Jitolu é expressão da matricentralidade marcante as sociedades africanas. A matriarca cuja figura é fundamental para a continuação das tradições em sua comunidade; e, no contexto diaspórico, da garantia de sua própria sobrevivência. A liderança religiosa não se separa nessas circunstâncias da liderança política, uma vez que a conservação das tradições religiosas e, por conseguinte, dos valores comunitários de solidariedade, valorização dos mais velhos (e dos ancestrais) são

essenciais às lutas sociais da população negra.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli; CURY, Cristiane (a). **O candomblé**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. (b). **O poder feminino no culto aos Orixás**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África Negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica**. Luanda/Ramada: Mulemba/Pedago, 2014.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

ILÊ AIYÊ, Cadernos de Educação - **Mãe Hilda Jitolu, Guardiã da fé e da tradição Africana**, volume 12, Salvador 2009.

_____. **O Mondo**. A revista do Ilê Aiyê. Número 04/31-Salvador, Fevereiro. 2016.

ILÊ AIYÊ. **Site oficial**. Disponível em: < <http://www.ileaiyeoficial.com/>>. Acesso em 11/11/2019.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagô e a morte**. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

THEODORO, Helena. **Religiões afro-brasileiras**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE - Possui graduação em serviço social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013) e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Atualmente é assistente social do Centro de Socioeducação de Ponta e tutora da especialização em Gestão Pública/RESTEC pela UEPG. Atua principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, assistência social, políticas públicas, cidadania e família.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acidentes de Transporte Terrestre 41, 42, 44, 46, 51, 54, 55

Adoção 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 141

Afetos 78, 80, 85, 86, 87, 88, 89

Aglomerados 41

Agronegócio 106, 107, 109, 113, 114, 115, 117

Ancestralidade 216, 217, 222, 223

C

Capital 15, 67, 68, 71, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 122, 123, 126, 127, 130, 131, 147, 152, 169, 171, 173, 183, 184, 186, 188, 189, 201, 202, 207, 211, 212

Cartolas 155, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165

CBF 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167

Conservadorismo Social e Econômico 121, 123, 129

Coping 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105

Corrupção 155, 156, 159, 161, 162, 164, 166, 181

Covid 19 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

Cultura de Paz 133, 136, 137, 139, 140, 141, 142

D

Direito Fundamental 133, 135, 168, 169, 172, 173, 174, 176, 177

Doença Ocupacional 14, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24

E

Economia Solidária 78, 79, 83, 88, 89, 182, 202

Estado 36, 47, 48, 55, 56, 61, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 94, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 144, 147, 149, 151, 158, 159, 160, 161, 163, 166, 168, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 200, 201, 204, 205, 220

Ex-Presidiários 119, 120

G

Gestão Pública 1, 11, 227

H

Hiato do Gênero 25

I

Independência Congoleza 121, 126, 129

Institucionalização 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 128, 148

J

Justiça Restaurativa 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 143

M

Medida Socioeducativa 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177

Mortalidade 3, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56

MST 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 199

N

Negociação Coletiva 106, 107, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117

P

Política 76, 89, 147, 154, 155, 166, 167, 179

Política Pública 106, 107

Práticas Pedagógicas 133, 135

Previdência 19, 124

Procedimentos Hemodinâmicos 1, 10

Profissionalização 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177

R

Regime Disciplinar Diferenciado 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154

Reinserção 58, 63, 64, 119, 174

Rotas Metabólicas Bioquímicas 25, 38

S

Socialismo 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200

Socioeducandos 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176

T

Trabalho 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 32, 33, 34, 36, 38, 40, 45, 53, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 98, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 130, 133, 139, 142, 146, 150, 155, 156, 164, 168, 169, 171, 173, 174, 175, 177, 181, 182, 188, 190, 191, 192, 204, 207, 208, 210, 211, 213, 220, 221, 225

Transtorno do Espectro Autista (TEA) 90, 91, 92

Turismo 66, 71, 72, 76, 77

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Ciências Sociais Aplicadas: Necessidades Individuais & Coletivas

2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020